

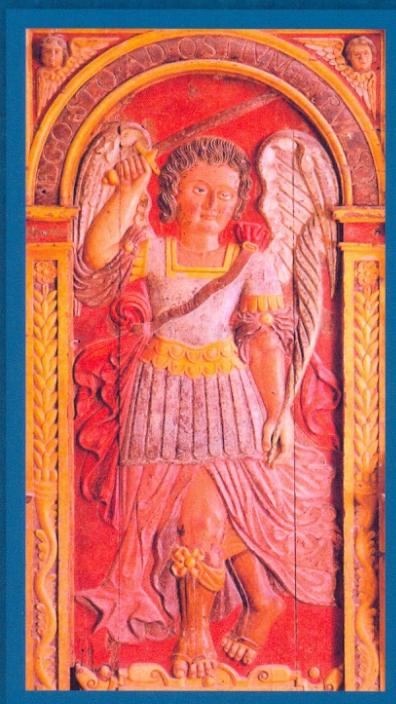
COLEÇÃO ESTUDOS E DOCUMENTOS 21

# PORTUGAL-ÍNDIA

Da herança portuguesa  
à Índia dos nossos dias

Concepção e coordenação  
de

**ARTUR TEODORO DE MATOS**  
**GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS**



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA



*Portugal-Índia*

## FICHA TÉCNICA

- Título** PORTUGAL-ÍNDIA.  
Da herança portuguesa à Índia dos nossos dias
- Concepção e Coordenação** ARTUR TEODORO DE MATOS  
GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS
- Editor** CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa  
Universidade Católica Portuguesa  
Palma de Cima · 1649-023 Lisboa  
Tel. 2172141333  
e-mail: cepcep@fch.lisboa.ucp.pt  
www.cepcep.fch.lisboa.ucp.pt
- Tiragem** 300 exemplares
- Data de publicação** Agosto de 2015
- Depósito legal** 390917/15
- ISBN** 978-972-9045-35-6
- Concepção gráfica** SERSILITO-Empresa Gráfica, Lda.  
Travessa Sá e Melo, 209 · Apt. 1208 · 4471-909 MAIA  
Telef. 229436920 · Fax 229436922  
sersilito@sersilito.pt | www.sersilito.pt
- Capa** Porta com a figura de São Miguel Arcanjo, Cochim(?), trabalho indo-português, séculos XVI-XVII, de madeira entalhada e policromada 212x141 cm, Lisboa, colecção José Lico, in *Os Espaços de um Império. Catálogo*, Lisboa, CNCDP, 1999, n.º 132, p. 177.

COLECÇÃO ESTUDOS E DOCUMENTOS 21

# *Portugal-Índia*

Da herança portuguesa  
à Índia dos nossos dias

Concepção e coordenação  
de  
ARTUR TEODORO DE MATOS  
GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS



CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA  
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

L I S B O A  
2 0 1 5



# Nota de Abertura

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

## **NOVOS CAMINHOS DA ÍNDIA**

Os textos que se seguem correspondem à preparação de uma viagem inesquecível, organizada pelo Centro Nacional de Cultura, com o apoio do CEPCEP a Goa, Damão e Diu. Foi um périplo que jamais esqueceremos – onde a identidade indo-portuguesa e o diálogo entre culturas estão bem evidentes.

Quando em Goa presenciámos os dias do festival de Ganesh, o filho de Shiva, com a sua cabeça de elefante e inúmeras qualidades benfazejas pudemos mergulhar na realidade multifacetada da Índia. A cultura que aqui vivemos é fruto de um diálogo muito rico entre as raízes que se perdem no tempo, o encontro com os portugueses e a realidade moderna que se projeta no futuro com uma intensidade digna de especial atenção. Em Ribandar fomos obsequiados pelo almoço com a companhia familiar no Solar dos Colaços; depois visitámos a belíssima casa tradicional de D. Maria de Lourdes Figueiredo, bem nossa conhecida, sempre tão afetuosa e hospitaleira. Lembramos ainda a magnífica recepção em Margão em casa do Dr. Eurico Santana da Silva, na qual sentimos um intenso amor português. Afinal, a tradição indo-portuguesa, tendo uma singularíssima identidade, apresenta-nos um outro lado de uma língua de várias culturas e de uma cultura de várias línguas.

E que extraordinária foi a afável e cordial homenagem, na presença do cônsul dr. António Sabido da Costa, a Percival Noronha, agraciado com a comenda da Ordem do Mérito. Saudámos gostosamente um grande estudioso da presença indo-portuguesa que, nos seus 92 anos, se mantém

atento e ativo, demonstrando a especificidade dessa identidade cultural aberta que ajudou a divulgar. De facto, a cultura indo-portuguesa é feita de um casamento riquíssimo das componentes indiana, portuguesa, cristã, hindu e muçulmana. O «melting-pot» dá-nos uma realidade diferente em que a alteridade nos completa naturalmente. Por isso, no restaurante «Nostalgia» de Margarida Noronha e Távora recordámos o melhor dessa identidade peculiar, ligando os monumentos ao património imaterial – a gastronomia, a música, a moda ou o intercâmbio linguístico. Fica-nos a lembrança desta cidade, que sempre nos apaixonou. «Quem viu Goa, não precisa ver Lisboa», dizia-se nos anos gloriosos.

As descrições que temos de Velha Goa, lembram uma cidade cheia de vida e de conhecimento. Até as sete colinas aqui estão e ao deambularmos pelo espaço amplo da antiga cidade entrevemos a sombra de Garcia de Orta, mas não podemos esquecer Fernão Mendes Pinto e Luís de Camões... E quando partimos para a zona das Novas Conquistas, correspondente aos avanços do século XVIII, deparamos com templos hindus e muçulmanos, situados em Pondá, como os de Shantadurga e Shri Manghesh ou a Mesquita de Safa, com os seus 40 nichos a rodear o tanque de purificação. Trata-se de marcas fortes da coexistência de culturas diferentes, num tempo em que houve que dar espaço a outras religiões. O fenómeno religioso em Goa desenvolve-se, assim, pelo diálogo entre as diferenças. O verdadeiro diálogo entre culturas e tradições é uma marca indelével que é sinal da «cultura de paz» que ansiamos para o futuro.

Quando chegámos a Baçaim, vindos de Damão, alguém disse maravilhado: «esta é a nossa Pompeia». A glória da cidade coincidiu com o período entre 1535 e 1739, a partir da capitania de Garcia de Sá. É uma estrutura fantasmática, como se os habitantes tivessem abandonado a povoação deixando intacto o seu tecido urbano, invadido pela floresta. Foi uma cidade próspera e muito salubre que nasceu e morreu com os portugueses. Como em Damão, temos um planeamento reticular, apesar de irregular e mais amplo. Há dez baluartes e são visíveis os restos de cinco conventos (além das de Damão, a ordem hospitaleira de S. João de Deus). O único santo indiano nasceu em Baçaim – S. Gonçalo Garcia, OFM, mártir do Japão. A cidade foi arrasada por um terramoto (1618) e totalmente reconstruída. A igreja mais antiga é de Nossa Senhora da Vida, mas há ainda a do Sagrado Nome de Jesus, fundada por S. Francisco Xavier. Se Baçaim é um deslumbramento, Chaul (para onde teria sido destinado Camões) reserva-nos também surpresas. O forte foi também

deixado em 1739, quando os maratas ocuparam os territórios do norte e o sistema de defesa obedece às estruturas inexpugnáveis com modelo de Mazagão... E em Bombaim, presenciámos milhões de pessoas nas ruas a lançar as imagens de Ganesh nas águas e fomos em peregrinação ao Bairro português de Mazagão, onde os descendentes de portugueses nos recebem principescamente, como se estivéssemos em Goa ou em Lisboa...

A Índia moderna apresenta-nos potencialidades extraordinárias. A presente publicação demonstra-o claramente, sendo de leitura obrigatória.



# A primeira imagem da Índia

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA\*

A Índia era mal conhecida dos Europeus, quando Vasco da Gama aportou a Calicute, em Maio de 1498. Os primeiros contactos dos povos do Ocidente com o mundo indiano remontavam ao tempo da Grécia Antiga e do Império Persa dos Aqueménidas, e haviam sido intensos enquanto o grande mercado do Império Romano consumiu avidamente as especiarias e todos os produtos exóticos do Oriente. Os súbditos de Roma instalaram feitorias pela costa indiana e os seus agentes chegaram à Indochina e até ao Celeste Império. Por isso, o Cristianismo propagou-se cedo pela Índia, tanto pela via terrestre dos caminhos da Rota da Seda, como pela marítima dos navios que partiam do Mar Vermelho empurrados pelos ventos da monção. Sintomaticamente, ficaram na Índia duas lendas sobre os primórdios do Cristianismo no país, ambas associadas a uma possível acção do apóstolo São Tomé. Uma das tradições defende que o apóstolo anunciou o Evangelho em reinos do Norte, enquanto outra afirma que o santo chegou à Índia desembarcando em Cranganor, no Malabar, vindo directo do Mar Vermelho.

Com o passar do tempo, porém, a ligação directa entre a bacia do Mediterrâneo e a península hindustânica foi esmorecendo, conforme o poder se ia fragmentando a Ocidente. A Cristandade deixou de comunicar directamente com a Índia e o advento do Islão ergueu uma barreira intransponível entre os cristãos e os indianos. Dominando os territórios entre as duas civilizações, tendo erguido rapidamente um califado que chegou a dominar uma área enorme que se estendia da Península Ibérica ao vale do Indo, os muçulmanos passaram a ser os intermediários comer-

---

\* CHAM – FCSH/Universidade Nova de Lisboa  
CEPCEP – FCH/Universidade Católica Portuguesa

ciais entre as duas civilizações e a venda das especiarias alimentou os cofres dos grandes senhores que controlavam o Egípto.

No final do século XV, já passavam mais de mil anos sobre o fim dos contactos regulares entre as duas civilizações e o bloqueio dos muçulmanos durava há mais de sete séculos. Embora alguns aventureiros europeus tivessem visitado a Índia, os seus relatos eram imprecisos e muito pouco conhecidos na Europa. Os mapas-múndi que procuravam representar o Velho Mundo notavam de forma muito imprecisa os contornos da Ásia e não havia sequer noção da península hindustânica. Dessa região pouco mais se sabia do que os produtos únicos que produzia, sobretudo as especiarias, os tecidos, os perfumes, as madeiras e as pedras preciosas. Nenhum asiático das terras da Índia ou de paragens mais a Oriente terá visitado a cristandade durante séculos, a não ser que, eventualmente, como membro de um exército ou de uma embaixada muçulmana. Os Europeus nem perceberam que o novo sistema de numeração que começaram a adoptar na Baixa Idade Média, em que os algarismos foram substituindo as letras romanas eram de origem indiana e assumiram-na como a numeração árabe.

Quando iniciaram os Descobrimentos, o infante D. Henrique e os reis de Portugal comungavam desta ignorância quase absoluta; assim, a memória dos primeiros avanços dos cristãos para Oriente nos tempos apostólicos e o conhecimento de que a maioria da população indiana não era muçulmana, levava os príncipes da cristandade a supor que a maioria dos indianos eram cristãos; no Ocidente desconheciam-se completamente as religiões do Oriente, mesmo as que haviam nascido na Índia, como o Hinduísmo e o Budismo. Esta era também a ideia de D. João II e foi com base neste pressuposto que D. Manuel I organizou a expedição de Vasco da Gama. Isto quer dizer que as explorações de Pero da Covilhã, que terá andado pelo Índico Ocidental por volta de 1490, nunca chegaram ao conhecimento dos reis de Portugal. Só assim se compreendem os inúmeros equívocos que se sucederam durante a expedição pioneira de Vasco da Gama.

O descobridor partiu em busca do caminho marítimo para a Índia em Julho de 1497 ao comando de uma armada composta por três navios pequenos de exploração, mais um de apoio, que foi abandonado nas águas austrais. Era uma esquadra pequena não só porque se tratava de uma expedição de descoberta, mas também porque se esperava encontrar aliados naturais no mundo indiano. A primeira surpresa sucedeu assim que penetraram nas águas do Índico, pois não sabiam que neste oceano sopravam os ventos de monção; ao contrário do Atlântico em que os ven-

tos são constantes (os alíseos), no Índico a direcção do vento muda cerca de 180 graus, *grosso modo*, de seis em seis meses – uma das muitas realidades orientais que não poderiam ter passadas despercebidas a Pero da Covilhã. Tendo zarpado do Tejo em Julho, as naus do Gama entraram no Índico quando a monção já soprava de norte para sul, pelo que perderam alguns meses na costa oriental africana aguardando que o vento voltasse a soprar em direcção à Índia. Começava a aprendizagem do Oriente.

Passados dez meses, em Maio de 1498, quando chegaram às imediações de Calicute, o primeiro homem que foi desembarcado anunciou que os portugueses estavam ali em busca de “cristãos e especiaria”. Embora soubessem que o trato intercontinental das especiarias estava nas mãos dos muçulmanos, estavam convencidos de que os “poderes cristãos” da Índia estariam disponíveis para mudar de parceiro comercial, assim que reencontrassem os seus “irmãos na Fé”.

A chegada do Gama ao Índico e à Índia abriu, assim, uma nova era nas relações entre a Europa e o mundo oriental. Esta expedição possibilitou a abertura de uma nova rota euro-asiática e os contactos entre os dois continentes tornaram-se regulares, com as armadas lusas a chegarem ao Índico anualmente, a partir de 1500. Depois, os portugueses espalharam-se por toda a África Oriental e a Ásia, e estes mundos praticamente desconhecidos começaram a ser apreendidos lentamente pela Europa. Passado meio século, juntaram-se-lhe os castelhanos pela via do oceano Pacífico. Nunca vieram até à Índia, mas instalaram-se nas Filipinas e interferiram nos negócios do Mar da China. E a partir do final do século XVI, ingleses e holandeses puseram fim a um século de hegemonia lusa no oceano Índico. Por isso, muitos autores consideram que a História do oceano Índico mudou profundamente em consequência da expedição de 1497-1499, e falam mesmo de uma era gâmica.

Nos alvares de Quinhentos, o início dos contactos directos entre a Europa e a Índia não suscitaram muita curiosidade, pois a grande surpresa do momento foi a descoberta de um “Novo Mundo” a Ocidente. Com efeito, a descoberta dos territórios americanos espantou as gentes do Velho Continente. A viagem de Vasco da Gama abria uma nova rota dentro de uma concepção geográfica assimilada há milénios, mas as explorações de Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral e Américo Vespúcio obrigaram o homem europeu a mudar a sua concepção do mundo. Afinal havia mais um continente e, conseqüentemente, mais um oceano pelo que a superfície da Terra era mais preenchida pelo mar do que por terra firme. A Europa e o mundo passavam por uma verdadeira Revolução Geográfica, pois os povos de todo o mundo foram-se apercebendo que as suas

concepções antiquíssimas sobre a configuração da Terra estavam erradas e de que a realidade era muito diferente do que sempre fora imaginado.

Tamanha novidade atraiu os editores e nas duas primeiras décadas do século XVI foram impressas dúzias de textos (com muitas traduções) sobre o continente americano e as viagens de exploração ao Novo Mundo. Os sucessos dos portugueses no Oriente tardaram a alimentar as tipografias europeias. O primeiro impresso acerca da Ásia que causou impressão e curiosidade à escala europeia foi, por isso, uma novidade. Em 1515, D. Manuel I tinha em Lisboa um rinoceronte. Era o primeiro exemplar desta espécie que chegava à Europa, e mesmo gregos e romanos, tinham ouvido falar sobre a besta mas nunca a tinham descrito pormenorizadamente e haviam-se baseado nas informações obtidas sobre o animal para conceber o unicórnio como um elegante equídeo. No entanto, o rinoceronte era um pesado paquiderme e foi desenhado assim que desembarcou e os esboços saíram de Lisboa e chegaram às mãos de Albrecht Dürer, um dos artistas mais talentosos da Cristandade, que compôs a célebre imagem que circulou impressa pela Europa; esta tornou-se num ícone e o rinoceronte chegou a ser um símbolo da Índia entre os Europeus do século XVI.

Diversos viajantes muçulmanos haviam descrito a Índia em seus livros, como Ibn-Batuta, por meados do século XIV, mas esses textos não tinham circulação na Europa e também eram pouco lidos no mundo islâmico. A tipografia demorou a difundir-se entre os mouros e também não abundavam os desenhos ou os mapas. Assim, a chegada dos Portugueses e da Europa à Índia, no final do século XV, possibilitou o surgimento das primeiras descrições sistemáticas do mundo asiático pelos europeus. Desconhecedores das religiões e dos hábitos civilizacionais dos povos da Ásia, os portugueses foram, pois, os responsáveis pela primeira “fotografia moderna” de toda esta vasta área, que se estende da Arábia ao Japão.

Os textos quinhentistas espelham particularmente a aprendizagem dos recém-chegados e ilustram aquele mundo tal como ele era antes de entrar em contacto com os europeus e começar a sofrer transformações irreversíveis. Esta é a maior importância das descrições e narrativas dos viajantes portugueses do século XVI – a possibilidade de observarmos o funcionamento do mundo asiático nessa época através de um olhar que assimilava tudo sem referências anteriores, à excepção de um preconceito anti-muçulmano secular.

São muitos os autores que nos brindaram com descrições da Ásia, desde os veteranos que se aventuraram por esses mares e essas terras, de que o exemplo maior é, sem dúvida, Fernão Mendes Pinto, até aos cronistas que nunca saíram de Portugal, como foi o caso de João de Barros. Nesta

breve apresentação pretendo apenas chamar a atenção para o modo como logo com a viagem pioneira de Vasco da Gama se iniciou uma aprendizagem da Índia e da Ásia que foi sendo registada pelo texto escrito.

Por sorte, um dos membros da tripulação do Gama descreveu as peripecias da viagem. A sua narrativa testemunha-nos as expectativas exactas desses homens, despojadas das posteriores construções dos cronistas. Os seus sonhos, esperanças e equívocos foram materializados na pena de Álvaro Velho, o presumível autor do texto, sem que os acontecimentos dos anos seguintes provocassem um retocar desta obra. Na verdade, o autor interrompeu a narrativa quando as naus estavam nas imediações da Guiné na viagem de regresso e nada mais foi acrescentado. Este relato é, pois, o testemunho do primeiro encontro e das primeiras aprendizagens, e é também um testemunho extraordinário da resistência do espírito que tentou ajustar a realidade vivida na Índia ao imaginário que havia sido alimentado por gerações de europeus.

Com efeito, a estada de Vasco da Gama não desfez o grande equívoco acerca da religião dos indianos. Como referi, os europeus julgavam que a Índia era maioritariamente cristã. Os homens do Gama estavam firmemente convictos desta ideia e o que viram e experimentaram nos meses que permaneceram na Índia não quebrou essa crença. Por isso, em Março de 1500 D. Manuel I enviou nova expedição à Índia e o seu capitão-mor, Pedro Álvares Cabral, levava cartas para o Samorim de Calicute, em que o rei de Portugal o tratava como seu “irmão na Fé”.

Álvaro Velho desembarcou com o capitão-mor e visitou um templo hindu, mas a sua convicção em como os indianos eram cristãos era tão forte que o levou a acreditar que tinha estado numa igreja. Notou que na frontaria do edifício estava “uma ave que parece galo” sem o saber explicar e que, provavelmente, seria a águia Garuda, a montada de Vixnu. Dentro mostraram-lhes uma imagem “e diziam que era Nossa Senhora”, e era decerto a Senhora deles, mas não a Maria, mãe de Jesus. Todavia, o navegador buscava semelhanças e não diferenças pelo que se contentou com a informação que lhe permitia continuar num ambiente pseudo-cristão. Logo se aperceberam que havia um grupo de homens com funções específicas para a guarda dos templos, que traziam “umas linhas por cima do ombro lançadas, e o ombro é o esquerdo e por debaixo do ombro do braço direito, assim como trazem os clérigos dos evangelhos a estola”. Uma vez mais o autor buscava a semelhança, embora pouca pudesse ser a comparação entre um brâmane e um diácono.

No entanto, também as divindades hindus foram vistas como santidades da Igreja, apesar de terem um aspecto estranho, deveras bizarro: “E

outros muitos santos estavam pintados pelas paredes da igreja, os quais tinham diademas; e a sua pintura era em diversa maneira, porque os dentes eram tão grandes que saíam da boca uma polegada, e cada santo tinha quatro e cinco braços”. A extravagância destas imagens não parece ter feito vacilar a convicção dos portugueses, pois não há nenhum testemunho de hesitação acerca do facto de os indianos serem cristãos. Aliás, numa outra passagem, mais à frente, ao narrar um incidente já resultante das intrigas que os mercadores muçulmanos começaram a instigar, o autor descreve a irritação de Vasco da Gama, tendo este afirmado “que aquilo era mal feito, sendo ele cristão como eles”.

Como é sabido, dois anos mais tarde Pero Vaz de Caminha descreveria a nudez dos índios do Brasil como se se tratasse da inocência perdida do Paraíso; Caminha escreveria mesmo que nessa terra da Vera Cruz, ao olhar para as “vergonhas” (o púbis) das mulheres não sentira vergonha. A nudez era então vista como um bem e não como indício de selvajaria e de menoridade civilizacional, como sucederia umas décadas mais tarde. Quer isto dizer que os navegadores da viragem do século XV para o XVI ainda não encaravam o mundo de uma forma eurocêntrica, do ponto de vista civilizacional, como sucederia depois, quer para justificar o colonialismo quer como resultado da uniformidade religiosa imposta pelas reformas protestante e católica.

Esta mesma tentativa de encontrar gestos habituais na cristandade entre os indianos volta a aparecer quando o autor descreve o gesto de saudação característico dos indianos que, aliás, perdura nos nossos dias: “E assim como o capitão entrou fez sua reverência segundo o costume daquela terra, o qual é juntar as mãos e levantá-las ao céu, como costumam os cristãos levantar a Deus”.

O texto de Álvaro Velho deixa-nos mais algumas descrições interessantes em que se incluem práticas, alimentos ou fenómenos naturais que lhe eram desconhecidos. Somos confrontados de imediato com as multidões da Índia. Nessa época, como hoje, tratava-se de um país muito povoado e a curiosidade suscitada pela chegada dos europeus desconhecidos provocou a aglomeração de muita gente para ver passar a comitiva de Vasco da Gama. Quando chegaram ao paço onde estava o samorim entraram “com muita força” e houve feridos por entre a multidão, e no regresso foram seguidos por “gente infinda”. Esta gente incontável aparecera assim que os portugueses desembarcaram, pois a notícia da novidade correu célere. Onde chegavam os portugueses eram o exótico e pelo caminho até Calicut “a gente era tanta que nos vinha a ver, que não tinha conto. E assim como as mulheres saíam das casas com os filhos nos braços, assim se iam

depois de nós”. E mais adiante a cena repete-se: “E a gente era tanta que não tinha conto; e os telhados e as casas eram todos cheios, afora a que connosco ia de roldão, entre a qual iriam ao menos dois mil homens de armas”.

Confesso-vos, caros leitores, que não tenho nenhuma dúvida sobre a veracidade desta passagem do texto de Álvaro Velho, pois eu próprio nas minhas viagens pelo sul da Índia, 500 anos depois dos primeiros encontros luso-indianos, também me confrontei mais de uma vez com a curiosidade gerada pelo meu aparecimento e dos meus companheiros em algum ponto do Malabar, e por mais de uma vez me vi rodeado por pequenos aglomerados de curiosos.

Logo à chegada, o autor descreve os habitantes no que é a primeira descrição por um português dos povos do Malabar:

“Esta cidade de Calecute é de cristãos, os quais são homens baços. E andam eles com barbas grandes e os cabelos da cabeça compridos, e outros trazem as cabeças rapadas e outros tosquiadas; e trazem em a moleira uns topetes, por sinal que são cristãos; e nas barbas bigodes. E trazem as orelhas furadas, e nos buracos delas trazem muito ouro. E andam nus da cinta para cima e para baixo trazem uns panos de algodão muito delgados; e estes que assim andam vestidos são os mais honrados, que os outros trajam-se como podem.

As mulheres desta terra, em geral, são feias e de pequenos corpos. E trazem ao pescoço muitas joias de ouro, e pelos braços muitas manilhas, e nos dedos dos pés trazem anéis com pedras ricas”.

Independentemente das considerações sobre a beleza das mulheres, trata-se de uma descrição que ainda poderia ser feita por um viajante que visita hoje o Malabar, em que ressalta, uma vez mais, a incapacidade de perceber que os “não muçulmanos” não eram cristãos.

O autor refere amiúde que o comportamento do capitão-mor e dos seus companheiros se ia adequando ao “costume da terra”, e quando estanciam no paço real experimentaram pela primeira vez dois frutos nunca antes vistos e, muito menos, saboreados: o coco e a banana. Diz-nos Álvaro Velho que lhes trouxeram “uma fruta que é feita como melões, salvo que de fora são crespos, mas de dentro são doces, e também mandou trazer outra fruta que são como figos e sabe muito bem”. Nos dias de hoje, talvez seja difícil alguém utilizar a imagem de um melão para descrever um coco ou a de um figo para descrever a banana, até porque o conhecimento destas frutas se universalizou, mas naqueles tempos em

que o Homem estava a descobrir o mundo, as referências que traziam da sua terra de origem eram essenciais para tentar compreender as novidades que iam encontrando.

Por isso, Cadamosto, um viajante veneziano que navegara nas caravelas do infante D. Henrique, descrevera o hipopótamo como um peixe (porque passava a maior parte do tempo dentro de água) com cabeça de cavalo, corpo de vaca e dentes de javali – o conhecido servia, assim, para dar forma ao desconhecido. Nesta época estabeleceram-se muitas outras comparações, o que faz, por exemplo, com que os espanhóis denominem o ananás como *piña*, ou que inicialmente os pinguins fossem designados como papagaios do Antártico. O próprio Álvaro Velho usou o mesmo modelo das comparações para explicar aos seus leitores a configuração de Melinde, a cidade da África Oriental onde os portugueses foram bem acolhidos e que seria um dos seus principais aliados nas décadas seguintes: “Esta vila de Melinde está em uma angra e está assentada ao longo de uma praia, a qual vila se quer parecer com Alcochete, e as casas são altas e muito bem caiadas”. Creio que a comparação com a localidade ribatejana se deve justificar pelo perfil do casario; embora nos pareça estranho este modelo seria seguido amiúde por muitos autores nos anos seguintes e podemos encontrar em textos de outros viajantes até cidades japonesas ou chinesas parecidas com Évora, por exemplo.

Voltemos agora aos frutos que Álvaro Velho e os seus companheiros experimentaram. Embora hoje associemos facilmente o coco às praias do Atlântico tropical, nesta época essa fruta ainda estava circunscrita às costas do oceano Índico e do Pacífico. Só por meados do século XVI é que foi introduzido nas praias orientais da América. Talvez tivessem visto cocos nas suas escalas na costa oriental africana, mas esta parece ter sido mesmo a sua primeira experiência, e parece ter sido bem-sucedida. No caso da banana, importa notar que os frutos originários da Índia ainda hoje são muito mais pequenos do que as bananas afro-americanas que encontramos nos nossos mercados. Pequenas, com uma casca fina não comestível e com uma polpa saborosa no interior, a banana chegou a ser denominada como “figo da Índia”. Quer isto dizer que a designação atribuída instintivamente pelo próprio Álvaro Velho, ou pelo conjunto dos treze homens que visitaram o Samorim, foi depois adoptada pelos portugueses durante algum tempo.

Este relato deixa clara, por exemplo, a ausência de um elemento essencial do mobiliário europeu – a cadeira, verdadeiro símbolo de poder através dos tronos, em que se sentavam os reis. O samorim recebeu-os recostado em cima de colchões. Seriam os portugueses a introduzir a

cadeira em muitas destas paragens orientais, desde a Índia ao Japão, e eles próprios se adaptariam ao clima criando, por exemplo, as cadeiras de palhinha.

O desconhecimento da Índia era, de facto, quase total, o que levou inclusive a que os portugueses chegassem a Calicute sem presentes diplomáticos adequados. Álvaro Velho descreve-nos este percalço quando afirma que os oficiais indianos “começaram-se a rir daquele serviço”. Com efeito, barris de azeite e de mel, lambéis, caixas de açúcar, chapéus e peças de coral podiam ser adequados para os encontros luso-africanos, ao longo das praias do Atlântico, mas eram completamente desajustados para as sociedades opulentas da Índia, perfeitamente integradas no sistema de trocas e de referências de riqueza da Eurásia. E perante este embaraço, também somos confrontados com a tradicional capacidade de improvisar dos portugueses, pois o Gama justificou-se afirmando que “ele lhe não trouxera nada, porque ele não vinha senão a ver e descobrir; e que quando cá tornassem outros navios, ele veria o que lhe traziam”.

Embora não tivesse sido estabelecido um acordo formal com Calicute, Vasco da Gama e os seus homens sabiam que tinham cumprido os objetivos da expedição “visto como já tínhamos achado e descoberto o que vínhamos buscar, assim de especiaria como de pedras preciosas”, pelo que regressaram a Portugal. Dispunham agora de muito melhor conhecimento da Índia do que antes de partirem, mas a civilização indiana quedara praticamente intocada e continuava por descobrir. Essa foi a tarefa dos navegadores que se seguiram. Na verdade os descobridores do caminho marítimo para a Índia, afinal, não compreenderam a Índia. A primeira imagem fixada por Álvaro Velho mostra-nos, pois, as primeiras aprendizagens, mas sobretudo um grande equívoco.

## **Bibliografia**

ANDRADE, António Banha de, *Mundos novos do mundo*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord e autor) & RODRIGUES, José Damião & OLIVEIRA, Pedro Aires de, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2014.

PERSON, Michael N., *The Indian Ocean*, Londres-Nova Iorque, Routledge, 2003.

RANGLES, W.G.L., *Da Terra plana ao globo terrestre*, Lisboa, Gradiva, 1990.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A lenda e a carreira de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

THOMAZ, Luís Filipe, “A lenda de São Tomé apóstolo e a Expansão Portuguesa”, in *Lusitania Sacra*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2ª série, tomo III, 1991.

*Viagens dos Descobrimentos*, organização, introdução e notas de José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1983, (as citações do *Diário* de Álvaro Velho e da *Carta* de Pero Vaz de Caminha foram retiradas desta obra).

# O Estado da Índia e as comunidades de origem portuguesa nos relatos de alguns viajantes europeus dos séculos XVI e XVII

MANUEL LOBATO\*

## Introdução

O tema dos viajantes europeus que passaram pela Índia portuguesa é muito vasto, compreendendo numerosos nomes, alguns muito celebrados devido às narrativas de viagem que nos legaram, outros, a maior parte, obscuros viajantes de quem pouco ou nada sabemos. A abordagem que se segue pretende dar continuação a um pequeno estudo prévio (LOBATO 2012). Nesse pequeno texto debruçei-me sobre a questão de como Goa surge estereotipada na literatura de viagens produzida por autores do Norte da Europa, franceses e italianos, entre cuja produção se destaca, pelo seu papel de texto precursor, o *Itinerário* de Linschoten, o célebre secretário holandês do dominicano D. Frei João Vicente da Fonseca, arcebispo de Goa (1583-1587), na órbita do qual, aliás, gravitaram outros estrangeiros. A vastidão do tema foi reconhecida por Carmen Radulet, uma das eminentes estudiosas dos autores e dos textos que compõem a literatura de viagens italiana na Ásia portuguesa, que chamou a atenção para a impossibilidade de abordar todas as suas vertentes e implicações (RADULET 1998: 266). Aparentemente, trata-se de um manancial informativo ainda insuficientemente explorado pelos historiadores de língua portuguesa, ao contrário do que acontece com os de língua inglesa, especialmente indianos, talvez pela facilidade com que os viajantes reprovam a

---

\* Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

governança civil e religiosa dos portugueses e a própria sociedade colonial (CARREIRA 2008: 10-11). Com efeito, a imagem que os viajantes ingleses e holandeses forneceram da sociedade indo-portuguesa tem sido considerada bastante desfavorável e, não raro, mesmo caricatural (BOUCHON 1999b: 298). Assim, continua a faltar uma visão de conjunto, completa e sistematizada do assunto, a despeito dos estudos que têm sido elaborados, incluindo dissertações de carácter mais ou menos inovador, como as que surgiram recentemente no Brasil e no Canadá (VIJAYAN 2013), que vieram somar-se aos trabalhos de autores já consagrados<sup>1</sup>.

Antes de prosseguir seria desejável questionar o que devemos entender por viajantes estrangeiros na Índia portuguesa. Aparentemente, a delimitação do tema não apresenta quaisquer problemas. No entanto, se reflectirmos um pouco, depressa nos damos conta de que a questão possui contornos algo difusos. Convém recordar o facto de que apenas com a queda de Cochim, em 1663, a rede de possessões portuguesas no subcontinente indiano perderia a última possessão que, se exceptuarmos Goa, ainda conservava um carácter relativamente cosmopolita e aberto. Aliás, salvo raras excepções, os portos e espaços urbanos portugueses na Índia adquiriram, desde o início, características de estabelecimentos coloniais em que o livre-trânsito de homens e de mercadorias era desconhecido, como é normal acontecer no quadro do relacionamento entre cada potência europeia e as suas respectivas colónias, que a historiografia do século passado convencionou chamar de “pacto colonial”. Os domínios portugueses tornar-se-iam ainda mais fechados sobre si mesmos desde o declínio do seu movimento comercial a favor das companhias europeias – ensimesmamento que a queda da Província do Norte, em 1739, viria a acentuar – mas que, por outro lado, seria largamente compensado, no que toca à presença de europeus, mediante o recrutamento de peritos militares que se lhe seguiu, sobretudo de franceses (CORREIA 1959).

Nestas circunstâncias, a presença de europeus nas possessões portuguesas na costa ocidental da Índia obedeceu a circunstâncias muito díspares, que condicionaram inevitavelmente a percepção que colheram e transmitiram nos seus escritos. Há que distinguir entre visitantes, cujas estadias, mais ou menos prolongadas, diferem grandemente das daqueles que acabaram por passar grande parte das suas vidas e carreiras entre os

---

<sup>1</sup> Estamos a pensar em autores como Sanjay Subrahmanyam (1994a; 2008), Jean Boutier (1994), Ilaria Caraci (2000), Dejanirah Couto (2006), Andréa Doré (2002) ou Rui Loureiro (1990), para só referir alguns historiadores ainda no activo, pois no campo da literatura de viagens muitos outros nomes teriam de ser citados também.

portugueses, caso de um apreciável número de missionários castelhanos, mas também italianos e de outras proveniências. Há assim que destringir o percurso dos que viajaram para a Índia plenamente integrados na logística e estruturas sociais portuguesas, mesmo que a sua presença tenha sido fugaz, do daqueles que apenas passaram por Goa ou outras praças do Estado da Índia numa ou noutra ocasião, por vezes tentando ocultar a sua identidade, e que não raro sofreram perseguição e sevícias várias às mãos das autoridades civis e religiosas, como Fitch, Newbury ou Delon, ou se viram reduzidos à mendicidade em Goa, como Pyrard de Laval e o “médico aventureiro” Jean Mocquet, cujas “dificuldades materiais” o obrigaram a recorrer a “expedientes (...) para sobreviver” e cuja “viagem incessante” era “uma actividade ao serviço da informação secreta” (COUTO 2006: 60). Mais do que a identidade nacional, a marca identitária parece situar-se na linha que separa católicos e protestantes, os chamados hereges do norte da Europa.

Desde o início, os portugueses recrutaram um grande número de estrangeiros para servirem nas armadas da Índia. A maioria desempenhava tarefas militares a bordo das naus, como seja bombardeiros, calafates, etc. Nas primeiras décadas do século XVI, no entanto, as divisões confessionais, que haveriam de mergulhar a Europa em prolongados e insanáveis conflitos sectários, ainda não se faziam sentir. Assim, nas primeiras armadas da Índia encontramos principalmente alemães, mas igualmente castelhanos e italianos. No entanto, os 300 piqueiros, 50 besteiros e 50 espingardeiros da Suíça que Afonso de Albuquerque agradecia em carta ao rei eram provavelmente designados pelo tipo de preparação militar a que haviam sido sujeitos antes de embarcar para a Índia e não pela sua nacionalidade<sup>2</sup>.

Os italianos, em particular, seguiam para o Índico como agentes de casas comerciais italianas envolvidas na armação de certas naus e no comércio de especiarias. Como é sabido, muitas das suas cartas e narrativas foram há muito publicadas, algumas na célebre compilação das *Navigazioni e Viaggi* de Ramusio, cujo primeiro volume surgiu em 1550, ou conservam-se em arquivos italianos. Como dizem respeito aos primeiros anos da presença portuguesa, época recuada em que a sociedade colonial e o próprio Estado da Índia apenas existiam em embrião, a perspectiva que emerge desses escritos sobre a Ásia portuguesa é ainda muito limitada e, em certos casos, inexistente. Nessa fase de deslumbramento e conquista de posições marítimas e portuárias articulando uma rede ainda em

---

<sup>2</sup> Cananor, 9 de Outubro de 1512. ANTT, CC 1.12.13. Publ. em PATO (1884: 83-84).

construção, a informação relativa à própria Índia é bem mais importante e interessante do que a que incide nos então ainda recentes estabelecimentos portugueses na Ásia. No entanto, complementam a informação fornecida pelos cronistas e pela documentação portuguesa desse período, que é aliás, como se sabe, muito abundante. A este respeito, basta talvez lembrar, para retomar um exemplo que conheço melhor, que os primeiros cinco volumes da quase exaustiva coleção de *Documentos sobre os portugueses em Moçambique* etc. cobrem as primeiras quatro décadas da presença portuguesa, enquanto os restantes quatro volumes se alongam por quase oito décadas, de 1537 a 1614 (REGO *et al.* 1962-1989).

### O ciclo de viajantes italianos

Devido à extensão da sua narrativa, o autor mais conhecido deste primeiro ciclo de viajantes italianos é Giovanni da Empoli (NOONAN 1989). No entanto, é nas cartas do florentino Andrea Corsali publicadas por Ramusio que encontramos algumas afirmações mais judiciosas sobre o carácter dos portugueses, como quando diz, por exemplo, “questi portughesi non si curano d’intendere delle cose di terre ferma, porreqh’il profitto loro é al mare e non alla terra”, ou ainda, referindo-se a um templo ou pagode muito antigo, que “era com meraviglioso artificio fabricato, con figure antiche di certa pietra nera lavorate di grandissima perfetitione, delle qualli alcune ne Testano in piedi ruinate, e guaste, però che questi Portughesi non le tengono in stima alcuna” (BISCETTI 1985: 85, 87). O desrespeito dos portugueses pelos nativos levá-lo-ia mesmo a vaticinar:

todos juntos e da parte do seu rei, corajosos e ousados para entrar em qualquer empresa sem qualquer respeito por coisas ou vidas, e têm causado muito terror nestas partes, que me parece pouco provável que nalgum momento não venham a sofrer dano.<sup>3</sup>

Corsali dá ainda notícia das cristandades do sul:

Os senhores da terra do Malabar são todos gentios e os habitantes em grande parte mouros, outros judeus, outros cristãos de São Tomé. (...) Uma [igreja] está vizinha de Cochim cinco léguas num lugar dito Elongalor [Cranganor]; a outra está em Coulão; os quais são oficiados por certos arménios que passam à Índia à cura de tais cristãos (trad. COSTA 1994: 139).

<sup>3</sup> “Due lettere dall’India di Andrea Corsali”, adaptado de DORÉ 2002: 336, n. 34.

É numa carta de Janeiro de 1516 endereçada por Corsali a Giuliano de Médicis que se encontra uma das primeiras descrições do sepulcro do apóstolo S. Tomé em Meliapor, que este viajante, no entanto, ainda não havia visitado. Trata-se, pois, de uma narrativa em segunda mão fornecida, como o próprio Corsali indica, pelo seu compatriota Piero di Andrea Strozzi (SUBRAHMANYAM 1994a: 28-29). Desta forma, parece que os italianos se anteciparam aos portugueses na divulgação da informação sobre a existência do referido sepulcro, cuja apropriação oficial terá tido lugar apenas no ano seguinte (SUBRAHMANYAM 1994b: 66). Segundo escreve Corsali, a maior cristandade indiana situava-se no “Coromandel, e é de maior importância, onde, no ano passado, foi Piero Strozzi, e ele disse que lá estava sepultado São Tomé e que se pode ver ainda um túmulo antigo em pedra” (*ibid.*).

Piero di Andrea Strozzi, por sua vez, foi um destes pioneiros que se deixaram ficar na Ásia, tal como Francesco Corbinelli, cuja carreira como feitor se estende de 1508 a 1521, e a quem Virgínia Rau (1974) dedicou um estudo. Strozzi participou na conquista de Goa por Albuquerque, de que nos deixou um breve mas muito vívido apontamento em carta que escreveu a seu pai a 20 de Dezembro de 1510:

para entrarmos nessa terra matámos uns dois mil defensores, quase todos Turcos e renegados Cristãos de todas as qualidades, entre os quais predominavam os Venezianos e Genoveses. Depois entrámos nessa terra e ninguém foi poupado, fosse homem, mulher grávida ou criança de colo. [...] Essa terra, toda ela posta a saque e a ferro e fogo, tinha por nome Goa.<sup>4</sup>

Como se vê, antes mesmo da chegada dos portugueses não faltavam italianos e outros europeus na Índia, tais como gregos, albaneses, arménios, etc. Na mesma missiva, Strozzi não esconde a sua admiração pelos indianos, especialmente por aqueles que, como ele, haviam recebido a mais esmerada educação mercantil. Assim, referindo-se aos banianes do Guzerate que encontrou em Goa, diz:

[nós os florentinos] julgamo-nos os homens mais sagazes no mundo, mas os povos destas paragens ultrapassam-nos em tudo. Há aqui mercadores mouros tão ricos que os seus bens valem de 400 a 500 000 ducados. Fazem cálculos de cabeça com mais facilidade do que nós com a pena. Troçam de nós, enfim. Quer-me parecer que nos são superiores em inú-

---

<sup>4</sup> Adaptado de SUBRAHMANYAM 1994a: 23-24.

meras coisas, que não de espada em punho, pois a essa não conseguem resistir.<sup>5</sup>

O italiano Cesare Federici seria o verdadeiro precursor das inúmeras relações de viagem pelas Índias orientais que se sucederam ao longo de quase dois séculos, até meados do século XVIII, quando o gênero cedeu lugar ao relato de expedições de caráter marcadamente científico e acadêmico. As viagens de Federici na Ásia, de 1563 a 1583, foram publicadas em Veneza em 1587, sob o título *Il Viaggio di M. Fedrici nell'India Orientale, et oltra l'India* (FEDERICI 1587). Uma versão inglesa do seu relato apareceria igualmente nas *Principall Navigations* de Richard Hakluyt, em 1599. Federici esteve em Goa por duas vezes, em 1567 e em 1570, tendo a segunda estadia coincidido com a prolongada ofensiva de Ali Adil Khân, sultão de Bijapur (1558-1580), por terras de Salcete, que bloqueou e ameaçou a própria capital ao longo de cinco meses, acontecimentos que o italiano presenciou e a que, inexplicavelmente, atribui uma duração superior a um ano. Tendo chegado à Índia por via de Alepo, Bassorá e Ormuz, nutre pouca simpatia pelos portugueses, sendo o primeiro viajante europeu que nos seus escritos apresenta ao grande público as debilidades do império português na Ásia.

Em 1590, três anos volvidos sobre a primeira edição de Federici, saía também em Veneza a *Viaggio nell'Indie Orientali* de Gasparo Balbi, italiano que viajou pela Ásia entre 1579 e 1588, tendo visitado Goa em 1581-82. A sua narrativa (BALBI 1590), demorando-se nos detalhes navais e económicos, fornecendo mesmo listagens de preços das mercadorias e dos câmbios das moedas correntes, obedece pois à preocupação de oferecer uma visão predominantemente mercantil, o mesmo acontecendo com a correspondência de um outro italiano, Filippo Sassetti, nascido em Florença em 1540, agente de Giovanni Battista Rovellasco, contratador de pimenta. Sassetti estabeleceu-se em Cochim em 1583 e visitaria sazonalmente Goa até à sua morte nesta cidade cinco anos mais tarde.

Analisando as debilidades que viriam a tornar-se fatais para a rede de cidades e fortalezas portuguesas na Ásia, Sassetti diria:

Os portugueses têm muitos locais nesta costa do mar, onde têm certas fortalezas feitas à maneira antiga e em muitas delas vivem não sem muito perigo de se tornar presa dos naturais e à sua mercê, estando em tudo pouco precavidos e mal guardados; e o que é pior, dando-lhes

---

<sup>5</sup> Id., *ibid.*, p. 25.

com frequência muitas ocasiões. Pela terra adentro não têm um palmo, seja porque a conquista é difícilima, seja porque vindo todo o lucro da navegação não se têm dado a esse trabalho.<sup>6</sup>

### Viajantes do Norte: ingleses, flamengos e franceses

Como disse anteriormente, nesta época é apreciável o número de estrangeiros oriundos do Norte da Europa que residiram no Estado da Índia, ou que por ele passaram, mesmo sem considerar Ormuz, cujo carácter cosmopolita era muito acentuado. Em 1552, o jesuíta Manuel Teixeira informava que em Baçaim haviam sido presos “certos homens luteranos” possuidores, diz ele, de “muytos papeis escritos em alemão, e entre elles o salteyro comentado por Martim Luthero”<sup>7</sup>. As divisões sectárias acabavam de condicionar a entrada de estrangeiros. No ano anterior, o jesuíta flamengo Gaspar Barzeu, ou Barze, preconizava em carta para Inácio de Loiola que

(...) ho Provincial quá será mais edificação ser estrangeiro, daquelles que V. R. laa sentir dotados pera isto, *quia nemo propheta in patria sua* (Lucas 4. 24), e neste ponto encerro muito segredo, que não devo declarar mais. Ainda que não saiba ha lengua purtugueza, no caminho a aprenderá (...)

E insistia: “não hé necessario que os que pera quá V. R. mandar seja(m) todos purtuguezes”<sup>8</sup>. Porém, dos 68 jesuítas que partiram para a Ásia entre 1541 e 1556, 49 eram portugueses e 19 estrangeiros, ou seja, 28%. Destes, 14 eram espanhóis e apenas 3 italianos e 2 flamengos<sup>9</sup>. Alguns anos mais tarde o rei proibia os próprios jesuítas espanhóis de passarem além de Malaca por receio de que favorecessem os seus compatriotas recentemente instalados em Manila (COSTA 2000: 412).

O primeiro nórdico, que residiu na Ásia e cujos escritos o tornaram famoso, foi também um jesuíta, o inglês Thomas Stephens ou Stevens (1549-1619), cuja vida é razoavelmente conhecida. Considerado o primeiro

<sup>6</sup> Carta a Francesco I de' Medici, Granduca da Toscana. Cochim, 22.1.1584. *Lettere dall'India (1583-1588)*, p. 47. Trad. DORÉ 2002: 333.

<sup>7</sup> Baçaim, 16 de Dezembro de 1552, REGO 1951, vol. 5, doc. 53: 284.

<sup>8</sup> Goa, 12 de Dezembro de 1551, *ibid.*, doc. 22: 69.

<sup>9</sup> Lista das pessoas da Companhia que se mandarão a India, dos annos de 1541 ate o ano de 1556 inclusive, e das cartas que ate este tempo se receberão, *ibid.*, vol. 6, doc. 24: 154-164.

estudioso ocidental da gramática das línguas indianas, neste caso o conca-nim e o marata, que dominava com mestria, foi tradutor de um catecismo muito citado (STEPHENS 1622) e ainda autor de outras obras nessas línguas, algumas delas usadas por comunidades cristãs da Índia meridional até ao século XIX. Ao contrário dos autores portugueses, que geralmente se referem depreciativamente aos idiomas indianos, Stephens considerava que “muitas são as línguas destas regiões; a sua pronúncia não é desagradável e a sua estrutura é relacionada com o grego e o latim; o modo das suas construções e frases é admirável”, sendo o primeiro linguista que se pronunciou desta forma categórica sobre o parentesco das línguas da família indo-europeia, quase dois séculos antes de tal facto ter sido aceite pela comunidade científica (SALDANHA 1945).

Tendo passado ao Oriente em 1579, além da correspondência religiosa trocada dentro da ordem, Stephens legou-nos ainda um conjunto de quatro cartas, a primeira das quais, enviada a seu pai, um mercador católico, haveria de ser publicada na íntegra, em 1589, na primeira edição das *Principal Navigations* de Richard Hakluyt (1589: 160-162), passando por ter contribuído tanto ou mais do que obra de Linschoten para despertar o interesse dos ingleses e holandeses pelas Índias Orientais, sendo também considerado o mais antigo relato de viagem escrito por um inglês que dobrou o cabo da Boa Esperança.

Apesar de se ter mostrado sempre muito favorável às políticas portuguesas, desempenhou um papel determinante no destino dos primeiros viajantes ingleses que demandaram a Índia, os célebres John Newbury (ou Newberie) e Ralph Fitch, emissários secretos da Coroa inglesa à Ásia financiados por homens de negócios londrinos, desde logo porque estes viajantes iam munidos de cópias das cartas de Stephens que, por precaução, devolveram para Inglaterra antes de prosseguirem por via de Alepo e Bassorá até Ormuz, que Newbery já havia visitado anos antes, e onde chegaram em 1583, ocultando a sua identidade inglesa. Denunciados por correspondentes italianos estantes nesta praça, foram presos e remetidos para Goa juntamente com James Storie, um pintor e viajante inglês sem ligação aos meios políticos e empresariais britânicos.

Em Goa valeu-lhes a intercessão dos jesuítas Thomas Stephens e Mark van Maecht, flamengo natural de Bruges, mais conhecido por Marcos Rodrigues, que abonaram a favor da catolicidade e boas intenções dos prisioneiros. Por seu intermédio Storie ingressaria no Colégio de São Paulo, onde exerceu o ofício de pintor, tendo efectuado várias intervenções em edifícios da Companhia, que acabaria por abandonar sem ter tomado votos. Newbury estabeleceu-se em Goa com uma casa comercial

na Rua Direita, depois de ser libertado sob fiança e de lhe terem sido restituídos os bens sequestrados em Ormuz, conforme ele próprio relata em carta que escreveu de Goa a 20 de Fevereiro de 1584 (de facto 1585), incluída por Richard Hakluyt juntamente com outras cartas de Fitch na sua citada compilação. Ambos empreenderam a fuga a pé pelo Decão, tendo Ralph Fitch peregrinado pelo Golfo de Bengala até ao Pegu, enquanto John Newbury haveria de desaparecer algures na Rússia quando tentava regressar a Inglaterra através do Báltico. Considera-se que as suas cartas e relatos contribuíram decisivamente para a criação da *English East India Company* na medida em que convenceram os financeiros britânicos da inviabilidade da rota dos Estreitos para o comércio com a Ásia do Sul.

Linschoten menciona Fitch, Newbury, Storie e Stephens no seu célebre relato. No entanto, passa em silêncio os franceses estantes em Goa nesta época, mencionados por Vincent Le Blanc, que os visitou no hospital real, ao qual se refere nos termos mais elogiosos:

Cet hospital de Goa est le plus beau et accomply, comme je croy, qui sont au reste du monde, et y oseray bien dire que ny celui de Saint-Esprit de Rome, ny l'enfermerie de Malte, on est servy en vaisselle d'argent ne scauraient estre égalez à cheluy-cy en richesses ordre et service. On y est mieux traité qu'en sa maison propre, quelque riche soit, comme j'ai veu souvent y allant visiter des Français que y estoient malades (LE BLANC 1649: 73, 75).

François Pyrard de Laval referir-se-ia também ao luxuoso hospital real de Goa em termos elogiosos, sem deixar de apontar que nele não eram admitidos cristãos-novos nem pessoas oriundas do norte da Europa que pudessem ser suspeitas de heresia, acabando o hospital por servir apenas os portugueses e alguns, poucos, espanhóis e italianos (BOUCHON 1999b: 296).

O francês mais conhecido que residiu de forma quase permanente em Goa foi o jesuíta Étienne de la Croix (1579-1643), que sucedeu a Thomas Stevens como Reitor do Colégio de Rachol. Linguísta e autor de diversas obras em língua marata que se tornariam verdadeiros clássicos da literatura indiana, de la Croix é autor de um *Purana* cristão. Recorrentemente, ambos os jesuítas referidos – de la Croix e Stevens – procuravam ajudar os europeus do norte a escapar da justiça portuguesa e das garras da inquisição, como fizeram com o próprio Pyrard de Laval (BOUCHON 1999a: 342).

Jean Mocquet refere-se elogiosamente a de la Croix:

Je n'ai vu et connu là [Goa] de Français qu'un bon père jésuite nommé Étienne de la Croix, natif de Rouen, de qui je reçus beaucoup de courtoisie et de consolation. J'en vis aussi trois autres qui s'étaient sauvés des Maldives, entre lesquels était un nommé François Pyrard, Breton, qui a fait l'histoire de ses voyages. L'on me conta aussi qu'environ trois mois avant que j'arrivasse à Goa, en était parti un gentilhomme français nommé de Feynes, qui se faisait appeler le comte de Monfart; il était fort entendu en l'art de pétarder des places; ce qui fut cause de son malheur, car étant venu de Perse à Ormuz, comme il eut dit là qu'il savait un moyen de pétarder aisément une forteresse quelle qu'elle fut, il fut arrêté prisonnier et envoyé à Goa où il fut toujours retenu en prison pour la crainte qu'on avait qu'il n'observât les forteresses du pays, et à la première flotte qui s'en retourna au Portugal, il fut renvoyé dedans (MOCQUET 1996: 142).

Nesta época, Goa é brevemente descrita por Thomas Herbert, que no entanto parece não ter chegado a visitar a cidade. Na sua opinião, muito favorável, Goa seria em 1627

the bravest and best-defended city in the Orient; the magazine, refuge, and seat of justice of the victorious Portuguese. [...] a sweet place surrounded by a fresh river streaming from the mighty mountain Bellaguate [Balaghat]; encompassed with a strong and beautiful wall, which glories in her aspiring turrets, and is not a little dreadful in many sorts of roaring cannon. In Goa is nothing more observable than the fortifications, the Viceroy and Archbishops Pallaces, and the Churches: Field peeces here are numbred above 300; the Pallaces are strong, of good stone, furnisht within with rich Arras and painting: the Churches of best rank (HERBERT 1638: 33).

## **Conclusão**

Não podemos ignorar que a forma como a sociedade colonial se via a si mesma resultava de uma construção fundamentalmente ditada pelo colonizador e não pelo colonizado. Os conceitos classificatórios como reinol, castiço, mestiço, natural ou cristão, que estão presentes nos textos do século XVI, tendem a deixar de reflectir a realidade social à medida que se avança no século seguinte, quando a sociedade colonial surge estruturada

em casados brancos e pretos por um lado, e cristãos naturais por outro. Não sabemos exactamente quando nem como se operou esta transição vernacular, mas ela surge nos textos da série atribuída a Bocarro-Barreto do conhecido *Livro do Estado da Índia Oriental*.

Apesar de os visitantes e observadores estrangeiros da realidade colonial portuguesa na Índia, que começaram a suceder-se desde o começo do século XVII, designarem genericamente os católicos por “portugueses”, incluindo nesta denominação os próprios conversos, eles estavam conscientes das clivagens sociais presentes no interior da sociedade e até de cada grupo, pois não ignoravam que a conversão trouxera a transposição do regime indiano de castas para o interior da sociedade colonial, fenómeno de que fornecem múltiplos exemplos.

## Bibliografia

- BALBI, Gasparo, 1590 – *Viaggio Dell'indie Orientali, Di Gasparo Balbi Gioielliero Venetiano. Nelquale si contiene quanto egli in detto viaggio hà veduto per lo spatio di 9. Anni consumati in esso dal 1579. fino al 1588. Con la relatione de i datij pesi, & misure di tutte le Città di tal viaggio, & del governo del Re del Pegù, & delle guerre fatte da lui con altri Rè d'Auuà & di Sion.* Veneza: Camillo Borgominieri.
- BISCETTI, Rita, 1985 – “Portogallo e portoghesi nelle due lettere di Andrea Corsali a Giuliano e a Lorenzo de' Medici incluse nelle 'Navigazioni' di G. B. Ramusio”. *Revista da Universidade de Coimbra* 32: 79-87 (republ. Série Separatas Verdes n.º 157, Instituto de Investigação Científica Tropical).
- BOUCHON, Geneviève, 1999a – “French traveller in Portuguese India (1601-1610): François Pyrard de Laval”. In G. Bouchon. *Inde découverte, Inde retrouvée (1498-1630). Études d'histoire indo-portugaise*, Paris / Lisboa: Centre Culturel Calouste Gulbenkian / CNCDP. 335-343.
- BOUCHON, Geneviève, 1999b – “Premières expériences d'une société coloniale: Goa au XVIe siècle”. In G. Bouchon. *Inde découverte, Inde retrouvée (1498-1630). Études d'histoire indo-portugaise*, Paris / Lisboa: Centre Culturel Calouste Gulbenkian / CNCDP. 291-301.
- BOUTIER, Jean, 1994 – “Les habits de l'Indiatico. Filippo Sassetti entre Cochin et Goa (1583-1588)”. In *Découvertes et explorateurs. Actes du colloque international*. Bordeaux, 12-14 juin 1992. Paris: L'Harmattan. 157-166.
- CARACI, Ilaria Luzzana, 2000 – “O Oriente dos Portugueses nos relatos dos viajantes italianos do século XVI. Problemas de interpretação e de método”. In Inácio Guerreiro e Francisco Contento Domingues (org.). *Fernando Oliveira e o Seu Tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento Europeu (1450-1650)*. Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia. Cascais: Patrimonia. 309-320.

- CARREIRA, Ernestine, 2008 – “De la fascination du voyageur à la curiosité de l'historien. Les chrétiennes de Goa dans la littérature historiographique”. In Maria Graciete Besse (dir.), *La voix des femmes dans les cultures de langue portugaise. Penser la différence*. Actes du Colloque International, Université Paris-Sorbonne, disponível em <http://www.crimic.paris-sorbonne.fr/IMG/pdf/carreira.pdf> (último acesso 22.03.2013).
- CORREIA, Germano da Silva, 1959 – “Os franceses na colonização portuguesa da Índia”. *Studia* 4: 7-106.
- COSTA, J. P. Oliveira, 1994 – “Os Portugueses e a cristandade siro-malabar (1498-1530)”. *Studia* 52: 121-178.
- COSTA, J. P. Oliveira, 2000 – “Japão”. In A. H de Oliveira Marques (dir.). *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 1.º vol., t. II: *De Macau à periferia*. Lisboa: Fundação Oriente. 379-471.
- COUTO, Dejanirah, 2006 – “A viagem a Goa do médico de Henrique IV”. *Revista de Cultura* 20: 56-76.
- DORÉ, Andréa, 2002 – “Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos”. *Revista Brasileira de História* 22.44: 311-339.
- FEDERICI, Cesare, 1587 – *Viaggio di M. Cesare dei Fedrici, Nell'India Orientale, Et Oltra L'India: Nelquale si contengono cose diletteuoli de i riti, & de i costumi di quei paesi, Et insieme si descriveno le spetiaree, droghe, gioie, & perle, che d'essi si cauano. Con alcuni auertimenti utilissimi a quelli, che tal viaggio volessero fare*. Veneza: Andrea Muschio.
- HAKLUYT, Richard, 1589 – *The Principall Navigations, Voiages And Discoveries Of The English nation, made by Sea or ouer-Land, to the most remote and farthest distant Quarters of the earth at any time within the compasse of these 1500. yeeres: Deuided into three seuerall partes...* Londres.
- HERBERT, Thomas, 1638 – *Some Yeares Travels into Divers Parts of Asia and Afrique*, etc. Londres: printed for Iacob Blome and Richard Bishop.
- LA CROIX, Étienne de, S. J., 1634 – *Discursos sobre a vida do Apostolo Sam Pedro em que se refutam os principais erros do gentilismo deste Oriente [...]. Composto em versos em Lingoa Bramana Marastta pello padre Estevão da Cruz da Companbia de Jesus. Goa, na caza professa*.
- LE BLANC, Vincent, 1649 – *Les Voyages fameux du sieur Vincent Le Blanc, marseillois, qu'il a faits depuis l'aage de douze ans jusques a soixante ans, aux quatre parties du monde: a scavoir aux Indes orientales et occidentales, en Perse & Pegu; au royaume de Fez, de Maroc, & de Guinee, & dans toute l'Afrique interieure, depuis le cap de Bonne Esperance jusques en Alexandrie, par les terres de Monomotapa, du Prest Jean & et de l'Egypte: aux isles de la Mediterranee, & aux principales provinces de l'Europe* etc, redigee [...] par Pierre Bergeron, Paris: Gervais Clousier.
- LOBATO, Manuel, 2012 – “Memória urbana, paisagem social e intertextualidade. Goa nos relatos de viajantes europeus dos séculos XVI e XVII”. In Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha (org.) *Goa: Passado e Presente*, Tomo I, Lisboa: CEPCEP/CHAM. 159-176.
- LOUREIRO, Rui, 1990 – “Goa em finais do século XVI: a ‘Relação de viagem’ de Chrysztoph Pawlowski”. *Ler História* 19: 161-174.

- MOCQUET, Jean, 1996 – *Voyage à Mozambique & Goa. La relation de Jean Mocquet (1607-1610)*. Preface de Dejanirah Couto, texte établi & annoté par Xavier de Castro. Paris: Chandeigne.
- NOONAN, Laurence A., 1989 – *John of Empoli and his Relations with Afonso de Albuquerque*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- PATO, Raymundo António de Bulhão (ed.), 1884 – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as elucidam*. Vol. I. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- RADULET, Carmen, 1998 – “Os Italianos nas rotas do comércio oriental (1500-1580)”. In Artur Teodoro de MATOS e Luís Filipe F. Reis THOMAZ (org.). *A carreira da Índia e as rotas dos estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-portuguesa*. Angra do Heroísmo: CEPCEP/CHAM/IICT. 257-267.
- RAU, Virgínia, 1974 – “Um Florentino ao serviço da expansão ultramarina portuguesa: Francisco Corbinelli”. *Memórias do Centro de Estudos de Marinha*, IV: 107-141.
- REGO, António da Silva (ed.), 1951 – *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*, vols. 5 e 6. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- REGO, A. da Silva, BURKE, E. E., ALBUQUERQUE, Luís de (eds), 1962-1989 – *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, 9 vols. Lisboa: National Archives of Rhodesia/CEHU-JICU/CEHCA-Instituto de Investigação Científica Tropical.
- SALDANHA, Mariano, 1945 – *Doutrina Cristã em Língua Concani por Tomás Estêvão, S. J., impressa em Rachol (Goa) em 1622*, 2.<sup>a</sup> ed., com introdução, notas e glossário por... Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- STEPHENS, Thomas, S. J., 1622 – *Doutrina Christam em lingoa bramaria canarim, ordenada a maneira de Dialogo, pêra ensinar os mininos, cõposta pollo Padre Thomas Esteuaõ da Companhia de Iesus, natural de Lõdres*, Empresa no Collegio de Rachol da Cõpanhia de Iesus anno 1622.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, 1994a – “Piero Strozzi, um Florentino em Terras Portuguesas da Ásia, 1510-1522”. In S. Subrahmanyam, *Comércio e Conflito. A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala (1500-1700)*. Lisboa: Edições 70. 21-34 [trad. portuguesa de “Um bom homem de tratar: Pietro Strozzi, a Florentine in Portuguese Asia, 1510-1522”. *The Journal of European Economic History*, 16.3, 1989, 511-526].
- SUBRAHMANYAM 1994b – “O Proveito aos Pés do Apóstolo: A Povoação Portuguesa de Meliapor no Século XVI”, In S. Subrahmanyam, *Comércio e Conflito. A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala (1500-1700)*. Lisboa: Edições 70. 65-83 [trad. portuguesa de “Profit at the apostole’s feet: the Portuguese in 16<sup>th</sup> century São Tomé de Meliapor”. In Jean Aubin (ed.), *La découverte, le Portugal et l’Europe*. Actes du Colloque. Paris: Centre Culturel Portugais, 1990, 217-235].
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, 2008 – “Further thoughts on an enigma: The tortuous life of Nicolò Manucci, 1638 – c. 1720”. *The Indian Economic Social History Review*, 45.1: 35-76.
- VIJAYAN, Devika, 2013 – “Les anecdotes dans les récits de voyage français aux Indes orientales (XVIIe et XVIIIe siècles)”. Tese de doutoramento. Universidade de Waterloo, Ontario.



# Aspectos do quotidiano de uma viagem de Portugal à Índia, em seiscentos. A viagem do conde de Vila Verde (1692-1693)

ARTUR TEODORO DE MATOS\*

## I

Após o regresso de Vasco da Gama a Portugal em 1499, passou a seguir anualmente uma armada para o Oriente, dando-se assim início à chamada carreira da Índia. A frota era constituída, em média, por quatro a seis navios e há notícia de uma caravela a acompanhar por vezes até ao Equador, carregando água e regressando depois a Lisboa. O embarque era possivelmente feito na Ribeira das Naus, no Terreiro do Paço, enquanto a partida se efectuava quase sempre em Belém, com ou sem cerimónias e logo que os ventos eram propícios. Na segunda quinzena de Março ou, o mais tardar, nos primeiros de Abril, as armadas largavam do Tejo, para que os ventos favoráveis do Atlântico e a monção do Índico pudessem ser aproveitados. Contudo, se por qualquer razão houvesse necessidade de mandar ao Oriente algum navio fora desta época normal, a sua partida poderia ocorrer em Setembro ou em princípios do mês seguinte, altura em que ainda se poderia utilizar, a partir de Moçambique, a pequena monção de Sueste. Qualquer atraso significativo na partida, poderia acarretar uma arribada resultante das condições meteorológicas do Atlântico, traduzidas em tempestades ao largo da costa portuguesa, calmarias no litoral brasileiro e corrente contrária que impedisse a passagem do cabo de Santo

---

\* Do CEPCEP, da Universidade Católica Portuguesa e do CHAM, da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores.

Agostinho, bem como uma arribada imposta pela monção no Índico que poderia dificultar e até impedir, a partida de Moçambique para a Índia antes do mês de Maio. O ideal seria passar o Equador antes de Junho para, no mês seguinte, dobrar o cabo da Boa Esperança.

A duração da viagem dependia de vários factores, oscilando entre cinco e sete meses. Quando os navios fossem obrigados a invernar numa escala, tal duração poderia ir até ao ano e meio. Note-se que embora a invernaria no Brasil fosse frequente, desde cedo foi contrariada, pelo dano que causava aos cascos, velas e enxárcias dos navios, pela fuga de marinheiros e soldados que ou voltavam para o Reino ou ali ficavam no aconchego da terra e, finalmente, pela grande despesa de soldos como de mantimentos.

Na torna viagem as naus deveriam largar da Índia em Dezembro ou Janeiro, a fim de aproveitarem os ventos de feição, evitando assim uma arribada a Moçambique, onde as doenças e mortandade ocasionadas pela estadia dos navios naquela ilha levavam não só a prevenirem-se contra isso, como ainda à alteração de rota. A dificuldade em obter dinheiro para a realização da compra da especiaria, bem assim o receio dos ataques holandeses e ingleses causavam um considerável atraso das viagens que se efectuavam em Fevereiro e Março, já sob a monção contrária, o que levou a um aumento de invernadas e perdas.

Nos meses de Junho a Setembro surgia no Tejo a armada, depois de uma viagem de cerca de ano e meio. A sua chegada era normalmente anunciada por uma caravelão enviado pelo provedor das Armadas nos Açores, sediado na ilha Terceira, logo que surgissem as naus da Índia, para que soubesse «dar razão do que lhes for perguntado». Se na altura a armada das ilhas já ali tivesse chegado, seria esta a enviar o seu caravelão de aviso.

As derrotas das naus, quer na ida quer no regresso, eram inicialmente semelhantes às que Vasco da Gama havia seguido. A experiência, porém, dos nossos pilotos levou-os à utilização de outra rota no percurso compreendido entre o cabo da Boa Esperança e a Índia e entre esta e o Cabo, dependendo da data da chegada ao Cabo e da largada da Índia. O percurso do Reino até ao Cabo foi, no essencial, sempre o mesmo.

Muito haveria a dizer sobre os navios utilizados, a sua tonelagem, os abastecimentos, a população das naus, a bagagem dos passageiros ou mesmo a da tripulação e até sobre as escalas, com especial relevância para as de Moçambique na ida e a de Angra no regresso.

Embora sejam escassos os registos, segundo Pyrard Laval a população de uma nau andaria à volta das 800, 900 pessoas ou até mais, repartida

por tripulação, soldados e passageiros. Como decorria o quotidiano desta gente numa viagem que em boas condições duraria cerca de meio ano?

Não dispomos, infelizmente de diários de gente anónima, mas conhecem-se relatos circunstanciais dessas viagens escritos por viajantes e outros, dos quais os de Linshoten e Pyrard de Laval serão por ventura os mais conhecidos, mas também os de muitos jesuítas que tinham aliás a obrigação de informar o Superior-geral dos acontecimentos ocorridos no mar ou em terra. Alimentação, prática religiosa, lazer e até conflitos, são alguns dos aspectos do quotidiano que aqui gostaria de abordar.

Cada nau antes de largar de Lisboa era abastecida de todos os provimentos necessários para a viagem até chegar a Goa, uma vez que podia acontecer não tocar em nenhum porto. Segundo Pyrard de Laval os víveres eram distribuídos mensal ou quinzenalmente, com excepção da água e do vinho que se entregavam diariamente. Era a chamada ração d'el rei: 1 canada de água por dia e 3 quartilhos de vinho para a gente do mar e 2 para a gente de armas. Dos mantimentos faziam parte o biscoito, a carne, o peixe, a farinha, etc. O frequente carregamento de géneros de má qualidade nas naus era já denunciado por Fernão de Oliveira que advertia não passar tal atitude de «um engano de mesquinhos», ditado pela avareza dos armadores com a conivência, dissimulação e «cobiça» dos feitores. Daí que fizesse uma série de recomendações sobre a maneira de confeccionar o bom biscoito, já que era a «principal virtualha», substituída na Índia pelo arroz e no Brasil pelo milho e raiz.

O vinho era um dos principais alimentos apresentados na dieta alimentar dos passageiros e tripulantes. Tão entranhado estava o hábito do seu consumo, que o mesmo autor informa terem-lhe asseverado os homens do mar não o poderem dispensar de modo algum, já que «sem vinho não podem os homens ter força». Certamente por isso escrevia que «o bom quanto mais forte melhor, porque se pode acrescentar». E afirmavam ainda os marinheiros ser remédio eficaz e indispensável para cura das gengivas, quando tentavam convencer o Provedor das Armadas na ilha Terceira a dar-lhe vinho, argumento que não convenceu Pires do Canto.

A carne e o peixe eram também dois outros alimentos distribuídos a bordo, em fresco ou, quase sempre, salgados ou fumados. A sua preparação exigia cuidados especiais para não apodrecerem. Se se pudesse dispensar o sal – escreve o mesmo Fernão de Oliveira – seria muito melhor, porque «o sal faz sede que no mar aflige muito os homens». Os queijos, os legumes e demais alimentos eram de grande proveito a bordo e, por isso, não poderiam faltar na despensa. A confecção era feita pelos próprios num dos fogões da nau – o que dava por vezes origem a desordens por

desrespeito da ordem de chegada – e o consumo da água doce devia ser restringido ao essencial, recorrendo-se à do mar para múltiplas utilizações.

Mas se a maior parte dos que rumavam à Índia ou dela vinham para Portugal tinham de contentar-se com os mantimentos que lhe eram distribuídos a bordo, outros havia que tinham possibilidade de fazer-se acompanhar de quantidade apreciável de alimentos e até de animais vivos. Tomemos por exemplo os elementos da Companhia de Jesus e um capitão-mor de uma nau em 1631.

O biscoito era o alimento de base. Cada jesuíta devia transportar consigo uma quantidade estimada em c. de 300 litros (4 barris de 6 almudes cada) dos quais 30% eram roscas biscoitadas. O arroz era outro dos cereais de largo consumo. Por isso 3 fardos de c. de 180 l era a porção recomendada para os c. de 6 meses de viagem até Goa.

As carnes e derivados atingiam quantidades apreciáveis. E se a carne de vaca não ultrapassava as 2 arrobas, talvez por a ração distribuída a bordo a incluir, os fumados são variados: 1 porco, 60 linguças e meia centena de entrecostos. Mas a carne fresca era também consumida, especialmente a de galináceos, muito indicada para os doentes. Cada missionário devia levar uma centena de galinhas em capoeira apropriada, bem como 1 candil (20 alqueires) de milho ou de bate, para o seu sustento e uma raspadeira para a limpeza. Repare-se que no registo da matalotagem de António Saldanha, que saiu de Lisboa para a Índia em 1631 como capitão-mor, recordava-se que «as galinhas são o primeiro mantimento para o mar e quantas mais melhor» e recomendavam-se as oriundas de capoeiras grandes e dos lugares junto ao mar e de nenhum modo as «ratinhas» habitadas ao campo, já que morriam logo. Sugeria-se, ainda, que em cada capoeira existisse um galo, já que era quem mais as afastava das brigas.

Para além da carne, o peixe ocupa lugar importante na dieta alimentar de bordo. Cem litões (cação pequeno e seco), 20 pescadas e uma boa porção (30 arráteis) de outras «conservas» de peixe, são quantidades apreciáveis, a que se poderia somar outro peixe fresco obtido, sobretudo, em alturas de calma ou próximo das plataformas marítimas.

Tão ou mais importante que estes alimentos tidos por essenciais, era a água. Quatro pipas era a quantidade estipulada e não seria demais para saciar a sede, confeccionar os alimentos e para uso na higiene pessoal. Mas também o vinho era bebida indispensável e, por isso, cada inaciano transportava consigo 6 almudes (c. de 76,6 l).

Na ementa entravam outros produtos: letria, grãos, feijões e lentilhas, cebolas e abóboras das Guiné e, por vezes, farinha para se cozer algum pão, além de ovos. Estes deviam ser conservados em açúcar e não em

azeite, como acontecera anteriormente. Para confeccionar e temperar os alimentos havia manteiga e azeite, vinagre, mostarda, alhos, açafraão, coentros e salsa secos e várias especiarias. Nas viagens de Goa a Lisboa, além dos tradicionais achares, traziam tamarindo, muito recomendado pelas suas propriedades laxativas. Existia também alguma variedade de doces, quer sob a forma de açúcar branco e rosado, de confeitos ou de marmelada. Como complemento havia passas e ameixas, amêndoas e tâmaras, habitualmente distribuídas a doentes.

Além dos alimentos, tornavam-se necessários os utensílios para os confeccionar. Barças, púcaros, gamelas, frascos, jarras, vasos, de cobre são alguns dos muitos apetrechos que traziam consigo, além de facas, machadinhas, cutelo, almofariz, e 20 panelas, 1 tacho e até têmperas para cozinhar os alimentos, dispensando, pontualmente ou não, os fogões da nau. As iguarias eram servidas em pratos de cobre ou louça grosseira (conhecidos como bacios), com talheres, mas não faltavam as porcelanas para as refeições de festa ou de confraternização, colocadas sobre toalhas, a que nem faltavam os guardanapos.

O bom acondicionamento do biscoito recomendava que as pipas fossem forradas com teadas e até o maior conforto do camarote com bergantil. E certamente lembrado que «pela boca morre o peixe, o Padre Francisco Vieira escrevia que «grande parte desta saúde consiste no modo e tempo de comer». Daí recomendar-se aos passageiros que tomassem um almoço «moderado», em horário compreendido entre as 8,30 e as 9,30, constituído por «alguma coisa de fogão» e jantassem «perfeitamente» às 2 da tarde. Ao anoitecer fariam uma «colação» de frutas, passas, figos passados, queijo, azeitonas e amêndoas. De quando em vez, poderiam juntar-lhe uma talhada de doce e, muito raramente, alguma «cousa fria que sobrasse do jantar», tal como marrão (leitão), presunto, chouriços, etc. evitando assim uma terceira ida ao fogão. Adverte, porém, que se não devia proibir aos estrangeiros e aos que foram criados «com mais uso de vinho», tomarem logo de manhã e ainda antes do almoço, um pequeno copo de vinho com um biscoitinho. Já que o hábito deste *mata-bicho* «a muitos conserva a saúde»

Mas se se fizermos uma curta visita à despensa do capitão-mor da armada, veremos que o seu abastecimento estaria longe de suprir as necessidades essenciais. Quase se poderia dizer que não só estava preparada para uma alimentação normal para ele e para os seus protegidos, como para oferecer algum jantar sempre que houvesse necessidade ou pretexto para isso, ou pontualmente, socorrer alguma necessidade. Encontramos na

sua despensa abundantes quantidades de doces, pão, carne, peixe, fruta, legumes, água, vinho e vinagre, além de outras «veniagas e mercancias».

Os doces eram considerados o melhor mantimento para a viagem, por serem «comer feito» de grande «sustância» e apropriados para os doentes. Os que sobejassem teriam mercado assegurado na Índia, sobretudo se lá não existissem, como era o caso das ginjas, do açúcar rosado, das ameixas e da marmelada. Para melhor se conservarem, deveriam ser confeccionados com açúcar em ponto grosso e guardados em vidros e em panelas. Além das ginjas, marmelada branca e de sumos, pêsegos e pêras cobertos, seguiam diversos tenores de doces de calda de escorcineiras, diacidrões, pêsegos, melões e ameixas. A estes juntavam-se-lhes o açúcar ordinário, rosado e mascavado, os confeitos e o mel.

Com os doces seguia também um caixão de panelas de ovos-moles, tidos por «muito bons» e de grande duração no mar, desde que confeccionados sem miolo de pão, com ponto grosso e tapados com côdea de açúcar. Da ementa da doçaria de bordo fazia parte a espécie – ainda com reminiscência na ilha de S. Jorge – que não deveria conter amêndoas nem manteiga, para que se não corrompense. Repare-se que a quantidade de doces que este capitão transportou à sua conta atingiu 600 arráteis (275,5 kgs), bem mais do que era habitual levar um capitão-mor que se ficava pelos 400 arráteis (184,6 kgs).

Os presuntos eram considerados as melhores carnes para o mar, devendo preferir-se os da terra, bem curados, aos da Flandres. Untados com azeite, acondicionar-se-iam em barris onde depois se vertiam algumas canadas de azeite, havendo sempre o cuidado de os virar durante a viagem, «para que não ardam e gozem todos do azeite». Os chouriços eram acondicionados do mesmo modo. Outros presuntos eram cozidos, enrolados em panos e farelos e dependurados ao ar, embora fossem de menor duração.

As mãos de porco e as línguas de vaca eram guardadas em barris, com camadas de sal e apertadas em pesos. Desde que postas em água para dessalar, garantia-se que ficavam como frescas. Outra preparação levavam os lombos de vaca, os tassalhados das pernas sem osso e os veados que, escorrendo ainda sangue, deveriam ser colocados em barris estanques, juntando-se-lhes vinagre, sal, mostarda e ourégões.

As perdizes seriam previamente assadas no forno e, já frias, passadas por azeite a ferver. Depois de bem escorridas, podiam então ser colocadas em tenores, deitando-se-lhes uma calda a ferver de azeite, vinagre, com especiarias. De dois em dois dias seria «reformada» a calda até terminar a absorção. Os coelhos, partidos e sem cabeça, teriam a mesma preparação.

As carnes frescas – denominadas «carne vivas» – obtidas dos animais abatidos na viagem (galinhas, perus, carneiros e vitelas) ou em escalas, constituíam um dos importantes alimentos. «Quantas mais, melhor». Pois eram consideradas «o melhor mantimento para o mar» e muito utilizadas para os doentes. Por isso António Saldanha levou consigo 600. Os carneiros do Alentejo, considerados os melhores, não deveriam ser capados. Alimentavam-se de cevada, como também os vitelos. Boa adaptação tinham os coelhos à vida de bordo, que chegavam a fazer criação.

O peixe era um outro alimento de grande consumo no mar. O de Moura parece ser o mais apreciado, já que a pescada, o arenque e o salmão desta vila alentejana eram os mais recomendados. A pescada de Moura adquiria-se em Cascais e os restantes seriam de fumeiro ou também de salmoura. Os litões e o peixe-pau, consumidos abundantemente, eram secos ao sol e acondicionados em barris. As sibas, que na sua maioria eram de salmoura, poderiam ser preparadas em escabeche, como acontecia com os linguados, as lampreias, os mexilhões e as ostras.

Mas a despensa do capitão-mor podia ainda conter o pão (sob a forma de biscoito branco) ou cuscus<sup>1</sup>, bolos de açúcar, «biscoitinhos», ginetes<sup>2</sup>, e até fartes<sup>3</sup> bem tostados e confeccionados sem manteiga. Aletria e farinha completavam o «título» do pão da sua despensa

Da matalotagem deste capitão faziam parte ainda outros alimentos dos quais destacaremos os produtos lácteos, os ovos, as azeitonas e as conservas de vinagre, a fruta fresca e seca, as hortaliças, o vinho, o vinagre, a água e outros produtos. Vejamos os principais.

Os queijos, por serem «comer feito», quantos mais se levassem tanto melhor, além de constituírem na Índia uma boa mercadoria de venda. E tanto os alentejanos como os flamengos eram muito apreciados, embora os mais pequenos e rijos fossem talvez melhores, se bem que os holandeses talvez durassem mais. Para garantir uma maior validade, deveriam untar-se com azeite e arrumar-se em barris, para onde se vertiam umas canadas de bom azeite.

A manteiga de vaca era também «muito necessária para o mantimento do mar» e preferível à do porco que depressa se estragava. Transportada nos barris em que era comprada ou, se possível, em tenores vidrados, em cuja boca se colocava um pano molhado coberto com uma camada de sal.

---

<sup>1</sup> Bolo feito com farinha de milho ou arroz e cozido a vapor.

<sup>2</sup> Bolos de Páscoa.

<sup>3</sup> Bolo de açúcar e amêndoas, envolvido em farinha de trigo.

Quanto aos ovos, nenhuns bastavam, segundo se dizia. E os destinados ao consumo do início da viagem acondicionavam-se em sal. Mas com a maior parte enchiam-se os tenores que, depois de atestados com azeite, eram rolhados com pergaminhos e enseirados.

As azeitonas de Elvas eram tidas por as melhores, embora também fossem recomendadas as de todo o Alentejo e até as de Almançanilha no Algarve. Devião ser verdes, duras e mergulhadas em salmoura<sup>4</sup>. As destinadas à Índia seguiam em barris de 3 e 4 almudes (75 a 100 l) e as de consumo a bordo em botijas e peruleiras<sup>5</sup>. As alcaparras e o perrexil, preparados em botijas cheias de vinagre forte com pedras de sal, eram uma conserva muito «estimada» na Índia no tratamento de diversas doenças e, sobretudo, do escorbuto.

Os frutos secos eram muito usados na ementa de bordo. Davam-se habitualmente aos doentes uvas e ameixas, comiam-se figos nas latitudes frias e, nos guisados, utilizavam-se amêndoas. De notar a preparação das ameixas que, ou se metiam em tenores entre camadas de açúcar em pó ou, passadas por água a ferver e bem enxutas, colocavam-se em açúcar em ponto. As castanhas peladas, desde que bem secas, eram «de grande regalo no mar e grande estima na Índia».

A fruta fresca era considerada como «de grande refrigério no mar» e, por vezes, a «saúde de um doente». Deveria ser colhida em altura de tempo «enxuto» e, se possível, em quarto minguante. Na apanha das laranjas e limões conservar-se-ia o pé e, ainda junto às árvores, guardadas em quartas. Das frutas sem espinho, os verdais eram os que mais duravam<sup>6</sup>, mas também os peros da Galiza e as melancias eram recomendadas por oferecerem uma boa validade.

Das hortaliças a couve murciana<sup>7</sup> era a mais apreciada. Partidas a meio, conservavam-se em barris com camadas de sal bem apertadas. Bem dessaladas, garantia-se-lhe qualidade «excelente». Também poderiam ser preparadas de escabeche. Neste caso, seriam partidas aos quartos e colocadas num barril, juntando-se-lhes em cada camada pimenta pisada, mostarda inteira, cardamomo, atestando-se o barril com um bom vinagre. Os nabos poderiam levar-se do mesmo modo. As alfaces, a chicória e demais hortaliça eram conservadas em vinagre «destemperado» e metidas em canastras.

<sup>4</sup> A Salmoura devia ter tanto sal, que um ovo pudesse nadar na água.

<sup>5</sup> Vasilha de almude (25 l).

<sup>6</sup> Variedade de milho amarelo de caule delgado.

<sup>7</sup> *Branica oeracea murciana*, Lin.

Os legumes eram muito usados no tratamento dos doentes e, sobretudo, as lentilhas. Para que não fossem acometidas de bicho, deviam esfregar-se com azeite num alguidar, cobrindo-as depois no barril com um pouco da mesma gordura. As cebolas requeriam cuidados especiais para que não se estragassem. Ou se dependuravam no ar ou, para durarem mais, retirava-se-lhe a casca exterior e furavam-se pelo olho com um espeto em brasa, acomodando-se depois em barris. Deitava-se-lhes então uma mão cheia de sal e atestava-se com vinagre bem forte. Decorridos alguns dias poderiam fechar-se nos barris. Devia também levar-se cevada em quantidade. Para além de ser o alimento das galinhas, carneiros e vitelas, utilizava-se para preparar as tizanas<sup>8</sup> e era de grande uso na farmacopeia e inexistente na Índia. No dia da partida embarcaria o «refresco», ou seja, «tudo o que há de durar pouco» e que consistia geralmente em pão amassado, carne e peixe frescos, em conserva ou em escabeche, empadas, favas, hortaliça, cardos, avelãs, castanhas, ovos doces em bocados, além de outros produtos.

Se as congregações religiosas e o capitão gozavam da possibilidade de fazer transportar alimentos para meio ano de viagem, suprimindo as insuficiências da «regra» distribuída na nau, ou proporcionando a si próprios algum bem-estar e fazendo também alguma caridade, os poucos inventários que nos chegaram permitem conhecer minimamente o tipo e qualidade de produtos de que se faziam acompanhar o marinheiro, o militar ou o passageiro comum desta viagem. Na bagagem de um marinheiro falecido junto ao cabo da Boa Esperança em 1602, foram encontrados 12 chouriços, 4 pernis de porco, 1 caixa de marmelada, 150 litros de biscoito de argola, azeitonas, cebolas, alfaces, açúcar e 2 barris de água. Um condestável que morreu na mesma viagem, deixou mais de 4 dezenas de chouriços, alqueire e meio de grãos e feijão, 2 arrobas de passas, 1 barril de figos e outro de castanha pelada, 3 arrobas de alfazema e 5 de erva-doce, 3 cunhetes de atum branco e 320 botijas de azeitona, além de c. de 500 litros de água. Já nos bens de um criado de D. Pedro de Mascarenhas, apenas se lhe achou 1 barril com 50 litros de azeitonas e nos de um soldado, nenhum mantimento foi encontrado.

A abundância de mantimentos de alguns, de modo algum poderá ser generalizada à população de uma nau, que na sua maioria teria de contentar-se com a «ração del-rei», como escreveu o Padre Jerónimo Lobo, que viajou para a Índia em 1621, pois não levava qualquer outro sustento.

---

<sup>8</sup> Cozimento da cerveja. É uma bebida aquosa que tem em dissolução pequena quantidade de substâncias medicamentosas e que se administrava para coadjuvar a acção de medicamentos mais activos. Provoca sudação.

Não deixou também de aludir aos mantimentos «ruins e corruptos», como a carne de porco que fora salgada «não estando enxuta para pesar mais». Por isso ficara «podre e ardida». Também o vinho se «danara», de tal sorte «que as pipas inteiras abriam o torno e corria ao mar». E acrescentava: «arroz vi eu lançado no convés tão podre e mudado que acreditei ser cal, se não me garantissem que era arroz». Dizia ainda que além da sobrelocação da nau (900 pessoas), os c. de três meses de calmarias na zona da Guiné e a má qualidade dos alimentos haviam sido a causa da morte das mais de 300 pessoas. Já um irmão jesuíta confessara antes, que os que pior passavam a bordo «eram os pobres e desamparados soldados que é piedade ver a má vida que levavam, com um biscoito muito negro e às vezes tão cheio de bicho ... e tão amargo, que mais sabe a fel». Todavia a necessidade era tanta – acrescentava – que se não queixavam tanto de ser ruim, como de ser pouco. Algum vinho que se lhe distribuía era quase sempre vinagre e «muito sujo», apesar de carregado «por muito bom». Nos dias de pescado, como não houvesse já azeite, teriam de contentar-se em «molhar neste vinagre este pão podre ou muito ruim e manter-se com isto», porque o azeite distribuído era escasso e enorme a necessidade da sua utilização.

Nos começos do século XVII um autor experimentado na carreira da Índia referia que os soldados, pajens e grumetes chegavam frequentemente à Índia «despidos, uns pelo pouco que levam, outros porque na viagem vendem tudo para comerem ou para jogarem». Por isso propunha que não lhes fosse distribuído vinho, senão quando absolutamente necessário, já que «a uns faz mal... e a outros o venderem-no nas mesmas naus por pouco mais de nada, lhes faz também mal o muito que bebem de sobejo a quem o compra». A escassez e, sobretudo, a deterioração dos alimentos distribuídos a bordo eram, de facto, razões suficientes para que os passageiros e tripulantes se prevenissem com alguns mantimentos para a longa viagem que teriam de suportar até chegarem ao destino.

2. Outro aspecto importante é o da religiosidade existente a bordo. O século XVII é marcado por fenómenos de grande sentimento religioso. Não obstante os progressos técnicos que já se faziam sentir nesta carreira, a protecção divina tornava-se essencial ao sucesso da longa viagem, atulhada de angústias e atribulações decorrentes de tempestades, falta de ventos, ataques de corsários, condições imundas de bordo, além da má alimentação.

Recordava um sacerdote inaciano, que logo ao início da viagem repartiam os santos pela nau e faziam os seus votos e promessas de prudên-

cia e moderação, além de ser ocasião para fazerem devoções, confissões e bons propósitos. Ao sair da barra era comum rezar-se a ladainha e, diariamente, recitavam-na à tardinha ou ao cair da noite, quando o sol se punha no horizonte. Um sacerdote tocava a campainha e todos os marinheiros, soldados, fidalgos e até o Governador ou Vice-rei quando aí estava reuniam-se na tolda para assistir às ladainhas de Nossa Senhora ou dos Santos, cantadas, ao que se dizia com muita devoção – era a chamada *Salve dos Marinheiros*. Todavia ao Sábado os sacerdotes ocupavam lugar secundário, limitando-se a rezar as orações finais, já que o verdadeiro oficiante era o piloto, pois pertencia-lhe, por tradição, a presidência desta encantadora *Salve*.

O calendário litúrgico assinalava algumas festas importantes, que por regra ocorriam em período de viagem. É o caso das cerimónias da Semana Santa, com bênção de Ramos e a Quarta-feira a marcar o início dos grandes dias dessa semana, com Lava-pés na Quinta, adoração da Cruz na Sexta e alegria no Sábado santo, que preparava a grande festa da Ressurreição do Domingo de Páscoa. As naus eram, como alguém já lhe chamou, «catedrais ambulantes», que levavam dentro de si o mesmo fervor, ingénuo e forte, da gente das aldeias e das cidades.

As festas do Espírito Santo, outrora existentes em Portugal, perduraram nas naus da Índia e ainda hoje nos Açores e nas suas comunidades, realizadas com exuberância e algum fervor, à mistura com gostosas sopas de pão e tenras carnes. Missa, coroação do imperador ou da imperatriz, jantar, distribuição de esmolas e fogo-de-artifício proporcionavam à população um dia de devoção, mas também de muita folia. A Ascensão e o Corpo de Deus mereciam também celebração festiva. Outras solenidades, populares ou não, como Santo António, São João ou São Pedro ou os patronos das Ordens Religiosas em viagem, eram motivo de festa religiosa, com novenas, confissões, pregação, jantar oferecido pelos mordomos a convidados e até artilharia e fogo-de-artifício. As festas eram motivo de distração, podendo revestir uma feição mais profana até. A passagem do Equador ou a do Cabo da Boa Esperança eram razão para isso. A primeira era a primeira grande dificuldade a vencer, por ser zona de grandes calmarias. A segunda, pelas grandes tempestades que habitualmente surgiam nesta zona.

O conde de Vila Verde na viagem para a Índia em 1692 suportou um mês de «excessivas calmas», com 150 doentes. Acudiu-os a dispensa do vice-rei, chegando a sua cozinha a servir mais de 200 caldos de galinha aos doentes. A passagem era penosa. Havia que pedir o amparo do Céu. Por isso em 1688, numa viagem em que seguiam para a Índia 12 jesuítas,

estes resolveram implorar a protecção de Santo António, fazendo-lhe uma novena. Os passageiros que passavam a Linha pela primeira vez costumavam também dar uma esmola para confrarias – de Portugal ou constituídas na própria nau – e uma moeda e alguma coisa mais para os marinheiros comerem e beberem. Também poderiam oferecer objectos que, vendidos em leilão, permitiriam a encomenda de missas pelas almas do purgatório. Ninguém estava isento. Nem uns pobres frades capuchinhos! O costume estava muito divulgado e quase sempre revestia formas menos pacíficas e ordeiras. Os marinheiros faziam-no muitas vezes com alguma extorsão e violência, já que os que não podiam contribuir ou se mostravam pouco generosos, eram por vezes atirados ao mar. Vestiam-lhes uma alva como aos condenados e, ajoelhados como penitentes aos pés do marinheiro, este fazia-lhe uma cruz na testa com almagre, sendo depois amarrados com uma corda, suspensos num lais com roldana e descidos ao mar.

3. Numa viagem tão longa e enfadonha, as pessoas procuravam as mais diferentes distrações, como as leituras, a pesca de anzol ou de fisga e os jogos, principalmente os de azar, embora com restrições, fixando-se a quantia do limite máximo a que se podia jogar. Os jogos das tábuas e o do trunfo parecem ser os mais frequentes. Tais regras eram afixadas no mastro grande do navio. É que se empenhavam armas, espadas e outras «fazendas», além dos distúrbios e roubos que muitas vezes provocavam nas naus. Estes parecem ter sido não poucas vezes motivo de blasfémias, impropérios e conflituosidades. Mas não serão os únicos responsáveis por tais desacatos. A morosidade e as intempéries da viagem, a exiguidade dos espaços, a incomodidade dos alojamentos, a falta de higiene, a carência e a má qualidade dos alimentos e a dificuldade na sua confecção, a convivência forçada entre pessoas de desigual condição social e cultural criavam um ambiente psicológico propício aos desentendimentos e discórdias que atingiam, com frequência, a violência. Daí o capitão do navio estar investido de alguma jurisdição para castigar os infractores, mas deixava para o lugar de destino a resolução ou aplicação da pena para as questões de maior gravidade, fazendo o escrivão autos de tudo, ouvidas as partes envolvidas.

Muito mais haveria a dizer, não só quanto a estes aspectos do quotidiano que seleccionamos, mas também sobre muitos outros desta carreira que no dizer do jesuíta Alesandro Valignano era «sem nenhuma contradição, a maior e mais árdua de quantas há nos descobrimentos» A bibliografia já é extensa. Esperamos ter podido contribuir para a sua apetência e para um melhor conhecimento desta carreira,

## II

Nos começos de Fevereiro de 1692, D. Pedro António de Noronha de Albuquerque, 2º conde de Vila Verde, era nomeado vice-rei da Índia e, no mês seguinte, era-lhe dado o regimento para a viagem de destino. Por um feliz acaso chegaram até nós esse documento, o relato da viagem, como até o regimento que lhe foi entregue em Goa pelo seu sucessor, António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, no regresso a Portugal<sup>9</sup>.

São já hoje conhecidos muitos dos regimentos da carreira da Índia dos séculos XVI a XVIII e, alguns deles, foram até já publicados. O que agora se divulga, forneceria ao capitão-mor detalhada informação sobre a complexidade de tão longa viagem e recomendava os procedimentos a tomar com vista ao seu bom sucesso, já que a experiência contava quase dois séculos.

O medo e a incerteza de tão longa e penosa viagem, agravados pela lembrança dos naufrágios ocorridos, levavam a que insistentemente se exigisse a todos uma boa confissão, para, em estado de graça serem merecedores da protecção divina, ou se Deus os chamasse, poderem receber a glória eterna. Daí também a proibição de blasfémias, juramentos “e outros actos ilícitos”. Aliás, os crimes de heresia ou blasfémias a Deus ou aos Santos, feiticeiria, lição de livros defesos, juramentos falsos, sodomia e molícias ou conversação ilícita na nau eram punidos com prisão, após mandar tirar devassa. Igual castigo teria quem embarcasse escrava sua e a levasse em lugar suspeito.

Mas outros cuidados eram tidos no início da viagem. Ainda antes de sair da barra devia fazer-se “alardo”, registo ou inscrição da gente, repetindo-o 8 ou 10 dias depois, descriminando a gente de mar e de guerra, registando-se os sinais pessoais, foros auferidos, etc. Procedimento semelhante teria lugar na costa da Índia, para que o assentamento fosse entregue em Goa actualizado. É que essa verificação era importante não só para a Matrícula em Goa e para se abaterem os mortos, como na distribuição da ração com as consequentes implicações financeiras que tais

---

<sup>9</sup> BNP, Reservados, caixa 31, nº 2, “Regimento dado ao conde de Vila Verde Vice-rei da Índia – 1692, cópia autêntica de 1698”. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, *série azul*, nº 64, “Breve relação do que passou na viagem da Índia o conde de Vila Verde, vice-rei daquele Estado, o ano de 1692”, fls. 4-7; Arquivo Histórico de Goa, *Regimentos e Instruções*, 1424, “Regimento que se deu ao Senhor conde de Vila Verde quando foi para o Reino”, fls. 36-36v. Dada a sua importância, publicamos em anexo estes documentos.

reduções teriam de acarretar, já que eram referidos os grandes “descaminhos” que ocorriam a tal respeito.

A preocupação de fazer transportar para a Índia apenas gente “que seja útil para o serviço” e certamente com vista a corrigirem-se abusos, determinava-se que nenhum elemento da tripulação, oficial, praça ou passageiro, mesmo que nobre, pudesse levar consigo menores de 13 anos, sob pena de pagar em dobro o soldo que auferia. Se não o tivesse, seria privado da ração de vinho. Na torna viagem o alardo é também recomendado, já que era elevado o número de pessoas que, sem autorização, vinham para o Reino. Se descobertas, não só perderiam os seus haveres, como incorreriam noutras punições, o mesmo se aplicando a quem as trouxesse escondidas.

Especial “cuidado e vigilância” devia merecer o apresto das armas, que teriam de ser reparadas de 15 em 15 dias pelo serralheiro e poupadas as cargas de mosquetes nos primeiros dias de viagem. Admitia-se, porém, que ao passar o cabo da Boa Esperança, para aliviar a nau, alguma artilharia se abatesse, tendo em vista os grandes temporais que frequentemente aí ocorriam. Porém, para que os soldados chegassem “destros” ao destino, deviam exercitar-se nas armas de fogo, embora nunca guardando eles próprios a pólvora, Registe-se ainda que a gente de guerra seguia organizada em esquadras, para estar mais prontamente apta à defesa e à vigia da nau. E para que também melhor pudessem realizar determinadas tarefas de entre-ajuda, subdividam-se em “ranchos”<sup>10</sup> e grupos *ad hoc* ou de afinidades, então denominados de “particulares camaradas”. Eram-lhe cometidas outras tarefas, como a limpeza da nau, “fazendo-a aguardar com vinagre”, já que a falta de higiene era tida como um dos principais focos infecciosos.

O desvio de mantimentos obrigou a um controlo diário mais apertado, com escrutínio diário de todas as despesas e respectivos beneficiários, para se evitarem os “descaminhos” provocados por roubos e atribuição de rações a gente já falecida. Mas os abusos não aconteciam apenas com os mantimentos. O desaforo nos “agasalhados”<sup>11</sup> e beliches, sobrecarregando a nau na ida como na vinda, são também motivo de recomendação. Adiante-se que em 1652 haviam sido novamente regulamentadas as “liberdades” da gente das naus da carreira da Índia e aumentados os soldos,

---

<sup>10</sup> Grupos em que se dividia a guarnição do navio para efeitos de alimentação, normalmente constituídos por 10 homens, sendo governados pelo mais graduado ou de maior antiguidade.

<sup>11</sup> Quantidades de mercadorias que era permitido à tripulação dos navios transportarem a bordo para negociarem por sua conta.

agasalhados e demais benefícios<sup>12</sup>. Outras recomendações são igualmente apontadas ao conde de Vila Verde: especial insistência na necessidade da navegação em conserva; uso do farol de correr na gávea e outro na popa; de em cada quarto<sup>13</sup> fazer um fuzil<sup>14</sup> na parte mais segura da nau, para mais facilmente ser avistada de longe; amainar as velas com o vento rijo para proteger o pano e, se possível, amanhecer com elas; vária outra sinalização é indicada, sobretudo durante a noite, para que nunca se perdessem as naus umas das outras.

Especial cuidado deviam merecer os dois fogões – um para a gente do mar e outro para a de guerra – não só por causa dos incêndios, mas sobretudo pelas desordens, “avexações e moléstias” na confecção dos alimentos, já que teriam de ser os próprios a fazê-la. Daí o monarca entregar a sua gestão a pessoas “particulares das melhores e mais autorizadas”, na tentativa de impor alguma ordem e respeito, aliviando também os soldados de tão penosa tarefa.

Numa tão longa e penosa viagem, repleta de intempéries, com deficiente alimentação, falta de higiene, doenças, convivência forçada entre gente de desigual condição originava um ambiente propício às desavenças e amotinações. Daí o capitão-mor estar investido de jurisdição que lhe permitia condenar e executar qualquer pessoa, sem apelo nem agravo, exceptuando pena de morte ou “cortamento de membro”, com reserva a fidalgos, ou pessoas despachadas com fortalezas e ofícios de justiça e oficiais da nau, aos quais mandaria prender, mandando elaborar autos que seriam entregues em Goa para serem sentenciados.

Na navegação seriam seguidos os roteiros de Vicente Rodrigues, com as emendas feitas pelos práticos e o de Aleixo da Mota, para a viagem a partir do cabo da Boa Esperança, se o passassem tarde. De modo a ultrapassar as dificuldades advindas com as calmarias da Guiné, é de novo permitida a escala na Baía ou Rio de Janeiro e não uma arribada ao Reino, como anteriormente. É sugerido, se necessário, o “refresco” nas ilhas de Ascensão ou Trindade, não só de água, como de frutas de espinho (laranjas, limões, cidras, etc.), embora tendo sempre a atenção de não atrasarem a viagem para que não perdessem a monção para navegarem por dentro da ilha de S. Lourenço (Madagáscar) onde poderiam também ir “guarnecer-se” e rumar a Moçambique com destino a Goa. É que se não tomassem o cabo da Boa Esperança até finais de Julho, teriam de navegar

<sup>12</sup> AHG, Monções do Reino, liv. 22<sup>a</sup>, fls. 201-202v.

<sup>13</sup> Serviço de vigília a bordo, normalmente de 4 horas, quando a nau estava a navegar.

<sup>14</sup> Fazendo sinais lançando fogo a uma pequena porção de pólvora.

por fora da ilha de S. Lourenço. Mas se grandes dificuldades surgissem, ou pela perda da monção ou impossibilidade de ultrapassarem o Cabo, poderiam ir arribar ao Rio de Janeiro e aí aguardar monção propícia para continuar a viagem.

Moçambique era escala habitual desta carreira, embora também pudesse ocorrer pontualmente numa das ilhas daquele canal. Aí se deixavam doentes, se faziam reabastecimentos, se reparavam navios, etc.<sup>15</sup> Dois pangaios ligeiros enviados pelo feitor de Angoxe, em altura da provável chegada das naus, andariam por aquela zona para as informarem não só do estado da fortaleza, como da eventual existência de inimigos em toda a costa. Se não encontrasse tais embarcações, avistaria numa das praias daquelas ilhas um mastro, sinalizando não só o nome da ilha, como o local onde a embarcação de vigia se encontrava e com novas da fortaleza e outras indicações úteis.

\*

A 25 de Março de 1692 largava da barra de Lisboa as naus Nossa Senhora da Conceição, capitânea, comandada pelo capitão de mar e guerra Roberto de Vilovy Rei que ia por Secretário de Estado, onde viajava o conde de Vila Verde, e a almirante Nossa Senhora da Ajuda Lusitânia, capitaneada por Manuel Vieira Matoso<sup>16</sup>. O vento forte que então se fazia sentir levaria a N. S<sup>a</sup> da Conceição a abalroar uma nau flamenga que estava ancorada, danificando-a e destruindo uma varanda à nau Conceição. E, descaindo com a força do vento, iria dar a um baixio, ficando com o leme em seco. Ultrapassada a dificuldade, prosseguiu viagem, avistando a 10 de Abril a ilha de Palma nas Canárias onde, já por falta de vento e de correntes, foram descaindo sobre a terra rochosa e alta, Avizinhando-se eminente perigo de embate e não podendo ultrapassá-lo, com “preces, esmolas e votos” recorreram à intervenção divina que os livrou da ameaça, dando-lhe vento norte fresco para prosseguirem a viagem, embora lenta, já que a almirante não suportava “muito pano”.

<sup>15</sup> Sobre esta escala de C. R. Boxer, veja-se “Moçambique island and the *carreira da Índia*”, in *Studia* (1961) 8, pp. 95-117.

<sup>16</sup> “Relação dos capitães mores e naus que vieram do Reino a este Estado da Índia desde seu descobrimento” publicada por Carlos Alberto da Encarnação Gomes, in *Subsídios para o estudo da carreira da Índia*, sep. de *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXV (Janeiro-Março 1995), pp. 65-69. Alguns pormenores desta viagem podem ler-se em *O Chronista de Tisuary*, Nova Goa, vol. II, 14 (1867) pp. 30-31.

Ao fim de um mês de calmarias e elevadíssimo número de doentes atacados de febres e outras doenças, a 25 de Maio passavam a linha equinocial. Nessa ocasião o Vice-rei teve já oportunidade de evidenciar a sua “liberalidade magnífica”, não só assistindo aos enfermos, mas abrindo a sua despensa e botica, o que permitiu reduzir assim o número de mortos. Escreve o autor do relato panegírico do conde vice-rei, talvez um seu criado, que “não reparava em gastos por maiores que fossem e ainda com incómodo” prescindiu de “galinha por que não faltasse aos doentes, e houve dia em que saíram da sua cozinha mais de 200 porções de galinha para os doentes e convalescentes”.

A 25 de Junho avistaram uma grande nau e, aproximando-se, todos se prepararam para o combate. Até o conde vice-rei com postura de “um grande capitão que toda a sua vida andou no mar” se vestiu de gala com chapéu de plumas e se colocou junto do mastro grande a aguardar o combate. Ao acercarem-se as naus, acabaria por verificar que se tratava de uma nau francesa que seguia para a Índia. E, muito cordialmente se cumprimentaram e despediram.

A 9 de Agosto dobravam já o cabo da Boa Esperança com contentamento de todos e, muito especialmente, dos oficiais da nau, a quem o vice-rei premiou “com singular liberalidade” como era costume em análogas situações e porventura com donativos para os marinheiros, como também era tradição. Mas decorrida uma semana seriam açoitados de “furiosa tormenta” durante cerca de dois dias, que quase os submergiu. Uma vez mais recorreram à misericórdia divina, prometendo levar, descalços, o traquete a Nossa Senhora de Ribandar de Goa. O vento amainou, ultrapassaram um baixio que lhe estava próximo e continuaram a sua derrota. É provável que tenham cumprido a promessa já que, adianta o viajante e autor do relato, o vice-rei logo após o desembarque em Goa foi, descalço, render graças a S. Francisco Xavier, na Velha Cidade, tendo forçosamente de passar por Ribandar.

Avistaria Moçambique a 2 de Setembro e, no dia seguinte, chegava à ilha então governada por Tomé de Sousa Correia, permanecendo aí cinco dias, para abastecer-se de água e do necessário. Uma semana depois largava rumo à Índia, mas logo fundearam, já que o vento contrário e as fortes correntes os impediram de prosseguir. Permaneceram aí durante dias sem ventos favoráveis e, com pareceres dos pilotos da nau e da terra regressaram ao porto, invernando na ilha, aguardando a monção pequena de Março e, porventura, “aliviarem moléstias”. Dias depois também ali daria entrada a nau almirante, muito destroçada, que se havia separado ainda antes do Cabo, mas já com 30 mortos e pejada de doentes com

escorbuto “de que poucos escaparam”. Todavia a escassez de mantimentos para tão elevado número de gente em tão longo tempo, em clima pouco sadio, agravou o estado já débil dos passageiros, causando a morte a muitos deles. Até o autor do relato se queixou das febres que o acometeram durante cerca de dois meses que quase o matavam se não fora a “quina” que lhe dera o conde vice-rei.

Já com tempo de monção e bom vento, largaram da ilha a 15 de Março, deixando atrás dois companheiros doentes. Navegaram alguns dias até à linha equinocial, onde começaram a experimentar as clamarias, talvez por irem chegados à costa de África, na explicação do autor do relato. Na noite de 20 de Maio surgiu “horrível tormenta” que se prolongou pelo dia seguinte, destruindo o leme e mastros e deixando a nau com 20 palmos de água. Para alijá-la, lançaram ao mar toda a carga que viam e, a que sobrou, ter-se-á perdido pela muita água que continha, Mas já com pouca esperança de vida, só restava implorar o perdão e a protecção de Deus, para o que confessavam em público as culpas e recebiam a absolvição. A ideia de cortar cordas e enxárcias para que os mastros não submergissem a nau, com a acalmia do vento e o calafeto do enorme rombo junto ao leme trouxeram algum alento. Baldada a tentativa de meterem um leme, construíram uma esparrela<sup>17</sup> que, governada por 60 homens e tendo uma verga por mastro com reduzido pano de vela, ao fim de 3 dias chegavam à barra de Goa em 26 de Maio com pasmo de todos os que viam uma nau tão destroçada chegar ao destino<sup>18</sup>.

Um ano e dois meses, é quanto durou a viagem do conde de Vila Verde, D. Pedro António de Noronha de Albuquerque, à Índia, com uma permanência de 6 meses na ilha de Moçambique, com 88 mortes e onde todas as pessoas – com excepção de duas – estiveram doentes.

\*

Estando já em funções desde Setembro de 1699, o novo vice-rei António da Câmara Coutinho, em finais desse ano assinava o regimento para a viagem de regresso de Goa ao Reino do seu antecessor no cargo, o conde de Vila Verde. Embora os assuntos nele apontados sejam significativamente em menor número do que os contidos nos regimentos dados

---

<sup>17</sup> Leme provisório.

<sup>18</sup> Sobre esta tempestade e tormentos passados pode ler-se a carta que o conde de Vila Verde escreveu ao rei em 11 de Dezembro de 1693 in AHG, *Monções do Reino*, 57, fl. 234 e parcialmente transcrita em *O Chronista de Tissuary*, Nova Goa, 14 (1867)

pelo rei em Lisboa, este não deixa de ter alguma relevância. É que não só espelha algumas das preocupações mais presentes na torna viagem, indicando o modo de solucionar-las, como remete até para alguma legislação nem sempre presente ao historiador<sup>19</sup>.

Era capitão do navio S. Pedro Gonçalves, Domingos João que, na viagem de ida, havia transportado para a Índia o novo governante, que iria substituir D. Pedro António de Noronha de Albuquerque. Foi-lhe logo recomendada uma boa arrumação da nau, já que a sobrelotação era um dos problemas frequentes, causador de perturbações, sobretudo em altura de tempestades. Também a rota é indicada ao piloto, ou seja, a viagem *por dentro* da ilha de S. Lourenço, utilizada sobretudo quando os navios saíam de Goa até 25 de Dezembro. Mas passado o cabo da Boa Esperança, seguiria pela costa do Brasil para ir tomar a Bahia, acompanhando o comboio da frota do Brasil até Lisboa, do qual nunca se devia apartar. Aqui ou noutra escala, encontrando alguma embarcação com destino ao Reino, entregaria ao capitão ou mestre dela uma 2ª via da correspondência para a fazer chegar ao Conselho Ultramarino, mas deitá-la-ia ao mar, no caso de algum ataque inimigo.

Para a segurança da viagem, muito contribuiria a “união e concórdia” entre todos, para que esse longo e difícil trajecto se fizesse em “bom sossego”. Ajudaria para isso a obrigatoriedade da confissão, que teria de acontecer nos primeiros oito dias, evitando-se também todo o género de ofensas a Deus. Aliás, seria permanente uma vigilância moral sobre todos, cometida a uma comissão, constituída por “pessoas de letras” ou, na sua falta, a outras “de bom discurso”, que devassariam toda a gente que “viciosamente” cometesse pecados, sobretudo a de “ruim qualidade”. Os punidos seriam depois entregues às autoridades judiciais em Lisboa. Outro aspecto ainda a merecer a atenção do vice-rei é o dos passageiros clandestinos, leigos ou eclesiásticos, que, sem autorização, embarcavam para o Reino. Quando descobertos seriam também entregues à justiça.

Finalmente além de deixar assegurado, em caso de morte, a transmissão do comando da nau, António Gonçalves da Câmara remete não só para a “prudência e experiência” do conde de Vila Verde a resolução de eventuais problemas, como para a sua dignidade pessoal, qualidades que lhe garantiam “acerto” e “zelo” em tudo o que praticasse no sentido de fazer chegar o navio a Lisboa.

---

<sup>19</sup> Para o primeira metade deste século veja-se o estudo de Rui Landeiro Godinho, *A Carreira da Índia. Aspectos da Torna-Viagem (1550-1649)*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005, particularmente o capítulo “Regimentos e instruções para a torna-viagem”, pp. 119-159.

## A

*Regimento da viagem de Lisboa a Índia do conde de Vila Verde,  
nomeado vice-rei daquele Estado.*

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1692

Biblioteca Nacional de Portugal, *Reservados*, caixa 31, nº 12

*Cópia do regimento que Sua Majestade que Deus guarde deu ao Senhor conde de Vila Verde quando veio por vice-rei e capitão-geral da Índia, que está registado nesta Secretaria do Estado dela, no livro de Regimentos a fl. 16.*

El-rei faço saber a vós conde de Vila Verde, do meu Conselho de Estado, que ora envio por meu vice-rei e capitão-geral do Estado da Índia na armada que nesta monção com o favor de Deus passa ao mesmo Estado, que eu hei por bem e meu serviço que no decurso de vossa viagem e sucessos dela guardeis o regimento seguinte:

Porque em todas as acções humanas, principalmente nas da navegação como mais arriscadas devemos pretender ser a Deus nosso Senhor propício, pois da sua mão nos vem o bom sucesso delas, vos encomendo em primeiro lugar para o conseguir tratareis de saber se a gente que vai embarcada para a Índia, assim do mar como de guerra, está confessada e a que não estiver fareis cumprir com esta obrigação, trabalhando quanto vos for possível por se evitarem blasfémias, juramentos e outros pecados e actos ilícitos para obter o favor do Céu propício até o fim da viagem.

Partireis do porto desta cidade de Lx<sup>a</sup> em companhia das nau Nossa Senhora da Ajuda, São Francisco, a Lusitânia e antes de sairdes dele dareis ordem para a vossa nau Nossa Senhora da Conceição se faça prestes, assim no tocante à guerra como a mareação e com toda a artilharia em seus lugares encomendendo-a logo a pessoa que for capitão dela e ordenareis que se façam cartuxos e apartem balas, e estejam prestes e separadas conforme os calibres das peças, para que na ocasião se possam valer delas como se houveres de encontrar inimigos logo ao sair da barra, e os capitães da gente de guerra entrarão de guarda de dia e de noute por seus giros e lhes encomendareis a vigia, assim do mar como da nau em terra, para que não hajam desordens, não consentindo porém que se deem cargas da mosquetearia nos primeiros dia de viagem, e nesta forma fareis vossa navegação, e quando por razão dos tempos seja necessário abater a artilharia para passar o cabo de Boa Esperança, se fará.

Hei por bem e vos mando que depois de outo ou dez dias de viagem fareis o alardo além dos que se faz neste porto de Lisboa, e nele fareis assentar pelo escrivão da vossa nau as pessoas que forem nela, a gente do mar uma parte, e os soldados a outra, declarando-se os foros pelos alvarás que cada um apresentar, tomando-lhes os sinais e confrontações, e nenhum homem do mar se assentará com foro, ainda que leve alvará, o qual alardo tornareis a reformar nas costa da Índia, para se aproveitarem os mortos pelo qual se matricularão os soldados da Matrícula de Goa, aonde o fareis entregar para se assentarem com foro que cada um tiver, e tirar um treslado // [1v] pelo escrivão da nau do alardo que em uma e outra parte fizerdes, o qual mandareis entregar no meu Conselho Ultramarino e se conferir com o que se fizer antes de vossa partida, no que não haverá descuido algum, e para o que toca à reção que se dá à gente, mandareis entre grande cuidado que dos que morrerem no mesmo dia, faça o escrivão declaração no seu livro, para em Goa se tomar conta ao despenseiro dos mantimentos por seus assentos do que se despendeu; porque sou informado que nesta matéria há grandes descaminhos e a cópia deste capítulo mandareis dar ao escrivão da vossa nau para ele o trasladar no princípio do seu livro e o guardar e observar como lei e fazendo-se o contrário (o que não espero) em deixando-se de se cumprir mui pontualmente o que neste capítulo fica declarado, de mais de perderdes as vossas liberdades irremissivelmente mandareis proceder com as penas que parecer e contra o escrivão com grande rigor.

Tereis particular cuidado e vigilância de cada quinze dias mandardes consertar as armas que forem na nau pelo serralheiro que nela for em lugar de bombardeiro que para esse respeito se vos dá para a todo o tempo que forem necessárias estarem apontadas e de maneira que possam servir sendo caso que encontreis inimigos na viagem, e também fareis ver a artilharia reparos e seus petrechos e mandareis ajustar tudo.

E para que a gente chegue destra à Índia, ordenareis que em todo o decurso da viagem nos dias quietos e bonança se exercitem os soldados no meio das armas do fogo, tendo porém muito resguardo e advertência na pólvora, a qual nunca ficará nas mãos dos soldados.

Fareis todas as diligências e prevenções necessárias para em nenhum caso vos apartardes e perderdes a conserva da outra embarcação da vossa companhia até chegardes à Índia, porque convém a meu serviço por muitas considerações que a isso movem, irem juntas na viagem, e não se apartarem umas das outras por nenhuma via, proibindo o seguir navios que apareçam para aquele que vos desviam do rumo que houverdes de seguir para vossa direita viagem, sob pena de caso maior, e porque de vos

confio que basta esta minha advertência em matéria de tanta importância vo-la encarrego com tão precisa obrigação.

E para poderdes ir na dita conserva levareis de noute o farol aceso, e sendo caso que as outras embarcações se apartem de vossa companhia nas noutes seguintes, mandareis pôr um farol de correr na gávea, que irá aceso, como o da popa, e cada quarto fazer um fuzil por popa ou naquela parte em que conforme ao vento com que navegardes for mais seguro e poder ser visto de mais longe, o que haveis de fazer sempre até de todo perderdes a esperança de aparecer.

Sucedendo tempo rijo tereis respeito no amainar as velas ao que a vossa nau poder sofrer por o guardar melhor o pano, senão ao que for necessário as outras embarcações se entenderdes que o aguarda menos tendo sempre consideração a vós com passardes com ela de maneira que a não obrigueis a forcejar por vos acompanhar // [2] de modo que desaparelhe, e o mainar das velas se fará de dia para que a outra embarcação veja como a levais compassada, e procurareis sempre amanhecer com as velas com que anoutecestes, dando o tempo lugar, para que conforme o que vir a outra embarcação saber como há de levar as suas com o dito tempo rijo, de noute acendereis o farol de correr na gávea, e a outra embarcação hão-de levar de popa por não dar uma pela outra, e o mesmo fareis nas noutes escuras para melhor conserva da navegação, e quando quiserdes virar em outra volta tirareis uma peça e fareis fuzil antes e depois de virar.

Desaparelhando a vossa nau, o sinal disso será de dia atravessar a nau e tirar a artilharia, e sendo de noute acender lanternas em todas as gáveas e no tope da mezena e gurupés, subir e baixar lanterna pela enxárcia dos mastros grandes, subindo e baixando marinheiros com elas e disparando a passos a artilharia até que entendais que a outra embarcação tem tomado os sinais, e dos mesmos usará ela sucedendo-lhe este caso em o qual sendo forçado mudar o rumo de noute, usareis por sinal mais seguro de foguetes de lágrimas (além da peça e fuzis) do capítulo antecedente, porque o tempo não dá às vezes lugar de se tirar a artilharia, como porque este é o mais certo e mais costumado dos práticos da navegação.

Porque conforme o estado das cousas da Índia, convém muito que este socorro chegue com segurança, mandei tomar os pareceres de ministros e outras pessoas particulares da navegação e pelo que se assentou no tocante a navegação, além do roteiro que modernamente ajustado se manda entregar aos pilotos, hei por meu serviço e vos mando expressamente que sigais a forma seguinte.

Podendo sendo caso que acheis tão ruim a costa de Guiné que por doenças e mortandade de gente faltas que sucedam na embarcação dos

mantimentos, aguada ou por avistares a costa do Brasil ou por outras cousas de que resultavam arribarem as embarcações do Reino com grande dano da navegação e Coroa, neste caso ainda que tenhais as ditas faltas, não arribareis ao Reino, como dispunha o regimento antigo, mas o podereis fazer ao Rio de Janeiro ou à Bahia segundo a necessidade que vos obrigar a ir buscar um destes dous portos, porque em um qualquer destes vos podereis guarnecer a seu tempo vossa viagem.

E no caso que indo pela altura da ilha da Ascensão de vinte graus, ou pela da Trindade que está quase na mesma altura vos acheis com gente e falta de água ou esta de má qualidade por vos haveres detido em Guiné, podereis ir tomar aguada e lenha em uma das ditas ilhas, e refrescar as frutas de espinho, não sendo tão tarde nem a demora tanta que vos faça perder a monção.

Na travessa das ilhas de Tristão da Cunha para o cabo da Boa Esperança ou antes indo da altura da Ascensão ou Trindade na volta delas, deveis de considerar o tempo em que vão na dita altura, e achando que por ser ia passando o da monção ou pela achardes tão ruim que não pareça possível que vades tomar a altura de Moçambique em monção de poderdes passar à Índia, em tal caso arribareis // [2v] ao Rio de Janeiro para ali vos guarneceres, e esperareis tempo conveniente para seguir vossa viagem, em modo que possais tomar Moçambique no conveniente de passardes à Índia.

Passando o cabo de Boa Esperança achando-vos em alguma das necessidades referidas, vos podereis ir guarnecer e refrescar na baía de Santo Agostinho que está em 23 graus e meio da ilha de São Lourenço pela banda dentro<sup>20</sup>, porém advertireis aos pilotos não tomem pela parte do Sul, porque tem ali um recife com alfaques<sup>21</sup>, ainda que podem passar embarcações pequenas, e portanto deveis buscar a dita baía por menos altura do que pela parte da ponta que está mais a Sul, junto da qual está o recife.

Chegando a altura de Moçambique a tempo que possais tomar aquela ilha a tomareis deixando aquela gente que pedir a necessidade, e a que permitir o número da com que chegarem as naus àquela altura, e quando já não possais tomar Moçambique sem prejuízo da viagem, remetereis da Índia a gente que entenderdes é necessária, segundo as notícias que achardes quando chegares àquela Estado.

---

<sup>20</sup> Na foz do rio do mesmo nome, também conhecida por *Onilabé*, na língua local, segundo H. Leitão, *Viagens do Reino para a Índia...*, III,, p. 193.

<sup>21</sup> Pequenos baixos de areia ou pedra.

Na dita ilha de Moçambique vos podereis juntamente refrescar e quando a respeito do tempo ou da embarcação não possais tomar Moçambique vos refrescareis (em caso que não hajais feito na baía de Santo Agostinho) ou em Doibo, ou em Lanssibar ou Mossale, ou Anjuane segundo a paragem<sup>22</sup> por onde fores, e mais fácil vos for de tomar alguma daquelas ilhas, das quais se dá notícia no roteiro, e de Anjuane fica em mais cómodo pelo bom sítio e bom surgidouro e bom refresco, porquanto a experiência tem mostrado que da altura de Moçambique para a Índia sucedem as doenças, morte de gente, ainda que até aí vá e tenha chegado, e só no caso que na dita altura de Moçambique vos tomais falte a monção por vos deteres em lançar ali gente e tomar refresco, podereis passar à Índia sem tomar porto ou ancorar ali, ou em alguma das ditas ilhas para vos proveres de refresco.

Tanto que passais o cabo da Boa Esperança até o fim de Julho que vem fareis a viagem por dentro da ilha de São Lourenço, e chegando a altura de Moçambique até o primeiro de Setembro e prosseguindo a viagem até salvares os baixos do Patrão, porque daqui é a ordinária de quando se prossegue a viagem que começa do Cabo por dentro de São Lourenço; a segunda pela qual vos afastais mais da costa da Arábia, depois de haveres salvado os ditos baixos a que alguns chamam viagem por fora, naquela parte em que se continua dos baixos do Patrão por diante, se salvando os ditos baixos vos parecer (com comunicação do piloto) que daqui em diante não // [3] convenha haver um pronto castigo e execução neles por custar dano que doutra maneira não possa ter reparo, no que procedereis com o conselho das pessoas que forem na dita nau de maior zelo, prudência e fidelidade.

Havendo culpados em crime de heresia ou blasfémia de Deus ou de seus santos, ou em feitiçaria, lição de livros defesos, juramentos falsos em autos judiciais, sodomia, molícies na dita nau ou ilícita conversação com qualquer pessoa que nela for embarcada, ou se alguém embarcou escrava sua e a levou em lugar suspeito e se alguém joga com cartas ou dados falsos, ou os dá a outros para jogar, e todos estes casos mandareis tirar devassa e prender os culpados se os houver, para com ela se entregarem presos na Relação de Goa e se fazer deles justiça conforme minhas ordens.

Podereis pôr pena de dinheiro até duzentos cruzados nos casos em que vereis cumprem serem postas por meu serviço e bem da justiça e até a dita quantia o podereis condenar e executar qualquer pessoa que vos parecer, sem apelação nem agravo.

---

<sup>22</sup> No ms. "pagarem".

Sou informado que os soldados a quem se entregam as armas nas embarcações da Índia ao tempo em que chegam àquela costa se amotinaram ou levantaram com elas, sem o meirinho o poder remediar. Hei por bem e vos mando que tanto que chegares à barra em que haveis de lançar ferro e entenderdes que não haverá perigos de inimigos, nem as tais armas sejam já necessárias aos soldados para defesa da nau, lhas façais tomar pelo meirinho e cabos dela.

Porque também sou informado que ao tempo em que as naus e outras embarcações que partem da Índia para este Reino se embarcam nelas sem licença minha, nem dos Vice-reis daquele Estado muitas pessoas, o que é contra meu serviço, e querendo nisso prover, hei por bem e vos mando que ordeneis ao capitão que vier de torna viagem para o Reino faça fazer alardos da gente que vier nesta mesma nau, e alguma pessoa achando, ou pessoas além de obrigação que de lá vem sem licença minha, ou dos Vice-reis a dêem a rol ao meirinho da mesma nau, com termo por ele assinado para que se obrigue a entregar o dito rol no Conselho Ultramarino em chegando a dita nau ao porto desta cidade de Lisboa, para que sendo necessário prover-se nesta se possa fazer logo e ordenar o que mais convier a meu serviço, e ele será obrigado mandar entregar a dita gente que vier sem licença presa nesta cidade de Lisboa para se proceder contra as tais pessoas como parecer justiça, e o dito rol e alardo que se fizer se dará // [3v] a cópia ao secretário dos despachos, para que por aquela via se tenha também notícia dos que vem sem licença, ou com ela, e além do disposto neste capítulo, tanto que a dita nau tiver carga faça o dito capitão fixar um papel no mastro grande dela, que toda a pessoa que vier na dita nau sem licença perderá todos os bens que se lhe acharem embarcados, além de mais penas acima declaradas, e que na mesma incorrerá quem o trouxer escondido.

No capítulo 18 deste Regimento se vos ordena e declara com parecer dos pilotos a viagem que do cabo de Boa Esperança haveis de fazer para a Índia e em que tempo deve ser por fora ou por dentro, por ser matéria esta tão importante e de que depende chegar este socorro inteiro àquele Estado como muito desejo, vos quis ordenar que sucedendo ir pela viagem de fora a buscar a Goa, supostas as pazes assentadas com os Estados Gerais das Províncias Unidas em cujo poder se acha Cochim e Cananor, que obrigando-vos algum perigo ou necessidade urgente a buscar alguma delas, o podeis fazer para vos remediardes sempre, porém com aquela cautela que se deve observar quando se entra em portos que ainda que sejam de amigos, são de outras nações, e em ordem ao conteúdo neste capítulo, vos mando entregar com este regimento os capítulos, assim para

entenderdes o que está assentado nesta matéria, como também para os mostrares quando vos sejam necessários.

E torno-vos a encomendar que esta nau e a outra embarcação da vossa companhia naveguem juntas, guardando-se conserva, em todo o caso prevenindo para isso o que tiverdes por conveniente, porque importa muito achardes-vos em qualquer ocasião com forças para resistirdes e vos fazer respeitar de qualquer inimigo.

E por se evitarem os grandes inconvenientes que podem resultar de se apartarem as naus da Índia dos combois com que saem desta barra de Lisboa e daqueles com que vem do Estado do Brasil, quando necessitardes de algum acidente tomam os portos das suas capitánias e vades em sua conserva até aquela altura em que as naus da Índia costumam ser comboiadas, para que assim não necessiteis aos comboios a desampararem os navios mercantes cuja guarda e defesa é a sua primeira obrigação, e sucedendo ocasião de peleja, vos amparareis sempre das fragatas de guerra, dos ditos comboios, para que melhor vos possam defender e segurar, e este capítulo como também o 36 mandareis acrescentar nos regimentos que derdes aos capitães que nestas ou em outras embarcações vierem para o Reino com as mais de que aparte mandei fazer instrução para melhor viagem das que partirem daquele Estado para o Reino.

Lembrar-vos-ei logo no princípio de vossa viagem dares sinais de chamar a conselho o nome do santo de cada dia, e a ordem em que as naus se // [4] podeis continuar com a monção a primeira e ordinária viagem em que se costuma chegar mais para a costa da Arábia, seguireis então a segunda, indo pela parte do Norte de S. Lourenço, conforme o roteiro de Aleixo da Mota no capítulo que tem por título

*Viagem que se pode fazer passando tarde o cabo de Boa Esperança,  
por dentro da ilha de S. Lourenço*

o qual capítulo vai tresladado no suplemento do roteiro que se dá aos pilotos.

Mas porque esta segunda viagem que também chamam por fora depois de haver ido por dentro, e chegando nos primeiros de Setembro até à altura de Moçambique e daqui prosseguindo até salvar os baixos do Patrão, se tem por arriscada deles por diante, em razão de muitas ilhas e baixos, se suceder este caso tomareis os votos dos pilotos e pessoas praticas da vossa nau e executareis o que assentar por mais seguro e livre dos perigos de vossa pessoa e socorro que levais. Porém chegando ao cabo de Boa Esperança depois do fim de Julho seguireis a viagem que ordina-

riamente se chama por fora que indo pelo Sul de S. Lourenço, conforme os roteiros e o cumprimento e execução deste capítulo vos encomendo e encarrego muito como cousa de tanto serviço meu, sob pena de caso maior.

E fazendo a viagem na forma referida, tanto que os pilotos se fizerem perto dos baixos da Índia, poreis a nau em toda a defesa pressupondo que podereis encontrar inimigos, de que seja necessário defender-vos.

E para o que toca à navegação da viagem se seguirá o roteiro de Vicente Rodrigues com as emendas que novamente se fizeram com os mais práticos, conforme aos pilotos parecer, para que com efeito a todo o tempo façais a viagem como se vos ordena.

Sereis advertido que eu tenho ordenado ao capitão daquela fortaleza de Moçambique que no tempo em que (conforme as navegações que naus fazem) entender que podem chegar aqueles mares, mande uma embarcação ao feitor que está em Angoxe, para que dali envie dous pangaios ligeiros a andar na paragem por onde passam, com aviso do estado em que está a dita fortaleza e do que parecer se // [4v] devem seguir, os quais pangaios vendo as naus e reconhecendo-as chegando a parte donde possam ser bem vistos delas e amainarão (que é o sinal por onde os haveis de conhecer) e o que lhe haveis de fazer vendo-os é amainar a vela da gávea e tirar duas peças juntas do bordo da parte donde virdes os pangaios, com o qual sinal chegarão como tenho avisado e nos darão disto aviso.

E porque além do que se dispõem no capítulo antecedente deste regimento, sendo caso que esta nau tenha vista de qualquer das ilhas de Angoxe e não vejais embarcação ou embarcações de vigia de que no dito capítulo se trata por haver de umas ilhas às outras cinco, seis, nove ou dez léguas de distância, na praia se achará com mastro levantado e ao pé dele uma cabana de pouco porte e dentro do mastro ao pé estará um escrito do nome daquela ilha e paragem em que está aonde vos fica a embarcação de vigia e as novas que houver da fortaleza de Moçambique e de toda aquela costa e se há inimigos ou não.

E porque também se me representou que os soldados que se embarcam nas embarcações da carreira da Índia recebem avexações e moléstias nos fogões delas, ao tempo que vão fazer de comer e convém que tenham liberdades para isso, hei por bem que encarregueis os fogões a pessoas particulares das melhores e mais autorizadas e a que por esta causa se tenha todo o respeito, os quais tenham à sua conta aliviar os soldados destas avexações no que cozinharem, um dos quais fogões servirão para a gente do mar e o outro para a gente de guerra, ambos se proverão de

lenha igualmente e encarrego-vos muito que tenhais cuidado no que se faz neste particular para remediares o que achardes disso tem necessidade.

E porque se tem entendido que os enfermos que adoecem nas embarcações da Índia a que se acode com mezinhas, se lhes leva por isso dinheiro e outras cousas, o que querendo atalhar, ordenei se encarregasse o cuidado delas aos barbeiros que nelas forem, dando-se a cada um a praça de grumete com obrigação de lançarem as ditas mezinhas, sem levarem para isso cousa alguma aos doentes, e como na Casa da Índia se assentou a dita praça a barbeiro que vai na dita nau, vos mando que não consintais que ele leve dinheiro, nem outra alguma cousa aos enfermos em razão de lhes acudir com as mezinhas, como também não levam dinheiro, nem outra nenhuma cousa a gente do dito galeão o cirurgião por quaisquer curas que fizer.

Hei por bem e vos mando que na partida a gente de guerra que vai nesta nau em esquadras por ir mais disposta para a defesa e vigia dela façais segunda divisão em ranchos e particulares camaradas dos soldados para na viagem poderem acudir às necessidades e enfermidades uns dos outros (se as tiverem) fazendo ter mais particular conta com a limpeza da nau, de que pela maior parte se entende procedem as doenças, fazendo-a aguar com vinagre nos lugares dos dois ranchos e ordenando que na praça de armas esteja um lampião aceso com a vigia necessária e que seja fechado e assim hei por bem // [5] que não consintais por nenhuma via que se vendam as reções de vinho que se hão-de dar aos soldados da nau em que ides, conforme o regimento, nem que os oficiais dela, nem outra alguma pessoa as compre sob pena de as perderem e de se lhe darem em culpa. Mando que as rações dos moços de pouca idade ou outras pessoas que não quisessem beber vinho se tome por lembrança, e que os despenseiros sejam obrigados a lhes fazerem boas todas as suas rações por inteiro na Índia, para que com o procedido delas se vestirem e acudirem às suas necessidades. E pela mesma maneira não consentireis que as joguem, sob pena de as pedirem às pessoas que ganharem ou comprarem, e do que se contém neste capítulo mandareis por editais ao pé do mastro da dita nau para ser a todos notório, e além disso se tirará devassa na Índia e neste Reino quando voltar esta nau.

Tendo disposto por meu regimento sobre agasalhados que o capitão-mor das naus da Índia e capitania das naus e oficiais delas hão de haver se não a executar o dito regimento, antes contra o que ele ordena fazem agasalhados e beliches nas ditas naus de que usam, assim à ida deste Reino para aquelas partes, como à vinda, o que é em grande prejuízo de minha fazenda e da navegação das ditas naus, e querendo nisso prover,

hei por bem e mando ao Presidente do Conselho Ultramarino que ao tempo que se der posse ao capitão-mor e capitães das ditas naus, escrivães e oficiais delas façam termo de guardar o dito regimento sob pena dos que arribarem não tomarem nos cargos e lugares que ocupam e os que fizerem sua viagem não gozando de suas liberdades e os escrivães das naus e galeões serão obrigados a notificar no mar ao capitão-mor, capitães e oficiais delas que não façam gasalhados alguns.

E porque na despesa que se faz dos mantimentos que se metem nas embarcações da Índia há algum descaminho e convém a meu serviço se evitem, vos mando que obrigueis ao escrivão desta nau vos leve todos os dias enquanto durar a viagem a despesa que no tal dia se fizer nos mantimentos que assinardes, e não assinando se vos não despachará na Casa da Índia a fazenda que trouxeres e perdereis vossos ordenados, e o dito escrivão terá cuidado de fazer a dita despesa com particular distinção de cada uma, apontando em cada despesa que fizer a quantas pessoas deu aquele dia reção, para que assim constando dos assentos dos mortos não possam ocultar as mais reções que se lhe haviam de dar se vivos foram, e tereis cuidado ao tempo que for o livro para assinar as despesas de as apontares de maneira que sejam certas e verdadeiras e ordenareis e que quando se for abrir de novo algum mantimento, pipas, ou quartas, assista a vê-los (além do tanoeiro e pessoas a isso obrigadas) uma de muita confiança ajuramentada e nomeada por vós, que venha logo dar conta do estado e quantidade em que se achou, o que se abriu e se vos parecer que vai esta tomando amizade com o despenseiro e escrivão, nomeareis outra com as mesmas qualidades.

Porquanto tendo consideração ao muito que convém que a gente que passar à Índia seja útil para o serviço e não se embarquem soldados meninos de // [5v] pouca idade, resolvi por lei inviolável que se guarde daqui em diante que todo o piloto, mestre e oficiais da carreira da Índia, que levarem para aquele Estado moço de idade menos de treze anos pague em dobro o soldo que receber e que na nau se lhe não dê reção e sendo marinheiros ou grumetes paguem o mesmo, sendo fidalgo ou soldado hajam a mesma pena em dobro, se não tiver donde pagar se lhe não dê reção de vinho a ele, nem aos que levar de menos idade, e que sendo religioso se lhe desconte a quantidade da paga nas ordinárias que se dão aos religiosos, e porque convém que isto se execute vos havereis neste particular com grande vigilância, fazendo alardos, e vereis por vós mesmo a gente que vai na nau, e uma delas se terá no governo do Estado da Índia, e a outra sereis obrigado mandar entregar à volta para este Reino ao provedor e oficiais da Casa da Índia, para também darem a sua devida

execução, e porem em arrecadação o que tocar a minha fazenda sob pena que achando-se que dissimulastes com alguma destas partes se vos dará em culpa grave, e se vos descontará às liberdades o valor de quatro partes quanto se montar nos soldos que receber e na reção que se lhe der ao tal moço ou moços.

E sobretudo vos encomendo e encarrego muito que ordeneis que se tenha grande e particular conta com apagar de noute o fogo debaixo de coberta, e quando a necessidade o pedir seja em lampiões fechados e nas ocasiões de peleja, se vos oferecerem fareis rondas, e castigareis com rigor a quem faltar, ou se mudar do seu lugar para acudir ao fogo se se puser pelos inimigos ou por desgraça porque a ele hão só de acudir as pessoas assinaladas para o mesmo efeito, por evitar os muitos inconvenientes que tem o contrário com a confusão e desamparar os lugares.

Por entender e que convém e cumpre a meu serviço usares na viagem de jurisdição para os casos que podem suceder e confiando se vos que usareis da que vos der com a moderação e prudência que convém, hei por bem de vos conceder o seguinte:

Que nos casos crimes na vossa nau em que passais, tomar conhecimento durante a navegação ou estando em qualquer sorte (tirado o de Goa) tereis alçada até morte natural em todas as pessoas de qualquer sorte e condição que seja, e vossas sentenças se darão a execução, sem apelação nem agravo, porém em pena de morte ou cortamento de membro não o podereis condenar fidalgos nem outras pessoas que forem despachadas com fortalezas ou officios de justiça para a Índia, pilotos, sota pilotos mestres e contra mestres e cometendo os tais algum crime por que mereçam morte as podereis prender e levar a bom recado, e fazendo os autos e processos necessários se entregarão na cadeia da Cidade de Goa para serem sentenciados conforme minhas ordens, e o mesmo guardareis havendo crime de rebelião, motim ou levantamento contra vossa pessoa, salvo tendo tais circunstâncias que // [6] hão-de pôr para pelejarem encontrando poder que se julgue ser maior que o vosso, e sucedendo caso que vos encontreis na viagem com embarcações de Castela, visto as pazes que tenho celebrado com aqueles reinos, vos haveis com elas na forma que se hão as minhas armadas com as outras nações amigas.

O primeiro piloto da vossa nau verá o sol que tomam os curiosos que nela vão e tendo que emendar o fará encaminhando-os no erro que levarem nele; por nenhum destes curiosos se poderá pôr a argumentar com ele, e quando o façam os castigará.

No caso que falteis na viagem (o que Deus não permita) fui servido resolver que o governo das naus toca a Roberto Vilovim Rei, por haver

sido tenente capitão de mar e guerra por parte real, o qual há-de usar deste regimento como nele se contém por evitar dúvidas que poderão sobrevir nesta matéria.

Tanto que sairdes de mar em fora mandareis tirar o treslado deste regimento e o mandareis entregar a Manuel Vieira Matoso, capitão da viagem da vossa nau de vossa companhia para ficar entendendo o que por ele deve seguir, pois em razão de haver de ser o mesmo se não fez com distinção.

E cumprireis este regimento inteiramente como nele se contém no que não encontrar as ordens que se vos derem pela Secretaria de Estado, o qual não passará pela chancelaria sem embargo da ordenação em contrário. Manuel Filipe da Silva o fez em Lisboa a vinte de Março de seiscentos noventa e dous. O secretário André Lopes de Lavre o fez escrever. Rei.

//

Regimento que há-de usar na viagem da Índia o Conde de Vila Verde que Vossa Majestade manda por vice-rei e capitão geral daquele Estado como nele se declara que não passará pela chancelaria. Para Vossa Majestade ver.

Por resolução de Sua Majestade de 23 de Fevereiro de 692 em consulta do Conselho Ultramarino de 12 de Outubro de 692 e decreto de 14 de Março de 692 e escritos do Secretário de Estado de 16 do mesmo mês e ano. António Paes de Sande, Tristão Guedes de Sousa. Registrado no Livro dos regimentos que serve na Secretaria do Conselho Ultramarino a fl. 21. Em Lisboa a 23 de Março de 1692. André Lopes de Lavre.

O qual treslado do regimento está conforme ao registo do dito Livro e assim o certifico João António Dias e fez em Goa a 15 de Outubro de 1698

O Secretário  
Gregório Pereira Fidalgo

## B

*Relato da viagem de Portugal à Índia, do vice-rei conde de Vila Verde  
(1692-1693)*

Cópia: Biblioteca da Academia das Ciências  
de Lisboa, *série azul*, nº 64, fls. 4-7.

*Breve relação do que passou na viagem da Índia o conde de Vila Verde, vice-rei  
daquele Estado, o ano de 1692.*

Saímos da barra de Lisboa a 25 de Março com vento forte, e logo chegamos a experimentar os rigores do mar, porque encontramos uma nau flamenga que estava sobre a ancora e sem nos podermos desviar dela, a abalroamos com grande perda sua e alguma nossa, porque nos levou uma varanda. Logo descámos com a força do vento e correntes, sobre um baixo // [4v] onde ficou o leme em seco, sem poder governar, com grande medo de todos. Feitas todas as diligências que pedia a ocasião, foi Deus servido livrarmos, com que seguimos a nossa viagem.

Aos 10 de Abril avistamos a ilha de Palma, uma das Canárias, onde por falta de vento e grandes correntes fomos caindo sobre a terra sem remedio algum, por serem os rochedos muito altos e não se achar fundo. Faltando aqui a industria humana para evitarmos tão manifesto perigo, recorreremos a buscar o ultimo remedio, que só do céu nos podia vir, o que solicitamos com varias preces, esmolas e votos feitos a Deus, o que acabado de improviso, nos entrou logo vento norte fresco, que em poucas horas nos fez perder de vista a terra, e fomos seguindo prosperamente a viagem, mas sempre com pouco pano, por causa da nau almiranta que nos não podia acompanhar, por não poder aguentar o pano, e muitas vezes nos foi forçado esperar dias e noites por ela à capa<sup>23</sup>.

Aos 25 de Maio passamos a linha equinocial, depois de estarmos debaixo dela 32 dias, com excessivas calmas e muitas doenças, de que a maior parte eram febres malignas, chegando a estar 150 doentes juntos, faltos já de galinha, doces e medicamentos, de sorte que se não fosse o conde vice-rei, o qual não só com a sua assistência, mas com tudo o necessário de sua dispensa e botica, acudia com liberalidade magnífica, seriam os mortos muito mais em número. E na verdade não é crível a caridade e cuidado que tinha o conde de todos, não reparando em gastos por

---

<sup>23</sup> Muito chegado ao vento e somente com a vela grande larga.

maiores que fossem, e ainda com incómodo seu, mandando não lhe dessem a ele galinha, por que não faltasse aos doentes, e houve dia em que saíram da sua cozinha mais de 200 porções de galinha para os doentes e convalescentes, ordenando aos seus despenseiros, que da sua despensa dessem tudo para eles, sem ser mais necessário pedir-lhe nova licença.

Aos 25 de Junho estando em 21 grau de altura, encontramos uma grande nau, a qual veio logo demandar e nós a ela, aparelhados para tudo o que pudesse suceder, assistindo a diligência e cuidado do conde Vice-rei em todos os lugares e postos com suma vigilância como um grande // [5] capitão que toda a sua vida andou no mar, e vestido de gala com sua plumas no chapéu, se pôs ao pé do mastro grande esperando o combate intrépido e animando só com a vista a todos, mas chegando a nau perto, conhecemos ser francesa e assim viemos à fala, e perguntando-lhe quem eram responderam ser a comandante de 4 navios governados por Monsieur dan Doni, a qual ia para a Índia, e se tinha apartado das outras por causa de uma tormenta que havia 4 dias tinham tido. Eles nos perguntaram quem éramos, ao que foi respondido ser nau del Rei de Portugal, que ia para a Índia com o conde Vice-rei. Logo nos perguntaram se necessitávamos de alguma cousa, e fazendo nós a mesma pergunta, foi respondido de uma e outra parte, não haver necessidade de cousa alguma, e assim tirando o chapéu de general de França, e colhendo um pouco a bandeira, que logo outra vez largou, virou com todo o pano e nos apartamos.

Aos 8 de Agosto se pegou de noite o fogo no farol por causa do grande vento, o qual fez logo o Vice-rei extinguir com grande cuidado e presteza, trabalhando todos com suma disposição.

Aos 9 do mesmo dobramos felizmente o cabo de Boa Esperança, com alegria universal de todos, em especial dos oficiais da nau, os quais foram premiados do conde Vice-rei com singular liberalidade.

Aos 15 do mesmo mês padecemos uma furiosa tormenta a qual nos durou 40 horas, de sorte que nos dávamos já por perdidos, e eram tão grandes os mares, que sobrelevavam a verga grande de parte a parte, e vendo-nos por instantes submergidos, e chegaram a dizer os pilotos não terem isto vento mais rijo. O trabalho que se teve foi muito grande, acudindo todos os oficiais com extraordinária vigilância, vendo a assistência que o conde fazia em todas as partes, o qual enquanto durou a tormenta esteve com grande incómodo no castelo da popa. E finalmente não sabendo mais a arte humana, recorremos à misericórdia divina, com deprecações, fazendo promessa a Nossa Senhora de Ribandar de levarmos todos descalços o traquete à sua igreja de Goa. E foi Deus servido livrar-

-nos de tão grande perigo, assi de vento, como de um baixo que nos ficava bem perto, com que prossequimos felizmente a nossa derrota.

Aos 2 de Setembro, avistamos Moçambique, e aos 3 ancoramos dentro, donde se deu logo ordem a fazer provisões daquilo de que necessitávamos, e tão grande expedição se deu, que em 5 dias tivemos // [5v] dentro da nau 180 pipas de água, e tudo o mais de que havia falta.

Aos 9 do mesmo saímos para fora, mas entrou-nos logo o vento contrário e as correntes mui grandes, o que tudo nos obrigou a dar fundo por não perdermos o porto, onde estivemos 5 dias esperando vento, e como este nos faltasse, mandou o Vice-rei chamar aos pilotos, assi da nau como da terra, para ver se podia ainda prosseguir a viagem. Responderam que era impossível pela monção ser acabada, e que se arriscava a perder, pela experiência que tinham da costa; com a qual resolução o dia 18 tornamos a Moçambique com universal sentimento, por sermos obrigados a invernar nesta ilha, esperando a monção piquena que é em Março, tempo em que só podíamos fazer viagem para Goa.

Aos 24 do mesmo mês de Setembro entrou a nau almiranta, que se apartara de nós antes do Cabo, a qual chegou muito destroçada, e com muitos doentes infestados do mal de Holanda, de que poucos escaparam.

Já que estivemos tanto tempo em Moçambique, parece acertado dar desta terra uma breve notícia. É ela uma ilha a qual está em altura de 15 graus, piquena no distrito, porque não excede no comprimento um quarto de légua, e de largura tem ainda muito menos. Há nesta ilha um colégio da Companhia, um convento de dominicos e outro de religiosos de S. João de Deus, os quais tem à sua conta o hospital. Na ponta desta ilha está uma fortaleza, boa na fortificação e muito bem guarnecida de grossa artilharia. É o clima mui pouco sadio, a terra em si estéril, porque em tanta pequenez mal pode haver o necessário para o sustento, tudo porem lhe vem de fora em abundancia, com que fica sendo assaz provida por a gente que em si tem. É terra muito grossa pelo contrato que tem com os rios de Sena, Sofala e Cuama, donde lhe vem ouro, marfim e pau-preto em quantidade, e se o contrato fosse mais franco seria sem dúvida mais bem provida, e muito mais grossa do que é, porque da Crónida do Felicíssimo Rei D. Manuel consta ser esta ilha antes de os portugueses a tomarem muito frequentada de embarcações, que de todas as partes vinham contratar, o que tudo fazia esta ilha muito rica e abundante, e hoje é este porto tão pouco frequentado de barcos, que só de ano a ano lhe vem algum do Norte e Goa. E dos rios perto desta ilha fica a de S. Lourenço, cujos naturais desejam muito se abra o comércio para com eles, de que não

resultaria piqueno lucro a Moçambique, por ser aquela grande ilha, muito abundante de tudo.

Bem cuidávamos nós que o invernar em Moçambique nos serviria de alívio às moléstias que tínhamos tido no mar, mas foi // [6] ao contrário, por serem grandes os inconvenientes que aqui tivemos, não achando mantimento para sustentar em tão largo tempo tanto número de gente, e como o clima era como já fica dito, pouco sadio, houve muitos os mortos da gente vulgar e dos mais 3 religiosos carmelitas com o seu provincial, dous padres capuchos companheiros do bispo de Malaca [D. Frei António de Santa Teresa], Dom António de Sousa e Gonçalo da Costa ambos desembargadores, Sebastião Correa, e outros da família do conde Vice-rei, e para dizer tudo em poucas palavras, cada dia morria ao menos dous; nem eu deixei de participar das más influências deste clima, porque logo me deu uma ardente febre, que me molestou mais de 15 dias, pondo-me em grande perigo, e estando já próxima a monção me deram outras febres, com as quais me embarquei com assaz moléstia e muito perigo, e me continuaram 55 dias já sem esperança alguma de vida, e na verdade se não fora a quina que me deu o Senhor conde Vice-rei era evidente o não chegar à Índia.

Aos 15 de Março por ser já entrado o tempo da monção, deixando em Moçambique 2 companheiros meus doentes, que eram os Irmãos João Lopes e Cristóvão Flori, partimos para Goa com bom vento, o qual nos durou por alguns dias até passarmos outra vez a linha equinocial, aonde começamos a experimentar calmarias, talvez por irmos muito chegados à costa de África.

Aos 20 de Maio à noite nos deu uma horrível tormenta, a qual continuou com o mesmo furor o dia seguinte, em que ficamos sem o leme, nem mastro, e só com o casco da nau que em si tinha 20 palmos de água; caiu o mastro da mezena sobre o conde Vice-rei, com tal ímpeto que o lançou por terra, e quando todos o podiam ter por morto, se levantou sem lesão alguma, mais que um piqueno sinal na cabeça. Alijou-se ao mar tudo o que se achou mais à mão, indo muitas coisas de valor, e das que ficaram se perderam quase todas pela muita água que a nau em si tinha, o que por então nos não dava muito cuidado porque como tínhamos pouca esperança de vida, só tratávamos de recorrer a Deus com os actos que naquela ocasião são necessários.

Tem-se por evidente milagre escaparmos de tão manifesto perigo, porque foi a tormenta tão extraordinária, que os pilotos versados nesta viagem disseram não ter visto cousa semelhante, e quando viram o que caídos os mastros ficavam presos nas enxárcias e mais cordoalha, com cujo peso a nau de uma banda estava já submergida debaixo da água, cla-

maram não haver já esperança alguma de vida, a cujas vozes se ouviram outras mais lastimosas logo // [6v] confessando todos em público suas culpas, afim de lhes darem a absolvição delas, mas Deus que queria mostrar em nós a grandeza de sua infinita misericórdia, inspirou se cortassem as cordas e enxárcias, para que os mastros não submergissem de todo a nau, o que feito com a diligencia que o caso pedia, foi amainando o vento, e cobrando nós mais algum alento, se tratou de tapar um grande rombo que a nau tinha junto ao leme, e de lançar fora a água que em si tinha. Passada a tormenta, quizeram meter um leme, mas foi trabalho baldado, e porque sem ele não era possível navegar, se fez uma armação que servisse em lugar de leme, a que cá se chamam esparrela, a qual governavam 60 homens, e por mastro se pôs uma verga com um limitado pano por vela, trabalho em que se gastaram 8 dias.

Concertado tudo o melhor que podia ser, seguimos nossa derrota, e no fim de três dias nos achamos em Goa quase sem o imaginarmos, porque as correntes nos levaram para o norte, e a nau com tão pouco pano e tão destroçada não podia resistir a seu ímpeto, mas Deus, que nos guiava, nos meteu dentro da barra de Goa, onde ancorados aos 26 de Maio se desembarcou logo o conde Vice-rei e descalço foi de noite render as graças ao Santo Xavier a quem atribuía o escaparmos de tantos perigos, cujo exemplo imitaram muitos e em especial os padres que no dia seguinte fizeram o mesmo, como tão obrigados a este grande apóstolo.

Não refiro quão cortados e quebrantados ficamos de tão molesto trabalho, e de um susto tão grande, porque como por palavras se não pode explicar, é melhor remeter tudo ao silêncio. Digo porém, que só ver a nau cortava o coração, e quando em Goa a viram em tão lastimoso estado, não acabava de se admirar de termos escapado e feito viagem para Goa em nau tão destroçada.

Morreram em esta dilatada e trabalhosa viagem 8 companheiros meus, 4 até Moçambique, que foram os padres Nicolau de Tour, João Baptista Chirande, Cristovão Brás e o Padre Doudy; e de Moçambique para Goa os Padres Marcelo Leblane e Phelippe Couplet, e chegando a Goa morreram logo em breves dias o Irmão Bernardo Osório e o Padre Alexandre Coelho, e tirando dous, todos os mais adoeceram gravemente, e eu estive 40 dias antes de chegar a Moçambique com uma grande dor de cólica, que me pôs às portas da morte. Na nau capitania morreram até Moçambique mais de 30 pessoas de febres malignas, de que outros escaparam, sendo no mesmo tempo 122 // [7] doentes juntos; de Moçambique para Goa não faltaram também doenças, de que morreram até 50. Na nau almiranta soube terem falecido até o tempo que chegou a Moçambique 30

pessoas, e entre elas o bispo de Malaca e o padre visitador dos carmelitas descalços.

Com toda a viagem não vimos cousa digna de memória senão quantidade de baleias e baleatos e o peixe a que os marinheiros chamam diabo do mar, o qual quando aparece, dizem ser de anúncio de temporal, com outras circunstâncias que lhe acrescentam, o que eu não vi, só digo que não é tão feio o diabo como o pintam. Isto é em suma o que passamos na nossa viagem, deixando, por não enfadar, várias cousas que costumam suceder em semelhantes navegações.

Folguei muito de ver Goa, que na verdade é uma grande cidade ainda, que está hoje muito arruinada, mas assim como Roma mostra nas suas ruínas ter sido a melhor fábrica do mundo, assim nas ruínas de Goa se deixa bem ver que foi em outro tempo o Império do Oriente todo. Tem conventos e templos muito magníficos, aonde se trata do culto divino com grande dispêndio e asseio; a entrada da barra para a cidade é muito vistosa e alegre; os rios são muito aprazíveis; tem a cidade várias ilhas circunvizinhas de sadios e belíssimos ares; e porque é sabida a grandeza e regalia desta cidade, parece escusado gastar tempo em a descrever. Espero em Deus que ajustando-se a Companhia dos mercadores portugueses, torne Goa a ser o que antes era, e se aumente todo este Estado da Índia, com cujo aumento crescerão também as missões, pois é certo que quando a Índia estava em seu ser, floresceram nela mais as cristandades.

## C

### *Regimento para a viagem de regresso de Goa ao Reino do conde de Vila Verde*

Goa, 19 de Dezembro de 1698

Arquivo Histórico de Goa, *Regimentos e Instruções*,  
cód. 1424, fls. 36-36v.

#### *Regimento que se deu ao Senhor Conde de Vila Verde quando foi para o Reino*

D. Pedro por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e d'além mar em África Senhor de Guiné e da conquista, navegação, comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia etc. Faço saber a vós D. Pedro António de Noronha, conde de Vila Verde, do meu Conselho de Estado

que ora com o favor de Deus partis para o Reino na nau por invocação S. Pedro Gonçalves, de que é capitão de mar e guerra Domingos João, que por quanto convém levardes regimento meu para entenderdes o como deveis fazer a viagem, sem embargo da grande confiança que de vós faço e da vossa experiência, de que procurareis contudo obrar o que mais convier a meu serviço, me pareceu dar-vos este regimento, o qual cumprireis inteiramente assi e da maneira que nele se contém.

Tanto que a nau se fizer à vela, mandareis ao capitão Domingos João que a faça lestes e se arrume a melhor que possa ser; e ao piloto que siga a derrota por dentro da ilha de São Lourenço, por ser monção para a fazer, em razão de partir cedo e haver comodidade para isso, e aos homens do mar procurareis levar com muita união e concórdia, por ser este requisito o mais principal para a segurança da viagem e para que ela se faça com bom sossego, vos encomendo muito tenhais particular cuidado em fazer se confesse toda a gente no tempo de oito dias e se evite todo o género de ofensas feitas a Deus, mandando para este efeito devassar de todas as pessoas que viciosamente cometerem alguns pecados e muito em especial dos de ruim qualidade. E a quem encarregardes esta comissão será do bom e a dita devassa estará aberta até ao fim da viagem, pronunciando a prisão de todos os culpados com o parecer de pessoas de letras indo em vossa companhia, e na sua falta de outras de bom discurso, que nesta matéria haja de votar com sua consciência, e no caso que sejam presas algumas pessoas pelo merecimento da dita devassa, entregarão com ela em Lisboa à ordem dos ministros a que pertencer.

Depois de passardes o cabo de Boa Esperança seguireis a derrota da viagem pela costa do Brasil e ireis tomar a Bahia de Todos os Santos, para daí a fazerdes para Portugal em companhia da frota, na conformidade da carta por onde o despus assim, escrita em 21 de Março de 1693, quando não haja outra ordem em contrário, porque neste caso a cumprireis assi e da maneira que eu tiver resoluto nela.

Assi no porto da dita cidade de Bahia como em qualquer outro que tomardes, havendo nele alguma embarcação que haja de fazer viagem para o Reino, entregareis ao capitão ou ao mestre dela a segunda via das minhas cartas para as levar a Portugal e as entregar no Conselho Ultramarino e Secretaria de Estado, na conformidade que tenho ordenado por carta de 24 de Março de 1680, e o dito capitão ou mestre que as receber encarregareis que correndo risco a embarcação e que for de[arm]ada(?) pelos inimigos, lançará ao mar as vias, pelo prejuízo que se pode seguir de terem notícia do que neles se me fizer presente.

Achando-se na nau alguma pessoa sem licença minha ou do vice-rei do Estado da Índia, usareis com ela na forma que mando nos meus regimentos das naus que vão do Reino para a Índia e chegando a Lisboa me dareis parte disso, ficando por este capítulo obrigado a entregá-la e sucedendo que vá algum religioso sem licença do prelado e do Vice-rei, usareis na mesma forma como com as mais pessoas por assi estar disposto por outra carta minha de 17 de Março de 1692. // [36v]

Para se evitar os grandes inconvenientes que pode resultar de se apartarem as naus da Índia dos comboios da frota do Brasil, vos ordeno que não vos aparteis do comboi da dita frota por caso nenhum, por assi ter eu ordenado por outra carta minha de 24 de Março de 1694, o que se entenderá no caso que partais em companhia de frota e não acheis na Bahia outra ordem em contrário.

Nos mais sucessos que se oferecerem na viagem, espero vos hajais de mesma maneira como fio da vossa prudência e experiência e de quem sois, que obrareis neles com aquele acerto que me segura o vosso zelo, para que em tudo o que obrares eu me dê por bem servido das vossas disposições e se logre a felicidade de chegar a dita nau a salvamento como espero de Deus. Dado em Goa, João António Dias o fez a 19 de Dezembro de 698. António Coelho Guerreiro Secretário de Estado o fiz escrever. António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho.

//

Regimento que há-de usar D. Pedro António de Noronha conde de Vila Verde do Conselho de Estado de Sua Majestade na viagem que com o favor de Deus faz para o Reino na nau São Pedro Gonçalves. Para Vossa Majestade ver.

Sobescrito do Regimento

Regimento que há-de usar D. Pedro António de Noronha conde de Vila Verde do Conselho de Estado de Sua Majestade, que com o favor de divino parte para o Reino na nau São Pedro Gonçalves. João António Dias o fez em Goa a 19 de Dezembro de 698. O Secretário António Coelho Guerreiro o fez escrever. António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho.

Primeira via de sucessão

António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, almotacé-mor do Reino do Conselho de Estado de Sua Majestade Vice-rei e capitão-geral da Índia etc. Hei por bem e mando que sendo caso que o conde de Vila Verde que ora faz viagem para o Reino na nau São Pedro Gonçalves faleça nela (o que Deus não permita) vá governando a dita nau o capitão de mar e

guerra dela, Domingos João, com a mesma jurisdição e poder que tem em razão do lugar que ocupa e seguirá o mesmo regimento que se deu ao dito conde de Vila Verde. Goa, 19 de Dezembro de 1698. António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho.

Sobescrito da via acima

Este macete da primeira sucessão que vai fechado com três sinetes de lacre vermelho das armas reais se abrirá em caso que faleça (o que Deus não permita) o conde de Vila Verde que ora faz viagem para o Reino em presença dos oficiais da nau São Pedro Gonçalves se fará termo, pelo escrivão dela assinado por todos. Goa, 19 de Dezembro de 698. António Coelho Guerreiro Secretário de Estado a fiz escrever. António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho.

Segunda via de sucessão

Hei por bem e mando que sendo caso que o capitão de mar e guerra Domingos João que ora faz viagem para o Reino na nau São Pedro Gonçalves faleça nela vá governando a dita nau o mestre dela Manuel André dos Santos e usará da jurisdição e poder que tinha o dito capitão Domingos João e seguirá o mesmo regimento que foi dado ao conde de Vila Verde e ao dito capitão Domingos João. Goa, 19 de Dezembro de 1698. António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho.

Sobescrito da 2ª via de sucessão

Este macete da segunda via de sucessão que vai fechado com três sinetes de lacre vermelho das armas reais se abrirá em caso que faleça a pessoa que estiver nomeada na primeira sucessão em presença dos oficiais da nau São Pedro Gonçalves que com o favor de Deus passa para o Reino de que se faça termo pelo escrivão dela assinado por todos. Goa 19 de Dezembro de 698. António Coelho Guerreiro Secretário do Estado a fez escrever. António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho.

**Nota:** De modo a facilitar a leitura, optámos por actualizar o texto, dado o seu nenhum interesse documental. De um modo geral seguimos os seguintes critérios:

1. Assinalamos com traços oblíquos (//) a mudança de página, registando o seu número entre parênteses rectos (□).
2. Mantivemos muitos dos arcaísmos seiscentistas desde que de uso na época.
3. Desenvolvemos todas as abreviaturas sem o indicarmos.
4. Separamos as sílabas que estavam unidas e juntamos as que estavam separadas, reconstituindo a moderna orografia dos vocábulos.

5. De modo a facilitar a leitura do texto introduzimos e suprimimos alguns sinais de pontuação, respeitando o uso mais frequente e abrimos parágrafos.
6. Regularizamos o uso das maiúsculas e das minúsculas.
7. Regularizámos pela ortografia moderna os seguintes casos de variação gráfica do documento:
  - a) As vogais duplas foram reduzidas a uma só acentuada. Também introduzimos alguns acentos para esclarecer o sentido do texto.
  - b) Substituímos o *qu* por *c* ou o *c* por *qu* de acordo como uso actual. Do mesmo modo procedemos nos casos *de gu* ou *g*.
  - c) Substituímos o *u* e o *j* com valor consonântico por *v* e *i*, respectivamente.
  - d) Substituímos o *y* por *j*, *g*, ou *i*, sempre que necessário.
  - e) Regularizamos o uso da *cedilha* de acordo com a moderna grafia.
  - f) Também regularizamos o uso das consoantes dobradas.
  - g) Regularizámos pelo uso moderno de *m* ou *n*, enquanto marca de nasalização.
  - h) O uso do *h* também foi regularizado, segundo a ortografia actual.
  - i) As vogais *o* e *u* foram por vezes substituídas por *u* e *o* de acordo com a ortografia moderna.

## Bibliografia

- CUNHA, Waldir da – “O achamento do Atlântico Sul: 1497-1696. Relação dos capitães mores e os barcos que do Reino se tem vindo à Índia”, introdução e transcrição de..., in *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 112 (1992)
- G[OMES, Carlos] A[lberto da Encarnação] – *Subsídios para o estudo da carreira da Índia*, sep. de *Anais do Clube Militar Naval*, CXXV (Janeiro- Março 1995)
- GODINHO, Rui Landeiro – *A Carreira da Índia. Aspectos e Problemas da Torna-Viagem*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005.
- GUINOTE, Paulo, Eduardo Frutuoso, António Lopes – *As Armadas da Índia 1497-1835*, Lisboa, CNCDP, 2002.
- LAVAL, Francisco Pyrard de – *Viagem de...*, versão portuguesa de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, revista e actualizada por A. de Magalhães Basto, vol. II, Porto, Livraria Civilização, s.d.
- MATOS, Artur Teodoro de – *Na Rota da Índia. Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural, 1994.
- \_\_\_\_\_, «Quem vai ao mar em terra se avia». Preparativos e recomendações aos passageiros da Carreira da Índia no século XVII, sep. de *A Carreira da Índia e as rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998.
- [RIVARA, Joaquim Heliodoro de Cunha] – “A Índia no governo do Vice-Rei Conde de Vila Verde 1693-1698” in *O Chronista de Tisuary*, 14 (1867)



# Transmigrações artísticas: uma notável caixa-escritório indo-sino-portuguesa de inspiração camoniana

VITOR SERRÃO\*

*ao Dr. Mário Roque,  
proprietário da peça analisada*

*a Jaelson Bitran Trindade,  
pelas preciosas vias de trabalho abertas*

## 1. Uma singular peça de arte luso-asiática

A oportunidade que recentemente me foi dada de poder analisar uma caixa-escritório de tipologia luso-asiática, com um lavor artístico notável, abriu campo a uma pesquisa de âmbito pluridisciplinar que se vem revelando apaixonante. Tal peça, executada em madeira de angelim entalhada e decorada com fina pintura de lacados, permitiu tecer várias considerações, não apenas sobre a peça propriamente dita, como também sobre esta mal estudada morfologia artística dentro do mobiliário do chamado ‘mundo colonial português’<sup>1</sup>. Desta tipologia de caixas-escritório, de facto, destinadas a guardar nas gavetas do seu interior correspondência e documentação privada dos portugueses viajeiros no Oriente, remanescem pouco mais de

---

\* Instituto de História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

<sup>1</sup> Vitor SERRÃO – «Caixa-escritório, produção indo-portuguesa», in Catálogo do ‘stand’ *São Roque. Antiguidades & Galeria de Arte – Feira de Arte e Antiguidades de Lisboa*, Lisboa, Cordoaria Nacional, Abril de 2014, pp. 206-207 (com separata).

duas dezenas de exemplares, maioritariamente em museus e colecções estrangeiras.

São peças quase sempre de elaborada factura, em teca, angelim e outras madeiras, com tampas de decoração figurativa relevada e lacada, aplicações de ferro, interior com gavetas ou pequenas divisórias para guardar tinteiro, material de escrita e eventuais segredos, e decoração com ornatos vegetalistas de flores, acantos e ramagens, revelando no seu conjunto um encantador tónus exótico. Trata-se, geralmente, de encomendas de reinóis a artistas locais e, como tal, produzidas em contexto da sua estada no Sueste Asiático, pelo que mostram decoração de lacados chineses e folhagem indiana, ostentando, no anverso ou no reverso das tampas (ou em ambas as superfícies), programas decorativos «historiados», de simbologia precisa, por vezes com «citações» clássicas dentro da tradição renascentista europeia, ou com temas vetero-testamentários, sempre subordinados ao gosto, aos estilemas e aos *modos de ver* de artistas e artífices actuantes na costa oriental da Índia em prósperos centros de trabalho para exportação.

Estamos, neste caso, perante uma peça de valia excepcional, tanto pela sua qualidade artística *de per si*, como pela sua complexa significação iconológica, que sugere certa familiaridade do seu encomendante com a obra do poeta Luís de Camões. Acresce o facto, único dentro da tipologia destas caixas, de a inscrição na filactera ser gravada em relevo, e de o temário da tampa ser de explícita simbologia cristã recorrendo a um artifício literário. Obra produzida em contexto indo-sino-português, no seio de uma oficina oriunda quase de certeza de uma zona geográfica situada no Golfo de Bengala, pode ser datável do fim do século XVI ou do início do seguinte. Integrada numa tipologia de mobiliário doméstico portátil de que sobreviveram poucos exemplares, esta caixa-escritório mede 170 x 455 x 340 mm e encontra-se em bom estado de conservação. A tampa, de rebater, possui ainda gonzos e ferrolhos, originais, com lacados a negro e ouro, e está decorada no intradorso da tampa com uma águia bicéfala e, no extradorso, com uma figura que parece ser um caçador português no Oriente que caminha, risonho e de braço direito alçado, entre folhagem, volutas e cornucópias, usando barrete na cabeça, trajando gibão e casaco de mangas tufadas e calçando botas altas, que leva pendurada do braço esquerdo uma cesta que parece transportar muitos pães de foliar (ou peças de fruta ?) e, ao ombro, uma vara de onde pendem duas peças de caça, uma lebre e um pato (ou perdiz ?). Sobre a cabeça da figura masculina, desdobra-se uma filactera onde se pode ler em inscrição de caracteres relevados um texto que reza assim: DAVA.LHO. VEMTO. NO. C(H)APEIRÃO. Q(UE)R

LHE DÊ Q(UE)R NÃO<sup>2</sup>. Os caracteres, gravados por alguém que não estava propriamente familiarizado com a língua portuguesa, mostram hesitações de labor na transposição de certas letras do modelo fornecido para a madeira entalhada, o que atesta, iniludivelmente, a factura da caixa num contexto geográfico asiático onde os processos de miscigenação cultural luso-indiana se manifestavam em plenitude. Infelizmente, a procedência da peça é-nos desconhecida, ignorando-se por isso a sua fortuna crítica e a sucessão dos seus proprietários. No intradorso, admira-se uma imponente águia bicéfala relevada, ladeada por bandas ondulantes com decoração vegetalista. A frente do móvel mostra, com seus lacados, uma decoração vegetalista similar à que preenche a tampa e se repete na ornamentação do tardo e nas ilhargas. Enfim, a mesma minúcia de labor estende-se à parte intestina, compartimentada a fim de guardar tinteiro, papéis e instrumentos de escrita, a qual se apresenta lacada de vermelho<sup>3</sup>. Tudo é delicado e concebido com dose de pormenor, o que atesta a encomenda cara, e o estatuto, por certo elevado e culto, do seu encomendante.

Trata-se de um valiosíssimo exemplar de mobiliário civil indo-sino-português, cuja tampa e decoração geral, tanto exterior como interior, revelam um grande apuro de execução e uma requintada linguagem simbólica e ornamental, o que mais faz estranhar o facto de se tratar de obra, até à data, completamente desconhecida dos estudiosos e colecionadores. Integra-se, como se disse, na tipologia das chamadas caixas-escritório luso-asiáticas, objectos de pequeno ou médio formato, de planta rectangular, destinados a conter correspondência, jóias e outra documentação privada, todos situados num arco cronológico entre o último quartel do século XVI e os meados do XVII. Apenas sobrevivem, na actualidade, duas dezenas de exemplares desta tipologia, identificadas em museus portugueses (Museu Nacional de Arte Antiga e Museu Nacional Soares dos Reis) e estrangeiros (como o Museu de Singapura) e em colecções privadas (as de Álvaro Sequeira Pinto, Pedro Aguiar Branco e Mário Roque, entre outras), que foram alvo de estudos por parte de especialistas das artes decorativas luso-orientais, dos quais se destacam em primeiro lugar os trabalhos de

---

<sup>2</sup> A peça, até à data absolutamente desconhecida e nunca exposta, pertence à colecção do senhor Dr. Mário Roque, a quem devemos a oportunidade do seu estudo e a quem se agradece penhoradamente. Agradece-se também ao Doutor Nuno Senos a sua ajuda na difícil identificação da legenda.

<sup>3</sup> Consta que a última propriedade da caixa foi uma residência em Abrantes (informação do senhor Dr. Mário Roque).

Bernardo Ferrão<sup>4</sup> e de Maria Helena Mendes Pinto<sup>5</sup>, em estudos absolutamente pioneiros nesta matéria.

A caixa da colecção Mário Roque pertence a uma família de objectos: as caixas-escritório luso-orientais, que nos séculos XVI-XVII circulavam em mãos de portugueses relacionados com a diáspora asiática, fossem homens de negócios, soldados, gente da Igreja, políticos, funcionários ou simples viajantes itinerando no espaço do Estado Português da Índia e no Extremo-Oriente. As encomendas foram em geral devidas a mercadores e oficiais do Estado em trânsito nas possessões asiáticas ou em regresso à pátria (embora não se conheça ainda documentação directa sobre o tipo de relações havidas entre os compradores portugueses e os artistas autóctones), mas também sabemos que houve aquisições de alta estirpe para peças congéneres que eram absoluta novidade na Europa: o próprio Filipe II, na sua entrada em Lisboa como primeiro rei da Monarquia Dual, trazia no acervo de ofertas caras escritórios adquiridos no Guzarate, que doou ao seu herdeiro, e o Duque de Bragança D. Teodósio II doou aos frades do mosteiro da Cartuxa de Évora um escritório recamado de madrepérola, factos que atestam a circulação, em data temporã e em círculos da alta aristocracia e mesmo realengos, deste tipo de objectos de iniciativa privada oriundos da península do Hindustão, destinados tanto a casas nobres e burguesas, como à própria corte e, também, a conventos e irmandades<sup>6</sup>.

O estudo quiçá mais desenvolvido sobre este tipo de caixas-escritório de que nos ocupamos, coube a Pedro Moura Carvalho<sup>7</sup>, a propósito da análise dos lacados que todas elas ostentam, a partir de um elenco apreciável de peças procedentes de diversas latitudes da diáspora lusófona, enquanto que Pedro Dias<sup>8</sup> e Alexandra Curvelo<sup>9</sup> analisaram outros casos

---

<sup>4</sup> Bernardo FERRÃO – *Mobiliário Português. Índia e Japão*, vol. III, Lello e Irmãos Editores, Porto, 1990, pp. 154-171.

<sup>5</sup> Maria Helena MENDES PINTO – *Lacas Namban em Portugal*, Lisboa, Edições Inapa, 1990, pp. 56-57.

<sup>6</sup> Cf. M. GACHARD – *Lettres de Philippe II à ses Filles les Infantes Isabelle et Catherine écrites pendant son Voyage en Portugal (1581-1583)*, Paris, 1884.

<sup>7</sup> Pedro Moura CARVALHO – *O Mundo da Laca – 2000 Anos de História*, catálogo de exposição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001, p. 144 e segs.; idem, *Mas-terpieces. Pegadas dos Portugueses no Mundo*, Coord. de Álvaro ROQUETTE e Pedro Aguiar BRANCO,

<sup>8</sup> Pedro DIAS – *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 328-331.

<sup>9</sup> Alexandra CURVELO – «Escritório», in *Os Espaços de um Império*, catálogo de exposição, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, cat.183, p. 226.

particulares desta tipologia, atentando especialmente nos programas decorativos das tampas e às suas fontes iconográficas.

## **2. Os focos de produção das caixas-escritório**

Os historiadores de arte e demais estudiosos têm discutido muito a origem geográfica e o foco exacto de produção deste tipo de peças destinadas ao mercado reinol e à exportação para a Europa, através de círculos de viajantes portugueses estabelecidos em terras asiáticas. Abundam as descrições de viajantes, as notas de inventários de colecções, e as descrições de centros de produção indianos, como os relatos que o francês Pyrard de Laval faz de Goa, Cambaia, Surrate e Chaul, ou os que Jan Huygen van Linschotten deixou escritos a propósito da cidade de Sinde, onde se produziam escritórios, cofres e caixas embutidas que seguiam depois para os mercados europeus; todavia, não existem referências precisas a este tipo de caixas-escritório em termos que nos permitam fixar os seus exactos focos produtivos.

A origem destas peças é, assim, matéria de continuada discussão. Para autores como o citado Pedro Moura Carvalho, os focos de produção destas caixas-escritório situavam-se no litoral da costa oriental da península do Hindustão, a zona do golfo de Bengala e Coromandel. Aí, nesses prósperos centros, onde a presença portuguesa foi mais forte do que se tem suposto, produziam-se muitas peças de mobiliário destinadas à exportação para a Europa, caso destas caixas-escritório tão cobiçadas pelos mercadores, clérigos, soldados e demais reinóis estantes em terras asiáticas. Trata-se de uma produção de artistas e artífices canarins, cuja especificidade é acentuada pela colaboração de artistas chineses nas decorações de laca. Desde 1540, mais ou menos, existiam possessões portuguesas na costa do Coromandel: como Nagapattinam, São Tomé de Meliapor e Pulicat. Houve nesta zona muitas disputas relacionadas com o controlo desse activo mercado indiano no que toca a peças de exportação para a Europa<sup>10</sup>. As influências artísticas europeias, assim, coabitaram aqui com a tecnologia, o gosto, os repertórios ornamentais e a manufactura explícita dos hindus, tudo misturado com influências chinesas, mogóis e islâmicas, tanto nas técnicas como

---

<sup>10</sup> Cf. S. ARASARATNAM – *Merchants, companies, and commerce on the Coromandel Coast, 1650-1740*, Oxford University Press, 1986, e P. SWARNALATHA, *The World of the Weaver in Northern Coromandel, c.1750 – c.1850*, Orient Longman, 2005.

nos modelos e na iconografia seguida, bem como no estilo de execução de peças<sup>11</sup>.

Exemplos de tipologia congénere à da fantástica caixa-escritório da coleção Mário Roque identificaram-se, até hoje, em peças que ostentam tampas e interiores com baixos-relevos lacados onde dominam as referências literárias explícitas, seja aos *Triunfos* de Petrarca, seja às *Metamorfoses* de Ovídio. Todavia, este exemplar aqui estudado é o primeiro que se identifica com uma referência camoniana concreta, facto que lhe confere uma valia histórica, artística, iconográfica verdadeiramente ímpar. A laca chinesa teve enorme impacto, nestes anos, no fabrico de caixas, contadores, biombos, escritórios avulsos e outras peças de exportação, os quais vão adquirir grande fama e ser alvo de disputa nestes anos em que este mercado se consolida. A exportação chinesa reforçou-se muito nestes portos da costa oriental da Península do Hindustão nos séculos XVII e XVIII. Basta ver-se, por exemplo, a qualidade dos lacados chineses que enriquecem a decoração de tampa da caixa-escritório indo-portuguesa, de início do século XVII, hoje exposta no Museu de Singapura. Numa venda recente de Cabral Moncada Leilões<sup>12</sup>, foi transacionada uma caixa-escritório de fabrico vinculado ao Sueste asiático, em madeira entalhada, pintada e lacada, com tampa interior decorada com a pintura a ouro do *Triunfo do Amor*, e com ferragens em ferro, ainda da segunda metade do século XVI, com inspiração em estampas maneiristas italo-flamengas segundo temas clássicos do Renascimento transalpino. A respeito de temas afins em tampas de caixas-escritório com alusões ao *Triunfo do Amor*<sup>13</sup>, que atestam o cariz intimista e monofamiliar deste tipo de objectos, podem-se descobrir as fontes iconográficas utilizadas por estes portugueses longe da pátria que recorriam ao talento de mercadores indianos e pintores de laca chineses para lavrarem estas peças: num caso, é uma estampa veneziana de Bernardino da Novara, de 1488, que vai ser fonte de inspiração para a encomenda. Numa valiosa caixa da mesma tipologia hoje no Museu de Singapura, do início do século XVII, o tema representado é vetero-testamentário e remete para *Abraão e o Sacrifício de Isaac*, na tampa de caixa-escritório indo-português, podendo

<sup>11</sup> Cf. Pedro Moura CARVALHO – *O Mundo da Laca: 2000 anos de História* (com Maria Queiroz Ribeiro e João Carvalho Dias), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

<sup>12</sup> Catálogo de *Cabral Moncada Leilões*, 2008, leilão nº 95, lote 94. Dimensões: 12 x 26,5 x 21 cm.

<sup>13</sup> Cf. Pedro Moura CARVALHO – *O Mundo da Laca: 2000 anos de História* (com Maria Queiroz Ribeiro e João Carvalho Dias), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, catálogo da exposição, p. 143.

neste caso detectar-se como fonte uma gravura nórdica dos Wierix e, acaso, uma utilização de peça em círculos cristãos-novos.

Uma das hipóteses alternativas que se aventou a respeito destes «centros» foi a de que a produção de escritórios seria focalizada na cidade de Cochim, na costa ocidental da Índia. Esta hipótese, defendida por autores como Rafael Moreira, José Jordão Felgueiras<sup>14</sup> e Pedro Dias<sup>15</sup>, assenta na importância estratégica de Cochim como metrópole onde a produção de robustas arcas de viagem, bem como de baús e caixas em madeira de angelim, estava no auge em pleno século XVI, o que poderia sugerir, por isso, que também este tipo especializado de caixas-de-viagem de uso pessoal fosse feito nesse contexto misto em que se associavam artífices de marcenaria e lacado locais e ‘chinos’ especializados em pintura de lacas. É certo que existia em Cochim uma afamada Rua dos Caixeiros, longa e torsa, onde o mercado de móveis afluía, a seguir à Rua da Seda e confinante com a Rua dos Sapateiros, e assim surge indicada na planta da cidade, de 1610, da autoria do arquitecto e engenheiro militar goês Júlio Simão (ou Simonides)<sup>16</sup>. Também uma planta de Cochim de 1635, por Pedro Barreto de Resende (Biblioteca Pública de Évora, inv.º. CXV-2-1), mostra essa artéria, então em pleno desenvolvimento<sup>17</sup>. A crer nesta hipótese, este tipo de caixas-escritório seria obra de marceneiros hindus que produziam caixas desse gosto para os «torna-viagem» de regresso a Portugal, o que poderia sugerir que, no caso da peça da colecção Mário Roque, se tratasse de um comerciante português com passagem ou estadia em Cochim (ou em Goa) e que procurasse dar à encomenda da sua caixa um timbre pessoal através da tampa com representação de um caçador com peças de caça ao ombro, sendo o texto da filacteria, nesse caso, uma alusão humorosa aos acasos da sorte. A tese não colhe, porém, não só porque nas peças oriundas de Cochim não se detectou qualquer caixa deste tipo, como pelo facto de serem distintas as tipologias decorativas reveladas nas arcas e caixões pro-

<sup>14</sup> José Jordão FELGUEIRAS – «Arcas indo-portuguesas de Cochim», revista *Oceanos*, nºs 19/20, CNCDP, 1994, pp. 34-41.

<sup>15</sup> Pedro DIAS – *Mobiliário Indo-Português*, Lisboa, 2013, pp. 90-98.

<sup>16</sup> Cf. Luís SILVEIRA – *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações da Índia Oriental – Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, 1988, p. 88. Sobre Júlio Simão, ou Simónides, cf. nova documentação em Vitor SERRÃO, «Pintura e Devoção em Goa no Tempo dos Filipes: o Mosteiro de Santa Mónica no ‘Monte Santo’ (c. 1606-1639) e os seus artistas» («Painting and worship in Goa during the period of iberian union: the Santa Mónica monastery at ‘Monte Santo’ (c. 1606-1639) and its artists»), revista *Oriente*, nº 20, 2011, pp. 11-50.

<sup>17</sup> Cf. Rafael MOREIRA – *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, catálogo da CNCDP, Porto, 1994, p. 141, n.º 56.

duzidas nessa cidade quando cotejadas com as caixas-escritório, por certo produzidas, maioritariamente, na costa oriental. Os desenhos de motivos vegetalistas da peça Mário Roque, tal como o material empregue e o tipo de laca, apontam como se disse para uma área de produção situada no Golfo de Bengala, a leste do cabo Comorim, na desembocadura do mar de Omã.

Deve referir-se, enfim, que outros autores defendem posição distinta: este tipo de peças não procederia, nem de Cochim, nem das possessões litorâneas do Golfo de Bengala, na chamada Costa do Coromandel, mas sim da China meridional, provavelmente feitas na província de Guangdong (à semelhança das primeiras porcelanas de exportação de Jingdezhen), sendo peças chinesas com temas europeus, destinadas ao mercado português e à exportação. O historiador de arte Hugo Crespo assenta essa hipótese no facto de, em alguma documentação familiar tardo-quincentista ou já seiscentista, se referenciam caixas-escritório com o que parece ser idêntica tipologia: por exemplo, como se mostra nas partilhas de Simão de Melo, capitão de Malaca, em 1570, e no inventário de bens do Conde de Linhares, de início do século XVII, aparecem referenciadas caixas chinesas de exportação junto a escritórios, rodela (escudos), mesas de preto e dourado, ou vermelho e dourado, da China, ao mesmo tempo que não se referenciam peças de mobiliário feitas na Índia, com excepção das caixas e arcas (caixões de médio e grande dimensão), em angelim, produzidas em Cochim<sup>18</sup>.

As análises laboratoriais realizadas a peças deste grupo excluem qualquer produção indiana de laca, pois no século XVI não havia conhecimento da técnica nem as matérias-primas, ao contrário do que sucedia no sudeste asiático (Pegu, actual Birmânica, esta zona com referência a caixas no inventário Linhares; Sião, actual Tailândia; Sul da China, Ilhas Ryukyu e Japão). Mas tal não implica que existisse deslocação de artífices e oficinas com mão-de-obra mista, como pensamos que tenha amiúde sucedido. Os termos em que este tipo de peças são descritas parece atestar essa produção híbrida, a partir de encomendas feitas por portugueses, caso do Conde de Linhares. Estes e outros inventários de bens de gente ligada a espaços asiáticos, recentemente analisados por Hugo Crespo, trazem nova luz sobre as qualidades do colecionismo português durante a Idade Moderna, quase sempre pautado por aberturas ao exótico. As referências documentais, como sucede no inventário de Jacques de Coutre, são preciosas a este

---

<sup>18</sup> Hugo CRESPO – catálogo da exposição *Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*, London, Wallace Collection, 2014.

nível, mas nunca referem mobiliário indiano e sim chinês, preto e dourado, peças que eram avidamente comercializadas pelos portugueses estantes na Ásia e que, ou vinham de seguida para a Europa, ou eram peças ofertadas aos Mogóis ou vendidas a Japoneses (tal como muitos biombos *namban*), em troca da cobiçada prata. São, em suma, circuitos de mercancia artística ainda insuficientemente explorados.

### 3. Presença de caixas-escritório em colecções portuguesas

Os inventários familiares que se vão descobrindo e investigando em arquivos portugueses numa perspectiva de História de Arte mostram que a presença de caixas-escritório com origem na Índia era mais constante do que se pensa. Na opulenta colecção dos Condes de Basto, que eram governadores militares de Évora e uma próspera família de aderentes ao partido dos Filipes, que reuniu no seu palácio alentejano (Paço de São Miguel, ou dos Condes de Basto) um riquíssimo acervo de peças de arte, existiam muitas obras que testemunham, fruto de aquisições e ofertas, o gosto dos nobres Castro pelo exotismo e o orientalismo<sup>19</sup>.

O inventário permite reconstituir a riqueza acumulada no Paço dos Condes pelos três titulares, desde o 1º conde D. Fernando de Castro (1530-1617, nomeado em 1582), seu filho D. Diogo de Castro (fal. 1638), e seu neto D. Lourenço Pires de Castro (fal. 1642), sem esquecer que a colecção e os melhoramentos da casa começaram no tempo de seu pai D. Diogo de Castro. Segundo essas minuciosas descrições, correspondentes a três listagens sucessivas de peças (1582, 1617 e 1643), existiam no paço de Évora (e também no seu paço de Lisboa, junto a Castelo Picão) muitas obras de arte que atestam o gosto desta casa fidalga e as suas relações com Itália, a Flandres, Castela e, ainda, a China e a Índia, sendo especialmente interessante esta vertente da colecção, que reflectia essa abertura aos exotismos no contexto das Descobertas portuguesas. Lá aparecem, assim, «*Dous tavoleiros da China avaliados em dous mil reis 2V000*», «*Três bandeiras da China e mais outra pintada avaliados em mil reis 1V000*», este quiçá um tabuleiro Ryu-Kyu (?) de início do século XVII em madeira de teca lacrada e policro-

---

<sup>19</sup> Cf. Vitor SERRÃO – «As artes decorativas na colecção palaciana de D. Fernando de Castro, 1º Conde de Basto, na Évora do final do século XVI», *Artis – revista de História da Arte e Ciências do Património*, nº 2, 2014, pp. 8-21.

mada<sup>20</sup>, uma gaveta-escritório oriunda da Índia, em morfologia idêntica<sup>21</sup>, bem como «*Dous contadores de pao preto marchetados de marfim de três palmos e meio de comprido com sete gavetas cada hum avaliados ambos em dezaseis mil reis 16V000*», «*Dous contadores de pao preto marchetados de marfim e cana da India de três palmos e meio de comprido com nove gavetas cada hum avaliados ambos em dezaseis mil reis 16V000*», e «*Huma arca da India marchetada com gavetas avaliada em oito mil reis 8V000*». A respeito destes contadores que existiam na residência dos Castro, vem à lembrança uma peça indo-portuguesa em teca, sissó, ébano e embutidos de marfim, de fabrico goês, do início do século XVII, com pernas em forma de nagas e decoração de embutidos com motivos geométricos (coleção São Roque Antiquários) e uma gaveta-escritório, em madeira de teca e ébano com incrustações de marfim, indo-portuguesa, da mesma coleção e época.

Existem outras referências documentais significativas. Na coleção da residência da viúva D. Maria de Brito, moradora na Rua Direita à Mouraria, de quem era genro Gaspar de Faria Severim, executor-mor do Reino, os inventariantes registam, em 1628, um «*escritório da Índia*», avaliado em 3.000 rs, e várias peças de mobiliário privado da mesma origem<sup>22</sup>. O inventário de bens de D. Rodrigo de Vasconcelos e Sousa, Conde de Castelo Melhor, também regista algumas peças desse tipo, em madeira de angelim, ainda que sem maior especificação quanto ao seu uso, mas com valores que rondam os 9.000 rs<sup>23</sup>. Na coleção reunida no palacete junto ao mosteiro de Santa Marta, em Lisboa, por D. Fernando de Sousa Coutinho Castel-Branco e Menezes, Conde de Redondo, em 1708<sup>24</sup>, constam referências a diversas «*caixas de angelim da Índia*», alegadamente destinadas a correio doméstico, com suas fechaduras de ferragens e decoração pintada, conservadas na «*casa e gabinete da livraria*», que foram então avaliadas pelo mestre entalhador José Antunes em preços que oscilam entre os 7.500 rs e os 12.000 rs. Deviam ser, pelo menos algumas destas que se citaram

<sup>20</sup> Um exemplar do Museu Nacional de Arte Antiga que se integra dentro desta tipologia foi amavelmente comunicado pela Doutora Alexandra Curvelo.

<sup>21</sup> Uma peça do Museu Nacional de Soares dos Reis no Porto, dentro desta tipologia (informação também comunicada pela Doutora Alexandra Curvelo), data de fim do século XVI ou início do século XVII, é em madeira de angelim entalhada e lacada, com tinta vermelha (cinábrio?), folha de ouro e metal, e mede 16,8 x 41,5 x 32 cm.

<sup>22</sup> ANTT, *Inventários Orfanológicos*, Letra F, maço 120 B, n° 2, fl. 5. Informação inédita da senhora Doutora Isabel Mendonça, que muito agradeço, tal como as referências inéditas que se seguem.

<sup>23</sup> ANTT, *Inventários Orfanológicos*, Letra J, maço 347, n° 9, inédito.

<sup>24</sup> ANTT, *Inventários Orfanológicos*, Letra C, maço 23, n° 1, fls. 39 v° e 40, inédito.

nos inventários, do tipo da caixa-escritório que aqui se analisa e descreve. O mesmo dado cripto-artístico decorre da leitura do inventário feito em 1696 dos bens do mercador flamengo Francisco Pereira de Linde, morador em Lisboa, que possuía na sua casa diversas caixas em madeira de angelim, da Índia, com ferragens e decoração, que foram avaliadas em preços idênticos<sup>25</sup>. O estatuto social destas pessoas – nobres de média e alta estirpe e mercadores abonados com ligação ao comércio ultramarino – ajuda a explicar melhor a especificidade deste tipo de peças e a importância e apreço que auferiam nas casas portuguesas ligadas à expansão.

Embora as peças elencadas em inventários como estes sejam, na sua maioria, de difícil localização na actualidade, elas mostram a constância de gostos do mercado português dos séculos XVI, XVII e XVIII e o peso que nelas tiveram as peças utilitárias oriundas da Ásia, que funcionavam como verdadeiras surpresas para um mercado doméstico que desconhecia tudo sobre a sua existência e se deixava fascinar por tecnologias e gostos de decoração exótica que facilmente se deixavam miscigenar com os repertórios europeus.

#### **4. ‘Dava-lhe o vento no chapeirão’, filactera com adágio rústico de Luís de Camões**

O que acentua a raridade desta caixa-escritório absolutamente excepcional da colecção Mário Roque, produção indo-sino-portuguesa de um ‘centro’ no Golfo de Bengala (?) no final do século XVI ou no início do XVII, é o facto de conter uma inscrição relevada na filactera que acompanha o homem lavrado na tampa, e que diz: *DAVA.LHO. VEMTO. NO. C(H) APEIRÃO. Q(UE)R LHE DÊ Q(UE)R NÃO*. Trata-se, surpreendentemente, de um adágio ou ‘*mote rústico*’ referido numa das cartas de Luís Vaz de Camões (c. 1524-1580), a chamada *Carta de Ceuta*, datada de 1549 (ou de 1550), o que justifica, só por si, alto destaque iconográfico, histórico e artístico à peça.

A figura relevada na tampa, porventura um comerciante português em trânsito na Ásia, usa na cabeça, não um capacete, mas um gorro ou barrete de malha, de singular efeito, cobrindo-lhe uma cabeleira comprida e que se admira, junto à nuca, meio confundida com os enrolamentos vegetais dominantes em toda a decoração. De perfil, e sorridente, o homem leva no

---

<sup>25</sup> ANTT, *Inventários Orfanológicos*, Francisco Pereira de Linde, Letra F, maço 120 A, nº 5, fls. 44 vº, 46 vº e segs., inédito.

braço esquerdo uma cesta com o que parece serem pães ou folares pascais, e uma vara ao ombro de onde pendem dois animais de caça, uma lebre, ou coelho, e um pato, ou perdiz (?). A figura aponta com a mão esquerda para a filacteria, onde se pode ler o referido adágio camoniano *DAVA-LHE O VENTO NO CHAPEIRÃO...*, assim conferindo à tampa um alto valor simbólico e certamente moralizante<sup>26</sup>. A peça adquire especial valência, nos anos de *circa 1600*, no contexto programático de uma caixa-escritório que foi objecto de exportação colonial, e na qual se patenteiam, de maneira mais ou menos afirmativa, os valores da missionação cristã e os da miscigenação indo-sino-portuguesa em terras do Hindustão.

Volvamos à epistolografia de Luís de Camões e à carta alegadamente escrita estando em Ceuta em 1549 (?), que começa assim: *Esta (carta) vai com a candeia na mão morrer nas de V. M.* Esta epístola, uma das seis que se considera «segura» no contexto da epistolografia do celeberrimo poeta, foi estudada por Vitor Manuel de Aguiar e Silva<sup>27</sup> e, em especial, por Isabel Fernandes<sup>28</sup>: nela se inclui, a dado trecho, um adágio de mote rústico, alegadamente recolhido pelo poeta a partir de refrão popular que, no irónico desenvolvimento do vate, reza assim: «*E o meu Senhor diz assi: Dava lhe o vento no chapeirão, Quer lhe dê, quer não. Bem o pôde revolver; Que o vento não traz mais fruto; E mais vento he sentir muito O que, emfim, fim bade ter. O melhor, he melhor ser; Que o vento no chapeirão, Quer lhe dê, quer não*».

Esta poesia, espécie de provérbio ou *cante*, popularizou-se e corria nos meios da diáspora imperial portuguesa durante a segunda metade do século XVI, associada à ideia de bravura e intrepidez, característica temperamental dos portugueses espalhados pelo mundo, a ponto de ser considerado subtileza crítica que os humildes faziam de si próprios, defendendo a sua liberdade de andar ao sabor do vento, ou seja, um auto-elogio de uma vivência aventureira. Existe literatura suficiente em torno dos provérbios-dizeres quinhentistas que importa consultar e analisar para que melhor se percebam os sentidos ocultos deste mote, mas é quase certo que o poeta o

<sup>26</sup> Uma peça do Museu Nacional de Soares dos Reis no Porto, dentro desta tipologia (informação também comunicada pela Doutora Alexandra Curvelo), data de fim do século XVI ou início do século XVII, é em madeira de angelim entalhada e lacada, com tinta vermelha (cinábrio?), folha de ouro e metal, e mede 16,8 x 41,5 x 32 cm.

<sup>27</sup> Vitor Manuel de AGUIAR E SILVA – «Estudo introdutório» à ed. facsimilada das *Rimas* de Luís de Camões, Braga, Universidade do Minho, 1980; idem (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, ed. Caminho, 2011.

<sup>28</sup> Isabel ALMEIDA – «Cartas de Camões», in *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, ed. Caminho, 2011, pp. 241-249.

utilizou na carta de Ceuta para valorizar a vida aventureira dos portugueses ao deus-dará pelo mundo. A carta foi incluída na edição das *Rimas de Luís de Camões. Acrescentadas nesta segunda impressão... Em Lisboa por Pedro Crasbeeck a custa de Esteuão Lopez, mercador de livros*, saída dos prelos em 1598. A figura do livreiro lisboeta Estêvão Lopes, responsável pelas edições de *Os Lusíadas* (1597) e das *Rimas* (1595 e 1598), com benefício de um privilégio real, merece atenção pelas relações consabidas com o poeta e, também, com D. Gonçalo Coutinho, fidalgo da casa de Marialva e poeta amigo de Camões, a quem as *Rimas* foram dedicadas. Estas edições tiveram um largo e imediato sucesso, ainda que as cartas autógrafas do poeta só integrassem a edição de 1598, estranhamente poupadas pelo crivo do *Índex inquisitorial*<sup>29</sup>.

Voltemos à filacteria da tampa da caixa-escritório com o *mote* rústico utilizado como primeiros versos do adágio que Luís de Camões refere na citada carta de Ceuta, que serviu de tópico para que o épico desenvolvesse um poema humoroso, que seguramente se cantava nas rotas do Oriente e em passagens inóspitas, e que assim se popularizou na diáspora portuguesa<sup>30</sup>... O adágio de Luís de Camões, tomado pelo poeta a partir do refrão vulgarizado, no seu ritmo de canção de marinheiros vagamundos, revela um estilo jocoso e metafórico que ajuda a explicar o sucesso das *Rimas* na edição de 1598, quer em círculos de *literati* e cortesãos, quer em esferas de viajantes espalhados pela diáspora de África e do Oriente (entre os quais se deveria encontrar o encomendante da peça estudada). Os atributos apresentados por este singular personagem, reinol em terra estranha, são, não apenas os do bom cristão que transporta (se está certa a interpretação) um cesto com pães de foliar, mas também os do monteiro que exhibe alegremente o produto da sua caçada.

A *ideia* do ‘mote rústico’ associa-se bem, assim, a uma caixa-escritório com tais características, mostrando como eram destacadas nos séculos XVI-XVII as valências do aventureiro português destemido e intrépido, longe da pátria mas confortado pela religião católica de que se fazia paladino, enfrentando as vicissitudes da sorte, os perigos da viagem e as andanças no desconhecido junto a povos estranhos e a terras inóspitas.

<sup>29</sup> Isabel ALMEIDA – *cit.*, pp. 241-249.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, pp. 244-245.

## 5. O mote camoniano e a sua fortuna em círculos jesuíticos

O adágio de Luís de Camões «*dava-lhe o vento no chapeirão*» é, na verdade, um «*mote rustico*» que foi transformado, através da genial pena do vate, numa espécie de refrão de uma poesia de cunho irónico-mordaz que compôs, estante em Ceuta, sobre a intrepidez dos portugueses espalhados pelo mundo e enfrentando toda a sorte de perigos. Essa poesia deve ter servido de base a uma canção, como de resto sucedia com outros poemas do vate, a crer no que se insinua na sua epistolografia. Não é despidiando imaginar-se que o adágio, cantarolado em variadas latitudes, tenha tido impacto em terras do Oriente, de Goa, a Malaca ou à costa do Coromandel, sobretudo após a leitura da edição de 1598 das *Rimas* e, por consequência, da divulgação da *Carta de Ceuta*.

Sabemos que o *mote rústico* utilizado por Camões seguiu um provérbio tradicional que já figura (e em português, o que é sintomático da sua origem) numa recolha paremiológica da responsabilidade de um escritor castelhano, Comendador Hernán Núñez, saída em Salamanca em 1555 com título *Refranes o proverbios en romance, que nuevamente colligió y glossó el Comendador Hernán Núñez*<sup>31</sup>. A entrada que é dedicada nesta recolha ao mesmo mote que surge mais tarde reproduzido na caixa, e que inclui nesse livro uma tradução para castelhano e uma definição do seu sentido, é esta: «*Daualle o vento no chapeiraon, quer lle de, quer naon. El Portogues: Daua le el viento en el chapiron, quer le de, quier non. Que ay algunos, que no se les da nada por los casos que acaéscen, ora sean prosperos, ora aduersos*».

Com a edição de 1598 das *Rimas* de Camões, percebe-se que o mote se expandisse com maior força pelos espaços da diáspora portuguesa, e não há que forçar demasiado a interpretação dos factos quando sentimos, tal como os homens dos séculos XVI e XVII, as ressonâncias do adágio camoniano enquanto elogio à perseverança e à bravura, qualidades briosas dos portugueses no mundo. Todavia, há que considerar outra importante e paralela fonte de expansão do mote: para além de Luís de Camões, e por razões não exactamente idênticas, temos de ter em conta o papel da Companhia de Jesus nessa divulgação do mote. Na realidade, foram os padres jesuítas que deram maior corpo e força à circulação deste adágio dedicado à intrepidez, associando-lhe, como se verá, uma carga moralizante dentro dos valores católico-tridentinos e conferindo-lhe um sentido propagandístico no

<sup>31</sup> Segundo atesta o historiador Hugo Cardoso, a quem agradeço penhoradamente a informação, a recolha de Hernán Núñez integrava adágios e refrões reunidos desde 1508, podendo este a que nos reportamos ser, por conseguinte, muito anterior.

contexto da missionação cristã. O mote tornava-se, assim, particularmente inspirador para a difusão da fé católica, aliada ao atestado de intrepidez dos padres inicianos que circulavam por todos os espaços do império.

No quadro da literatura apologética dos jesuítas, avulta uma «historieta» relacionada com um Padre Gonçalo de Medeiros, noviço no Colégio de Coimbra, que vem repetidamente assinalada em crónicas e escritos jesuítas, do século XVI ao XVIII, e para a qual o historiador de arte Jaelson Bitran Trindade nos chamou a atenção como sendo um testemunho particularmente inspirador da boa conduta cristã em terrenos adversos. Assim, o adágio *Dava-lhe o vento no chapeirão* liga-se, segundo refere pela primeira vez o Padre Álvaro Lobo (falecido em 1608), à vida virtuosa do Padre Gonçalo de Medeiros, o qual, ainda sendo noviço no Colégio de Coimbra, nas primícias da fundação da Companhia, fez prova de obediência e abnegação perante as adversidades ao cantar o referido adágio numa ida forçada que teve de fazer a Lisboa para tratar de negócios dos jesuítas. O Padre Álvaro Lobo, personalidade «*com grande fama de orador e poeta*», deixou escrita uma História da Companhia de Jesus que é referenciada como uma das fontes de informação da célebre *Crónica da Companhia de Jesus* do Padre Baltazar Teles (1596-1675), editada em 1645 e 1647<sup>32</sup>. O que nesse texto consta sobre o padre Gonçalo de Medeiros releva a historieta da canção *Dava-lhe o vento...*, que foi por ele cantada numa sua viagem a Lisboa e era vista como testemunho e modelo de obediência cristã -- e é esta imagem de obediência aliada à intrepidez, justamente, que percorre o espaço da missionação jesuítica, nas terras do Império, circulando por essa via do Brasil ao Oriente.

A «historieta» é contada pelo Padre Baltazar Teles utilizando a fonte quinhentista do Padre Lobo. Sendo noviço, Gonçalo de Medeiros é merecedor de elogio nas difíceis «primícias» da Companhia de Jesus como um símbolo da constante «*peregrinatio*», e destacado como «*varam obediente (...) que conta triumphos, & canta vitórias*» por ter «*verdadeira humildade*» no cumprimento dos deveres. O capítulo 22 da *Crónica da Companhia de Jesus* trata justamente deste caso: intitula-se «*Da obediencia, & humildade do Padre Gonçalo de Medeiros, & da sua bemaventurada morte*». Aí, a figura de Medeiros parece expressar, entre a ironia sobre a intrepidez e o elogio da simplicidade, aquilo que era para os jesuítas a boa conduta cristã: quando o noviço Gonçalo de Medeiros chegou ao recém-criado Colégio

---

<sup>32</sup> *Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal e do Que Fizeram nas Conquistas deste Reino os Religiosos que na mesma Província Entraram, nos Anos em Que Viveu Santo Inácio de Loiola*, Lisboa, tomo I, 1645, tomo II, 1647.

de Coimbra, foi-lhe ordenado pelo Provincial Padre Simão Rodrigues que voltasse a Lisboa a fim de receber certas cartas, e de imediato, sem protesto algum, se pôs a caminho *«a desandar quase 34 legoas (...) repetindo nesse passo ao porteiro, as palavras sabidas de uma cantiga rústica, Davalbe o vento no chapeiram, quer lbe dê quer nam &, com esta rusticidade afectada, o cortesam religioso, com o tosco de hum mote inculto, & vulgar, disfarsou o mais polido, & refinado, de huma primorosa, & rara obediência»*<sup>33</sup>.

Um parêntesis para voltarmos a admirar, à luz destas referências jesuíticas, a tampa da caixa-escritório e a singular figura risonha que lá se releva, com a filactera remetendo para o adágio camoniano. O historiador de arte Jaelson Bitran Trindade, que nos abriu a pesquisa para a pista da «historieta Gonçalo de Medeiros», admite, em reflexão conjunta sobre o sentido iconológico da peça, a franca possibilidade de a personagem figurada na tampa, através do recurso a esta história, atestar as virtudes cristãs, podendo pensar-se mesmo na hipótese de a caixa ser encomenda e propriedade de um padre jesuíta em terras da Índia. O traje da figura representada infirma esta última possibilidade, mesmo que pareça claro que o que nesta tampa se pretendeu simbolizar foi *o modelo do português, bom cristão e homem intrépido, viajante pelo mundo*. Ou seja, estamos perante o verdadeiro sinónimo do «homem devoto», tal como o Padre Baltazar Teles designou na sua crónica o padre Medeiros, considerado como aquele que mostra o caminho que leva à «*verdadeira riqueza*» e cujo exemplo poderia servir de símbolo e afirmação da boa conduta cristã.

A história-exemplo que aí se escolheu foi a do Padre Medeiros, e em boa verdade trata-se mais do que uma simples «historieta», como se infere do facto de ter servido, interna e externamente, os propósitos de afirmação ideológica e expansionista da Companhia de Jesus. Ao morrer em 1552 no Colégio de Santo Antão, o padre Gonçalo de Medeiros era muito respeitado nos círculos inacianos, e a «historieta do chapeirão» a que o seu nome estava associado tornara-se muito divulgada e popularizada dentro e fora dos círculos de influência da Companhia de Jesus. Ela surge citada de seguida em outras fontes da Companhia de Jesus, e com o mesmo sentido que tem nos textos dos padres Lobo e Baltazar Teles. Por exemplo, na obra do Padre João Pereira (1646-1715), *Exhortações domesticas feytas nos collegios, e cazas da Companhia de Jesus de Portugal, & Brasil*, de 1715<sup>34</sup>,

<sup>33</sup> *Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal...*, Lisboa, 1645, I, p. 564.

<sup>34</sup> Padre João PEREIRA, S.J. – *Exhortações domesticas feytas nos collegios, e cazas da Companhia de Jesus de Portugal, & Brasil*, Livraria de S. Marcos. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus 1715, p. 276.

vamos encontrar o mesmo registo da história de Medeiros e do adágio por si cantado, ainda que com deturpações na citação da *Crónica* de Baltazar Teles: conta a história de um noviço jesuíta de nome Gonçalo da Silveira, ou Gonçalo de Mesquita (e não Gonçalo de Medeiros), que era um moço de rara virtude e obediência e que cantava esse mote nas suas viagens, dando-o como testemunho sentido e bom exemplo das virtudes do bom cristão.

Também na *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra* do Padre António Franco (1714) se retoma a história de Gonçalo de Medeiros, considerado o «primeiro fruto» nas primícias da Companhia de Jesus em Portugal. Ora as primícias, recorda-nos Jaelson Bitran Trindade, eram representadas pelo pão (grãos para pães e carnes) que pagam dízimos e primícias, como reza o 5º Mandamento, que manda ofertar a Deus para «sustentação dos seus ministros». Afirma a propósito Frei Juan de San Tomás, confessor de Carlos II, que estes «primeiros frutos, ou o melhor deles», se agrupam em três géneros fundamentais, de que se deve ofertar a décima parte: de um lado, os frutos da terra (pão; animais e derivados), do outro os ganhos pessoais (produto da caça, pesca e comércio)<sup>35</sup>. Assim, voltando à peça que se analisa, os coelhos e as perdizes eram alimentos buscados para acepipes de Páscoa, tal como se pode ler na famosa novela *La desordenada codicia de los benes ajenos*, de 1619, do escritor picaresco aragonês Carlos García<sup>36</sup>, entre muitas outras. Pode-se presumir que fosse uma perdiz, para além de um coelho, uma das peças de caça que pende da vara transportada pelo homem na tampa da caixa-escritório, mostrando assim, no quadro de uma simbologia moralizante, que as peças de caça se contavam, para o bom cristão, entre as primícias.

Esta interpretação leva-nos a imaginar, seguindo a assertiva interpretação de Jaelson Bitran Trindade, que a cesta representada na tampa transporte pães pascais, o que faria todo o sentido, acentuando o seu cariz de propagandismo católico. Penso que essa vertente é dual, pois na tampa se reúnem tanto a ideia da obstinação e bravura como a ideia de piedade missionária, num quadro de globalização do império português. Como se sabe, a seguir ao domingo da Páscoa tirava-se o folar, pão de levedura e

<sup>35</sup> Frei Juan de SAN TOMÁS – *Explicacion de la doctrina christiana y obligacion de los fieles en creer...*, Madrid, 1682, p. 149.

<sup>36</sup> Carlos GARCÍA – *La desordenada codicia de los bienes ajenos*, subtitulada *Antigüedad y nobleza de los ladrones*, Paris, 1619. Agradeço esta oportuna referência do Doutor Jaelson Bitran Trindade, mais um contributo para se desvendarem os sentidos iconológicos da caixa-escritório.

azeite, sendo precisamente o foliar que faz parte das primícias do tempo da Ressurreição e da Graça (tempo que decorre entre a Páscoa da Ressurreição, cinquenta dias após o dia do Pentecostes, relacionado com a vinda do Espírito Santo, ou seja, a instauração do corpo místico de Jesus Cristo no seio da própria humanidade, a base estruturante da Igreja Católica no contexto da Idade Moderna)<sup>37</sup>. Assim, poder-se-á sugerir que a decoração da tampa represente, para além da sua conexão literária (camoniana) ao espírito aventureiro, uma alegoria à humildade, à obediência e à busca da perfeição, a verdadeira riqueza que, segundo o discurso da época, consistia em que cada homem abrisse a alma ao Reino de Deus e recebesse os verdadeiros dons?

A «história do chapeirão» ressurge, ainda, na literatura espiritual de um célebre oratoriano, o Padre Manuel Bernardes, na sua obra *Nova floresta: ou Sylva de vários apophthegmas e ditos*, escrita no início do século XVIII, ao referir que um dos primeiros noviços da Companhia de Jesus usava o «*mote rustico*» (como lhe chama) «*dava-lhe o vento no chapeirão: quer lhe dê ou não*», cantando-o numa situação que revela como a obediência era um dos valores mais estimados no seio dos inicianos<sup>38</sup>. O Padre Bernardes cita a mesma história do Colégio de Coimbra narrada pelos Padres Lobo e Baltazar Teles e discute, a esse propósito, as relações paragonais entre humildade e vaidade, entre obediência e soberba, temas que aliás desenvolve em outras obras, como *Luz e Calor*, e se tornaram temáticas relevantes no discurso moralizante dos jesuítas na valorização dos «verdadeiros bens». Também no *Manual de Piadosas Meditaciones, dos padres da Congregação de La Misión*, de 1720<sup>39</sup>, se destacam os valores da conformidade e da resignação como os «verdadeiros bens» dos homens, prova cabal de que esses valores não se cingiam aos jesuítas.

Em relação ao mesmo adágio popular de ressonâncias camonianas, e passando ao terreno da ordem franciscana, também o interessante opúsculo *Sortes de S. Antonio celebradas em huma trezena historica, moral, & panegyrica*, de 1701, da autoria de Frei António do Rosário, franciscano da

<sup>37</sup> A este propósito, Jaelson Bitran Trindade lembra que o todo o discurso contra-reformista da Igreja Católica deu ênfase a este «*tempo em que se há de dizer Aleluia*» (cf. *La santa regla de nuestro gran padre y patriarca San Benito*, Madrid, 1702, p. 67).

<sup>38</sup> Padre Manuel BERNARDES – *Nova floresta ou Sylva de varios apophthegmas e ditos sentenciosos, espirituales e moraes com reflexoens, em que o util da doutrina se acompanha com o vario da erudição, assim divina, como humana*, Lisboa: Na officina de Joseph Antonio da Sylva, 1726-1728, tomo III.

<sup>39</sup> *Manual de Piadosas Meditaciones, dos padres da Congregação de La Misión* (os Padres Vicentinos), Madrid, 1720, p. 406. Agradece-se a referência do Doutor Jaelson Bitran Trindade.

Província de Santo António e missionário no Brasil, alude à pelos vistos tão celebrada «historieta do padre Medeiros», dando-lhe cores de verdadeira exaltação e exemplo para todos quanto servissem com abnegação nas missões ultramarinas portuguesas<sup>40</sup>. Este autor destaca, a dado passo da *Decima Practica*, o seguinte: «*Como havemos de cantar em terra estranha? (...) hum motte bem alegre, & descaçado, a buscar sua sorte nas Sortes de S. Antonio Davalbe o vento no chapeirão, quer dê, quer não. Os ventos podem ser bons, e máus, favoraveis, e contrarios. E alegar-se hum homem com todos os ventos, accomodarse tanto com a bonança, como com a tempestade, ter a mesma alegria na adversidade que na felicidade, Laetatus sum in omnibus (...) Como havemos de cantar em terra estranha? Se toda a terra he para nós estranha, & só o Ceo he a nossa patria: como havemos de cantar em terra estranha?*».

Pode-se concluir o seguinte: praticamente na mesma altura em que Luís de Camões, estando em Ceuta, registava numa das suas cartas a bem humorada poesia composta a partir deste «mote rústico», o mesmo adágio também circulava através da canção do noviço jesuítico Gonçalo de Medeiros e, segundo as várias interpretações, dava corpo a uma tradição que se perpetuaria nos escritos da Companhia sobre a obediência e a intrepidez, sendo mesmo tomado como bom exemplo de como se haveria de cantar «em terra estranha»... O mesmo adágio rústico que servira de mote à poesia de Camões inclusa na *Carta de Ceuta*, e cuja popularidade se alargou tanto com o sucesso da edição das *Rimas* em 1598, não só era apreciado em sectores plurais, como adquiria, com a sua associação à «historieta» do padre Medeiros, um veraz sentido de propagandismo cristão-missionário. O adágio *Dava-lhe o vento no chapeirão* retoma, assim, a fonte tomada por Camões como *mote rustico* de elogio à intrepidez, mas associa-lhe outros significados valorativos, como o elogio da obediência e da resignação, destacadas entre as grandes virtudes cristãs.

## 6. A águia bicéfala, emblema da Cristandade

A presença da Águia Bicéfala no intradorso da tampa da caixa tem forçosamente de ser considerado algo de não casuístico neste contexto iconográfico. Trata-se do mesmo símbolo que surge, também, na literatura

---

<sup>40</sup> Frei António do ROSÁRIO, O.F.M. – *Sortes de S. Antonio celebradas em huma trezena historica, moral, & panegyrica*, Lisboa, 1701, pp. 110-111. Agradece-se a referência amavelmente comunicada pela Prof. Doutora Maria Adelina Amorim.

católica da Contra-Reforma, tanto jesuítica como agostiniana ou oratoriana, com sentido de enaltecimento da dupla natureza de Cristo e da Virgem e exaltação da imagem da Igreja Imperial. Segundo os estudos de Jaelson Bitran Trindade<sup>41</sup>, ancorado em investigação suficiente, a presença da águia bicéfala na arte pós-tridentina do século XVII assume um interesse muito especial no modo como alude a essa dupla natureza, espiritual e humana, de Jesus Cristo e da Virgem Maria: «Trata-se da forma religiosa do poder e do poder da forma religiosa, na sua dupla componente: a águia bicéfala como emblema da Cristandade»<sup>42</sup>.

Um dos autores atrás referenciado, o padre oratoriano Manuel Bernardes, na *Luz e Calor*, desenvolve interessantes observações parangonais entre a humildade e a obediência, em oposição à soberba, e discute também, na obra *Luz e Calor*, o símbolo da Águia Bicéfala com idêntico sentido de afirmação do poder imperial da Cristandade. Segundo Jaelson Bitran Trindade, a águia bicéfala que vemos relevada no intradorso da tampa da caixa em apreço não é nem pode ser uma simples decoração, nem se pode relacionar com o símbolo dos agostinianos, nem pode aludir à Monarquia Dual dos Habsburgos<sup>43</sup>, mas assume a estratégia de propaganda contra-reformista tal como se desenhou, em termos de globalização, durante o século XVII: o propósito de estabelecer à escala global o universo católica e mundializante da Europa Continental e da Europa Ultramarina, numa relação de equilíbrio entre poder religioso e poder político. Assim, a águia de duas cabeças pertence ao âmbito da religião católica quando despojada das insígnias políticas, isto é, sem relação com o Sacro-Império. Tal símbolo foi muito caro entre monges agostinhos, franciscanos, dominicanos e outras ordens, e no seio dos missionários jesuítas, que o utilizaram na arquitetura e na decoração dos templos, nos têxteis, em pratas, em pinturas e retábulos, nas alfaías litúrgicas, etc, com dose variegada de testemunhos em todo o património da arte cristã, dentro e fora da Europa. Há claros sinais das transposições deste símbolo da águia bicéfala para o âmbito da vida doméstica dos fiéis<sup>44</sup>.

<sup>41</sup> Jaelson Bitran TRINDADE – «Vieira, o Império e a arte: emblemática e ornamentação barroca», *Actas do Congresso Barroco Iberoamericano: territorio, arte, espacio*, 2001, pp. 242-258.

<sup>42</sup> Idem – «O Império dos Mil Anos e a arte do 'tempo barroco': a águia bicéfala como emblema da cristandade», *Anais do Museu Paulista*, vol. 18, nº 2, 2010, pp. 11-91.

<sup>43</sup> Na Monarquia espanhola, nunca a águia bicéfala surge a envolver o escudo régio, já que, desde início de 1556, Carlos V formalmente abdicou do Império e da coroa espanhola, os quais se separaram.

<sup>44</sup> Jaelson Bitran TRINDADE – «O Império dos Mil Anos e a arte do 'tempo barroco': a águia bicéfala como emblema da cristandade», *Anais do Museu Paulista*, vol. 18, nº 2, 2010, pp. 11-91.

Trata-se de um universo simbólico ainda aberto a múltiplas indagações e pesquisas. Com coroa sobre as duas cabeças, com coroa em cada cabeça ou sem coroa alguma mas despojada das insígnias políticas do Sacro-Império, a águia de duas cabeças é uma constante na arte pós-Trento, em Espanha e em Portugal e também nos domínios transoceânicos das duas monarquias ibéricas. A chave para se compreender a simbologia e os exactos sentidos da Águia Bicéfala no contexto da Contra-Reforma radica na afirmação da *dupla natureza de Jesus Cristo e da Virgem*, a união hipostática das duas naturezas num só corpo, como defende o autor que vimos citando<sup>45</sup>. A presença deste símbolo iconográfico relaciona-se com o esforço de tornar inteligível para as massas – sobretudo em contextos de missão no Ultramar – esse poder superior aos homens, esse poder imperial, universal, de Jesus Cristo e do corpo místico da Igreja. A afirmação de que Jesus Cristo é simbolizável pela águia imperial com duas cabeças num só corpo aparece tanto em textos jesuítas como beneditinos, recoletos, agostinhos, etc. Muito se tem escrito a este propósito.

Mas há outro aspecto a considerar, também, e que é interessante sintoma de miscigenação trans-memorial: a Águia Bicéfala já existia no imaginário oriental havia muitos séculos, sendo chamada na Índia *gandabherunda*. Se por vezes se adapta aos programas agostinhos quando existe presença da coroa (como sucede em alguns têxteis chineses encomendados pelos portugueses no sul da China, caso dos que se encontram no Metropolitan Museum), é prevalecte a sua representação dentro do contexto simbólico acima destacado: assim, por exemplo, na igreja do convento de Santa Mónica de Goa a *gandabherunda* surge como tema da decoração da casa agostinha (e não como símbolo da ordem), esculpida em pedra na rica fachada maneirista erguida c. 1606-1630<sup>46</sup>. Em suma: assumindo diversas variações, a emblemática da Águia Bicéfala coroada foi espalhada por todo o 'mundo português', do Estado Português da Índia a Macau e ao Brasil, espaços onde existe abundante iconografia referenciável a este propósito, dentro desse tipo de representação que associa Jesus Cristo e a Virgem Maria como pilar unívoco da Monarquia Universal da Igreja. No quadro

<sup>45</sup> Idem – «Vieira, o Império e a arte: emblemática e ornamentação barroca», Actas do Congresso *Barroco Iberoamericano: territorio, arte, espacio*, 2001, pp. 242-258.

<sup>46</sup> Sobre a construção, cf. Maria Adelina AMORIM e Vitor SERRÃO – «Arte e História do Mosteiro de Santa Mónica de Goa, à luz da *Apologia* de Fr. Diogo de Santa Ana (1633)», *Problematizar a História -- estudos em Homenagem a Maria do Rosário The-mudo Barata*, Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007, pp. 677-713.

do Hindustão, veja-se a este propósito, por exemplo, a presença da Águia Bicéfala na rica joalheria produzida em Goa no século XVII<sup>47</sup>.

Voltando à caixa-escritório da colecção Mário Roque, e à singular decoração das duas faces da sua tampa, existe uma associação que agora parece mais lógica entre a águia bicéfala dourada do intradorso e a empresa do mote rústico «Dava-lhe o Vento no Chapeirão» relevado na filactera do extradorso, bem como entre estes atributos iconográficos e a decoração vegetalista, pautada pelos enrolamentos acânticos, relacionados com a simbologia da virgindade e do estado puro da alma. Os valores que a caixa-escritório visou destacar são, complementares, os da abnegação e da humildade e obediência cristãs. A este nível, avultam similitudes estilísticas e decorativas com outras peças coevas, sendo singulares, por exemplo, as afinidades com uma arca guardada no Museu Nacional de Arte Antiga<sup>48</sup>: trata-se de uma arca de madeira e couro lavrado, de origem imprecisa, datável da viragem do século XVI para o XVII, cujo tampo e faces laterais ostentam a presença da águia bicéfala não coroada como elemento central, com pares de aves e cães e motivos vegetalistas e rosetas na decoração envolvente, tudo com um óbvio simbolismo cristológico e militante.

## 7. Significado iconológico da caixa-escritório.

A caixa-escritório de produção indo-sino-portuguesa da colecção Mário Roque, com a inscrição camoniana na filactera, passa a fazer todo o sentido. Trata-se de uma peça sob todos os pontos de vista excepcional e a investigação que exige abre caminhos importantes para o conhecimento do que foi a produção artística em espaços imperiais sujeitos a naturais confrontos de técnicas, gostos e culturas diferentes.

Destacamos a esse propósito a utilidade do uso, por parte da História da Arte, de dois conceitos operativos que importam para a leitura contextualizada de peças como a caixa em apreço. O primeiro é o de *intermediação multi-cultural*, defendido por Luís Filipe Barreto<sup>49</sup>, que se ajusta, em salutar cruzamento micro-histórico, com o segundo conceito, o

<sup>47</sup> Anísio FRANCO e Luísa PENALVA (coord.), *Esplendores do Oriente. Jóias de Ouro da Antiga Goa*, exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2014.

<sup>48</sup> Museu Nacional de Arte Antiga (inv<sup>o</sup> 1385 Mob.), aproximação sugerida por Jaelson Bitran Trindade.

<sup>49</sup> Luís Filipe BARRETO, *Portugal-China. Padrões de um Relacionamento Cultural*, Centro Científico e Cultural de Macau, 2013.

de *miscigenação artística* aplicada às artes ditas de periferia<sup>50</sup>, tal como Carlo Ginzburg, Enrico Castelnuovo e outros autores o usaram. A produção emanada dos espaços do antigo império português, e dos territórios sob sua pontual influência, pode ser vista, assim, sob luz mais objectiva. Ambos os conceitos contribuem para reforçar o estudo integrado da novidade, sentido e multiplicidade de valências de um conjunto admirável de acervos artísticos através dos quais Portugal gerou relações de encontro com os outros. Como sintetizou Jorge Flores, destacando o universo material das relações sino-portuguesas, «nos objectos se lê o Oriente português, tanto ou mais que nos documentos»<sup>51</sup>.

A caixa-escritório, com as suas ressonâncias camonianas e a sua simbologia de exaltação dos princípios missionários cristãos, aproxima-se de outros programas artísticos que atestam, por entre as nebulosas de representação, um mesmo sentido messiânico e de afirmação das valências portuguesas. O historiador de arte Sidh Mendiratta, por exemplo, observou algumas parecenças da figura do «*homem do chapeirão*» relevado na tampa da caixa-escritório da colecção Mário Roque com uma outra personagem que surge numa aba de prato português do segundo quartel do século XVII, de colecção particular, exposto em 1994 no Museu Nacional do Azulejo, com uma cesta de fruta ao ombro e o seu chapéu de explorador emerso na sua labuta agrícola<sup>52</sup>. São peças que enfatizam as qualidades do homem português espalhado pelo mundo.

A partir dos textos referenciados e das interpretações possíveis da inscrição da filacteria, de origem camoniana, depreende-se um inequívoco acento no elogio da Intrepidez dos portugueses, uma valência que, cruzada com as interpretações jesuíticas do mesmo 'mote rústico', apontam para uma exaltação da humildade e da obediência, valores-sinónimos da boa conduta cristã, em contexto contra-reformista e imperial. São esses os principais sentidos iconológicos desta peça, no desiderato encomendatário de um português de cerca de 1600 que a fez executar por artistas sino-indianos algures na Costa de Bengala, a que acresce um sentido militante de propagação da fé católica, não oculto, antes encomiasticamente reafirmado na decoração pelo recurso à Águia Bicéfala, com o destaque que mereceu,

<sup>50</sup> Carlo GINZBURG, *A Micro-História e outros ensaios*. Ed. Difel, col. 'Memória e Sociedade', dirigida por Diogo Ramada Curto, trad. de António Narino, Lisboa, 1992.

<sup>51</sup> Jorge FLORES, «Um Império de Objectos», in *Os Construtores do Oriente Português*, catálogo da exposição, Lisboa, ed. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 51.

<sup>52</sup> Peça incluída no catálogo da exposição *A Influência Oriental na Cerâmica Portuguesa do Séc. XVII*, Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, 1994.

numa espécie de ligação narrativa à figura do homem representado na tampa. Tratar-se-á de um mercador português em trânsito pela costa oriental da Península do Hindustão, atento à simbologia cristã e empenhado em destacar valências de uma presença europeia considerada superior? Que se tratava de um homem letrado, conhecedor da estratégia jesuítica e convicto apoiante da causa da missão católica, não parece haver dúvidas.

Essas imagens-de-marca da encomenda percebem-se no tipo de decoração escolhida e ajudam a caracterizar o tipo social e estatutário de quem adquiriu e usou a caixa, ainda na fase áurea de dominação filipina, como tudo leva a crer. Obra de prestígio, pois, mas dotada de indicadores exactos de identidade pessoal, que exacerbam a vontade indomável e o proselitismo católico.

Parece-me que são estas as principais características do discurso ideológico que foi assumido na produção deste notabilíssimo objecto de mobiliário indo-sino-português onde a encomenda é portuguesa, o lavor da madeira é indiano e o lacado é de pintor chinês. Aquilo que o seu encomendante-proprietário quis dizer através da caixa que transportava em viagens era, precisamente, dar testemunho da superioridade da sua fé e os valores de bravura e abnegação da sua vivência entre perigos e incógnitas quanto ao futuro, e é esse lastro trans-memorial que, reflectindo o melhor possível a vontade do cliente, os artistas fixaram na execução da caixa. Tudo se conjuga, pois, para a coerência de um programa artístico, iconográfico e iconológico que alguém, em terras do Hindustão, entendeu promover para serviço ambulatório nas suas viagens.

Lisboa, Junho de 2014

NOTA FINAL: para a redacção deste texto da comunicação, apresentada ao *Seminário sobre o Antigo Estado Português da Índia: Herança Portuguesa na Índia*, por convite do senhor Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos, e promovido pelo Centro Nacional de Cultura (CNC) e pelo Centro de Estudos de Povos e Culturas (CEPCEP) da Universidade Católica Portuguesa, na U.C.P., em Maio de 2014, o autor agradece o apoio e informações recebidas da parte de: Alexandra Curvelo, Ana Cristina Costa Gomes, Hugo Cardoso, Hugo Crespo, Isabel Almeida, Jaelson Bitran Trindade, José Meco, Luís Filipe Barreto, Luís Filipe Reis Thomaz, Maria Adelina Amorim, Mário Roque, Miguel Cabral de Moncada, Nuno Senos, Nuno Vassalo e Silva, Pedro Cancela de Abreu, Sérgio Mascarenhas, Teotónio R. de Souza, Sidh Mendiratta, Rui Mendes e Vitor Manuel de Aguiar e Silva.



1. Caixa-escritório indo-sino-portuguesa (Golfo de Bengala?), do fim do século XVI ou início do XVII, com a inscrição relevada na filacteria, de inspiração camoniana, que diz: *DAVA.LHO. VEMTO. NO. CHAPEIRÃO. Q(EU)R LHE DÊ Q(UE)R NÃO*. Lisboa, Colecção Dr. Mário Roque.



2. Pormenor da tampa da caixa-escritório, produção indo-sino-portuguesa (Golfo de Bengala?), do fim do século XVI ou do início do XVII.



3. Águia bicéfala, relevada e lacada, no intradorso da tampa da caixa indo-sino-portuguesa da Coleção Mário Roque.



4. Pormenor da cabeça e das peças de caça do homem representado na tampa da caixa-escritório da Coleção Roque.



5. Pormenor com homem de chapéu em faina agrícola, decoração de aba de prato português do segundo quartel do século XVII. Coleção privada.



6. Caixa-escritório. Índia, primeira metade do século XVII. Madeira de angelim entalhada e lacada, tinta vermelha, folha de ouro e metal. Porto, Museu Nacional Soares dos Reis.

# Paisagem urbana e a arquitectura civil indo-portuguesa

HÉLDER CARITA\*

## 1. Introdução

Para qualquer visitante, chegado a Goa a partir do interior da Índia, o património arquitectónico goês provoca sistematicamente um forte impacto. Todo o território é pontuado, até às mais pequenas aldeias do interior, por igrejas e aprazíveis casas de campo rodeadas de belas palmeiras e campos verdejantes. Esta arquitectura vai estruturando a paisagem indiciando não só uma estética como uma cultura peculiar, que se autonomiza no quadro complexo da península hindustânica.

Neste quadro, a generalidade do património da arquitectura doméstica goesa, que chegou até nós, constitui-se por influência das grandes casas das famílias de brâmanes e chardós, convertidas ao longo dos séculos ao catolicismo. Este grupo não cobre, no entanto, toda a produção goesa de arquitectura doméstica de raiz erudita. Embora com uma expressão minoritária, autonomiza-se deste grupo, a produção arquitectónica das famílias hindus cujas características revelam uma maior resistência às influências portuguesas. Ao longo da nossa investigação observámos que estas casas se mantêm mais perto dum modelo tradicional autóctone, ligado aos comportamentos e às formas de habitar dos grupos privilegiados, anteriores à chegada dos portugueses. Profundamente arreigadas a uma tradição religiosa que se ligava com os seus privilégios de casta, estas casas não deixam, porém, de transparecer influências portuguesas que analisaremos ao longo deste texto.

---

\* Investigador do Instituto de História da Arte da FCSH-UNL.

Outro grupo, hoje quase desaparecido, constitui-se pela arquitectura doméstica construída pelas grandes famílias portuguesas radicadas em Goa. Com apogeu entre os séculos XVI e XVII esta arquitectura tem o seu epílogo no século XVIII, reduzindo-se hoje a um exíguo número de exemplares muito alterados. Tal como as grandes casas das famílias hindus brâmanes este grupo revela-se particularmente importante para a compreensão da evolução da arquitectura goesa, ao introduzir modelos formais e espaciais de influência portuguesa. Estes modelos revelaram porém, desde o seu início, mutações em relação às matrizes portuguesas pelo confronto com novas situações socioculturais, questões climatéricas e práticas construtivas desenvolvidas ao longo de séculos.

Neste quadro global de evolução, a arquitectura civil desenvolve um processo de interinfluências estéticas e culturais, ao longo de mais de quatro séculos, que não observamos na arquitectura religiosa ou militar. Integradas numa mesma designação de arquitectura indo-portuguesa, estas duas arquitecturas – religiosa e civil – adquirem significados estéticos profundamente distintos, cuja análise revela componentes importantes para a compreensão da evolução da cultura e sociedade goesa.

Para uma melhor clarificação do conceito de arte e arquitectura indo-portuguesa, somos assim obrigados a distinguir, dois grandes ciclos de produção, onde se inscrevem níveis de interinfluências culturais claramente distintas.

Num primeiro ciclo, que coincide com os séculos XVI e XVII, afirma-se dominante uma estética colonial e uma política de mecenato de iniciativa dos grupos privilegiados portugueses radicados na Índia. É o período dos grandes edifícios religiosos e militares da cidade de Goa, como dos, embora desaparecidos, grandes palácios da nobreza portuguesa. Neste ciclo os modelos espaciais, tanto da arquitectura religiosa como doméstica, mantêm-se substancialmente europeus e portugueses, transparecendo a cultura autóctone, na interpretação das formas e na decoração, despondo irreverentemente aqui e acolá na sua iconografia hindu.

Num segundo período, que desenvolve a partir da segunda metade do séc. XVIII, afirma-se uma arquitectura civil onde os padrões estéticos autóctones se estruturam, não só a um nível da decoração e da interpretação das formas, mas a um nível mais profundo dos modelos e estruturas espaciais.

Dos míticos grandes palácios e quintas de recreio mandados construir, pela nobreza portuguesa, em Goa e nos seus arredores, pouco restou. O declínio do império arrastou progressivamente o regresso destas famílias para a metrópole ou, no caso mais comum, a sua emigração para lugares

mais promissores, como o Brasil. Por regras de pureza de sangue era estritamente proibido o casamento de brâmanes e chardós com a nobreza portuguesa radicada na Índia. A impossibilidade de os portugueses se casarem com membros das aristocracias autóctones impediu que este grupo social se integrasse ao longo dos séculos.

Neste ciclo, que coincide com o declínio do império português no Oriente, a arquitectura religiosa perde significado, constituindo-se sobretudo pelo restauro e renovação interior de património existente. Em oposição, é neste segundo ciclo que se assiste a um verdadeiro fenómeno de interinfluência cultural e à formação daquilo que se pode considerar como verdadeiros modelos de síntese da arquitectura indo-portuguesa<sup>1</sup>.

Para a historiografia de arte, até hoje concentrada, sobretudo, na produção erudita do período áureo da hegemonia portuguesa na Índia, estes dois ciclos nunca apareceram com o seu devido relevo. A clara identificação destes dois ciclos, que não aparecem distintamente representados na arquitectura religiosa, torna-se fundamental para a compreensão não só desta arquitectura, mas de todo o processo cultural que se desenvolve em Goa durante mais de quatro séculos e de que a arquitectura doméstica indo-portuguesa é um dos elementos mais significantes. Esta arquitectura, desenvolvida a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX, testemunha, por outro lado, a progressiva hegemonia que as famílias brâmanes e chardós passam a ocupar neste período, no espaço económico, político e cultural, da Índia Portuguesa.

## **2. A paisagem urbana e a formação de um primeiro modelo de casa senhorial indo-portuguesa**

Nas políticas de estruturação do território as zonas suburbanas constituem-se como um elemento fundamental na composição da paisagem de Goa. Todas as descrições que se foram acumulando ao longo dos séculos, construindo o imaginário da *Goa Dourada*, apresentavam a cidade como um todo indissociável das suas zonas periféricas. Mesmo depois da sua vertiginosa decadência, o cenário urbano das margens do Mandovi era suficiente para despertar rasgados elogios a viajantes como Vincenzo Maria

---

<sup>1</sup> Para uma visão mais alargada da evolução destas tipologias, conf: CARITA, Hélder, *Palácios de Goa – Modelos e Tipologias de Arquitectura Civil Indo-Portuguesa*. Lisboa, Ed. Quetzal, 1ª ed. 1995.

que descreve a cidade, “...*tutto spallegiato di bellissimi palazzi, e palmari... le sue fabbriche sono bellissime, alte, nobili, fatte al modo d’Europa...*”<sup>2</sup>.

Mais tarde, Hamilton descreve a sua impressão de Goa, nos inícios do século XVIII “... *the Banks of the River are beautified with noble Structures of Churches, Castles an Gentlemens Houses...their houses are large, and their Outsides magnificent...*”<sup>3</sup>.

Fenómeno mais referido para Goa, esta apropriação dos arredores como zonas de lazer e de construção de casas e quintas de recreio estendia-se às outras cidades portuguesas. Filipe Baldaeus que percorreu o território do Sul da Índia e Ceilão durante vários anos, relata com certo espanto o facto que nas ilhas da região de Cochim “...*many of the portugueses have built themselves very pleasent summer seats...*”<sup>4</sup>. Para o caso de Goa estes arredores terão adquirido um significativo desenvolvimento urbano e em particular Pangim. Dellon refere-se a Pangim, já na segunda metade do século XVII, como uma grande aldeia “...*Pangim, qui est à une lieue de la Ville, est un grand village ou Aldea, qui surpasse beaucoup de villes en beauté, c’est un lieu où toutes les personnes de qualité ont des Palais pour se retirer pendant la chaleur. Les jardins répont à la beauté des édifices, e tout en est admirable...*”<sup>5</sup>.

A propensão para o luxo e ostentação formal das classes privilegiadas, tanto autóctones como portuguesas, origina a construção de quintas e palácios caracterizados por programas arquitectónicos que se afastam dos modelos de edifício urbano do interior das cidades. Liberta dos condicionamentos da legislação camarária e duma conformação aos prospectos de fachadas urbanas, esta arquitectura adquire uma outra flexibilidade com profundas implicações na formação de tipologias de arquitectura civil dos séculos XVIII e XIX e dum modelo de casa goesa.

Este descomprometimento em relação a um modelo de edifício urbano vai facultar uma maior adaptabilidade às condições climatéricas da Índia, desdobrando-se em espaços de transição ao ar livre, interligando interiores com terreiros de entrada e jardins. Alpendres, largas escadarias e varandas rasgam diferentes alas, numa tendência que estende as suas origens aos inícios do século XVI, nas casas paroquiais e escolas das aldeias rurais.

<sup>2</sup> SIENE, Fr. Vicenzo Maria de Santa Catarine – *Viaggio all’Índia Orientale*. Veneza, 1683, p. 454.

<sup>3</sup> HAMILTON, Alexander – *A New Account of the East Indies*. London, 1744, vol.I, p. 249.

<sup>4</sup> BALDAEUS, Philippus – *A Description of East Índia coast of Malabar and Coromandel*, [1ª ed. Amesterdão, 1672], Londres, J. Churchill, 1703, p. 632.

<sup>5</sup> DELLON, Dr. C. – *Relation d’un Voyage fait aux indes Orientales*. Amesterdão, 1699, p. 202.

As possibilidades técnicas tanto da laterite como da cal de ostra facilitam o desenvolvimento duma linguagem estética de grande profusão decorativa, com elementos decorativos em estuque, pilastras, capitéis, flores e molduras de variadas formas, acrescentando um sofisticado requinte a estes edifícios

Ao nível das interinfluências, manifesta-se nestas tipologias uma maior convivência com as tradições arquitectónicas e construtivas autóctones. Contrariamente à tipologia do edifício urbano de dois pisos formando um corpo rectangular ou em L, manifesta-se a divulgação dum programa de casa de pátio com apenas um piso elevado, assente sobre uma larga plataforma. Esta estrutura com funções de alicerce, utilizada também nos templos, conformava-se com as antiquíssimas prescrições dos tratados de construção hindus denominados *vastu shastra*<sup>6</sup>. Igualmente os programas distributivos dos interiores acusam uma influência da tradição dos *vastu shastras*. O *vasary* hindu – espécie de sala de refeições rituais – toma uma inconfundível presença nestes interiores<sup>7</sup>, formando um estreito e comprido compartimento. Igualmente a capela, recolhendo-se para o interior da casa, acusa um entendimento da capela em termos da tradição hindu do antigo templo dos antepassados.

Os altíssimos tectos em tesoura que coroavam os volumes da arquitectura urbana mantêm-se nesta tipologia como elementos fundamentais acompanhando em termos de paisagem urbana a tendência para uma acentuação dos elementos e estruturas arquitectónicas. Estes telhados vão influenciar pelo seu simbolismo de casta superior *shátria* a evolução formal do alpendre que adquire a forma de um corpo torreado com telhado alto de quatro águas.

Se este modelo de quinta de recreio desenvolvido nas zonas periféricas das cidades portuguesas da Índia se apresenta como componente fundamental da formação da casa indo-portuguesa dos séculos XVIII e XIX, ele não pode deixar de ser pensado igualmente como uma forte componente da génese do chamado *bungalow*, divulgado por todo o império Britânico no século XIX. Igualmente no Brasil, num quadro de influência franciscana e carmelita, as tipologias de *casas grandes e de engenbo*, com alpendres e varandas corridas poderão encontrar uma origem nesta tipologia que dera mostras de capacidade de adaptação em zonas de clima tropical.

<sup>6</sup> Destes tratados os mais conhecidos são o *Mānasāra* e o *Mayamata*. Deste último existe uma tradução do sanscrito com o título *Mayamata – Traité Sanskrit d'Architecture*. Pondichéry, ed. Institut Français d'Hindologie, vol. I (1970), vol. II (1976).

<sup>7</sup> CARITA, Helder – *Os Palácios de Goa – Modelos e tipologias da arquitectura indo-portuguesa*. Lisboa, ed. Quetzal, 1996. pp. 46-49.

### 3. O modelo de síntese da arquitectura doméstica indo-portuguesa

Coincidindo com um período de declínio económico, a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX consolida-se um modelo de casa das famílias brâmanes e chardós, onde emergem estruturas espaciais da tradição hindu, interligadas com valores da tradição arquitectónica portuguesa. Se este período corresponde a uma época de declínio português no Oriente ele afirma-se em oposição como um período de hegemonia e consolidação das classes privilegiadas goesas tanto a nível económico como social.

No seu conjunto, este modelo caracteriza-se fundamentalmente pela adopção duma tipologia de casa de piso térreo, manifestando tendencialmente a formação de pátio interior, que organiza à sua volta a vida mais íntima e doméstica da casa.

O modelo de casa nobre de dois andares promovido pelas grandes famílias da nobreza portuguesa é progressivamente abandonado a favor duma construção de piso térreo estruturado à volta dum pátio, mais de acordo com os antigos cânones da tradição hindu.

O pátio das grandes casas brâmanes e chardós católicas, que no séc. XVIII aparece muitas vezes como um espaço semiaberto nas traseiras da casa, tende a fechar-se ao longo do século XIX, assumindo-se como elemento central e gerador da estrutura dos interiores. Se este pátio raramente chega a tomar a forma inicial do *rag angan* da casa tradicional hindu, em certos casos como na casa dos Mirandas de Revorá ou dos Loyola, o pátio aproxima-se muito da sua forma tradicional com colunas. Uma das características deste pátio era a formação duma galeria com colunas circundantes: o *chouki*, que se abria completamente sobre o dito pátio. Na casa dos Mirandas de Revorá, esta colunata forma-se nitidamente, afastando-se ligeiramente do modelo tradicional pela introdução de um murete em forma de banco que une as bases das colunas.

Em termos de modelo global, a casa brâmane-chardó deste período forma-se através da interligação de duas estruturas de tradições diferentes. Da casa nobre portuguesa é adoptado o esquema de composição de fachada principal e a sequência de salas a ela ligadas. A esta estrutura, claramente relacionada com o exterior e a vida social, interliga-se um núcleo de espaços voltados para dentro e polarizados à volta do pátio.

Se o carácter sagrado e privado da vida doméstica era mantido e preservado por uma estrutura interior de pátio, o corpo da fachada principal, rasgando-se generosamente por largas varandas e alpendres, imprimia nas

relações familiares e no espaço social uma nova abertura, desconhecida numa cultura fortemente cristalizada em castas e sistemas fechados.

Entre arquitectura senhorial e popular parecem estabelecer-se relações de influência e mimetismo. Uma baixa classe média de pequenos funcionários de estado, comerciantes e pequenos agricultores, espelha-se em pequenas casas de aldeia. Estruturando-se formalmente com um piso e uma fachada principal onde se abre um pequeno alpendre de entrada, estas casas reproduzem nos espaços rurais do interior, uma forma simplificada do modelo de casa indo-portuguesa das classes mais altas. Pequenos quintais murados vão formando uma malha irregular, onde a presença duma capela estabelece um ponto de aglutinação e dá nome ao bairro através dum santo padroeiro.

Ao nível dos espaços interiores o programa distributivo da casa indo-portuguesa das classes altas tem tendência a estabilizar-se ao longo do século XIX, num esquema quase repetitivo, com poucas variações estruturais.

Um equilíbrio entre valores de representação da casa para o exterior, concentrados na fachada e no alpendre, e valores de privacidade da vida doméstica parece equilibrar-se neste modelo.

O conceito de casa com alçados cuja estrutura de desenho relaciona o programa interior do edifício com o exterior, desconhecido na tradição indústânica, é plenamente integrado nesta arquitectura, mas com uma interpretação autóctone que se eleva à qualidade de síntese de influências.

Esta relação com o exterior do alçado é relegada para os salões e alpendre de entrada, permanecendo a vida doméstica fundamentalmente voltada para dentro e para o pátio central. Mantendo-se como elemento polarizador do interior doméstico, o pátio gera à sua volta um conjunto de espaços que se constitui como uma unidade independente em relação ao corpo da fachada, cujas funções de representação se autonomizam numa segunda unidade arquitectónica. Um estreito corredor une o alpendre com a casa de jantar, antigo *vasary* da casa hindu, estabelecendo um eixo de ligação entre estes dois corpos. Ao fundo deste corredor desenha-se uma segunda porta que se mantém normalmente fechada, identificando claramente a passagem para um lugar mais reservado e de acesso mais controlado.

Contrariamente à casa europeia e portuguesa, onde o alpendre é apenas um espaço de transição para um *ball* ou sala de entrada, na casa indo-portuguesa este corredor, que encontramos sistematicamente em todas as grandes casas, cumpre uma função de estrangulamento e protecção ao núcleo mais privado.

Estruturando-se numa forma permanente perpendicularmente à fachada, o corredor ao ligar o alpendre com a zona interior do pátio estabelece um eixo de composição a todo o programa dos espaços interiores.

A fachada principal tende a desenvolver-se longitudinalmente, constituindo-se como elemento particularmente diferenciado em relação às fachadas laterais e às traseiras, que pela sua ligação à área de serviços se mantêm estritamente funcional.

Como elemento privilegiado de representação, é na fachada principal que se concentra todo o esforço decorativo e onde a tradição antiga do estuque exterior vai dar largas às mais variadas formas. A gramática decorativa do tardo-barroco vai perdurar, introduzindo-se a pouco e pouco variações formais de claro exotismo indiano. Numa progressiva adaptação ao clima e aos hábitos de maior participação da casa na vida exterior as antigas alas laterais, em larga varanda corrida, tendem a passar para a fachada principal.

Num processo lento, com génese nos modelos dos séculos XVI e XVII desenvolvidos pelas famílias portuguesas radicadas em Goa, verificamos que esta varanda começa a formar-se primeiro por um telheiro corrido, ao longo de uma sequência de janelas de sacada. Pela sua concepção, estes casos são ainda do século XVIII, como a Casa do Alemão, em Betalbatim ou dos Godinhos Vaz, em Majorda.

Com o final do século XVIII, esta varanda corrida começa a ganhar importância há medida que se torna lugar privilegiado de estar, sem as preocupações de privacidade dos séculos anteriores. Consequentemente, as antigas carepas deixam de ser necessárias e o gosto decorativo passa a concentrar-se nos gradeamentos das varandas e nos prumos de sustentação dos telheiros. Em casos mais elaborados, estas colunas de madeira de sustentação do telheiro repetem claramente as formas e decoração das colunas de talha dourada. É o caso da Casa dos Bragança Pereira de Utorda com as colunas da varanda com fuste decorado com caneluras e capitéis coríntios. O exemplo não é único, embora um dos mais requintados. Noutras casas, como a dos Monteiros de Assolna, a influência das colunas dos altares é evidente, salientando a constante preponderância das formas religiosas na arquitectura doméstica no espaço cultural goês.

Com o decorrer do século XIX as formas decorativas tornam-se cada vez mais independentes dos modelos eclesiásticos e em certa medida das influências portuguesas do tardo-barroco. Tanto as guardas das varandas como as colunas e beirados ganham formas exóticas com aplicações de florões.

Recorrendo a uma apurada tradição artesanal ao nível da marcenaria e do estuque exterior, alpendres, escadarias, colunas, guardas das varandas e beirados ganham consecutivamente novos desenhos, onde o sentido cromático indiano, com propensão para cores fortes, vem acrescentar ainda uma última nota de exotismo.

Ao nível do desenho da fachada, a casa de pátio vai tender para uma organização tripartida, estruturada por duas alas simétricas que se desenvolvem lateralmente a partir duma entrada central.

As bases das varandas de sacada que nos séculos XVII e XVIII se constituíam em três pequenas consolas passam a distribuir-se continuamente, manifestando uma continuidade e lenta evolução das formas e do desenho arquitectónico.

No seu conjunto, a perícia dos artífices dá largas a uma imaginação luxuriante em desenhos variados, onde as cores fortes dão uma nota de gosto indiano que nunca se perderá.

Mas o elemento mais característico da fachada da casa de pátio é sem dúvida o alpendre de entrada, onde se concentra a atenção decorativa e cuja evolução formal nos dá conta das transformações culturais operadas sobretudo ao longo do século XIX.

#### **4. O *balcão* como elemento de sociabilização da cultura indo-portuguesa**

Particularmente interessante na evolução da arquitectura indo-portuguesa é o alpendre de entrada, que, tendo uma origem portuguesa, toma um significado e importância peculiar na estrutura da casa goesa.

Historicamente documentado, é sabido que os palácios dos vice-reis e dos arcebispos eram dotados de alpendres com largas escadarias. O Palácio-Fortaleza conservava, até ao século XIX, um alpendre com grandes colunas. O Palácio dos Arcebispos em Goa, junto à Sé, mantém ainda dois alpendres de acesso ao andar nobre, um com ligação à capela do paço, outro à antecâmara e salão de audiência.

Estes alpendres dos séculos XVI e XVII cumpriam uma função social de enquadramento cenográfico aos aparatosos rituais desenvolvidos pelos portugueses na Índia.

A privacidade doméstica que envolvia sobretudo as senhoras até ao século XVIII impedia que estes espaços adquirissem, nos séculos XVI e XVII, uma função de recreio e de estar ao ar livre. Os momentos de lazer eram reservados aos jardins envolvidos por altos muros. As varandas

revestidas de carepas tinham uma função de protecção, permitindo observar o que se passava no exterior sem ser visto da rua.

A progressiva abertura da vida doméstica, a partir de meados do século XVIII, vai possibilitar uma alteração dos hábitos, abrindo a casa a uma maior participação na vida social, muito em particular ao elemento feminino da casa.

Esta abertura da vida doméstica tinha, no entanto, nas famílias de brâmanes e chardós um problema: os contactos com classes mais baixas.

Quando os portugueses recebiam uma visita, esta entrava no interior da casa para uma sala, a antiga antecâmara. Linschoten descreve o costume nos finais do século XVI: “... *When any man goeth to visite an other in his house... and so leadeth him up into his hall or chamber... where hee offereth a chaire to sitte downe, and then hee himselfe sitteth by him...*”<sup>8</sup>. No caso dos brâmanes e chardós, as classes mais baixas não podiam entrar no interior da casa, pois a sua presença era sentida como uma conspurcação do espaço. Conforme o nível social, as distâncias iam aumentando, não sendo permitido aos intocáveis passar o portal do pátio ou terreiro.

O alpendre da casa indo-portuguesa resolve esta questão numa forma perfeita, estabelecendo uma sala no exterior da casa, concebida como uma antecâmara de protecção ao interior. A curiosidade feminina pelo que se passava na rua era igualmente satisfeita num espaço que, embora exterior proporcionava uma vivência dentro do quotidiano doméstico. São estes aspectos que explicam que o alpendre assumia um papel fundamental na estrutura da fachada, influenciando ainda, na sua função de sala de entrada, a estrutura dos interiores.

Como elemento de estar, o alpendre adquire, sobretudo na casa do século XIX, um inconfundível valor simbólico. A constante variação formal e decorativa do alpendre torna-o por si só elemento identificador da casa e do prestígio da família. Os antigos telhados em tesoura de forte inclinação, que durante séculos caracterizaram a habitação da grande nobreza portuguesa, aparecem aqui numa última evocação da sua conotação aristocrática. A sua antiga função de ventilação interior ainda está presente, subindo o alpendre muitas vezes acima do beirado da casa, com uma grelha superior de respiração para deixar sair o ar quente.

Nas suas variações formais de sala com uma maior capacidade de receber elementos estranhos à família, o alpendre parece ligar-se à prática do *mandó* e de outros cantares tradicionais. Desenvolvidas sobretudo

---

<sup>8</sup> LINSCHOTEN, John Huyghen Van, 1598, *The Voyage of ... to the East Indies*, Londres, Vol. I, p. 195

pelos brâmanes, mas praticadas também pelas famílias chardós, estes cantares tinham aqui um lugar privilegiado aos fins de tarde.

Como espaço de sala, o alpendre recebe bancos corridos em alvenaria, distribuindo-se pelos degraus pequenos bancos para criados, que as fotografias antigas ainda mostram. As características vivenciais determinam ainda o aparecimento de janelas laterais para protecção da chuva e ventos.

À medida que o vidro é divulgado, estas largas janelas passam a ser estruturadas por portadas com vidros. Utilizando vidros fortemente coloridos, mais uma vez o gosto indiano vai criar uma ambiência exótica, incutindo uma luminosidade muito particular a estes espaços.

Introduzido em termos tipológicos pelos portugueses, o alpendre acaba por cumprir um papel significativo para uma maior sociabilidade da casa goesa, onde o *mandó* e outras práticas musicais ocupavam um lugar especial<sup>9</sup>. Como elemento capaz de gerar e desenvolver novos contactos entre castas, ele acaba por ser a um nível social uma influência humanista de raiz cristã.

## Bibliografia

- AIRES GOMES, Joaquim Manuel, 1993 – *Biography of Colonel & Chief- Field Marshal ...Goa*. Edição do autor.
- BALDAEUS, Philippus – *A Description of East Índia Coast of Malabar and Coromandel ...*, [1.ª ed. Amesterdão 1672], Londres, J. Churchill, 1703.
- CARITA, Hélder – *Palácios de Goa – Modelos e Tipologias de Arquitectura Civil Indo-Portuguesa*. Lisboa, Ed. Quetzal, 1.ª ed. 1995.
- CORREIA, Alberto C. G. da Silva – *História da Colonização Portuguesa na Índia*, Lisboa. *Directory – Archdiocese of Goa and Damão*, Nova Goa, 1984.
- DELLON, Dr. C. – *Relattion d'un Voyage fait aux indes Orientales*. Amesterdão, 1699.
- FERNANDES, José Manuel – «*Arquitectura Religiosa Indo-Portuguesa Ensaio de Tipologias*» in Catálogo da Exposição Encontros de Culturas, Oito Séculos de Missionaçã Portuguesa, Lisboa, 1994.
- FERNANDES, José Manuel – «*Vestígios do Manuelino na Arquitectura Religiosa de Influência Portuguesa na Índia*» in Oceanos, Sembro/Dezembro, N.º 19/20, 1994.
- FEIO, Mariano, 1979 – *As Castas Hindus de Goa*, Lisboa, Junta de Investigaçã Científica do Ultramar – Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

---

<sup>9</sup> SARDO, Susana, 1994, «*Goa Sons e Silêncios*» In *Oceanos*, N.º 19-20, p. 250

- LINSCHOTEN, John Huyghen Van – *The Voyage of ... to the East Indies*, Londres, Vol. I, 1598, p. 195.
- FRIAS, Padre António João de – *Aureola de Índios. Nobiliarquica Bracmane, Tratado Histórico, Geográfico, Panegírico e Moral*, Lisboa, 1702.
- LOPES, Maria de Jesus dos Mártires – *Goa Setecentista. Tradição e Modernidade*, UCP, Lisboa, 1996.
- MENDES, A. Lopes – *A Índia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol.II, 1886.
- MOREIRA, Rafael – «*Goa em 1535: uma cidade manuelina*», in Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, 1994.
- MOREIRA, Rafael – «*Manueline to Renaissance in Portuguese India*» in 7th Portuguese Seminar on Indo-Portuguese History, Goa January, 1994.
- PAES, Padre Leonardo de, – *Prontuário das Diffinições Indicas*, Lisboa, 1713.
- PEREIRA, A. B. de Bragança – *Etnografia da Índia Portuguesa*, Vol. II, Bastorá, Tip. Rangelp.
- PINTO, Celsa – «*Goa-Based Overseas and Coastal Trade – 18th and 19th Centuries*», in Goa Through The Ages, Ed Teotónio de Sousa, Vol. II, New Dehi, Goa University, 1989.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha – *A Conjuração de 1787 em Goa, E várias Cousas desse Tempo, Memória Histórica*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875, p. 144.
- SARDO, Susana, 1994 – «*Goa Sons e Silêncios*» In Oceanos, Num. 19-20.
- XAVIER, F. N. – *Bosquejo Histórico das Comunidades. Defesa dos Direitos das Grão-carias, Grão-cares e dos seus costumes*. Nova Goa – Imprensa Nacional, 1856.
- XAVIER, Felipi Nery – *Nobiliarchica Goana*. Nova Goa, Imprensa Nacional, 1862.
- SOUSA, Teotónio de – *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no séc. XVII*. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

# Como guardar a lusofonia em canções. Os casos de Goa e de Damão

SUSANA SARDO e ANA CRISTINA ALMEIDA\*

Os discursos sobre a lusofonia são discursos plurivalentes. Quando emanados a partir das instituições nacionais de regulação eles remetem para uma visão imperialista de centralidade portuguesa; para os lusofalantes eles definem espaços de interlocução privilegiados por ação de um *lobby* linguístico de caráter eminentemente político; para grande parte dos habitantes dos países chamados lusófonos – e aqui nos referimos sobretudo aos casos dos países africanos e Timor – eles conduzem a situações de *estranhamento*, na acepção de Luckacs (2012), uma vez que a língua em que oficialmente se expressam (quando isso é efetivamente possível) não corresponde à língua materna e, portanto, à língua em que “sentem”; finalmente, para os territórios pós-coloniais integrados, eles constituem formas de resgate da memória quando procuram contornos históricos para se auto-definirem.

Mas o que é efetivamente inquietante em relação à lusofonia é quando nos damos conta que, por detrás de uma cosmética linguística, o sentir do idioma não está expresso noutra tipo de práticas do quotidiano, questionando assim a centralidade da língua na construção da identidade, se considerarmos que a identidade é, como sugere António García Gutiérrez (2009), algo que embora não se possa definir se pode, todavia, sentir. A lusofonia define assim uma espécie de patine elitista, à qual acedem apenas os que se reveem no quadro mimético da esfera da erudição, geradora de hierarquias singulares de pendor neo-colonial e de interesse eminentemente individual, embora expresso em nome coletivo, em nome da nação independente.

---

\* Universidade de Aveiro – INET-MD

Se olharmos para os que não se reveem neste quadro – que arriscamos designar genericamente por cultura erudita numa linha segmentadora profundamente subjugada pelo sistema capitalista em que vivemos – deparamo-nos com um vazio lusófono mas com um universo fértil de outras expressões, certamente outras línguas e outros modos de ser e de estar. Pensemos, por exemplo, no que se passa com a música. Que conclusões podemos tirar quando percebemos que, à exceção do Brasil, não encontramos, em nenhum outro país da CPLP, música cantada em português? E como justificar, pelo contrário, a permanência de música portuguesa ou cantada em português em territórios que não pertencem à CPLP, como é o caso de Goa e de Damão? Que lugar ocupa esta música e as expressões a ela associadas no quadro institucional e político da lusofonia e, por outro lado, até que ponto podemos ou não entendê-la como uma expressão de origem lusófona?

Vamos procurar refletir sobre estas interrogações a partir do caso dos territórios pós-coloniais integrados, ou seja, territórios que após o estatuto de colónia não se tornaram independentes. Elegemos dois, sobre os quais o trabalho em etnomusicologia tem vindo a ser desenvolvido: o caso particular de Goa e de Damão, que são o enfoque do nosso trabalho de investigação pessoal.

Damão e Goa são territórios da União Indiana. Têm em comum o facto de terem sido colónias portuguesas e de, uma vez findo o período colonial, ao invés de se tornarem independentes terem sido integrados no país de origem: a Índia. Ora a Índia abrigava ela própria uma longa história de colonização. Ou seja, podemos dizer que a integração de Goa e de Damão conferiu a estes territórios uma espécie de condição duplamente pós-colonial enfatizada ainda pelo facto do fim do estatuto de colónia não ter conduzido à aquisição de qualquer tipo de autonomia (Sardo 2010). Assim sendo, os seus habitantes foram expostos a um conjunto de mudanças compulsivas, de entre as quais se destacam a alteração da língua oficial, a diluição da importância do credo religioso e de um conjunto de outras práticas que haviam sido impostas pelos portugueses mas que se tinham instalado como *habitus* comunitários (Bourdieu 1989). No caso de Damão e de Goa, sujeitos que estiveram a 500 anos de presença portuguesa, esta cisão terá sido, seguramente, bastante sentida. Na verdade, o tão desejado fim do estatuto de colónia partilhado pela maioria dos goeses embora, no caso dos damanenses, tenha sido questionado, conduziu a um processo de insegurança identitária pelo confronto com novas formas de regulação ideológica emanadas igualmente do exterior, embora devolvendo à história a legitimidade devida.

Assim, e contrariamente ao que seria de supor, nos casos acima enunciados fomos assistindo a uma recuperação progressiva de práticas quotidianas localmente percebidas como herdadas do colonizador. Essa recuperação prende-se sobretudo com a situação de conflito identitário, na acepção de Gutiérrez (2009), que conduz frequentemente, por parte de sujeitos individuais ou organizações coletivas, à procura de indicadores de diferenciação num quadro em que a decisão sobre si está sempre dependente de outros: os goeses e os damanenses deixaram de ser “portugueses” e passaram a ser “indianos”. A língua portuguesa transformou-se radicalmente nestes contextos, passando a viver quase exclusivamente como língua veicular, alterando-se significativamente no caso de Damão e quase desaparecendo em Goa. Porém, e nos dois casos, ela sobrevive na música que mais do que o guardião da língua é, sobretudo, um repositório de memórias históricas, sociais e performativas.

Na verdade, no âmbito das práticas musicais e dancísticas, viemos a assistir, de uma forma cada vez mais visível, à manutenção de agrupamentos folclóricos que procuram replicar os modelos do folclore português – ou a imagem que deles se guarda – e também à cristalização e ênfase de um outro repertório, baseado na música ocidental e na harmonia funcional, cuja performance, em português ou konkani, remete supostamente para uma origem portuguesa mas de caráter eminentemente local. São disso exemplo as práticas associadas ao Mandó, no caso de Goa e Damão, ao Louvado do Menino Jesus, no caso de Damão, ou ao Deckni, no caso de Goa.

## O caso de Damão

Damão situa-se na costa ocidental da Índia, no Mar Árábico e no Golfo de Cambaia e faz fronteira a norte com o estado do Gujarat e a sul com o do Maharashtra. Foi uma colónia portuguesa entre 1559 e 1961 e atualmente forma, com Diu, um Território da União Indiana (Union Territory). Este estatuto implica a dependência de Damão do Governo Central de Nova Deli e a consequente ausência de autonomia administrativa. Talvez por esta razão, por oposição à expressão “Libertação”, usada pela Índia para designar o fim da presença portuguesa em Damão, muitos damanenses católicos, sobretudo da geração mais velha, ainda hoje se referem ao mesmo ato como a “invasão” de Damão. Em Damão, a comunidade católica representa uma minoria da população total do território (2.7%), sendo constituída por cerca de 3.000 pessoas (*census* de 2001). Apesar de

já não ser ensinado nas escolas de Damão, o português permanece, no contexto da comunidade católica, como língua materna, sendo transmitida de pais para filhos num formato dialectal que é vulgarmente denominado de *português de Damão* ou *broken Portuguese*. É justamente esta língua que serve de base à construção de um repertório cantado que os damanenses designam por “música damanense”.

Através da realização de trabalho de campo multissituado pudemos distinguir e analisar os diferentes contextos nos quais a música acontece atualmente em Damão e nas comunidades damanenses residentes no Reino Unido, o que nos permitiu compreender a própria damanidade, o modo como os membros da comunidade damanense vivem a condição de integração na Índia, como se diferenciam dos indivíduos não-católicos e como gerem a sua identificação com o antigo colonizador. Constatámos no terreno que os damanenses fazem música sobretudo em três situações particulares: 1) quando se dirigem a Deus em rituais religiosos públicos (como as missas, as novenas e os motetes) ou domésticos (como o *Louvado do Menino Jesus* e a *Visita Domiciliária da Imagem de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa*) cantando essencialmente em português mas também em latim e em inglês; 2) quando se dirigem a si próprios num ato de comunhão no qual a música está profundamente incorporada e no qual o mandó adquire um protagonismo importante; e 3) quando se dirigem a outros em palco numa atitude expositiva e de representação que recorre à performance de mandó e da música e dança portuguesas mas também de música e dança anglo-saxónica e de Bollywood.

No domínio religioso ombreiam-se, quase competindo, as duas línguas que preenchem o quotidiano dos católicos damanenses – o português e o inglês –, parecendo claro que a geração mais velha tende a defender a conservação da língua que herdou do antigo colonizador enquanto a mais nova tem vindo a aproximar-se da Índia e a adotar rapidamente o inglês. Porém, o repertório musical de suposta origem portuguesa permanece transversal às duas gerações, seja aquele que foi herdado diretamente dos portugueses e que inclui um conjunto de canções e danças que fazem parte do repertório central dos grupos congêneres portugueses (o Malhão, o Vira da Nazaré, o Corridinho, entre outros), seja outro tipo de repertório entretanto veiculado pelos meios de comunicação de massa onde se inclui, por exemplo, a designada “música pimba”.

A este tipo de música e dança, habitualmente representado pelos agrupamentos de folclore em espaços de exposição, acrescenta-se ainda outro cuja origem, embora remeta para Portugal, define um tipo de música ambivalente que incorpora ingredientes locais cantados em *portu-*



Figura 1. Performance de *dança portuguesa* pelo grupo *Caravela* no *programa cultural* de recepção ao cônsul-geral de Portugal. Fotografia: Ana Cristina Almeida, janeiro de 2008, Damão

*guês de Damão* sobre música de raiz ocidental. Aqui se inclui, sobretudo, o Mandó, que embora tenha o nome em comum com um gênero musical goês é claramente diferente, quer na estrutura musical quer, sobretudo, na sua performance. O Mandó é, para os damanenses, o representante mais importante da “música damanense”. Representou no passado um tipo de música que negociava a condição colonial marcando a diferença em relação ao colonizador e é, na situação pós-colonial, quer em Damão quer na diáspora, um identificador de diferença em relação à Índia, resgatando assim a herança de uma suposta origem portuguesa. Porém, não existe em Portugal qualquer registo da existência de um gênero semelhante, nem no presente nem no passado. A origem é, portanto, uma construção imaginada para uma identidade desejada e é aquilo que torna a música damanense única e original, como afirmam os próprios damanenses que o desempenham. É através da performance da sua música e recorrendo à memória, à imaginação e, talvez paradoxalmente, à imagem que guardam do antigo colonizador, que os damanenses reconstróem o seu lugar no mundo que é, tanto na diáspora como em Damão, um lugar que “soa a casa”.

Em Damão a performance da música e da dança define um universo sensível que contribui para a evocação de um lugar ambicionado, de uma “casa” que outrora existiu mas que o presente parece ocultar. E, neste sentido, a comunidade católica damanense residente em Damão – e em especial a geração mais velha – parece constituir uma espécie de migrante no seu próprio país, como se tivesse percorrido uma viagem diaspórica no tempo e não no espaço, também ela procurando construir um lugar de identificação ou de acolhimento para a sua diferença. O conhecimento da realidade damanense na diáspora foi decisivo, portanto, para compreender Damão e para entender que a procura, e consequente recriação simbólica, de uma “casa” para a damanidade pode remeter para duas cartografias distintas embora complementares: a do lugar físico (Damão) e a de um lugar temporal (o passado). Em Damão, o lugar ambicionado remete para o passado, para um tempo vivido por uns, imaginado por outros, mas que todos desejam. Na diáspora, em concreto no Reino Unido, a procura do lugar ambicionado promove um duplo itinerário – o do tempo e o do espaço – potenciando uma viagem emocional e sensorial simultaneamente para o passado e para Damão. Usando a música e a dança como forma de reconstruir o lugar (a “casa”), os damanenses recorrem ao repertório que consideram ter de “original” (o mandó) e àquele que resulta de uma herança (a música e a dança portuguesas). É este repertório que permite aos damanenses demarcar a sua singularidade e diferenciar-se do Outro: na Índia, das comunidades hindu e muçulmana e, no Reino Unido, dos restantes grupos migrantes e da população britânica.



Figura 2. Elementos da geração mais velha ensinam os jovens a cantar mandó para a celebração do *Dia de Damão*. Fotografia: Ana Cristina Almeida, janeiro de 2012, Damão

A música cantada em português assume, assim, pela voz dos damanenses, um protagonismo ímpar na busca incessante de garantir uma espécie de sobrevivência da damanidade e do não-desaparecimento da própria comunidade católica.

Para compreender o papel desta música “lusófona” é fulcral atentar à condição de Damão enquanto território integrado, ou seja, enquanto território que, findo o domínio colonial português em 1961, foi integrado num outro país, não se tornando independente. Esta situação acarreta custos emocionais para os indivíduos que, sob o ponto de vista estatutário, deixaram de ser quem eram para passarem a ser o Outro, vivendo numa condição de liminalidade e de perda de *status* (Turner 1986, 1987a, 1987b). Os damanenses católicos vivem/viveram uma situação colonial e/ou pós-colonial que não lhes permitiu escolher que país integrar, que bandeira respeitar, que língua oficial falar. Todas estas decisões lhes foram impostas. Designam-se como “damanenses” mas este estatuto não existe oficial nem administrativamente sendo, por isso, um recurso frágil que não parece oferecer-lhes estabilidade e segurança identitárias e o conforto emocional desejado. Para se identificarem os damanenses católicos estabelecem exercícios de articulação entre referentes aparentemente conflitantes e politicamente sensíveis: a origem portuguesa, por um lado, e a pertença à Índia, por outro. Nos seus discursos, esta articulação parece ser inconciliável propiciando formas de autoidentificação baseadas em sequências de conjunções adversativas que refletem desconforto e “confusão”: “sou indiano/da Índia/nasci na Índia MAS sou português/católico/falo português/tenho sangue português”. A relação dialógica entre uma espécie de dupla identidade é, portanto, elaborada, desejada e assumida como forma de contornar o que não se quer ser: “não totalmente português nem totalmente indiano”. Esta condição liminal e dialógica está mais exposta na diáspora, onde os damanenses católicos são permanentemente confrontados, sobretudo a partir do exterior, com a necessidade de justificarem a sua origem, nacionalidade, língua, religião, “raça”, “casa” e de corresponderem a estereótipos e expectativas impostos pelo Outro. A música e a dança herdadas dos portugueses parecem, portanto, reunir todos os ingredientes que possibilitam a justificação do diálogo entre identidades, porque mais do que definir a damanidade elas permitem sentir-se damanense e expor essa experiência. E essa experiência é, assim como a música damanense, algo único, singular, tácito e incorporado, que só pode ser materializado através da sua performance (Almeida 2013).

## O caso de Goa

Goa é, desde Maio de 1987, o vigésimo quinto estado da União Indiana. Situado na costa ocidental da Índia entre os estados do Maharashtra e do

Karnataka, o território de Goa é banhado a ocidente pelo Mar Árabe. Desta relação entre a terra e o mar Goa herdou também uma relação entre o Ocidente e a Índia, situação que em muito se deve à presença de Portugal como potência colonizadora durante 451 anos. Tendo sido uma das mais importantes e duradouras possessões portuguesas no Oriente, situação que se prolongou entre os anos de 1510 e 1961, Goa foi resgatada pela Índia durante o processo de unificação do território levado a cabo por Jawaharlal Nehru, retomando assim a sua mais natural proximidade geopolítica.

Porém, a mudança de estatuto político-administrativo não encontra, como é sabido, simultaneidade na adaptação que os goeses, antes portugueses e agora indianos, fazem à nova realidade cultural que os acolhe. Na verdade, é justamente após o processo de integração de Goa na União Indiana que o problema da “identidade goesa” começa a emergir de forma explícita por parte dos goeses, tendo vindo a crescer no discurso quotidiano e político após a autonomia estadual, em 1987, sobretudo no quadro da comunidade católica. Outrora maioritários em Goa, os católicos são hoje cerca de 29% da população total (*census* de 1991), sendo o hinduísmo, com 64,4 % da população, a religião predominante. É justamente no seio dos goeses católicos, residentes em Goa ou na diáspora, que o discurso sobre a identidade tem sido mais perturbador procurando, sobretudo na cultura expressiva, formas de identificação que permitam expor e definir a sua diferença. A língua, que perdeu estatuto oficial, mantém-se apenas no domínio veicular dos goeses da elite católica. A música, porém, adquiriu agora um lugar central e transversal a toda a sociedade uma vez que passou a ser usada, também, como brasão identitário no contexto turístico. Aqui se inclui a música portuguesa ou cantada em português transplantada para Goa durante o período colonial, como alguns géneros associados ao folclore (o Malhão, o Vira ou o Corredinho), o Fado, e outra que é hoje divulgada pelos meios de comunicação de massa, como é o caso da chamada “música pimba”.

Há também um conjunto de géneros musicais locais associados à dança nos quais se inclui o Mandó, o Deckni, o Fugddi, o Dhalo, entre outros, cantados em konkani mas compostos com base na estrutura da música ocidental. Estes géneros musicais e coreográficos mantêm alguma associação aos seus contextos de origem no quotidiano goês, mas são hoje folclorizados sobretudo para responder às exigências da indústria turística profundamente implantada em Goa desde 1987. São, em ambos os casos, entendidos pelos goeses como géneros emblemáticos da sua cultura, herdados da presença portuguesa, embora a história nos conte



Figura 3. Performance do “Corredinho”, um género que incorpora uma sequência de várias danças inspiradas no folclore português, designadamente: Malhão, Verde Gaió, Bailinho da Madeira. Fotografia de Susana Sardo, a bordo do barco turístico Santa Mónica (10/11/1992).

que essa herança guarda também uma narrativa de resistência e de compromisso em relação ao colonizador (Sardo 2010).

Quer no passado colonial quer no presente pós-colonial, a música em Goa emerge como um eficaz marcador de diferença, seja em relação ao colonizador hegemónico seja em relação à nova cultura de inscrição, igualmente hegemónica. E a música cantada em português é frequentemente um recurso para a própria aprendizagem da língua, um instrumento para a manutenção da prática do português em família e, sobretudo, um marcador de distinção no quadro turístico enquanto testemunho de uma história de diferença e de um universo estético particular e exclusivo (Sardo 2010).

## Conclusões

Analisados em detalhe, os repertórios que incorporam o que podemos designar por música portuguesa recontextualizada e música damanense e goesa, oferecem-nos de facto dois tipos de leituras. Em ambos os casos eles constituem um testemunho da presença do colonizador usados hoje como forma de reclamar a diferença. Mas, no caso dos géneros musicais locais como o Mandó, são também uma demonstração de resistência à situação colonial, porque revelam a criatividade dos seus autores para gerir um compromisso entre o que o colonizador proibiu, promoveu e permitiu<sup>1</sup>. Ou seja, mais do que uma origem portuguesa a música guarda, neste casos, uma história de resistência que por detrás de um “canto lusófono” é, sobretudo, um canto damanense ou goês. É também um *lieux de mémoire* (Nora 1989) que recorre à evocação de uma suposta pertença linguística (a lusofonia) como uma espécie de escudo simbólico, procurando assim um sentido identitário na língua mesmo que ela, em qualquer dos casos, já não detenha nenhuma força institucional ou esteja completamente modificada mas também porque a língua, historicamente, parece ter uma força institucional mais forte do que a música. A música adquire assim expressão de lusofonia, não porque seja cantada em português mas porque ela remete para uma origem portuguesa imaginada e, portanto, mítica.

Para além da centralidade de Goa e Damão, se atentarmos ao que se passa nos lugares de diáspora, este argumento surge francamente reforçado. Na verdade, se em Goa e Damão esta música, pela voz dos seus intérpretes, adquire força de portugalidade porque remete para uma dese-

---

<sup>1</sup> Para um melhor conhecimento deste processo veja-se o documentário "Sons de Goa", da autoria de Rui Oliveira, publicado aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=fiV5dJggh44>

jada origem portuguesa, na diáspora, e pela voz dos mesmos intérpretes, a mesma música passa a ser goesa ou damanense. E é esta plasticidade da música, associada à capacidade que tem de sobreviver ao tempo, às pessoas e aos lugares, que nos permite hoje interrogar a história, a cultura e o próprio conceito de lusofonia. No contexto pós-colonial em que todos vivemos, esta evidência é muito mais visível nos territórios integrados – os que não adquiriram independência com o fim do estatuto de colônia – do que nos países descolonizados. E é ela que nos autoriza hoje a falar de Goa e Damão como espaços de lusofonia, não porque eles definam territórios de língua oficial portuguesa mas porque a cartografia do sentir e do cantar, não sendo equivalente à cartografia oficial da língua, nos mostra que há lugares no planeta onde a palavra cantada é também uma forma de resgate da lusofonia, não pela língua com a qual se fala mas pelo modo como se canta.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Ana Cristina, 2013 – *Nós há de morrer... óss tem de cantar! Música, memória e imaginação em Damão. Trânsitos pós-coloniais*. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro. <http://ria.ua.pt/handle/10773/11513>.
- BOURDIEU, Pierre, 1989 – *O poder simbólico, Memória e Sociedade*. Lisboa: Difel.
- GUTIÉRREZ, Antonio García, 2009 – *La identidad excesiva*. 1. ed. Madrid: Biblioteca Nueva.
- LUCKACS, Gyorgy, 2012 – *Para uma Ontologia do Ser Social I*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- NORA, Pierre, 1989. “Between memory and history: les lieux de mémoire”. *Representations* 26 (Spring): 7-24.
- SARDO, Susana, 2010 – *Guerras de Jasmim e Mogarim: Música, identidade e emoções em Goa*. Alfragide: Texto Editora.
- SARDO, Susana, 2003 – “Cantar em Português: O Papel da Música na Reconstrução da Identidade Goesa”, in Salwa El-Shawan Castelo-Branco and Jorge de Freitas Branco (eds.), *Vozes do Povo*, Lisboa: Dom Quixote, (579-586).
- TURNER, Victor, 1986 – “Dewey, Dilthey, and drama: an essay in anthropology of experience”. In *The anthropology of experience*, editado por V. W. Turner e E. M. Bruner. Urbana; Chicago: University of Illinois Press.
- TURNER, Victor, 1987a. – *The anthropology of performance*. New York: PAJ Publications.
- TURNER, Victor, 1987b. – *The ritual process: structure and anti-structure*. Editado por V. Turner. 5. ed, *Symbol, Myth, and Ritual Series*. Ithaca, New York: Cornell University Press. Edição original, 1969.



# A língua portuguesa enquanto factor identitário em Goa

MARIA MANUELA MARTINS VIEIRA DE ALMEIDA

Antes de mais, gostaria de cumprimentar os elementos da mesa, bem como todos os presentes e agradecer ao Centro Nacional de Cultura e ao Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica o simpático convite que endereçaram ao Sr. Eng<sup>o</sup> Álvaro Pinto Correia, Presidente da Fundação Cidade de Lisboa, e que eu aqui represento, para estar hoje, convosco, a debater os “Desafios do Futuro e à Cooperação”.

Considerando a Fundação Cidade de Lisboa que a Língua Portuguesa é o eixo estruturante que fez dos povos de oito países do mundo, dispersos por quatro continentes povos irmãos, conferindo um verdadeiro valor geopolítico à lusofonia, reforçando as suas potencialidades, com vista a uma relação mais próxima, num mundo globalizado e cada vez mais competitivo, que é o mundo onde vivemos, a Fundação inseriu nos seus estatutos a divulgação da língua portuguesa, como uma das principais vertentes de actuação.

A promoção e o ensino da língua e da cultura portuguesa constituíram, desde sempre, uma prioridade dentro do campo de atividades desenvolvidas pela Fundação Cidade de Lisboa, a par de outras, onde se destacam a formação universitária de quadros africanos de países de expressão portuguesa e a defesa dos valores culturais, artísticos, etnográficos, educativos e sociais da cidade de Lisboa, vertentes que pautam a sua ação.

No que se refere à divulgação e promoção da língua, e porque a língua que falamos é um bem inestimável, que nos define e um valor imaterial central da nossa cultura, Goa constituiu o território que se nos

afiguroou de maior urgência e necessidade de intervenção, sobretudo, ao nível das novas gerações.

Foi com base nesta realidade que a Fundação Cidade de Lisboa, em associação com a Indo-Portuguese Friendship Society, em 1996, começou a organizar cursos de português, língua e cultura primeiro em Margão e em Panjim e pouco depois a organizar Visitas de Estudo a Portugal, para os melhores alunos destas ações de formação, como forma de reforçar esta aprendizagem. Se o ensino da língua portuguesa em Goa se manifestava importante para as suas populações, que queriam que as gerações mais novas o continuassem a falar e a escrever, importante também se tornava para Portugal mostrar que o nosso país não era só o fado e a saudade, mas sim um país moderno, desenvolvido e aberto ao mundo. Assim, estas visitas de estudo tornavam-se um complemento essencial à aprendizagem, para que “in loco” os alunos goeses pudessem testemunhar um Portugal moderno, mas pleno de tradição, história e cultura e para além de reforçarem o conhecimento da língua a pudessem vivenciar dentro de um contexto de visitas guiadas aos mais importantes locais de Portugal, desde Museus a fábricas, desde monumentos a caves de vinho, desde universidades a casas de fado, desde o Santuário de Fátima ao Templo Hindu em Lisboa, desde a gastronomia à musica, à economia, enfim, quisemos com estas ações apresentar-lhes o que de melhor o nosso Portugal moderno tem para oferecer e mostrar, para além das belas paisagens e da simpatia das suas gentes.

Por outro lado, estes estudantes que nos visitam organizam-se entre si e de acordo com as suas competências artísticas, fazem sempre questão de nos mostrar danças e cantares típicos de Goa, onde se testemunham as fortes ligações e traços culturais de Goa e de Portugal.

E para vos dar uma ideia da importância destas visitas e do seu impacto em Goa, recordo que na primeira visita de estudo a Portugal dos alunos goeses, realizada em Junho de 1997, vinha um jornalista do “Navhind Times”, semanário de língua inglesa em Goa, que anotou todas as suas impressões e vivências em crónicas semanais e as publicou neste jornal durante quinze semanas, acompanhadas de belíssimas imagens de Portugal. A qualidade do trabalho aliada ao humor e à riqueza de pormenores dos seus textos levaram a Fundação Oriente, que também foi nossa parceira numa das edições dos cursos de português em Goa, a publicar num pequeno livro esta obra denominada “Progressive Portugal” do jornalista Ramnath Pai Raikar.

Para levarmos a cabo estas ações, começamos por abordar o Instituto Camões, na altura com outra designação, que de imediato abraçou a ideia

e tem vindo a abraçar ao longo de 18 anos e nos ajudou e ajuda com meios financeiros necessários à concretização destas ações.

O projeto foi evoluindo e, em conjunto com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, através do seu Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, criámos as condições, através da assinatura de um protocolo, para que todos os anos pudesse vir um aluno de cada cidade de Goa onde se realizam os cursos, frequentar três meses de aulas dos Cursos Intensivos de verão, realizados por este Departamento, para assim podermos ajudar os alunos goeses, especialmente os que lecionam o português em escolas do ensino básico, a refrescar o vocabulário e a atualizar os conhecimentos linguísticos e culturais para melhor poderem exercer a sua profissão e divulgar a língua e a cultura portuguesa, naquele Estado da Índia.

Com o passar do tempo mais cidades solicitaram a realização destes Cursos de Português – Língua e Cultura, tendo em 2010 sido possível a extensão a mais duas localidades, Calangute e Mapussá. Em 2011, tendo havido uma nova solicitação da cidade de Vasco da Gama e dada a proximidade de Calangute a Mapussá, optou-se pela fusão das ações de formação nesta última cidade e iniciaram-se novos cursos em Vasco da Gama, que decorrem até ao momento.

Com esta extensão, alargou-se também o número de alunos que vêm para Portugal frequentar os Cursos Intensivos de Verão, sendo atualmente 4 os que beneficiam desta formação e do alojamento na Residência de Estudantes da Fundação Cidade de Lisboa, onde se juntam aos estudantes africanos dos países de língua portuguesa e outros, tendo assim oportunidade de partilhar não só o idioma como também experiências e vivências.

Para além do Instituto Camões e da Faculdade de Letras, muitas autarquias se juntaram a este projeto, recebendo os nossos alunos nas cidades por onde passam. Também as Pousadas da Juventude se associaram a esta ação através do acolhimento a custos reduzidos, nas suas instalações, localizadas por todo o país. Durante os primeiros anos e até 2010 o Ministério da Educação de Portugal foi também nosso parceiro neste projecto, destacando docentes que se deslocavam para Goa para ministrarem os cursos. Muitas outras instituições partilharam connosco o interesse e o alcance destas ações, cuja repercussão vai para além da divulgação da língua e da cultura portuguesa, uma vez que, sendo os cursos em Goa realizados em horário pós-laboral, permite a muitos empresários e outras profissões liberais frequentá-los e vir depois a Portugal conhecer a nossa economia e os nossos produtos, abrindo a porta a um mercado de enorme dimensão como é o caso da Índia.

As referidas acções de ensino de português em Goa realizam-se desde há 18 anos consecutivos e continuam a suscitar grande interesse por parte dos alunos. É com grande orgulho que atribuímos, até ao ano passado, diplomas a um total de 1.452 estudantes, de todas as idades, estratos sociais e religiões. Gostaria ainda de salientar o rigor que existe na atribuição destes diplomas e isto porque a Fundação Cidade de Lisboa é uma entidade formadora acreditada, até ao início deste mês, e a partir do dia 5 do corrente, certificada para o ensino do português, pela Direcção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. O facto de termos sido acreditados e agora certificados confere não só um maior valor aos nossos certificados, como obriga a Fundação Cidade de Lisboa, enquanto entidade formadora, a um maior rigor em termos de qualidade de ensino e de exigência aos alunos tanto em assiduidade como em aproveitamento.

Neste preciso momento, estão a decorrer os cursos de português, com a duração de 5 meses cada, nas cidades de Mapussá e Vasco da Gama e em Agosto iniciam-se as acções em Margão e Panjim, estando quase a chegar a Lisboa os 4 alunos para os Cursos Intensivos de Verão da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

No início desta minha intervenção referi que Goa constituiu para nós, Fundação Cidade de Lisboa, o território onde se manifestava uma maior urgência no ensino da língua e regresso a esse assunto, para referir que, como todos sabem, após a anexação de Goa pelo Estado da Índia, passaram-se anos complicados no relacionamento entre a Índia e Portugal e, sobretudo, em Goa com os falantes da língua portuguesa, problemas que, com o passar do tempo, começaram a desvanecer-se como era normal.

Assim, voltou o interesse pela língua e cultura portuguesa e pelo reforço de laços entre dois povos que conviveram no passado, durante séculos e que foram capazes de construir uma cultura indo-portuguesa que todos valorizamos e sentimos ser do maior interesse preservar. É preciso não esquecer que as obras monumentais deixadas pelos portugueses, tanto ao nível de catedrais ou conventos, como de construções coloniais e outras são hoje reconhecidas como “Património da Humanidade”

Como todos sabem, em Goa, a língua portuguesa constituiu desde sempre um fator identitário e de diferenciação entre a população deste Estado e a do resto do país. No entanto, depois da anexação, a população goesa, especialmente a mais identificada com os valores lusófonos, passou a sentir-se estranha e em terra alheia, uma vez cortados os laços que mantinham com Portugal. Não se identificando completamente com a cultura indiana, optaram por reforçar uma identidade cultural própria,

que não era portuguesa, nem indiana, mas singular e goesa, conforme refere José Águalusa no seu romance *Um Estranho em Goa*, e passo a citar “Perdidos nesse emaranhado, estão os goeses, que não são portugueses nem indianos. Eles lutam pela preservação das suas peculiaridades: seja na conservação da língua portuguesa, seja no apego ao catolicismo, seja na resistência a integrar-se aos costumes indianos.”

Esta identidade vai reunindo em si elementos comuns aos habitantes da comunidade social de Goa que a distingue dos demais, considerando aspetos históricos, e toda uma herança cultural construída ao longo dos séculos de convivência e de partilha.

É sabido que a língua enquanto fator social é constitutiva de cada ser humano, pois concede a cada indivíduo, bem como à sua comunidade linguística, um modo particular e peculiar de interpretar o mundo e a sua envolvente. A linguagem ao ser influenciada por processos socioculturais e históricos, desenvolve-se de modos diferentes nos vários continentes, ora definindo comunidades linguísticas, ora diferenciando grupos sociais, mas instituindo-se sempre como espaço simbólico de identificação.

Mesmo decorridos mais de 50 anos da anexação pelo Estado da Índia, a identidade goesa permanece vinculada ao legado português, seja pela presença de elementos arquitetónicos, – e lá diz o ditado: “Quem viu Goa não precisa de ver Lisboa” – seja pela expressiva comunidade católica ou ainda pela lusofonia. A língua portuguesa, partindo de processos históricos diferentes tem sido fator determinante na construção de identidade, da afirmação e da legitimação das nações ou territórios que de um modo ou de outro integram a nossa comunidade linguística, como é o caso de Timor-Leste. Por outro lado, e sendo a língua portuguesa falada num contexto de quase 250 milhões de falantes, a sua importância manifesta-se para os goeses, não só relativamente a Portugal mas também, face à importância crescente e ao desenvolvimento do Brasil e dos países africanos de expressão portuguesa, como é o caso, nomeadamente, de Moçambique e Angola.

A utilização das línguas e de outras ferramentas de comunicação é um elemento essencial no conjunto de competências exigidas na actualidade. Face a uma economia cada vez mais globalizada e electrónica e a uma massa crescente de informação em todas as línguas, é importante que os cidadãos possam aceder e utilizar essa informação e todos os serviços ao seu dispor, ultrapassando as barreiras nacionais e linguísticas, através da Internet e dos novos dispositivos tecnológicos.

É sabido que na última década, a língua portuguesa tornou-se numa língua de grande relevo ao nível da sua utilização na internet. E se a língua portuguesa tem vindo a ocupar lugar de destaque ao nível das

comunicações, das redes sociais e das novas tecnologias, o mesmo se passa ao nível económico.

Vivemos num mundo globalizado, como já referido, e em que a economia se sobrepõe muitas vezes às questões culturais, mas a importância da língua não pode ser limitada à comunicação e ao entendimento entre parceiros, a sua importância ultrapassa as relações comerciais, constituindo um valor cultural incontornável. Segundo um estudo publicado pelo Observatório da Língua Portuguesa, o conjunto de habitantes dos países de língua oficial portuguesa representa 3,66% da população mundial enquanto o PIB destes países atinge 3,85 % da riqueza mundial, o que não é de somenos importância, dado os seus recursos naturais se encontrarem ainda preservados e dadas as perspectivas de crescimento demográfico previstas para as próximas décadas.

Ainda no passado recente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e outros membros da diplomacia portuguesa e empresários, realizaram uma visita oficial à Índia, para reforçar as relações económicas entre os dois países e manter os contactos históricos, linguísticos e culturais entre Goa e as demais regiões da lusofonia, relevando igualmente a importância da comunidade goesa em Portugal e a necessidade de políticas de promoção da cultura indo-portuguesa.

É esta universalidade da nossa língua que nos une e orgulha a todos, portugueses, brasileiros, africanos, asiáticos, reconhecendo-a como património cultural comum, sentida como sua, mesmo em comunidades separadas por oceanos e espalhadas por vários continentes.

E se Portugal, Brasil e África são territórios interessantes aos olhos dos goeses e de indianos, Goa, sendo o menor estado da Índia, com 3.702 quilómetros quadrados, é também o quarto estado indiano menos populoso, com cerca de 1,4 milhões de habitantes, mas a suscitar muito interesse. Em 2010, Goa detinha o mais elevado PIB per capita da Índia – US\$ 3.745,00, ou seja, três vezes superior à média nacional indiana, de US\$ 1.100,00. Entre 2009 e 2010, a taxa de crescimento de Goa subiu de 9,46% para 13,00%, ao mesmo tempo que a economia global atravessava fortes turbulências. Mesmo sendo o Estado mais pequeno da Índia, Goa tem grande impacto na economia do país, especialmente devido às grandes jazidas de minérios, saindo de lá cerca de 39% de todo de ferro exportado pela Índia.

Este país, com os seus 1.243 milhões de habitantes e com um crescimento de 4,35% em 2013, posiciona-se no 10º lugar da economia mundial, estando a realizar avanços notáveis em muitos campos tais como tecnologia da informação, farmacêutica, turismo médico, produtos industriais, transportes e equipamentos eletrónicos, importando, por seu lado, diver-

sof bens tais como produtos agrícolas, máquinas mecânicas e eléctricas, minerais, combustíveis, materiais de construção e outros.

O turismo é outra das vertentes que apresenta um crescimento enorme na atualidade, estando Goa a ser muito procurada por indianos e estrangeiros, para estadas tranquilas e relaxantes, por causa das suas praias paradisíacas, com bom sol, belos areais dourados e comida deliciosa. Goa, enquanto destino turístico recebe anualmente mais de 600 mil turistas estrangeiros e cerca de 3 milhões de turistas indianos.

Mas voltando à língua, creio que a Língua Portuguesa está presente-mente a viver um momento particularmente interessante. O Brasil é um mercado em crescimento de quase 200 milhões de pessoas. Angola tem experimentado um crescimento económico extraordinário, Moçambique tem um crescimento um pouco mais moderado, mas também muito positivo. Na Ásia, o aumento do ensino do português tem sido exponencial. Os chineses, cuja economia tem vindo a crescer de modo acelerado, e dado o seu crescente interesse em desenvolver relações económicas com países lusófonos como o Brasil e Angola, desenvolvem em paralelo enorme apetência pela língua portuguesa. A testemunhar este facto, temos actualmente mais de 20 universidades chinesas a oferecer cursos de Português nos seus vários departamentos. E porque economia e língua andam de mãos dadas, tudo isso tem criado um interesse económico muito grande e dado uma vitalidade enorme à Língua no presente, e que se repercutirá no futuro, tendo em conta o aumento considerável da população dos países de língua portuguesa, previsto para as próximas décadas.

E termino, metendo um pouco a foice em seara alheia, referindo que no dia 13 de junho de 2014, se realizou uma sessão de lançamento do *Manifesto 2014 – 800 Anos de Língua Portuguesa*, que congregou, simbolicamente, individualidades de diversos países de Língua Portuguesa e de diversas formações, desde o Presidente da República de Cabo Verde, passando por deputados, professores, autoridades, escritores, linguistas, cineastas, homens e mulheres da cultura, uma iniciativa a celebrar os oito séculos volvidos desde o testamento de D. Afonso II (1214), o mais antigo documento régio, ao nível do Estado redigido em Língua Portuguesa, manifesto este apresentado, também, recentemente na Feira do Livro de Lisboa.

A apresentação oficial é hoje dia 27 de junho, num evento a decorrer no Padrão dos Descobrimentos e a que me associo, pelo grande amor que tenho pela língua portuguesa e pela oportunidade do evento.

E porque este ano se celebram os 8 séculos da língua portuguesa termino, citando um excerto desse manifesto da Associação 800 Anos da

Língua Portuguesa, assinado, nomeadamente, pela Senhora Prof. Doutora Ana Paula Laborinho, aqui connosco, e que espelha a nossa língua de um modo singular e cito: “É uma forma de sentir e de lembrar; um registo, arca de muitas memórias; um modo de pensar, uma maneira de ser – e de dizer. É espaço de cultura, mar de muitas culturas, um traço de união, uma ligação. É passado e é futuro; é história. É poesia e discurso, sussurro e murmúrios, segredos, gritaria, declamação, conversa, bate-papo, discussão e debate, palestra, comércio, conto e romance, imagem, filosofia, ensaio, ciência, oração, música e canção, até silêncio. É um abraço. É raiz e é caminho. É horizonte, passado e destino”.

Muito obrigado.

27 de Junho de 2014

# Na pegada dos Pioneiros, duas décadas de Acção Cultural

EDUARDO KOL DE CARVALHO\*

## **Historial**

Os anos de 2010 e 2011 marcaram duas efemérides decisivas nas relações entre Portugal e a Índia ao assinalarem 5 séculos sobre a conquista definitiva de Goa por Afonso de Albuquerque, a 25 de Novembro de 1510 e 50 anos da integração do antigo Estado Português da Índia na União, a 19 de Dezembro de 1961. Estas duas datas são marcos na afirmação da presença portuguesa na Índia que não se restringe aos Territórios de Goa, Damão e Diu, mas estende-se a muitos lugares onde, ao longo de 451 anos, portugueses e indianos viveram uma decisiva troca de experiências com que anunciaram a presente globalização.

Após 1961 os contactos oficiais entre Portugal e a Índia foram quebrados, embora nunca as relações entre os homens tivessem sido postas em causa, para serem retomados com o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois Estados a 31 de Dezembro de 1974. Desde a reabertura da Embaixada de Portugal em Nova Deli e posterior instalação do Consulado-Geral de Portugal, primeiro em Bombaim e a partir de Abril de 1994 em Goa, até ao actual crescimento da comunidade indiana em Portugal, os contactos entre os dois países foram-se estreitando.

Coube à Fundação Oriente a partir de 1995, num processo iniciado quatro anos antes em Janeiro de 1991, antecipar-se à actual maturação das relações diplomáticas bilaterais a partir do momento em que abriu as portas da sua Delegação em Goa.

---

\* Delegação da Fundação Oriente na Índia (Goa)

Ao longo dos anos de actividade na Índia, a Fundação Oriente tem procurado apoiar a defesa da identidade cultural não apenas dos goeses ou dos cidadãos de Damão e de Diu, mas igualmente das comunidades dispersas pela Índia que através do património arquitectónico, cultural ou humano são fiéis depositários das relações interculturais geradas pela troca de experiências e saberes entre Portugueses e Indianos.

A Fundação Oriente, instituída em 18 de Março de 1988, é uma pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, cujos estatutos foram publicados no Diário da República n.º 96, III Série, de 26 de Abril de 1988. A sua utilidade pública foi reconhecida no território nacional por Declaração publicada no Suplemento do Diário da República n.º 54, II Série, de 6 de Março de 1989.

A Fundação tem como objectivos o apoio e a realização de iniciativas de carácter cultural, educativo, artístico e filantrópico, a levar a cabo entre Portugal e a Ásia através do reforço das ligações históricas e culturais entre Portugal e o Oriente. Para além da sede em Lisboa, do Museu do Oriente também em Lisboa (2007) e do Convento da Arrábida na península de Setúbal, a Fundação tem delegações na China (Macau) desde 1988, na Índia (Goa) desde 1995 e em Timor-Leste (Dili) desde 2000.

A Fundação Oriente iniciou a actividade na Índia de certa forma com o apoio ao concerto da fadista Amália Rodrigues a 5 de Junho de 1990 e a abertura da Delegação foi aprovada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Indiana sob a supervisão do Indian Center for Cultural Relations (ICCR) a 8 de Fevereiro de 1995, estando a referida Delegação em Goa instalada desde esse ano, em edifício próprio, e sito na Filipe Neri Xavier Road, 175, Fontainhas, Pangim, Goa 403 001, Índia.

O edifício onde se encontra instalada a Delegação da Fundação Oriente é “uma casa portuguesa, com certeza!”

Depois de uma pesquisa de mercado para aquisição de um imóvel onde a Delegação pudesse ficar instalada e após rejeição de várias propostas, foi decidida a compra de uma casa no tradicional bairro das Fontainhas em Pangim. A compra do imóvel que pertencia à Família Fonseca, após autorização do Governo da União Indiana para a sua aquisição, foi concretizada em escritura com data de 19 de Abril de 1993, depois de indemnizados os inquilinos e pagos os proprietários. O projecto de recuperação e adaptação do edifício às novas funções foi então entregue aos arquitectos goeses Lúcio Miranda e Suctancar sendo empreiteiro da obra a construtora Omkar Constructions e o engenheiro de obra, o Eng. SarDessai. O imóvel foi reintegrado na sua dignidade de casa indo-portuguesa sendo em simultâneo adaptado às novas funções e ao conforto

dos dias de hoje. Respeitando as linhas da construção original, nomeadamente fachadas onde se mantiveram os vãos com as tradicionais janelas de carepas, porta e portadas, preparou-se a construção para alojar no piso superior a residência do delegado e no piso térreo as instalações da Delegação. Esta remodelação que foi inaugurada pelo Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente, Dr. Carlos Monjardino e pelo Ministro-Chefe de Goa, Pratapsingh Rane e Vice Ministro-Chefe, Dr. Wilfred de Souza a 19 de Abril de 1995, tem registado, como veremos, algumas alterações ao longo dos anos para melhor adaptação da casa às funções a que se destina.

A coordenação do trabalho da Delegação é feita pelos delegados desde Novembro de 1994<sup>1</sup> que, com curtos hiatos, dirigem uma pequena mas coesa equipa de funcionários. Antes porém da presença diária do delegado em Goa, a implantação da Fundação no terreno ficou a dever-se a dois goeses ambos defensores da cultura indo-portuguesa: o artista e cartonista, Mário Miranda e o Dr. Fernando Jorge Colaço, também actual consultor jurídico da Fundação<sup>2</sup>.

Ao longo dos anos a Delegação da Fundação Oriente na Índia tem apoiado um variado conjunto de actividades culturais, sejam artísticas, científicas ou outras, incluindo: Exposições de artistas plásticos portugueses na Índia e de artistas indianos em Portugal; Espectáculos de músicos ou artistas performativos, portugueses e indianos, na Índia; Publicação, tradução ou apoio à edição de livros, discos e outros *media* culturais; Recuperação ou apoio técnico à conservação do património edificado e artístico na Índia; Projectos de investigação e bolsas de estudo para cida-

---

<sup>1</sup> Afonso Malheiro – 01.11.1994 ~ 28.01.1995; Fernando Reis Alves Serra – 21.05.1995 ~ 17.09.1996 / Liberto Cruz 10.07.96 ~ 28.09.96; Paulo Varela Gomes – 29.09.1996 ~ 26.09.1998; Adelino Rodrigues da Costa – 26.09.1998 ~ 30.09.2000; Sérgio Mascarenhas – 01.09.2000 ~ 31.08.2007; Paulo Varela Gomes 05.09.2007 ~ 04.09.2009; Adelino Rodrigues da Costa – 01.09.2009 ~ 10.03.2010; Eduardo Kol de Carvalho – 06.06.2010 ~ .

<sup>2</sup> Mário João Carlos do Rosário de Brito Miranda (Damão, 2 de Maio de 1926 ~ Loutolim, 11 de Dezembro de 2011), comendador da Ordem do Infante (Portugal), Cruz de Isabel a Católica (Espanha) e Padma Vibhushan (a título póstumo), Padma Shri, Padma Bhushan (Índia), licenciou-se em História no St. Xavier College em Bombaim, mas foi como artista, pintor e cartoonista que se destacou tendo nessa condição sido bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian em Portugal e Londres durante 6 anos. Tem vasta obra gráfica e arte pública e o seu traço característico é facilmente reconhecível. Fernando Jorge Colaço (Loutolim, 25 de Março de 1930 ~), licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, exerceu funções na Calheta, S. Jorge, e Vila Velha do Ródão em Portugal. Em Goa ocupou o lugar de notário da Comarca das Ilhas de 1959 a 1968 e advogado do Governo junto do Tribunal Administrativo desde 1965. É advogado e consultor jurídico e tem vasta obra publicada.

dãos indianos, portugueses e de outras nacionalidades, quer em Portugal quer na Índia; Apoio a instituições de solidariedade social; Cursos, conferências, seminários, ensino e formação profissional, das quais se destaca a promoção da língua portuguesa.

A Delegação da Fundação Oriente dispôs de uma biblioteca entre 1997 e 2009 data a partir da qual esta foi dispersa por várias bibliotecas goesas por se considerar de menor impacto na população e também de um cyber-café entre 1998 e 2007, período durante o qual atraiu a atenção dos goeses, sobretudo dos pangimitas.

Ainda antes da inauguração da Delegação, embora de uma forma não sistemática, foram apresentados em Goa espectáculos e exposições que de alguma forma relocaram a cultura portuguesa no quotidiano goês.<sup>3</sup>

Hoje, na segunda década do novo milénio, é evidente o papel cultural e económico que a língua portuguesa desempenha no mundo global, mas há 19 anos foi a Fundação Oriente que deu a mão aos indianos que pelo sangue ou laços culturais mantinham uma ligação ao português. Desde cedo ou pouco depois da abertura da Delegação em Goa, que a Fundação Oriente mantém o apoio à divulgação e promoção da língua portuguesa, sobretudo em Goa. Esta iniciativa tem permitido manter a língua portuguesa nos currículos académicos dos alunos do ensino secundário através do apoio financeiro aos professores que leccionam em escolas goesas.

Tentando quebrar o iato que por razões históricas apartou durante muitos anos a Índia de Portugal e encurtar o afastamento dos indianos à cultura e língua portuguesas, a Fundação Oriente entendeu desde a primeira hora estimular a promoção do Português para o que entre 1995 e 2005 apoiou a Indo Portuguese Society of Friendship na realização de cursos livres de língua portuguesa em diversas cidades do Estado de Goa assim como tem oferecido apoio, intermitente, à organização de cursos livres promovidos por outras instituições, nomeadamente o Xavier Centre of Historical Research em Goa (2002, 2003, 2011, 2012), o St. Thomas

---

<sup>3</sup> Concerto de Amália Rodrigues em Pangim (05.06.90); concerto de Sérgio Godinho em Pangim (14.02.91), concerto de Carlos Paredes e Luisa Amaro em Pangim (31.03.91), concerto de Rão Kyao em Mumbai e Pangim (?.07.91); recital de piano de Maria José Moraes em Pangim (03.12.91); recital de violoncelo e piano por duo italiano e japonês em Pangim (09.12.91), concerto do Quinteto de Maria João e Cal Viva em Pangim (20.09.92), concerto de Carlos Paredes e Fernando Tordo em 1992, concerto do Orfeão da Universidade do Porto em Margão e Pangim (22.10.93), recital de piano de Adriano Jordão, Pangim (02.04.95), exposição do “Azulejo em Portugal – A Rota da Ásia” em Pangim (12.08.91) e espectáculo das Marionetes de S. Aleixo em Pangim (15.03.93). Em 1995, por ocasião da inauguração da Delegação foi apresentada na Kala Academy em Pangim a exposição de pintura de Ana Marchand, “Viagem do Reino à Índia”.

College em Trichur, Querala (2006, 2009), o IRISH em Cananor, Querala (2004, 2005), a Escola Paroquial de N<sup>ª</sup>. Sra. das Angústias em Damão (2000, 2003), o Salgaocar College of Law em Pangim (2001, 2002), só para mencionar algumas. É porém, através do patrocínio aos professores das escolas do Ensino Secundário de Goa (e também em Damão), aos níveis das *High Schools* and *Higher Secondary Schools*, que esse apoio tem sido mais relevante e sistemático. Através do pagamento dos vencimentos aos professores de Português dessas escolas, a Fundação Oriente, desde 1999 até ao presente, assume a promoção da língua portuguesa em Goa, de Mapuçá no Norte a Navelim no Sul, passando por Saligão, Pangim, Miramar, Dona Paula, Chicalim, Vasco da Gama, Nuvem, Margão, Verna, Pilar, Porvorim Zuarinagar, Santa Cruz e Rachol, o que permitiu crescer de um total de 240 alunos em 1999, para 848 alunos no ano lectivo de 2013 ~ 2014.<sup>4</sup> A promoção efectiva do ensino do Português nas escolas secundárias de Goa através do pagamento dos vencimentos dos respectivos docentes foi precedido logo em 1991, ainda as portas da Delegação não tinham sido abertas, pelo o apoio à Direcção de Educação de Goa através do destacamento de um professor de Portugal para a definição dos manuais de língua portuguesa. De destacar também que o ensino da língua portuguesa em Goa, ao nível do secundário e como língua de opção, não está exclusivamente a cargo da Fundação, antes pelo contrário, a política tem sido estimular as Escolas a assumirem progressivamente esses encargos a partir do momento em que a procura justifica a contratação de um professor.

Para estimular a língua portuguesa junto dos alunos, a Fundação atribui, desde 1997, ainda mesmo antes de ter iniciado o apoio às Escolas Secundárias, prémios pecuniários aos melhores estudantes de Português que são escrutinados pela Direcção de Educação de acordo com os seus resultados nos exames do 10.º e 12.º anos, sendo que dessa forma alguns dos premiados não provêm das escolas apoiadas pela Fundação. Se o estímulo é importante para os alunos, não é menos importante para as Escolas, pelo que a Fundação Oriente apoia desde 2003, vai para 11 anos, o “Dia de Portugal” organizado pelo St. Xavier’s College de Mapuçá, uma das instituições mais credibilizadas do Estado, numa festa que congrega

---

<sup>4</sup> Sabendo-se que o apoio ao ensino da língua portuguesa nas Escolas Secundárias abrangiu em 1999, 240 alunos e em 2001, 483 estudantes, fica-se a saber que mais recentemente esse cômputo oscila entre 667 e 848, designadamente: 2008~2009 – 455(HS) + 212(HSS) = 667; 2009~2010 – 444(HS) + 283 (HSS) = 727; 2010~2011 – 482 (HS) + 190 (HSS) = 672; 2011~2012 – 542 (HS) + 139 (HSS) = 681; 2012~2013 – 638(HS) + 150 (HSS) = 788; 2013~2014 – 663(HS) + 185(HSS) = 848.

um grande número de escolas e alunos que em Goa estudam a língua portuguesa. Nesse encontro anual, que se realiza entre Agosto e Setembro, os alunos apresentam récitas, canções e trabalhos desenvolvidos em torno da língua portuguesa. Para cimentar essa cooperação, o St. Xavier's College e a Fundação Oriente assinaram um MoU em 2013.

Procurando uma concertação da promoção da língua portuguesa em Goa, a Fundação tem articulado o referido apoio com o Consulado Geral de Portugal em Goa e o Centro de Língua do Instituto Camões, bem como com a Goan Association of Teachers of Portuguese, a qual tem apoiado desde a sua fundação em 2009.

Através da música, mas na área da língua portuguesa, a Fundação Oriente tem vindo a promover desde 2000 até ao presente, o Concurso da Canção Portuguesa, “Vem Cantar”, uma iniciativa do Rosary College de Navelim que já completou 15 edições e na qual em 2013 participaram 52 cantores, divididos por 4 grupos etários e 33 grupos divididos por 3 categorias entre infantis, juvenis e séniores. O que nasceu como uma iniciativa de projecção meramente local passou, com a colaboração da Fundação e o rodar dos anos, a tomar uma notoriedade assinalável na divulgação da música portuguesa a ponto de ter lançado cantores, como seja o caso da fadista goesa, Sónia Shirsat. Levado cada vez mais a sério, o Concurso é precedido por um *workshop* sobre música contemporânea portuguesa e inclui duas eliminatórias e uma final. Para a grande final, vai para 5 anos, os finalistas são preparados na voz e na apresentação por cantores e músicos profissionais. A realização do Concurso da Canção Portuguesa, “Vem Cantar”, organizado pela Fundação Oriente e que vai já para a 16ª edição, é um momento alto da música portuguesa em Goa, movimentando centenas de jovens, mas também adultos que recentemente o redescobriram com entusiástica participação.

Entre uma população desperta para a Música, a Fundação Oriente tem desde a primeira hora orientado a programação das suas actividades no sentido de apresentar e promover músicos, portugueses e indianos, na Índia em geral e em Goa em particular. Ao longo dos anos constam das iniciativas realizadas, espectáculos de música popular, tradicional ou clássica que revitalizaram o entendimento da Índia sobre o Portugal moderno<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Dessas iniciativas fazem parte: Digressão do barítono José Oliveira Lopes em Deli e Pangim e apresentação do grupo “Lua Extravagante” em Pangim, em 1995; Grupo de Metais de Lisboa em Pangim e Margão, recital de canto e piano por Lia Altavila e José Diniz em Pangim e Deli, concerto de Fernando Tordo em Pangim e Margão, em 1996; Concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa em Pangim, Mumbai e Deli, recital de Nuno Vieira, Elsa Saque e António Diniz em Pangim, concerto da Tuna da Faculdade de

Se o Fado tem tido expressão privilegiada, não têm faltado espectáculos de outras formas musicais.

Em 2002 após a conclusão da recuperação da Capela de Nossa Senhora do Monte, em Velha Goa, entendeu-se e bem, promover um Festival Anual de Música que aliasse a música do Ocidente com a música do Oriente e tirasse partido das excepcionais condições acústicas da Capela e paisagísticas do local. Assim e desde então, o Festival de Música do Monte, inicialmente realizado em Novembro e agora em Fevereiro, junta numa Sexta-feira, Sábado e Domingo, as sonoridades e tipos de música bem caros a quantos fizeram já desta iniciativa o cartaz musical mais popular de Goa. Seja na Capela, nos palcos do pôr-do-sol ou da noite, o Festival, que já teve 12 edições, conta com a apresentação de músicos ou

---

Medicina da Universidade do Porto em Pangim, em 1997; Concerto de Carlos Mendes em Pangim e Margão, apresentação de dança indiana em Pangim, actuação de Tito Paris em Pangim e Mumbai, concerto de jazz (Chris Perry) em Pangim, concerto da banda Maré Nostrum em Diu, em 1998; Recital de piano de Adriano Jordão em Deli, Pune e Pangim, apresentação do grupo Ekvat em Mumbai, Damão, Pangim e Margão, concerto do grupo de João Afonso em Pangim, concertos de jazz, The Great Music Revival, 99 em Pangim, em 1999; Apresentação da Festa da Música (músicos goeses) em Pangim, concerto de fado “Do Choupal à Lapa” em Damão, Porvorim, Pangim e Margão, em 2000; Concerto do Quinteto Lusitânia em Deli e Pangim, festival de música indiana em Margão, concerto de motetes da Semana Santa pelos Segréis de Lisboa em Pangim, Musical Rhapsody – música coral pelo Symphony em Pangim, em 2001; Recital de guitarra de António Chaínho em Pangim, recital de música renascentista e barroca pelos Segréis de Lisboa em Deli, Mumbai e Pangim, concerto de jazz do Duo Ibéria em Mumbai e Bangalore, em 2002; Recitais de piano de Adriano Jordão em Deli, Bangalore e Pangim, recital do Ensemble Barroco do Chiado em Deli, Velha Goa e Bangalore, concerto do Goa State String Orchestra em Pangim, concerto Remo’50 por Remo Fernandes em Pangim, concerto da Tuna Goesa em Mumbai, recital de música indiana por Sanskar em Pangim, em 2003; Concerto de António Chaínho e Carlos Silva em Deli, Bangalore e Damão, festival de música clássica Kala Rang em Pangim, Mumbai e Pune, concerto de jazz de Carlos Bica em Pangim, concertos de Virgínia Pereira e Sónia Shirsat com Franz Cotta, Carlos Meneses e Orlando Noronha em Bangalore, Mumbai e Pangim, concerto da Tuna Goesa em Pangim, Bangalore e Mumbai, em 2004; Concertos do Duo Saiote, clarinete e flauta, em Bangalore, Velha Goa, e Margão, em 2005; Concertos do Ensemble Peregrinação em Velha Goa, Margão e Mumbai, recital do Goa State String Orchestra em Pangim, em 2006; Concertos do grupo de fados de Goa em Deli, Calcutá e Bangalore, concerto do Trio Davis em Bangalore, em 2007; Recitais de guitarra de Eurico Pereira em Pangim, Bangalore, Deli e Calcutá, em 2008; Concerto do Coro Alma de Coimbra em Damão, Velha Goa e Cochim, recital de guitarra de António Chaínho em Bangalore, em 2009; Concerto da fadista Sónia Shirsat acompanhada de Flávio Cardoso e Pedro Marreiros em Pangim em 2011; Recital de guitarra de Pedro Rodrigues em Pangim em 2012; Recital de guitarra portuguesa e viola da gamba por Hugo Reis e Filipa Meneses em Pangim em 2013; Concerto do grupo PortuGoesas em Pangim e da fadista Cláudia Duarte acompanhada por Rui Martins e Carlos Meneses em Pangim em 2014.

cantores portugueses e integra outros trazidos da Índia, incluindo a dança. Nomes como António Chainho, Ensemble Barroco do Chiado, Duo Saiote, Ensemble Peregrinação, Coro Alma de Coimbra, Rodrigo Leão, Segréis de Lisboa (grupo de música antiga), Músicos do Tejo (grupo de música barroca), Marco Rodrigues (fadista), Lourdes Martins (soprano), são alguns dos músicos portugueses que estiveram presentes nos palcos do Festival de Música do Monte. Como o palco não é um exclusivo da Música, a Fundação Oriente na Índia apoiou e promove outras artes performativas como seja o caso do Tiatr, uma expressão cénica bem goesa que combina a charla política e social (em concaním) com a música e a dança, numa espécie de recriação da Revista à Portuguesa ou dos Bailinhos da ilha Terceira. Dessa forma o “All Tiatr Competition” de 2000 e 2002, garantiram o apoio da Fundação.

Tal como a Música ou o Teatro, também as Artes Plásticas têm sido objecto de especial atenção na programação das actividades da Delegação da Fundação Oriente na Índia. Para além da apresentação de mostras de artistas portugueses e indianos, especialmente goeses, tem-se proporcionado a este nível um forte intercâmbio de artistas através de estágios ou aprofundamento artístico em Portugal, alguns dos quais nos Ateliers da Arrábida, um programa que durante alguns anos levou ao Convento da Arrábida artistas plásticos de toda a Ásia<sup>6</sup>. Muitos outros artistas realizaram Oficinas para desenvolvimento das várias vertentes artísticas<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> A Fundação Oriente ao longo de duas décadas promoveu o trabalho de artistas portugueses e indianos em exposições individuais ou colectivas como: em 1996, de desenho de Júlio Resende, e de fotografia Miguel Barros ambos na delegação; em 1997, de Theodore Mesquita, Queirozito de Souza, Hanuman Kambli, Rajan Fulari na delegação e de Hanuman Kambli na Galeria Ralino em Pangim, da arqt<sup>a</sup>. Shaliny Barbosa (*Old Goa, a New Perspective*) na galeria Ralino em Pangim; em 1998, de Theodore Mesquita na delegação, de Alexys na Galeria Ralino em Pangim, de Rajan Fulari na Galeria Triveni em Deli; em 1999, colectiva de 15 artistas goeses (*Fado – a Show of Works that Sing the Language of Goan People*) na Galeria Jamaat em Mumbai, de fotografia de Sérgio Santimano (*Camínhos*) na delegação; em 2000, de Mário Miranda (*Goa e Outros Trabalhos*) na SNBA em Lisboa, de Guilherme Parente (*De Lisboa a Goa*) na delegação, de fotografia de José Luís Madeira na delegação, de Rajeshree Thakker em Mumbai, de Hanuman Kambli (*Multiplies*) em Mumbai, de Santosh Morajkar e Viraj Naik (*Impressionink*) em Pangim, de Alexys (*Oh, to be in Goa & Famous Faces*) em Mumbai, de 5 jovens artistas (*Imagine*) na delegação em Pangim, de fotografia (*Images of Portugal*) de Raya Shankhwalker na delegação, de Sílvia Bragança (*Kaleidoscope*) na delegação, de Vamona Navelcar (*Footprints in the Sand of the Time*) na delegação, colectiva no Consulado de Portugal, de Queirozito de Souza (*Images – A Display of Recent Works*) na delegação, colectiva de fotografia (*Photo 2K*) na delegação; em 2001, de Cartoons no Instituto Menezes Bragança em Pangim, de fotografia de António Júlio Duarte (*Oriente – Ocidente*) na delegação, de José Simões Morais (O Mundo no Rosto) na delega-

O projecto mais recente da Fundação Oriente nesta área, é a Galeria de Arte na Delegação cuja inauguração ocorreu a 24 de Novembro de 2012 com a presença do Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente, Dr. Carlos Monjardino, e do Governador de Goa, Bharat Vir Wanchoo, para além do Vice Ministro-Chefe, Francis de Souza, entre muitos outros convidados. A apresentação da exposição permanente de pintura de António Xavier Trindade (1870~1935), um pintor goês cuja obra é considerada um expoente da arte em toda a Índia, é possível graças à doação feita pela família Trindade à Fundação Oriente, de uma valiosa colecção de 119 pinturas e desenhos entre 144 peças deste artista e da sua filha, Ângela Trindade, também ela uma pintora. A colecção regressou à Índia, Goa, depois de ter estado nos Estados Unidos da América, para onde tinha sido levada pelos herdeiros. A colecção relativa aos dois artistas, vai ser apresentada rotativamente e em alternância com outras mostras

---

ção, de desenhos de estudantes de arquitectura de Bangalore (*Rainbow*) na delegação, de fotografia (*Os Olhos sem Fronteiras*) sobre Orlando Costa na Delegação, de Sónia Rodrigues Sabharwal e Rajendra Usapkar (*Encounters*) na Kala Academy em Pangim e galeria Jehangir em Mumbai, instalação de Subodh Kerkar (*Rust Reincarnated*) no forte Aguada, de P. A. Suryawnshi (*Pictorial Magic*) na Kala Academy em Pangim; em 2002, de António Costa (*Two Countries*) na delegação, de fotografia de Raya Shankwalker (*The White Trail: Churches of Goa*) na Kala Academy em Pangim, de Francisco Menezes na Kala Academy em Pangim; em 2003, de fotografia de Pedro Ferreira (*Portugal Contemporâneo*) na delegação, e no St. Xavier's College de Mapuçá, de Vamona Navelcar (*Diáspora*) na delegação, colectiva de jovens fotógrafos (*We are not like that only*) na delegação, de Sónia Rodrigues Sabharwal (*Meditate To The Stillness and Peace Within*) em Pangim, Mumbai e Deli, do arquitecto Ashish Rege (*Urban Metamorphosis in Margão*) em Margão e Pangim, de N. Kanhaiya em Pangim, colectiva de jovens artistas de Hyderabad (*Golden Threshold*) em Pangim; em 2004, *Xavier Trindade – Um pintor de Goa*, na SNBA em Lisboa, colectiva de 4 artistas (*Once Upon a Time*) na delegação, de S. Claire e outros (*Creative Images of Inculturation*) na delegação, instalação de Subodh Kerkar (Samudra Puja) em Miramar, de P. A. Suryavanshi (*Goa I Love*) na delegação; em 2005, colectiva (*Once upon a Time*) em Baroda e Mumbai, de Ana Marchand na galeria Banares Art Culture em Banares, em Deli e na delegação em Pangim; em 2006, de Kathryn Myers (*Photographic Collages*) na delegação e *The Cross Connection*, na delegação; em 2007, *Xavier Trindade – Um pintor de Goa*, no Museu Nacional de Soares dos Reis no Porto, da World Press Cartoon 2007, no India International Centre de Deli, no National Centre for Performing Arts de Mumbai e na delegação em Pangim; em 2009 *The Art of Azulejo*, na Kala Academy em Pangim. Depois de 2010 a Galeria da delegação foi intervencionada para receber a exposição permanente de obras da Colecção Trindade – António Xavier Trindade e Ângela Trindade – a partir do qual as exposições temporárias são focadas na projecção da Colecção.

<sup>7</sup> Workshop de desenho e pintura por Alexys em 1998; workshop de artes plásticas por Guilherme Parente em 2000; Curso de azulejaria em 2001; workshop de fotografia de José Júlio Duarte em 2004.

temporárias. Desde a inauguração da Galeria de Arte têm-se promovido diversas iniciativas para a promoção da coleção e aprofundamento do conhecimento das várias obras expostas<sup>8</sup>. Nesse sentido para além das visitas guiadas de grupos de estudantes e de organizações culturais, assinalou-se o aniversário natalício (3 de Julho) e da morte de Trindade (16 de Março)<sup>9</sup>. Para aprofundamento do conhecimento sobre o artista que estudou e leccionou na *J. J. School of Arts* de Bombaim, a Fundação Oriente lançou em Abril de 2013 uma bolsa de investigação sobre o artista, a sua vida e obra cujo relatório final já foi entregue pela bolseira, Dra. Fátima da Silva Gracias e que aguarda publicação para se tornar a primeira monografia de António Xavier Trindade.

O intercâmbio cultural e científico e a promoção de estudos e investigações quer de indianos em Portugal, quer de portugueses na Índia tem sido apoiado, todos os anos, através da concessão de Bolsas de Estudo Anuais de Doutoramento, Aperfeiçoamento Artístico e Aperfeiçoamento da Língua Portuguesa, Bolsas de Curta Duração e da Biblioteca Nacional, estas ao abrigo de um protocolo que esteve em vigor entre 1997 e 2003. Foram atribuídas a cidadãos indianos até hoje, quase uma centena de bolsas nas mais variadas áreas com destaque para as relativas ao aprofundamento da Língua Portuguesa<sup>10</sup>.

Com a abertura de Concursos anuais a estas bolsas, a Fundação Oriente tem proporcionado a especialização e o desenvolvimento do trabalho de investigadores indianos em Portugal mas também portugueses na Índia, tal como acontece com os Seminários nas mais variadas áreas do conhecimento e dos quais se destacam os Seminários Internacionais de História Indo-Portuguesa, desde 1996 até 2013, os Seminários de Medicina

<sup>8</sup> Oficina e performance de Dança Contemporânea pelo dançarino e coreógrafo Diniz Sanchez num olhar sobre a coleção AXT (04.04.13~06.04.13); Exposição de fotografia de Vivek Menezes, “Viva São João”, em celebração da pintura de AXT, O poço goês (23.11.13~08.02.14); Palestra do pintor Hanuman Kambli sobre AXT (25.01.14); Exposição de fotografia de Nádia Gunardisurya em celebração da pintura de AXT, Mulher de sari azul (13.02.14~13.03~14); Conferência de Maria de Lourdes Bravo da Costa Rodrigues, “Cozinha goesa ao tempo de AXT – evocação de João o cozinheiro” (30.04.14).

<sup>9</sup> Entre 03.07.13 e 10.07.13, esteve exposta a obra “Cristo Crucificado”, óleo sobre papel, 1921, da coleção de Shaistah Thapar de Goa e entre 16.03.14 e 30.04.14 foi apresentada a exposição, “Mensagem”, pinturas e desenhos do artista goês Vamona Navelcar.

<sup>10</sup> Até hoje foram concedidas as seguintes bolsas: 1990 – 2 bolsas; 1991 – 2 bolsas; 1992 – 10 bolsas; 1994 – 3 bolsas; 1995 – 2 bolsas; 1996 – 9 bolsas; 1997 – 6 bolsas; 1998 – 8 bolsas; 1999 – 5 bolsas; 2000 – 23 bolsas; 2001 – Não tenho registo; 2002 – Não tenho registo; 2003 – Não tenho registo; 2004 – 3 bolsas; 2005 – 8 bolsas; 2006 – 6 bolsas; 2007 – 7 bolsas; 2008 – 0(?); 2009 – 2 bolsas; 2010 – 0 bolsas; 2011 – 3 bolsas; 2012 – 0 bolsas; 2013 – 0 bolsas.

que reúnem anualmente portugueses e indianos em Goa, ou os de Direito organizados também anualmente e desde 1996, pelo Salgaocar College of Law de Pangim.

A Delegação dispõe de alojamentos próprios para os bolseiros que acolhe e que à semelhança de muitos outros investigadores proferem anualmente na Delegação da Fundação Oriente em Pangim, conferências e palestras sobre variados temas em que a cultura e a história indo-portuguesas estão quase sempre presentes.

A literatura goesa está ela própria também escrita em Português e as letras, através do conto, do romance da poesia ou do teatro, fazem parte da actualidade cultural indiana e sobretudo goesa, razão pela qual a Fundação não só tem promovido Oficinas de Escrita Criativa em Goa (2000 e 2003 com Margareth Mascarenhas, 2003 com Victor Rangel-Ribeiro, 2005 com Margareth Mascarenhas e Victor Rangel-Ribeiro, 2011 com Sália Viegas, 2013 com Victor Rangel-Ribeiro) e encontros de Escritores de Goa (2003, 2012), como lançou um Concurso Bienal de Contos cuja 1ª edição ocorreu em 2011 com 67 concorrentes em Português (3), Concanim (14) e Inglês (51) e a 2ª em 2013 com 101 trabalhos a concurso em Português (2), Concanim (11), Marata (14) e Inglês (74). Destes dois concursos resultou a primeira Antologia de 22 contos publicada em Dezembro de 2013 e uma segunda Antologia com 23 contos que está neste momento em preparação para ser lançada ao longo do corrente ano.

Na promoção do livro português, a Fundação organizou três Feiras do Livro em Goa (30.01.92 e 20.04.95), a última das quais em 1999. Para divulgação dos autores e temas indo-portugueses tem a Delegação ao longo dos anos servido de palco para a apresentação e lançamento de obras umas vezes editadas pela Fundação outras por editores locais, mas sempre na perspectiva de valorização da temática indo-portuguesa.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Da longa lista de obras apresentadas e por não ser possível enumerar todas, destacam-se as mais recentes como em 1998 – Lançamento do livro, “*Culinária Indo – Portuguesa*” de Maria Fernanda Noronha da Costa e Sousa, lançamento do *Dicionário de Literatura Goesa* (1.º ao 3.º tomos) de Manuel Aleixo Costa; 2000 – Lançamento do livro, “*Tasty Morsels – Goan Food Ingredients & Preparation*”, de Maria de Lourdes Bravo da Costa Rodrigues; 2008 – Lançamento do livro, “*Remembering Goa*” de Maria de Lourdes Bravo da Costa Rodrigues; 2011 – Lançamento do livro, “*Whitewash, red stone*”, de Paulo Varela Gomes na Capela do Monte, Velha Goa (04.02.11), lançamento do livro “*Francisco Luís Gomes*”, de Luís Assis Correia (07.09.11), apresentação dos livros, “*Fábulas Moçambicanas*”, de Délio Mendonça com ilustrações de Manuela Gomes no St. Xavier College, Mapuca (20.09.11), lançamento do livro, “*Vamos lá Aprender!*”, de Silvette Mesquita, com a presença da autora (08.11.11), apresentação do livro, “*Casa-comboio*”, de Raquel Ochoa, com a presença da escritora e em colaboração com o Instituto Camões

O apoio à edição, tradução e publicação de obras de autores indianos particularmente ligados a Portugal ou a temas indo-portugueses, tem prelevado na programação das actividades da Delegação e no patrocínio às obras que têm a Delegação como espaço de apresentação e lançamento ao público. Nesse contexto são já dezenas ou centenas as obras que ao longo dos anos têm conhecido a luz do dia pelas mãos da Fundação e que pelo seu interesse vale a pena relevar como seja o caso das obras “Os Luso Descendentes da Índia Portuguesa” de Jorge Forjaz em 3 volumes (2003) e o “Dicionário da Literatura Goesa” de Manuel Aleixo Costa em 4 volumes (1997~2013) ou “Episódio Oriental, Readings in Indo Portuguese Literature” publicado em parceria com Third Millenium (2007). Para promoção do livro e da leitura, a Fundação Oriente tem proporcionado ao longo dos anos a oferta de bibliotecas, nomeadamente à Central Library de Pangim, em 1992, Kala Academy em Pangim, em 1992, Universidade de Pondichery, em 1992, Arquivo de Goa, em 1996, Seminário de Rachol, em 1997, Xavier Centre for Historical Research, de Porvorim, em 1997 e 1999, Universidade de Goa em 1999, Associação Luso-Damanense em 1999, Escola Secundária de Damão em 2001, 2002 e 2003, Dharmaram College em Bangalore, em 2002, Thomas Stephens Konkani Kendre em Goa, em 2002, ou equipamento informático para bibliotecas como foi o caso do Xavier Centre for Historical Research em 1997 e 2002 e do leitorado de Deli em 1997. Tal como na área editorial, também no que se refere ao cinema, vídeo e audiovisual a Fundação Oriente tem dado significativo apoio não apenas à divulgação de cinema e documentários da cinematografia portuguesa, mas sobretudo à produção de trabalhos que na área do áudio-visual cobrem o levantamento das relações indo-portuguesas e seus contornos culturais<sup>12</sup>. Nesta área a Fundação Oriente apoiou a moderniza-

---

(25.11.11); 2012 – Lançamento do livro, “*Games that we played*”, de Maria de Lourdes Bravo da Costa Rodrigues (10.01.12), lançamento do livro traduzido e editado pela FO, “*Goa: História de uma Filha*”, de Maria Aurora Couto (25.11.12), lançamento de nova edição de “*Bosquejos Históricos da Comunidades*” de Filipe Neri Xavier (20.12.12); 2013 – Lançamento do livro, “*Gurkbas’ Daughter*”, de Prajwal Parajuly (12.01.13), lançamento do 4.º Volume do *Dicionário de Literatura Goesa*, de Aleixo Manuel Costa, editado pela Fundação Oriente (26.07.13), lançamento da *Antologia de Contos 2011*, com a presença do Governador de Goa (13.12.13); 2014 – Pré-apresentação do livro, “*Portuguese Language and Literature...*” de Carmo de Souza (10.04.14).

- <sup>12</sup> 1995 – “*O Mundo de Cã*”, 6 episódios realizados e produzidos por Paulo Varela Gomes e Usha Albuquerque para a RTP2; 1996 – “*A Dama de Chandor*”, de Catarina Tacão, “*Goa: Impressões de Viagem*” de José Nascimento; 1997 – “*Chandor Socegad*” de Catarina Tacão; 1998 – “*Goa Crossing*”, guião de Bikram Singh e Manohar Shetty; 2000 – “*Goa, a Cultural Synthesis*”, de Usha de Albuquerque; 2001 – CD “*Mandós, dulPods & other folk songs*” de Tomazinho Cardoso; 2003 – “*Cochim, a rota das especiarias*” de Fernando Mattos Silva

ção do equipamento de várias instituições nomeadamente a Kala Academy com a oferta de um estúdio para televisão em 1997.

A realização de conferências e palestras, bem como de oficinas sobre as mais variadas matérias e misteres são uma permanente no calendário das actividades da Fundação Oriente na Índia<sup>13</sup> porque se entende que

---

pela Take 2000, “*Vitória ou Morte, a queda da Índia portuguesa*” de Pedro Madeira, pela EFFE Produções, “*Goa, um mundo desbotado*”, de Catarina Portas e Inês Gonçalves da Filmes Tejo; 2004 – Apresentação do filme, “*Revolução dos Cravos*”, CD “*Angel Av*”, sobre festividades do Ganesh, CD “*Satyam, Shivam, Sudaram*”, em Concanim, “*India through the lens*”, fotografia de Sunil Vaidyanathan; 2005 – Doc. “*Goa, Damão e Diu*”, de João Alarcão pela Take 2000, “*Povo Sonâmbulo*” de Inês Gonçalves da Filmes Tejo; “*Contemporary Portugal through Images*”, apresentação de ciclo de cinema português; 2006 – “*Comida Goesa*” de Catarina Portas; 2010 – Apoio ao Festival de Cinema, Portugal na Tela, Centre for Lusophone Studies, Trichur, Querala (13.09.10~17.09.10), apoio ao realizador Gonçalo Cadilhe, Goa (28.09.10~03.09.10), apoio ao concurso televisivo para alunos de português, *Caleidoscópico 2010*, Goa (09.10.10 – 06.11.10 – 04.11.10), apoio ao Festival de Cinema Português sobre Fernando Pessoa e conferência Prof. Seabra da Silva, Centre for Lusophone Studies, Trichur, Querala (22.08.11~24.08.11), apoio ao concurso televisivo para alunos de português, *Caleidoscópico 2011*, teledifundido pela TV Prudent, projecção da Ópera, “*Cavalaria Rusticana*” em colaboração com ICMF, Fundação Oriente, Pangim (01.10.11), projecção do bailado “*Nutcracker*” de Tchaikovsky, em colaboração com ICMF na Fundação Oriente, Pangim (17.12.11); 2012 – Emissão televisiva pela TV Prudent, do 1.º, 2.º e 3.º episódios do concurso, *Caleidoscópico 2012* para estudantes de Português do Ensino Secundário, apoiado pela FO (17/18/19.12.12) e retransmissão a 20/21/22.12.12), Projecção do filme musical infantil, “*Pedro e o Lobo*” com a colaboração da Chid’s India Play Foundation, na Delegação (22.12.12); 2013 – Projecção do filme de Carlos Saura, *Fados*, na Delegação (08.11.13); Emissão televisiva pela TV Prudent, do 1.º, 2.º e 3.º episódios do concurso, *Caleidoscópico 2013* para estudantes de Português do Ensino Secundário, apoiado pela FO (13/20/27.12.13).

- <sup>13</sup> 1999 – Seminário, “*Portugal and Goa: History and Development*”; 2002 – Conferência sobre literatura portuguesa e encontros literários com Urbano Tavares Rodrigues e Clara Pinto Correia, conferências, “*Indo-Portuguese History Readings: Reading from Portuguese Cochim and Maritime Trade of India, 1500’ 1663*”, por Pius Malekandathil / “*Reading from Conversions and and Citizenry*”, por Délio Mendonça / “*Reading from Beyond the Self*”, por Fátima Gracias / “*Reading from Farar Far – Local Resistance to Colonial Hegemony in Goa – 1510’ 1912*”, por Pratima Kamat, conferência, “*Mobiliário Indo-Português*” em Mumbai e Goa, conferência, “*A Economia Portuguesa Hoje*”, na Universidade de Goa, conferência de Orlando Costa na Universidade de Goa, seminário, “*International Seminar on Maritime Malabar* em Tellycherry”, Homenagem a Carmo Azevedo, “*Child Rights*” no Salgaocar College of Law, “*Authentic Voice I & II – Writers Workshops*”, conferência, “*Traditional Crafts for Young Ladies, Society of Youth Development, Laws of Goa*”; conferência, “*India, EU and WTO*”, na Universidade Jawaharlal Nehru, Deli, conferência, “*India, Europe and Security in the 21st century*”, em Deli; 2003 – Seminário, “*Western Regional Seminar on WTO and the Tourism Environment Interface*”, em Goa, conferência, “*The European Union in Transition: Economy, Politics, Society*”, em Bangalore, Seminário, “*International Seminar on the EU in World Politic’s*”, em Deli, conferência, “*History of Goa: Issues, Trends and Perspectives*” em Goa, Ciclo

a Delegação deve servir de fórum para a apresentação e discussão de

de 14 palestras sobre Literatura Indo-Portuguesa, Ciclo de conferências da Ana Paula Avelar, “*Revisitar a Goa de Quinhentos: O Locus e as Gens*”, na Delegação, conferência, “*Murmúrios de um Espaço: Bangalore em Questão*”, no Institute of Advanced Studies, Bangalore, conferência, “*Num Tempo e num Espaço, Visitações a um Regnum*”, na Universidade de Nova Deli, Seminário, “*Seminar on Health and Sports*” em Goa; conferência “*Cultural Heritage and Tourism: the UK experience*”, em Bombaim; 2005 – 4 Palestras sobre História; 9 Palestras sobre temas indianos, 4 Palestras sobre literatura e cultura brasileiras, 5 Palestras sobre Mudança Social e Continuidade Cultural, 16 Palestras sobre *Arts & Theatre*, 5 Mesas redondas sobre Portugal contemporâneo através da imagem; 2006 – Workshop de Historiografia por Paulo Matos, Rochelle Pinto e Timothy Walker, Conferência sobre Adeodato Barreto, conferência, “*Rethinking Diampur: Religion, Canon, Polity and Society in Kerala in the 16th and 17th centuries*”, em Cochim, conferência, “*Structural Analysis of Historical Constructions*”, em Deli, workshop para crianças com necessidades especiais, workshop de música coral por Teresita Marques, António Wagner Diniz na Kala Academy em Pangim, workshop de guitarra por Manuel Leão; 2009 – Conferência, “*O jardim de plantas medicinais do antigo Hospital de Velha Goa*” por Timothy Walker, conferência, “*Evolução urbanística de Pangim nos sécs. XVIII, XIX e XX*”, por Alice Santiago Faria, conferência, “*Arquitetura de Goa nos sécs. XIX e XX*”, por Paulo Varela Gomes, Percival de Noronha e Delfim Correia da Silva; 2010 – Conferência de Matthew Landrus, Pangim (02.07.10), oficina de pintura e desenho orientada por Patrícia Geraldês com os meninos da rua da Casa Margaret Bosco, Mapuçã (08.11.10~12.11.10), conferência de Rosa Maria Perez, Pangim (15.11.10); 2011 – Conferência, “*King’s Altar Ego*”, João de Melo, Fundação Oriente (01.04.11), conferência, “*The European Influence in Goa and German Contribution to the Portuguese Trade and Commerce in the 16th, 17th centuries*”, Luís Assis Correia, em colaboração com a Indo German Friendship Society Goa (29.04.11); 2012 – Conferência, “*The Portuguese Response to the Mutiny in British-Occupied India (1857~1860.)*” por Timothy Walker (06.01.12), conferência, “*The Undoing of Old Goa (17th century to the present)*”, por Sidh Losa Mendiratta (10.02.12), conferência, “*Representations of Goa in Richard Francis Burton’s Goa and the Blue Mountains (1851)*”, por Rogério Puga, (01.03.12), conferência, “*St. Francis Xavier, pioneer of globalization and ecumenism in Japan*”, pelo Delegado, no Centre of Lusophone Studies, St. Thomas College, Trissur (04.03.12), oficinas de Culinária Portuguesa por M<sup>a</sup>. Conceição Dornelas, no Institut of Catering Fr. Agnel, Verna (15/23.03.12), no Goa International Center, Dona Paula (17.03.12), no convento das Irmãs de Cluny, Vasco da Gama (24.03.12), com o apoio da Associação Goesa de Professores de Português e instituições de acolhimento, conferência, “*The restoration of Reis Magos Fort*”, por Gerard da Cunha, no Forte dos Reis Magos (08.07.12), oficina de divulgação da música popular contemporânea portuguesa no âmbito do Concurso da Canção Portuguesa, *Vem Cantar’12*, com o apoio do Instituto Camões; (22.07.12), conferência, “*Royal Patronage and Jesuits in Goa – one analysis of internal dissensions between Fernandes and Nobili, Jesuit missionaries in the 17th Century*”, por Júlio Ribeiro Simões (10.08.12), conferência, “*The world through music and the experience of a Portuguese soprano around the world*”, por Lourdes Martins (23.09.12), conferência, “*Golden vistas and ruined spaces*”, por Brian Wilson (06.12.12), conferência, “*Thru art with art*”, por Mónica Reis, (13.12.12); 2013 – Conferência, “*The Demography of Goa, 1720-2011: Global Trends*”, por Paulo Teodoro de Matos (06.02.13), conferência, “*A identidade de Goa*”, por Valentino Viegas (11.03.13), conferência, “*Old Goa’s outer fortification*

temas das culturas portuguesa, indiana e das relações indo-portuguesas. Mesmo com importantes lacunas devido a falhas da memória escrita, a sua listagem é longa e confirma a importância dada à dissertação como forma de promoção cultural. Da mesma forma tem a Fundação dado atenção aos investigadores que promovem estudos sobre a Índia e as relações Indo-Portuguesas através de apoios a projectos de investigação, alguns dos quais são posteriormente apresentados em edições.<sup>14</sup>

Outra área a que a Fundação Oriente tem dispensado grande atenção e avultados apoios tem sido a recuperação do património arquitectónico, documental e artístico da Índia, sobretudo de Goa. Começando com a recuperação e adaptação da casa Fonseca a sede da Delegação, pelo arquitecto goês, Lúcio Miranda, entre 1993 e 1995, a Fundação tem desenvolvido grande esforço na conservação e recuperação do património edificado e artístico em obras e trabalhos que vale a pena enumerar e sejam: Microfilmagem do Arquivo do Paço Patriarcal de Goa, entre 1992 e 1993; Levantamento, projecto e recuperação da capela de Nossa Senhora do Monte em Velha Goa (arqs. Luis Marreiros e Sandhya Savant), entre 1996 e 2002; Curso de Inventário do Património Móvel de Goa nas igrejas de Santa Cruz, Penha de França e do Espírito Santo por Rafael Calado e

---

*wall: New research results*” por Sidh Losa Mendiratta (19.09.13), workshop e conferência sobre Género, Cultura e Sociedade em Goa, Goa International Centre em Dona Paula com a participação de Ana Paula Fitas, Maria de Lourdes Bravo da Costa Rodrigues, Shaila de Souza e Prajal Sarkhadande (08.10.13); 2014 – Workshop de canto com Stutti Choir por Lourdes Martins (27/28.01.14); master classes canto por Lourdes Martins, Kala Academy (29.01.14–02.02.14); lançamento do CD de motetes goeses por Manuel Morais, GA/FO (19.02.14), conferência de Henrique Antunes Ferreira sob o tema, “*Lusophone News: the experience of a journalist*” seguida de debate moderado por Alexandre Moniz Barbosa (14.03.14), workshop de Fado por Cláudia Duarte (23/24.04.14).

<sup>14</sup> 1996 – “Goa”, projecto de Catarina Portas e Inês Gonçalves, “*Portugueses na Índia*” de Teotónio de Souza e José Manuel Garcia; 1997 – “*Famílias Luso Descendentes Residentes em Goa, Damão e Diu até à Década de Sessenta*”, por Jorge Forjaz, “*Recolha de Música Coral Goesa em Goa*”, por Manuel Morais; 1999 – “*Bombay before British*”, por Paulo Varela Gomes e Walter Rossa, “*The Other View – Sources on the Portuguese in the Maharashtra Archives*”, por Amol Divkar, “*Portuguese Women in Ásia*”, por Mário Cabral e Sá; 2001 – “*Heritage landscape Conservation of the Churches and Convents of Old Goa*”, por Rohit Andrade; 2002 – “*Goan Costume*”, por Wendell Rodricks, “*Great Goans*”, por Mário Cabral e Sá; 2003 – “*Reanimation for the Indo Portuguese Heritage in Cochbin*” por Helder Carita, “*Heritage Trail*” com a Social Harmony Group of Goa, B4 – “*Indian Cinema Posters*”, por Rajani Mazumbar, “*A Study of Historical Survey of the Churches in Goa*”, pela Faculdade de Arquitectura de Bangalore; 2004 – “*The Portuguese in the West Cost of India*”, por Pius Malekandathil; 2007 – “*Afonso de Albuquerque na Ásia*”, por Sérgio Mascarenhas; 2013 – “*Artiliaria portuguesa em Chaul e Korlai*”, por Abhijit Ambekar; 2014 – “*Artiliaria portuguesa em Diu*”, por Abhijit Ambekar.

Ana Maria Porto em 1997; Conservação e restauro da capela de Nossa Senhora de Todo o Bem em Verem, entre 1997 e 2004; Conservação do edifício da Alfândega de Pangim, em 1998; Pintura da igreja de S. Miguel de Taleigão em 1998; Restauro de pinturas do claustro do seminário de Pilar em Pilar, entre 1998 e 1999; Restauro do telhado da igreja da Penha de França em 1998; Restauro de um poço nas Fontainhas em 1998; Restauro de duas habitações, no bairro das Fontainhas, em 1999; Curso de Preservação e Manutenção do Património Bibliográfico em Rachol e Casa Menezes Bragança em 1999; Curso de Porcelana Chinesa por Maria Antónia Pinto de Matos em 1999; Conservação das fachadas do quartel da Polícia de Pangim, em 2000; Recuperação da Escola de Música e Dança de Vaglo, 2000; Recuperação do telhado da Igreja dos Reis Magos em Verem, entre 2000 e 2002; Recuperação das fachadas de 3 habitações nas Fontainhas em 2000; Recuperação do templo de Saptakoteshwar em Bicholim, entre 2000 e 2001; Desinfestação da biblioteca da casa Menezes Bragança em Chandor, entre 2000 e 2001; Recuperação das instalações da School of Music and Dance de Vasco da Gama, em 2000; Restauro da fachada do quartel-general da Polícia de Pangim, em 2000; Apoio ao levantamento de conjuntos arquitectónicos indo-portugueses em Querala, em 2000; Recuperação do altar de Nossa Senhora das Dores da capela de Nossa Senhora da Vitória em Pangim, entre 2001 e 2002; Recuperação de um altar da capela do Hospital Militar de Pangim, em 2002; Colaboração no estudo para a recuperação do palácio do Idalcão em Pangim, entre 2003 e 2005; Apoio ao projecto de recuperação da igreja de Santana em Talaulim, entre 2003 e 2006; Recuperação de 15 marcos miliários de Velha Goa em 2003; Renovação da capela de St.º António em Chicalim, em 2004; Recuperação do altar da igreja de Nossa Senhora da Esperança de Vaipin em Cochim, entre 2004 e 2005; Estudo arqueológico no complexo das ruínas do Convento de Sto. Agostinho em Velha Goa em 2004; Impermeabilização da abóbada da igreja de S. Francisco em Diu, em 2007; Recuperação das paredes, tecto e altares da capela de S. Sebastião em Pangim, em 2007; Elaboração do Roteiro das igrejas de Querala, em 2007; Estudo preliminar para a recuperação e levantamento de patologias da igreja de Santo António em Velha Goa, em 2008; Oficina de Conservação e Restauro do Património Cultural e Artístico (CRCH1), em 2011 e Oficina da Conservação da Pedra (CRCH2), também em 2011 continuadas na Oficina de Recuperação de um Pórtico de Pedra do Convento de Santa Mónica em Velha Goa (CRCH3), que decorreu com sucesso e o entusiasmo dos participantes em 2013.

Mesmo com o recente progresso económico, a Índia em geral e Goa em particular, continuam a ter populações carenciadas na assistência

médica e social sobretudo entre as mulheres, as crianças e os idosos pelo que desde a primeira hora a Fundação Oriente atribui apoios a uma vasta lista de obras médico-sociais e de assistência.<sup>15</sup>

Ao apresentar a acção da Fundação Oriente na Índia pretendeu-se enumerar exaustivamente, no texto, não na apresentação oral, todas as acções e programas sabendo de antemão que tal não é possível porque muita da actividade da Fundação escapa-se em acções de pequena monta, não quantificáveis mas que são imprescindíveis para cumprir a aproximação de Portugal à Índia.

Imbuída do espírito de missão e promoção cultural, a Fundação Oriente na Índia continuará a honrar o seu passado perspectivando no futuro o estreitamento das relações entre Portugal e a Índia.

Junho 2014

---

<sup>15</sup> Académica de Goa para oferta de equipamento desportivo (1991); Comunidade de acolhimento para desfavorecidos (1992); Green Ray Foundation de Verem, Goa, para a educação ambiental (1998, 1999 e 2000); Karnataka State Council for Child Welfare, de Bangalore, para a protecção às crianças desfavorecidas (1998 e 1999); Kala Academy, Pangim, para oferta de equipamento cultural; Special Olympics Índia, de Pangim, para actividades desportivas para jovens deficientes (1999); Hospital de Jesus, Maria e José em Mapuçá, Goa (1999); Our Lady of Rosary High School em Dona Paula, Goa, para construção de um parque infantil (1999); Doação a favor do Governo de Goa destinada às vítimas do Terramoto do Gujrate (2001); Sangath Centre for Child Development and Family Guidance para as respectivas actividades (2001); Nav Bharat Jagriti Kendra, Jharkhand (2002); Assumption College, Querala, para equipamento desportivo; Atmavishwas – Go Getters camp, Mumbai e Goa (2002); Society for Youth Development, Pondá, Goa, para apoio às novas instalações (2002); Special Olympics India, Pangim, Goa, para actividades desportivas para jovens deficientes (2002); Shree Ram High School, Valpoi, Goa, para renovação e equipamento da biblioteca (2003); Paróquia de S. Sebastião em Pangim, para prendas para crianças pobres (2003); Rosary High School em Miramar, Goa, para apoio às obras (2003); Thomas Stephens Kokani Kendr, Goa, para aquisição de equipamento informático (2003); Govind Ramnath Kare College of Law, Margão, para aquisição de equipamento de biblioteca (2003); Escola paroquial das Angústias, Damão, para aquisição de equipamento (2003); Bangalore School of Music, para estúdio para ensino de música (2004); Centro Social da Missão de Damão, Damão, para apoio financeiro para a construção do Youth Animation Centre (2004, 2005); Indo Portugueses Society of Friendship, Goa, para equipamento (2005); Communicare Trust, Goa, para equipamento (2005); Museu Houses of Goa para aquisição de equipamento sonoro (2005); Casa Margaret Bosco em Mapuçá, Goa, para equipamento para a casa dos meninos da rua (2011); Assistência Goa, em Pangim, para as obras da rede de esgotos do recolhimento dos desvalidos da obra da Irmãs da Madre Teresa (2012); Child's Play India Foundation em Pangim para a aquisição de instrumentos musicais para as crianças desfavorecidas (2013); Konkani Development Society para a obra de educação de crianças de Mudhol, Bagalko, no estado de Carnataca (2014).

## **Bibliografia**

COLAÇO, Fernando Jorge – *Alguns Factos Respeitantes a Actividades da Fundação Oriente e Assuntos Conexos, Goa, Índia – Antes, Durante e Após a sua Inauguração em 19 de Abril de 1995*, 1998.

Relatórios Anuais da Fundação Oriente de 1991 a 2012.

Relatórios Anuais da Delegação da Fundação Oriente na Índia de 2010 a 2013.

Relatórios Mensais da Delegação da Fundação Oriente na Índia de Janeiro a Maio de 2014.

# O relançamento da economia Indiana. Iniciativa e Saber

EUGÉNIO VIASSA MONTEIRO\*

## 1. Introdução

Falar do relançamento é, primeiro, considerar a evolução económica da Índia desde os tempos antigos, para ver depois os variados ritmos de evolução e encontrar as razões de ser do impulso mais recente. Dividirei em 3 grandes períodos, falando muito sumariamente dos dois primeiros, com a ajuda de um DVD, para passar a fixar-me no período pós-1991.

## 2. Da antiguidade à viagem de Vasco da Gama à Índia

Contrariamente à ideia na Europa, de a Índia ter sido sempre um país pobre, como o é hoje, a Índia foi cobiçada, pela sua riqueza e intenso comércio, sobretudo de especiarias, sedas, algodão, chá, pigmentos, pedra de sal (nitrato de potássio), etc. Apenas os países com os melhores meios e conhecimentos da arte da navegação se poderiam lançar numa estratégia de longo alcance, de reorientar o comércio dessas paragens indianas, fazendo passar o seu centro de gravidade para a Europa, relegando as rotas de comércio de então, pelo Mediterrâneo, para um plano muito secundário. Portugal colocou-se na vanguarda dessa redefinição de rotas e disso tirou grandes dividendos, durante um certo espaço de tempo.

Não o fez sem pagar um elevado custo pela sua proeza. Esquecer a história trágico-marítima portuguesa, consumidora de muitas vidas na dura aprendizagem da marinharia até essas terras distantes, e nas lutas pelo

\* Professor da AESE-Escola de Direcção e Negócios

domínio de entrepostos donde pudessem controlar o tráfego de barcos e o comércio do Oriente para a Europa, seria tirar o mérito a quem idealizou e concretizou o gigantesco plano de domínio dos mares e do comércio.

### 3. Os negros anos da colonização britânica

Após as gestas dos Portugueses, outros países europeus mais bem armados e populosos, com longa prática de pirataria nos mares e boa capacidade de organização despertaram e seguiram as suas pisadas. Foram instalar-se na Índia, conquistando e/ou aliando-se, em qualquer caso, dominando agressivamente os principados locais, e subjuguando quase toda a extensão do subcontinente indiano. Falo da Inglaterra, que fez a sua entrada na Índia através de uma entidade comercial, a *East India Company*, bem armada, guerreira e conquistadora, como a guarda avançada da coroa britânica, a quem aliás entregou o poder em 1858.

Dois dos historiadores de economia, britânicos, referem os seguintes números relativos à riqueza produzida pela Índia e pelo Reino Unido, em diferentes épocas, comparando-a à riqueza mundial. Ver o quadro a seguir.

<b>Riqueza do país em percentagem da riqueza mundial</b>		
Em % do GDP Mundial	ÍNDIA	UK
Em 1600	<b>22,5</b>	<b>1,8</b>
Em 1870	<b>fome, pobreza, privação</b>	<b>9,1</b>
(in TIME, Aug. 13, 2007, William Dalrymple, <b>The last Mugal</b> )		
Em 1700	22,6	
Em 1952	2,3	
(Angus Maddison)		

Após uma longa ação pacífica, de provocação, do movimento *satyagraha*, como protesto, por via da não-colaboração com a potência colonizadora, vem a independência da Índia em 1947. A partir daí, dirigentes do movimento de libertação tomam as rédeas do poder.

#### 4. Da independência da Índia aos nossos dias

Na altura da independência, o país estava totalmente destroçado, com a sua capacidade de criar riqueza destruída, como no quadro acima se evidenciou. Aqueles indicadores, bem como outros da altura da independência, em conjunto com a observação de Jeffrey Sachs, são elucidativos do desastre que significou a colonização britânica para os indianos:

- Literacia na Índia.....17% (em 1947; hoje, 74%);
- Expectativa de vida....32,5 anos (em 1947; hoje, 67,5 anos);

“The greatest illustration of British imperial irresponsibility was its response to repeated famines and disease epidemics during the second half of the nineteenth century and first half of the twentieth century.”<sup>1</sup>, Segundo Jeffrey Sachs.

Após a independência, o país também não teve sorte nenhuma. Com todas as boas-intenções dos ‘pais fundadores’, talvez porque a pobreza e miséria fossem profundas e omnipresentes, e dada a tradição altamente exploradora do Reino Unido, Jawaharlal Nerhu, o novo Primeiro-Ministro, optou por um modelo económico de socialismo, do tipo soviético, mas em liberdade.

Em consequência, havia um planeamento central implacável, com um forte controlo das indústrias ou empresas de certa dimensão, tomando grande ênfase as *Raj Licenses*, autorizações para atividades empresariais.

Para tornar o controlo eficaz, era necessário criar uma burocracia forte. A burocracia tende a autoalimentar-se e, quando há interessados astutos em obter licenças por meios pouco lícitos, eles acabam por subverter e corromper os burocratas. Foi o que aconteceu e ainda hoje se sentem os seus efeitos nefastos, com uma presença em todos os níveis do poder.

O socialismo sempre se revelou pouco atreito a tomar riscos e, globalmente, muito irresponsável; mais pronto para distribuir, mas sem capacidade de produzir, de criar riqueza, como ficou provado em todas as economias onde ele foi instaurado.

Esta situação de ‘economia socialista’ durou até ao ano 1991. Foi demasiado tempo perdido, talvez por respeito e consideração aos ‘pais fundadores’, mas sem nenhuma consideração pelos pobres e sofredores. As taxas de crescimento da economia eram irrisórias, entre 3 e 3,5%. Antes

---

<sup>1</sup> Cfr. *The End of Poverty*, Jeffery Sachs, Penguin books, 2005, pg. 174).

de 1991, nos anos 1980, com Rajiv Gandhi, viram-se algumas tentativas de aumentar a eficiência do sistema, com tentativas tímidas de abertura e modernização, mas com reduzidos efeitos práticos na vida do cidadão comum.

Em 1991, após o assassinato de Rajiv Gandhi, sucede-lhe Narashima Rao, como Primeiro Ministro. Não tem outra saída que recorrer ao FMI, pois não havia divisas para importar produtos necessários, entre eles o combustível. O FMI avançou com as suas condições habituais de abertura da economia à concorrência. Efetivamente, com essa abertura, os resultados não se fizeram esperar. Era na altura Ministro das Finanças Manmohan Singh – que viria a ser Primeiro-Ministro, durante 10 anos, pelo Partido do Congresso, de 2004 a 2014 – que fez profundas reformas, indo até onde era possível, reduzindo taxas alfandegárias e desimpedindo o caminho de exportação dos seus produtos, e reduzindo em muito as licenças.

A economia foi ganhando balanço, a acumulação de divisas era visível e as taxas de crescimento foram crescendo, tendo atingido os seus máximos de sempre num trimestre imediatamente anterior ao começo da crise económica em 2008. Quando de 1947 a 1991, as taxas de crescimento seriam em média de 3-3,5%, agora a média estava em mais de 7% com picos de 10%.

## **5. Alguns sucessos pós-independência**

### **Ensino**

O ensino é hoje obrigatório dos 6 aos 14 anos e considerado um 'direito'. Apesar disso, fala-se em 96,3% da população em idade escolar a frequentá-lo. Esperemos ver depressa chegar aos 100%. Uma medida relevante foi a obrigação de proporcionar a refeição do almoço a todas as crianças, em todas as escolas, o que naturalmente as agarra à escola.

Tem havido muita criação de escolas secundárias e técnico-profissionais – talvez estas não tanto como as necessárias –, e atualmente o esforço está em reduzir o abandono escolar de 50% no 10º ano de escolaridade, fazendo que sigam para o ensino superior não os atuais 17%, mas sim 62%, como nos países da OCDE. Haverá necessidade de aumentar os gastos atuais de 4% do GDP com o ensino (entre o Governo central e os estaduais) para os 6% do GDP, de modo a criar-se mais Universidades, pagar-se melhor aos professores e conceder mais licenças para que o Ensino privado entre em força e com boa qualidade. Definir regras e controlar

a sua rigorosa aplicação, para que o ensino privado dê qualidade, com exigências de um claustro docente qualificado, com cuidadas inspeções, para cumprirem as regras estipuladas e não explorarem os estudantes; disponibilizar ajudas aos pais dos estudantes mais carenciados, que permitam manter os filhos nas Escolas e Universidades que escolheram; isso é bem mais necessário do que o esforço por criar mais estabelecimentos estatais.

A Índia está a fazer um notável esforço em criar um amplo ensino Universitário. Parecem contudo persistir muitos dos preconceitos do socialismo e não se deu ainda suficiente impulso à iniciativa privada, em todos os domínios em que ela sabe atuar. De qualquer forma, é notável ver que o número de estudantes na Universidade tenha passado de 12,8 milhões, em 2006, para 26 milhões em 2013!

### **Produção alimentar**

Nos tempos do socialismo, a Índia tinha grandes défices, a ponto de ter tido que importar 9 milhões de toneladas (Mt) de cereais em 1970. A partir dessa altura, devido a esforços bem dirigidos, veio a melhorar a produção e é hoje muito superavitária, dando-se ao luxo de vender mais de 15 Mt por ano, de cereais.

Para se ter ideia dos avanços feitos e do que ainda se pode fazer, citaria estes valores<sup>2</sup>: a produção de trigo na Índia foi de 11 Mt em 1960; 24 Mt em 1970; 36 Mt em 1980; 55 Mt em 1990 e 93 Mt em 2013/14; a produtividade por hectare é ainda menos de metade da dos EUA, pelo que o solo indiano pode alimentar mais do dobro da sua população atual, mesmo sem mais inovações.

No ano 2013/14, teve uma produção recorde de cereais, chegando a 263,2 Mt. Em 2012/13, exportou \$31.900 milhões (10,7% do total das exportações) e quer exportar \$70.000 milhões em 2017!

Nota-se actualmente, um forte desvio das culturas tradicionais para novas culturas que criam mais valor. Por exemplo, uma ampla cultura do arroz *basmati*, apreciado na Índia e muito mais fora dela; a horti-fruticultura; as flores (orquídeas e outras de longa duração), as oliveiras nas zonas desérticas, com rega gota a gota; multiplicação das mangas '*alfonso*' que têm uma polpa volumosa, suculenta e saborosa, etc., tudo isso para aumentar os rendimentos da terra.

---

<sup>2</sup> Cfr. The end of Poverty, Jeffrey Sachs, pg. 260. Op. cit.

A produção do leite (importante na dieta alimentar vegetariana), era altamente deficitária para as necessidades, nos anos 60 a 80 do século passado. Em 1997, a Índia transformou-se no 1º produtor mundial e hoje produz mais de 127 Mt, exportando os seus grandes excedentes. Muito ajudou nessa conquista o papel das cooperativas, em especial a de Anand, Gujarate, que lançou a marca AMUL de leite e derivados, dirigida por Verguese Kurien, que seria o modelo replicado noutros Estados.

## Saúde

Embora em franca melhoria, há um longo caminho a percorrer para se tornar mais generalizado o acesso aos cuidados de saúde. Surgiu de há anos para cá, uma grande atividade da iniciativa privada, criando cadeias de hospitais com muito bons médicos e usando as mais recentes tecnologias.

O Estado gasta uma insignificância com a saúde dos cidadãos: apenas 1% do GDP. Tudo o mais, cerca de 5% do GDP, sai do bolso dos privados, mediante esquemas de seguros de saúde, seguros de grupos (empresas), micro seguros, etc., ou pagamentos diretos.

Existiu e existe uma ampla rede pública de hospitais, que tem vindo a ser ampliada. Contudo, com o aumento da população, era nitidamente insuficiente para as necessidades. Ao surgirem as cadeias de hospitais privados criados primeiro como instituições filantrópicas (caso do Aravind Eye Care System), mas mais tarde também como negócio, o número de camas disponível aumentou, apesar de continuar a ser insuficiente para a enorme população.

Deixo nota de algumas das redes privadas:

- Para além da já citada *Aravind Eye Care System*, para cuidados da visão, com 5 grandes hospitais próprios e mais outros cinco dirigidos pelo grupo no conceito de *managed care*;
- Há o grupo *Apollo Hospitals of India*, que tem atualmente 54 hospitais com mais de 9.000 camas e vai lançar brevemente mais algumas dezenas de hospitais pequenos, de 100 camas, nas cidades da província, apetrechados com os meios de diagnóstico.
- O grupo *Narayana Health*, atualmente com cerca de 7.000 camas, quer vir a ter 25.000 camas em 6 cidades de saúde; tem um hospital nas Ilhas Cayman, com 140 camas que vai ampliar para 2.000 camas, multiespecialidades.
- Há, além disso, o grupo *Hinduja*, o *Manipal*, o *Max*, o *Fortis*, etc.

A Índia tem feito bons progressos no âmbito da medicina preventiva e da vacinação. Em janeiro passado, foi reconhecido pela OMS o seu mérito de ter ‘erradicado’ a poliomielite, significando terem passado 3 anos consecutivos sem registo de qualquer caso dessa doença. Falta, ainda, atuar com decisão na assistência nas zonas rurais e pobres. A mortalidade infantil está em 42/1000 mortos/nados vivos; e a mortalidade materna é de 178/100.000 mortes/partos. São valores muito elevados, quando comparados com países desenvolvidos.

Mais médicos são necessários para os centros de saúde, e que trabalhem com consciência o tempo que lhes é requerido. São necessários 19.000 médicos para os Centros de saúde comunitários e só 6.000 estão preenchidos. São necessários 14.000 enfermeiros dos quais só 6.300 estão recrutados (em 2013)<sup>3</sup>.

É voz corrente que 38% dos médicos dos EUA são formados na Índia. Para contar com a emigração, a Índia terá de criar muitos mais ‘Colleges de Medicina’, para ainda ter um número suficiente de médicos para as necessidades internas. Mais de 72% dos gastos de saúde são na compra de medicamentos. Está planeada uma boa participação estatal para as famílias pobres; no seu conjunto, até não é demasiada, pois está estimada em cerca de \$1.000 milhões por ano.

A Índia tem mais de 150 fábricas de fármacos certificadas pela FDA-Food and Drug Administration. Cada um dos produtos tem de ser, por sua vez, certificado, para poder ser exportado para os EUA. A FDA está a fazer um trabalho brilhante, ao dar a possibilidade de que qualquer país, rico ou pobre, possa exportar, desde que tenha qualidade.

As exportações da Índia têm vindo a crescer rapidamente, com preços muito aceitáveis, que resultam das fortes economias de escala ao produzir-se em grandes quantidades para o consumo interno. Dizia-se que a Índia era a ‘farmácia dos pobres’; hoje, com muita exportação para a Europa e EUA, é também a ‘farmácia dos ricos’, de todos quantos buscam qualidade a bom preço.

### **Indústria manufatureira e Serviços**

Com toda a destruição, atraso e estagnação resultantes do colonialismo e, depois, do socialismo, o relançamento económico da Índia não se deu seguindo os caminhos tradicionais: desenvolvimento agrícola, indústrias

---

<sup>3</sup> TOI Manifesto. TNN, Mar. 14, 2014.

de têxteis, de calçado, de construção, etc., serviços elementares e serviços mais complexos, seguindo-se os produtos industriais mais intensivos em tecnologias exigindo mão de obra muito qualificada.... Isso porque as infraestruturas indianas eram muito pobres, com dificuldades para transportar os produtos aos centros de consumo, internos e externos. Havendo uma grande massa de pessoas altamente qualificadas e subaproveitadas, muito rapidamente começaram a ganhar corpo serviços, com grande conteúdo intrínseco, que se podiam transportar mais fácil e rapidamente a grandes distâncias, por sistemas de telecomunicações (Internet) ou por avião, com pouco volume e peso.

Como havia muito emigrante indiano de boa formação intelectual a trabalhar nos EUA, nas zonas mais inovadoras e de tecnologia avançada, eles mandavam desenvolver *software* e partes de 'processos de negócio' na Índia, aos seus antigos colegas e conhecidos que estavam bem preparados. E deu-se paulatinamente um desenvolvimento das TI-Tecnologias de Informação bem como do BPO-*Business Process Outsourcing*, por terem custos baixos para produtos excelentes, com rigoroso cumprimento de prazos e altos padrões de qualidade. Em 2012, essa indústria de IT e ITES (IT enabled services) produziu mais de \$100.000 milhões, dos quais \$69.000 milhões foram exportados.

Algo parecido se passou com outras áreas de produção intelectual, nomeadamente com a Investigação e Desenvolvimento (I&D). Havia 70 empresas multinacionais (MNC) a fazerem I&D na Índia, em 2004. Em finais de 2013, já havia mais de 1.031 MNC. Curioso é ver que as grandes consultoras também fazem uma aposta forte na Índia: a *Accenture* tem atualmente 80.000 trabalhadores na Índia, 1/3 do total mundial; a *IBM* tem mais 140.000 do total de 450.000; a *Cap-Gemini*, com 57.000, 1/3 do total. Elas sentem a pressão das multinacionais indianas, entretanto nascidas e desenvolvidas – como a *TCS*, com 300.000 trabalhadores, presente em todo o mundo desenvolvido – e precisam de ter grandes operações na Índia para poderem competir em preços.

Na prestação de serviços de BPO, teve um papel fundamental a difusão da telefonia móvel na Índia. Apesar de o sector ter sido liberalizado apenas em 1994/5, entraram empresários de grande valia, criando uma dinâmica e processos de negócio que levaram a embaratecer o serviço de comunicação, ao mesmo tempo que ele se ampliava, para chegar a estratos sociais cada vez mais pobres. Hoje há mais de 950 milhões de linhas de rede móvel, das quais 790 milhões ativas. O facto de todas as pessoas estarem conectadas, leva a que as suas receitas aumentem significativamente e não haja perda de tempo com operações tão simples como

dar um recado a contradizer uma indicação anterior, ou para comprar um bilhete de comboio, ou para se informar dos preços de um determinado produto, para tomar uma decisão de compra ou venda, etc. Num estudo recente, concluiu-se que cada cidadão tinha um acréscimo anual de receitas de \$51, devido ao mero facto de estar conectado.

## 6. O futuro: como criar abundante trabalho

Em cada ano, entram no mercado de trabalho de 10 a 12 milhões de jovens. É um grande desafio criar trabalho para eles; não que seja complicado, nem problemático. A sociedade indiana, apesar de ter aderido à modernidade tecnológica, conta ainda com fortes inércias para cortar com todos os pesos-mortos que arrasta, entre eles, uma legislação demasiado antiga, que urgentemente deve ser revista para agilizar todo o sistema económico<sup>4</sup>.

Apesar de no plano económico todos os grandes partidos terem aderido à economia de livre iniciativa, nas reformas concretas há avanços e recuos... pois as coligações no poder querem tirar dividendos, entorpecendo a ação governativa. Talvez isso possa não ser negativo, para fazer com que a sociedade assimile a mudança e não se sinta subjugada ou revoltada pela avalanche de novidades, que muitas vezes não entende nem domina.

A iniciativa privada, para substituir a presença do Estado, sempre que possível, deveria ser um *must*, uma obrigação inadiável. Por exemplo, é inexplicável como a Air India tem pesadas perdas cobertas pelo erário público. A sua venda seria a grande solução, não só para evitar mais sangria de fundos, mas porque qualquer grupo privado tiraria muito partido dela, oferecendo um magnífico serviço.

O Estado em vez de ser 'melhor Estado' e promover regulamentações inteligentes e funcionais, quer ser ator em muitas atividades económicas para as quais não tem a mínima competência; é apenas a avidez do exercício do poder, de sentir a sua importância. Assim, atua mal e não usa corretamente o seu poder fiscalizador da atividade dos agentes económicos. De facto, não se pode ser ator ou agente e juiz ao mesmo tempo...

---

<sup>4</sup> A Índia está no 134º lugar entre 189 países estudados pelo Banco Mundial, relativamente à facilidade de fazer negócios. Na criação de um negócio, situa-se no lugar 166. O relatório do BM cita que são necessárias 35 autorizações/procedimentos para se construir um armazém, o que leva no mínimo 168 dias. (TOI Manifesto. TNN, Mar. 14, 2014).

Há, entretanto, iniciativas variadas na calha, que poderão criar milhões de postos de trabalho, quer os Governos queiram ou não, muitas delas apontadas pelas associações empresariais e por setores de atividade, orientadas para uma boa criação de trabalho<sup>5</sup>. A título de exemplo, citaria:

- O **turismo**, que no último ano recebeu cerca de 20 milhões de estrangeiros, pode e tem de aumentar, dada a boa infraestrutura criada em hotéis, ligações aéreas, comunicações telefónicas e comunicação terrestre (carro e ferrovia); monumentos restaurados, com amenidades (???), bons hospitais, etc. Deveria tratar de apontar para 60 milhões de turistas, de modo a criar uns 20 milhões ou mais de postos de trabalho adicionais nos próximos três a cinco anos.

Há uma grande simpatia pela Índia e coisas indianas, um *'soft power'*, uma especial atração que deveria ser explorada de forma mais inteligente e bem estudada. O turismo de saúde promete ser uma atividade altamente atraente e geradora de grandes receitas; necessita de mão de obra variada, sendo uma pequena parte altamente especializada.

- As **TI** e os ITES, segundo projeções da NASSCOM – *National Association of Software and Services Companies*, promete criar mais 30 milhões de postos urbanos muito qualificados, diretos e indiretos, até 2020.
- A moderna **distribuição a retalho**, pode criar uns 100 milhões segundo convicção de especialistas<sup>6</sup>, oferecendo muito melhor serviço aos clientes e melhorando toda a logística de abastecimento; espera-se que o mercado do retalho indiano alcançará o valor de \$500.000 milhões, em 2022.

Até há pouco, a preocupação de proteger os pequenos e os micro-empresários, fez com que em todos os domínios se acumulassem tremendos atrasos. Não se fazia, nem se deixava fazer, para proteger os pequeninos que acabavam por mirrar e desaparecer. Ficava prejudicada toda a economia!

Na produção industrial, na manufatura de produtos, há planos ousados mas realistas de criar 100 milhões de postos de trabalho até ao ano 2022, passando a indústria manufatureira de uma contribuição de 16%

---

<sup>5</sup> A título anedótico, diz-se na Índia que a economia cresce de noite, quando os governantes dormem. Porque de dia, eles só fazem asneiras: atrapalham e confundem.

<sup>6</sup> TOI Manifesto. TNN, Mar. 14, 2014.

atuais para o PIB, para uma contribuição de 25% em 2022. Só para citar alguns exemplos do que se conta conseguir em 2022 neste domínio:

- A **indústria eletrônica** quer passar a produzir \$400.000 milhões de dólares, quando apenas produzia \$45.000 milhões, em 2010;
- A **indústria automóvel** vai passar de uma produção de \$30.000 milhões, para uma produção de \$120.000 milhões;
- A **indústria têxtil** quer passar dos \$70.000 milhões de 2010, para \$220.000 milhões.

As infraestruturas estão a melhorar a um bom ritmo de crescimento – auto-estradas, portos, melhoria de aeroportos com maior densidade de tráfego e mais aeroportos internacionais, melhoria e ampliação dos caminhos de ferro, etc. O fornecimento de energia elétrica está mais regular e previsível, após um notável esforço pela sua ampliação com a entrada de agentes privados: passou para **234.600 MW** instalados, quando há 10 anos, em 2004, tinha apenas **112.700 MW**.

- O **transporte aéreo** deu um tremendo salto, havendo hoje mais de 8 companhias para voos domésticos e internacionais, a funcionar com elevados padrões de qualidade e bons preços. Os transportes urbanos, nomeadamente o **metropolitano** – após a experiência muito bem sucedida do metro de Nova Delhi, que conta já com 190 kms e está em ampliação, oferecendo um transporte rápido, frequente, fiável, limpo e fresco; já estão em funcionamento e/ou em construção, os de Delhi, Mumbai, Bangalore, Chennai, Hyderabad e Kolkota –, pois são um meio essencial para a deslocação nas populosas cidades da Índia.

Voltando à Índia a crescer a níveis de 8%-10%, algo bastante fácil de se conseguir com um governo eficaz, com uma cuidada revisão da legislação para essa finalidade, será inevitável criar-se muito trabalho; apenas haverá que satisfazer as enormes necessidades de formação técnica e profissional que surgirão para se ter uma mão de obra especializada em todas as ocupações que surgem numa sociedade moderna: de manter e utilizar máquinas, automóveis, construir casas, fabricar aparelhagens, etc.

## 7. Conclusões

Felizmente, alguns sucessos criaram um ambiente de grande confiança nas capacidades, coisa que se tinha perdido com a nefasta colonização

inglesa; agora, trata-se de replicar a dinâmica de sucesso a novos setores de atividade e a toda a geografia da Índia, pois:

- De um défice de alimentos e reservas de divisas, a Índia está em posição superavitária: reservas de \$300.000 milhões e excedente anual médio de cereais muito superior a 30 Mt, com exportações importantes e crescentes;
- De uma economia agrícola, passou rapidamente para uma pujante economia de serviços, ocupando estes 55% do PIB, com 17% para a agricultura. De uma economia de crescimento lento (3,0-3,5%), tem hoje crescimentos bons, embora tivesse tido tempos melhores (9,6% em 2006/7);
- De um país lento e reagindo à modernização, passou para o primeiro lugar na *Nova Economia do conhecimento*;
- Algumas empresas indianas, que temiam as multinacionais, são hoje, elas próprias, multinacionais e globais, como as:
  - *TCS, TataCorus, Wipro, Bharat Forge, Infosys, Sun Pharmaceutical, Dr. Reddy, Suzlon, Apollo Hospitals, Cipla, Reliance, Mahindra & Mahindra, Vedanta, Kirloskar Brothers, Raymond, Arvind Mills, Airtel, Dabur, Narayana Health. Larsen & Toubro, Aurobindo Pharma, Jaguar e Land Rover, Maruti, Asian Paints, Essel Propack, Thermax, Oil and Natural Gas Corporation, etc.;*
- A atitude introspetiva e defensiva está a dar lugar à autoconfiança e a olhar para fora, com aquisição de empresas nos EUA e Europa (saiba que o maior grupo industrial do Reino Unido é indiano, dando trabalho a mais de 45.000 ingleses!); e, ao invés, compra de empresas indianas por grupos europeus e norte-americanos;
- Os graduados na Universidade já não estão à espera de um emprego do Estado. Começam a empreender por conta própria sendo, muitos deles, rapidamente empreendedores globais.

Lisboa, 30 de maio de 2014

## ANEXO I

### Breve História de Goa

A história de Goa embrenha-se no século III a.C., quando formava parte do Império Maurya. Mais tarde, foi governada pelos *Satavabanas de Kholapur*, há cerca de 2000 anos, para depois passar a ser regida pelos *Chalukyas de Badami*, que a governaram de 580 a 750. Durante alguns séculos seguintes, Goa foi sucessivamente governada pelos *Silbaras*, *Kadambas* e os *Chalukyas de Kalyani*, que reinaram sobre o Decão. Os *Kadambas*, uma dinastia local Hindu baseada em Chandrapura (atualmente Chandor, Salcete), deixaram marcas indeléveis na cultura e história da Goa pré-colonial.

Em 1312, Goa ficou sob a governação do Sultanato de Delhi. Contudo, o controlo sobre a região era fraco e, por volta do ano 1370, renderam-se a *Haribara I*, do Império de *Vijayanagar*. Os monarcas de *Vijayanagar* reinaram sobre o território até 1469, quando foi apropriado pelos sultões Bahmani de *Gulbarga*. Depois de esta dinastia se ter esboroadado, a zona caiu em mãos de Adil Shahis de *Bijapur*, que fez de Velha Goa a sua capital auxiliar. Em 1498, Vasco da Gama chegou à Índia pela rota marítima, tendo acostado em Calicut (Kozhikode) no Kerala, seguindo-se um desembarque em Velha Goa. Goa, então significando apenas a cidade de Goa na margem sul do Rio Mandovi, era o mais importante centro comercial na costa Ocidental da Índia. Os Portugueses chegaram com intenção de instalar uma colónia e ganhar o controlo do comércio de especiarias de outras potências Europeias, depois de as tradicionais rotas terrestres terem sido encerradas pelos Otomanos Turcos.

Mais tarde, em 1510, Afonso de Albuquerque derrotou os reis de Bijapur que reinavam sobre Goa, com a ajuda de um aliado local, Timaya, estabelecendo-se definitivamente em Velha Goa. Os Portugueses tentaram que fosse uma colónia e uma base naval, diferente dos enclaves fortificados noutros locais ao longo da costa da Índia.

As ruínas do Forte de Aguada no norte de Goa são uma das defesas que os Portugueses construíram enquanto reinaram. Com a chegada das outras potências Europeias à Índia no século XVI, Goa depressa se tornou a mais importante possessão Portuguesa na Índia e recebeu os mesmos privilégios cívicos que Lisboa.

Em 1843, a capital foi transferida de Velha Goa para Panjim, em consequência de uma peste que grassou e dizimou grande parte da população. Em meados do século XVIII, a área sob ocupação tinha-se expandido para os limites do que é atualmente Goa.

Depois da independência da Índia, em 1947, Portugal recusou-se a aceder ao pedido da Índia para deixar o controlo do seu enclave. A Resolução 1541 da Assembleia-geral das Nações Unidas, de 1960, notou que Goa não estava autodeterminada e favoreceu a sua autodeterminação. Finalmente, em 18 de dezembro de 1961, o exército indiano com 40.000 homens entrou em Goa, na célebre Operação *Vijaya*. As lutas, muito restritas, duraram 26 horas até à rendição de Goa, Damão e Diu (estes dois enclaves situam-se mais ao norte de Goa, no que é hoje o Estado de Gujerat) que ficaram a ser administrados como Territórios da União.

Mais tarde, após a Revolução dos Cravos, Portugal reconheceu a ocupação indiana. A 30 de maio de 1987, de Território da União, Goa foi elevada à categoria do 25º Estado. Damão e Diu permaneceram Territórios da União, administrados pelo Governo Central.

(In Goa Research Net, by Moitas61, Blog do Flickr, adaptado.)

## ANEXO II

### A Índia na vanguarda das Ciências e do Saber. Alguns factos<sup>7</sup>

- A Índia inventou o sistema numérico. O sistema que valoriza a posição do número, o sistema decimal, foi desenvolvido na Índia cerca de 100 a.C.
- Aryabhatta inventou o zero. Aryabhatta foi o primeiro a explicar a forma esférica, a dimensão, o diâmetro, a rotação da Terra no ano 499.
- A Primeira Universidade do Mundo foi estabelecida em Takshila no ano 700 a.C. Estudantes de todo o mundo aí estudavam mais de 60 matérias.
- A Universidade de Nalanda, instituída no século IV, foi uma das grandes realizações da Índia antiga no campo da educação.
- O sânscrito é considerado a 'mãe de todas as línguas'. O sânscrito é muito conciso e, daí, ser a língua mais adaptada ao *software* de computadores, diz um relatório da Forbes de julho de 1987.
- Ayurveda é a escola mais antiga de medicina conhecida. Charaka, o pai da medicina, consolidou Ayurveda há 2500 anos.
- Hoje, Ayurveda está a retomar rapidamente o seu devido lugar na civilização.
- Cristovão Colombo foi atraído pela riqueza da Índia e tentava ir à Índia quando descobriu o continente Americano, por engano.
- A arte da navegação nasceu no rio Sindh há 6000 anos. A palavra Navegação deriva do Sânscrito NAVGATI. A palavra navio deriva do sânscrito 'Nou'.
- Em Siddhanta Siromani (Bhuvanacosam 6), Bhaskaracharya II fez uma descrição da gravidade da Terra cerca de 400 anos antes de Sir Isaac Newton. Ele tinha também noções claras de cálculo diferencial e da teoria de frações contínuas.
- Madhavacharya descobriu as séries de Taylor das funções do seno e cosseno, cerca de 250 anos antes de Taylor.
- Madhavacharya descobriu as séries de potências de Newton.
- Madhavacharya descobriu as séries de Gregory Leibnitz para a tangente inversa e tangente, cerca de 280 anos antes de Leibnitz.
- Madhavacharya descobriu a série de potências de Leibnitz para o 'pi' cerca de 300 anos antes de Leibnitz.
- Bhaskaracharya calculou o tempo levado pela Terra a orbitar à volta do Sol centenas de anos antes do astrónomo Smart. O tempo levado pela Terra na órbita à volta do Sol: 365,258756484 dias.
- A infinitude era bem conhecida da Índia antiga. Bhaskaracharya II, em Beejaganitha, deu uma clara explicação, com exemplos, sobre a infinitude.
- A teoria da fração contínua foi descoberta por Bhaskaracharya II.
- Os indianos descobrem as progressões aritmética e geométrica. A progressão aritmética é explicada em Yayurveda.

<sup>7</sup> Em circulação na net, sem autoria, confirmado na sua generalidade.

- Govindaswamin descobriu a fórmula de interpolação direta Newton-Gauss cerca de 700 anos antes de Newton.
- Vateswaracharya descobriu a fórmula de interpolação recíproca cerca de 850 anos antes de Newton.
- Parameswaracharya descobriu a fórmula de Lhuiler cerca de 400 anos antes de Lhuiler.
- Nilakanta descobriu as séries convergentes da Progressão Geométrica Infinita.
- Os números positivos e negativos e o seu cálculo foram explicados primeiro por Brahmagupta no seu livro *Brahmasputa Siddhanta*.
- Aryabhata também propôs a teoria Heliocêntrica da gravitação, antecipando-se assim a Copérnico quase 1000 anos.
- O valor do “pi” foi primeiro calculado por Boudhayana, que também explicou o conceito do que é hoje conhecido por Teorema de Pitágoras, no século VII a.C. Este facto foi validado por académicos ingleses em 1999.
- A álgebra, trigonometria e cálculo vieram da Índia. As equações quadráticas foram propostas por Sridharacharya no século XI.
- O maior número que os Gregos e os Romanos manuseavam era  $10^6$ , enquanto na Índia se trabalhava com números da ordem de  $10^{53}$ , com nomes específicos, cerca de 5000 a.C., durante o período Védico.
- Maharshi Sushruta é o pai da cirurgia. Há 2600 anos, ele e cientistas da saúde do seu tempo procediam a complicadas cirurgias como cesarianas, cataratas, próteses de membros, fraturas, pedras nos rins e ainda cirurgia plástica.
- O uso da anestesia era conhecido na Índia antiga. Usavam-se cerca de 125 equipamentos cirúrgicos.
- Um conhecimento detalhado de anatomia, fisiologia, etiologia, embriologia, digestão, metabolismo, genética e imunidade encontra-se também em muitos textos.
- Quando muitas culturas eram apenas nómadas, habitando florestas, há 5000 anos, os Indianos estabeleceram a cultura Harappan na Civilização do Vale Sindh.
- RigVedas, um hino dirigido ao Sol, refere muito claramente que o Sol atravessa 2,202 *yojanas* em meia *nimesha*. Isto refere-se à velocidade da luz.
- O primeiro Templo Mundial em Granito é o Brihadeswara em Tanjavur, Tamil Nadu. A abóbada (*shikhara*) é feita de uma só pedra de granito de 80 toneladas.
- O famoso diamante *Kobinoor* que está incrustado na coroa do monarca britânico (Queen Victoria, and Elizabeth II) foi adquirido à Índia.
- De acordo com o Gemological Institute of América, até ao ano 1896, a Índia era a única fonte de diamantes do mundo.
- O Xadrez (*Shataranja* ou *Assolapada*) supõe-se inventado na Índia.
- O jogo de cobras & escadas foi criado pelo poeta/santo Grandervo, no Século 13. Era conhecido originariamente por ‘Mokshapat’. As escadas no jogo representam as virtudes e as cobras os vícios.

### ANEXO III

#### Datas ou referências importantes na história da Índia

- 4000 a.C. – Civilização Védica
- 2600-1900 a.C. – Civilizações do Indus & Saraswati
- 600-400 a.C. – Jainismo e Budismo
- 321-184 a.C. – Período Maurya
- 300-600 – Idade de ouro das Artes & Ciências Indianas
- 280-550 – Império Gupta
- 1206-1596 – As Invasões Muçulmanas
- 1526-1707 – O Império Mogul
- 1510 – A Invasão Portuguesa
- 1600 – A East-India Company
- 1858-1947 – O Império Britânico
- 1878 – A luta pela Independência. Criação do Indian National Congress
- 1947 – 15 de agosto, Independência da Índia
- 1950 – 26 de janeiro, é adotada a Constituição da República
- 1952 – Eleições Gerais. Eleito o Governo do Congresso
- 1954 – Jawaharlal Nehru, 1º Ministro adota o modelo socialista da sociedade
- 1962 – Guerra com a China. 3ª eleições Gerais
- 1964 – Falece J. Nehru. Sucede-lhe Lal Bahadur Shastri
- 1965 – Guerra com o Paquistão
- 1966 – Morre Lal Bahadur Shastri em Tashkent, onde fora assinar o tratado de paz com o Paquistão e sucede-lhe Indira Gandhi
- 1967 – Eleições gerais. Congresso reduz a maioria. Formam-se partidos regionais
- 1969 – Nacionalização da Banca. O Partido do Congresso divide-se. Indira Gandhi governa fazendo maioria com os Partidos da Esquerda
- 1971 – Novas eleições. Indira Gandhi ganha com boa margem. Crise do Bangladesh. Milhões de refugiados. Nasce a República do Bangladesh
- 1975 – Indira Gandhi, acusada de fraude nas eleições. Decreta Estado de Emergência
- 1977 – Eleições. Indira Gandhi perde. O partido Janata forma Governo e Moraji Dessai é o 1º Ministro
- 1980 – Novas eleições. Ganha Indira Gandhi e é 1ª Ministra
- 1984 – julho – O Templo Dourado dos sikh é assaltado e ocupado pelo Exército.
- 1984 – outubro – Indira Gandhi é assassinada por um guarda-costas sikh. Rajiv Gandhi é Primeiro-Ministro e convoca as 8ªs Eleições Gerais, ganhando-as por larga maioria.
- 1985 – Rajiv ataca a corrupção e a ineficiência nas celebrações do Partido do Congresso. Define uma ‘Nova política económica’.
- 1989 – 9ªs Eleições Gerais. Gandhi é derrotado. Governo minoritário de J.P.Singh.
- 1991 – Cai o Governo de Singh. Convocadas Novas Eleições. Rajiv é assassinado durante a campanha. Forma Governo Narashima Rao. Lança reformas económicas.

- 1992 – Problemas religiosos causados pela demolição do Babri Masjid em Ayodhya
- 1993 – Tensões Hindus/Muçulmanos continuam
- 1995 – O Estado de Kerala declara 100% de literacia da população
- 1996 – Eleições Gerais e o 1º Ministro é Dave Gowda, do Janata Dal.
- 1997 – Novo 1º Ministro, Inder Kumar Gujral, do Janata Dal
- 1998 – Novas Eleições Gerais. É 1º Ministro, Athal Bihari Vajpayee, do BJP.
- 1998 – Em maio, testes com armas nucleares.
- 1999 – Novas Eleições. Ganha o BJP. Vajpayee é o 1º Ministro.
- 2004 – Eleições Gerais. Ganha Sónia Gandhi, Partido do Congresso. Indigita Manmohan Singh como o 1º Ministro.
- 2009-2014 – Eleições Gerais. Ganha Sónia Gandhi, do Partido do Congresso. Indigita Manmohan Singh que é o 1º Ministro.
- 2014 – Narendra Modi, do BJP, é Primeiro Ministro; toma posse em 26-V-2014.



# Investir e trabalhar na Índia: Desafios, Oportunidades e Dificuldades. A visão de um grupo empresarial português

MÁRIO PEREIRA

## **Introdução**

O Grupo Petrotec foi um dos primeiros Grupos empresariais portugueses a investir no mercado indiano, tendo iniciado a sua actividade naquele país em finais dos anos 90. Depois destes quase 15 anos de experiência na Índia, podemos hoje afirmar com a maior das certezas que se tratou de uma aposta plenamente justificada e com resultados que superaram as expectativas.

Como Membro do Conselho de Administração da Petrotec Retail Petroleum Equipment (Índia) Pvt Ltd desde 2010, e após ter dirigido localmente a operação indiana do Grupo, localizada no estado do Gujarat, durante quase 2 anos, tentarei transmitir, para além da visão empresarial que uma empresa portuguesa deve ter em relação ao mercado indiano, a minha visão pessoal sobre a Índia, as suas gentes, costumes e cultura.

## **1. O Grupo Petrotec:**

### **Breve apresentação**

O Grupo Petrotec foi fundado em 1983, possui sede em Guimarães, e é na actualidade considerado o 5º maior fabricante mundial (dos que possuem tecnologia 100% própria) de equipamentos para o segmento de

retalho da indústria petrolífera, e nomeadamente de Bombas de Abastecimento de Combustível.

É ainda, na actualidade, a única empresa do ramo em todo o mundo, capaz de oferecer soluções globais próprias para postos de abastecimento de combustível, desde as fases de estudo e projecto até a sua manutenção global, oferecendo um leque de produtos e serviços de que mais nenhum fabricante se pode orgulhar.

O Grupo possui actualmente cerca de 900 colaboradores em todo o mundo, dos quais 300 pertencem aos quadros das diferentes empresas que dele fazem parte em Portugal e 50 se encontram ao serviço da filial indiana, sendo que apenas 2 deles são expatriados portugueses (1 Director Geral e 1 Supervisor de Produção).

A empresa possui um “know-how” tecnológico bastante elevado, tendo no final dos anos 80 iniciado uma grande aposta em I&D próprio, surgido frequentemente associada às mais prestigiadas Universidades do país em alguns dos seus projectos.

### **Presença no Mundo e História**

A Petrotec possui actualmente operações próprias em 7 países (Portugal, Espanha, Reino Unido, Angola, Moçambique, África do Sul e, como já referimos, Índia) e acordos de distribuição com empresas do ramo em 35 países. No total, as soluções da empresa estão presentes em mais de 60 países do mundo, sendo a Austrália um dos mais recentes mercados a ser alvo de interesse do Grupo, completando assim a presença do mesmo nos 5 continentes.

A empresa iniciou a sua actividade em 1983, como uma pequena empresa de manutenção, mas passados apenas 2 anos começava a produzir os primeiros equipamentos sob licença do fabricante holandês Koppens Automatic.

Após o arranque do seu Departamento de I&D, foi inevitável que o Grupo iniciasse a produção de equipamentos de marca própria Petrotec™ nos anos seguintes, o que acabaria por acontecer em 1993.

Entretanto, já as soluções produzidas sob licença da Koppens Automatic estavam presentes em muitos dos postos de abastecimento da Galp Energia, na altura Petrogal, após a conquista do primeiro grande concurso da história da empresa.

Com um “know-how” crescente e produtos próprios, foi inevitável o desejo dos accionistas da empresa em saltarem fronteiras, e assim se inicia

em meados dos anos 90 o processo de internacionalização da Petrotec, com a criação de filiais em Angola, Espanha, Moçambique e África do Sul. Este processo decorreu entre 1994 e 1998 e é ainda hoje em dia responsável pelo sucesso global da empresa.

No final da década da 90, e dotado de uma visão de mercado ao alcance de poucos no universo empresarial português, o Grupo decide iniciar a sua actividade no mercado indiano. De tal “aventura”, voltaremos a falar um pouco mais adiante neste texto.

Em termos de internacionalização do Grupo, o último grande desenvolvimento deu-se em finais de 2013, com a criação da Petrotec UK, com sede em Londres, empresa que servirá de pilar de sustentação às importantes actividades comerciais entretanto iniciadas pela empresa naquele país por volta de 2005 e que permitiram que a mesma seja hoje em dia, um dos principais fornecedores do gigante britânico do retalho “Tesco”, detentor de cerca de 500 postos de abastecimento no Reino Unido e maior operador de combustíveis do país, em volume de vendas.

### **Produtos, Serviços e Clientes**

A Petrotec disponibiliza aos operadores petrolíferos uma extensa gama de equipamentos para postos de abastecimento, como sejam as Bombas de Combustível, Equipamentos de Lavagem de Viaturas, Sistemas Informáticos de Gestão de Postos de Abastecimento e Sistemas de Pagamento associados, incluindo cartões de várias tipologias, em especial para gestão de frotas e fidelização de clientes, como é exemplo o cartão FAST da Galp.

Para além dos equipamentos que desenvolve e fabrica nos seus 2 centros principais de I&D e produção em Portugal, a empresa presta ainda um variado leque de serviços que vão desde o estudo e projecto de postos de abastecimento em regime “Chave-na-mão”, a intervenções de remodelação, passando por programas de manutenção preventiva e curativa em larga escala. Falando apenas do espaço ibérico (Portugal e Espanha), o Grupo Petrotec é hoje responsável pela manutenção de mais de 3.000 postos de abastecimento de combustível, sendo o maior prestador de serviços no conjunto dos 2 países.

O Grupo possui como clientes grande parte das companhias petrolíferas europeias, sendo de realçar as ibéricas Galp, Repsol e Cepsa, mas também outras como a BP, Total e Shell, a britânica Tesco, a angolana Sonangol e a sul-africana Sasol, e inúmeras pequenas operadoras regionais e clientes particulares dos países onde possui operações.

## **2. Índia: O País e a Economia**

A Índia é um país da Ásia Austral, com uma superfície de cerca de 3,3 milhões de Km<sup>2</sup> e mais de 1,2 mil milhões de habitantes, sendo provável que por volta do ano 2020 passe a ser o país mais populoso do mundo, ultrapassando a China.

Está organizado administrativamente em 28 Estados e 7 Uniões Territoriais e no país são falados mais de 20 idiomas, sendo o Hindi o mais difundido. O inglês é usado por uma boa parte da população e também a nível político-administrativo e no mundo dos negócios.

A maioria da população é Hindu (cerca de 80%), existindo ainda uma parte importante de Muçulmanos (13%). Existem ainda cerca de 3% de Cristãos, 2% de Sikhs e 2% de outras pequenas religiões.

Apesar de rejeitada pela Constituição, a questão das Castas continua a ser um factor importante de divisão social da sociedade indiana.

A Índia é a 10.<sup>a</sup> economia mundial em termos de PIB nominal, mas ocupa a 3.<sup>a</sup> posição se considerarmos o ajuste paritário do poder de compra. O crescimento do PIB tem variado entre 6 e 8% nos últimos 10 anos, e estima-se que possa manter uma média superior a 8% nos próximos 5.

Apesar do evidente progresso dos últimos anos, o país possui ainda uma parte importante da população abaixo do limiar de pobreza (cerca de 30%) e, não obstante os gigantescos esforços do governo em termos do sistema educativo, uma taxa de iliteracia de cerca de 38%. Comparado com outras grandes economias mundiais, o desemprego é relativamente baixo, com valores, dependendo das fontes consultadas, a oscilar entre os 3 e os 9%. Seja como for, a crescente deslocalização de grandes multinacionais para aquele país, faz com que o desemprego seja na Índia um problema relativamente pouco importante.

## **3. A Petrotec na Índia: História, Objectivos e Situação Actual**

### **Objectivos Iniciais**

Como já referido anteriormente, em meados dos anos 90, o Grupo Petrotec estabelece como prioridade a sua expansão internacional. Para suportar esta expansão e poder competir a nível global com empresas que na altura possuíam uma dimensão muito superior, torna-se não só prioritário como inevitável reduzir os custos de produção.

Para além disso, nessa época a empresa possuía o fabrico de vários componentes críticos para os seus produtos disperso por vários países da Europa, com uma cadeia logística associada demasiado complexa e com custos incomportáveis para os seus objectivos de médio e longo prazo.

Apesar do investimento em meios próprios de produção destes componentes em Portugal ter chegado a ser considerado na altura, rapidamente a empresa concluiu que o mesmo teria sempre um montante demasiado elevado para a ainda relativamente reduzida penetração dos seus produtos a nível global.

Por outro lado, o mercado indiano é ele próprio identificado como bastante atractivo e ainda como possível porta de entrada e/ou centro de produção para outros mercados asiáticos.

Tendo por base estas premissas, a empresa decide que inevitavelmente teria que deslocalizar uma parte importante da sua produção para a Índia.

Pode no entanto colocar-se a questão de porque opta nessa altura a Petrotec pela Índia e não por outras geografias que eventualmente supusessem um risco menor. Porquê então a Índia?

Durante os contactos exploratórios com vista à deslocalização da produção, foram efectuados alguns contactos prévios com potenciais parceiros no mercado indiano. Tais contactos foram considerados interessantes no âmbito de uma futura parceria, para além de que durante os mesmos se concluiu que na Índia existia uma cultura favorável, onde o respeito a afabilidade e simpatia dos interlocutores era evidente.

Por outro lado, um dos mais importantes consultores técnicos que na altura colaborava com a empresa possuía ele próprio experiência e conhecimentos do contexto indiano, tendo-se ainda comprovado que existia um “know-how” muito forte dos indianos nas áreas tecnológicas pretendidas (fundição e maquinagem de alta precisão de componentes metálicos).

A facilidade que advinha do facto de se utilizar a língua inglesa para comunicação empresarial foi também um dos factores que ajudou à decisão, para além de que se verificou existirem recursos humanos em quantidade e qualidade para as necessidades da empresa.

Finalmente, e porventura o mais importante dos factores, concluiu-se que o potencial de redução de custos por deslocalização da produção para a Índia, justificava plenamente o risco que tal decisão poderia acarretar, para além de que o investimento era razoavelmente baixo.

Nascia assim, em 1999, a Petrotec Retail Petroleum Equipment (Índia) Pvt Ltd, em associação com um parceiro local, o ATE Group, e com um parceiro Holandês, com sede em Ahmedabad, estado do Gujarat.

## **Evolução da empresa**

Apesar de inicialmente motivada pela necessidade de deslocalização da produção, a Petrotec nunca perdeu de vista a possibilidade de vender equipamentos no próprio mercado indiano, o que acabaria por vir a acontecer por volta do ano 2009 com as primeiras vendas em regime OEM para um fabricante local. Tal associação permitiu que hoje em dia existam cerca de 5.000 equipamentos desse fabricante no mercado indiano que incorporam tecnologia da Petrotec.

Um dos pontos a ter em conta quando se toma a decisão de deslocalizar produção e investir na Índia, são os tempos relativamente elevados de desenvolvimento dos negócios. É efectivamente necessário que os decisores e investidores possuam uma dose de paciência e resiliência acima do normal. De facto, desde a criação da empresa em 1999 até à chegada dos primeiros equipamentos a Portugal, decorreram 3 anos e quase outros tantos em melhorias e ajustes do produto.

No entanto, durante a sua experiência na Índia, e para além da necessária paciência e resiliência acima referidos, a Petrotec percebeu que um dos factores críticos para o sucesso da operação era o controlo efectivo, não só a nível societário, como acima de tudo da qualidade dos produtos.

É assim que a empresa decide primeiro, em 2005, adquirir a participação do ATE Group na Sociedade e, em 2010, adquirir a participação ainda detida pelo parceiro holandês na mesma.

Entretanto, em 2008, já a empresa decidira construir a sua própria unidade industrial, um moderno edifício numa das zonas industriais de Gandhinagar, capital do estado do Gujarat, edifício este equipado com as mais recentes tecnologias de maquinaria de precisão e equipamentos de controlo de qualidade de elevado desempenho.

É precisamente durante este período (2007-2009) que a empresa apresenta o seu maior crescimento, não só em termos de volume de negócios, como em número de Recursos Humanos. De 6 colaboradores em 2007, a empresa passa rapidamente a mais de 60 em 2009, constituindo-se como um dos principais empregadores na Zona Industrial de Gandhinagar, zona esta essencialmente dedicada à indústria de componentes e equipamentos electrónicos, mas acolhendo empresas de cariz industrial de quase todos os ramos de actividade.

## **Caracterização da actividade**

Na unidade industrial de Gandhinagar, a Petrotec fabrica quase todos os componentes utilizados nos 2 principais órgãos (contador volumétrico de pistão e bomba de aspiração do tipo "gear pump") dos seus equipamentos de abastecimento de combustíveis. Na Índia, a empresa dispõe de vários centros de maquinaria de comando numérico (CNC), assim como 2 linhas de montagem, uma para cada um dos produtos acima mencionados, os quais saem das instalações de Gandhinagar prontos a utilizar, sendo daí expedidos para os vários clientes da empresa.

Com a experiência adquirida junto de vários fornecedores locais, e com a ajuda dos mesmos, a Petrotec começou entretanto a aumentar o número e a complexidade dos componentes produzidos localmente, o que permitiu não só reduzir os custos de produção globais dos equipamentos da empresa, como ao mesmo tempo rentabilizar rapidamente a unidade industrial indiana e manter o nível de emprego proporcionado pela empresa.

Entre 2008 e 2013, a empresa passou de 8.000 para quase 16.000 unidades produzidas, tendo a produtividade aumentado de pouco mais de 120 para quase 300 unidades produzidas por colaborador, fruto da crescente automatização de processos implementada naquela unidade, ao mesmo tempo que os recursos humanos iam ficando mais qualificados.

Este incremento de produtividade, aliado ao aumento do número de unidades produzidas e a várias alterações de conceito de fabrico e de materiais usados, para além da internalização de praticamente todos os processos críticos, permitiu que os custos de produção dos 2 principais órgãos acima mencionados baixassem cerca de 60% entre os anos de 2002 e 2013, o que superou até as expectativas do projecto inicial. Pode-se assim concluir que esta foi uma deslocalização de enorme sucesso, sem prejuízo ao nível do volume de empregos proporcionado pela empresa em Portugal e viabilizando o crescimento global da mesma.

Resumindo, podemos então dizer que os factores críticos de sucesso deste projecto foram os seguintes:

- i) A internalização de processos complexos e de alto valor acrescentado (os únicos processos que não estão internalizados são neste momento os relacionados com a fundição, pois esta exige investimentos avultados);
- ii) A formação e qualificação dos colaboradores locais, incluindo visitas a Portugal dos "quadros-chave" da empresa;

- iii) A adoção de procedimentos de Qualidade e Produção da “casa-mãe”, adaptados à realidade local;
- iv) A adoção de políticas de retenção e motivação dos colaboradores com desempenho acima da média;
- v) O investimento em equipamentos de controlo de qualidade e de maquinaria de alta precisão “state of the art”;
- vi) A constituição de parcerias com os “fornecedores-chave”.

#### **4. Viver, Trabalhar e Investir na Índia: Dificuldades e Oportunidades**

##### **Conhecer a Índia**

Seja para o colaborador de uma multinacional com operações na Índia que é expatriado para aquele país, seja para o empresário que decide investir naquele mercado, tal decisão não pode deixar de ser tomada tendo por base alguns princípios fundamentais. Acima de tudo, para nos adaptarmos e sermos bem-sucedidos na Índia, temos que:

- definir claramente os objectivos subjacentes a tal decisão e termos a certeza de que possuímos a capacidade de resistência e resiliência necessárias;
- estar preparados para tudo e para abdicarmos de tudo aquilo que damos por adquirido no mundo Ocidental;
- entender que existem várias Índias dentro da Índia e não nos limitarmos a ouvir experiências de pessoas que possam eventualmente ter estado num determinado sítio na Índia, pois pode muito bem dar-se o caso de que esse local nada tenha que ver com aquele onde pensamos trabalhar/investir;
- acima de tudo, devemos tentar aprender o máximo possível sobre o local onde pensamos trabalhar/investir, não só antes da decisão tomada, como também já depois de iniciado o desafio.

##### **As dificuldades de adaptação**

Do ponto de vista pessoal, e tanto para quem decide aceitar o desafio de ser expatriado para a Índia, como para os empresários que decidem expatriar alguns dos seus colaboradores, existem vários aspectos básicos a ter em conta:

- **Cuidados com a alimentação:** apesar de hoje em dia existirem em muitas cidades estabelecimentos hoteleiros de padrões Ocidentais, em muitas zonas do país são ainda necessárias as típicas precauções recomendadas nas já famosas “Consultas do Viajante”, como sejam os cuidados com a ingestão de água, de saladas, frutas e em geral todos os alimentados não cozinhados, dado que o nosso organismo não está preparado nem para o tipo de alimentação, nem para as condições de higiene muitas vezes deficitárias.
- **Seleção do alojamento:** tal como referi no ponto anterior, começam a existir já em muitas cidades indianas alojamentos de padrão Ocidental, mas fora das grandes cidades a escolha do local onde residir pode constituir um exercício de paciência que não está ao alcance de qualquer pessoa.
- **Deslocações:** conduzir uma viatura própria está praticamente fora de questão nas grandes cidades. O mais correcto e utilizado por muitos expatriados e empresários ocidentais é usar um motorista local. Em relação às viagens de avião, a Índia possui hoje em dia uma rede de aeroportos e um conjunto de companhias aéreas praticamente ao nível do que existe no resto do Mundo, pelo que esse ponto não deverá constituir um problema.
- **Preparar-se para o clima:** dependendo dos Estados, este pode ser um ponto bastante complicado. No caso do estado do Gujarat, em especial os meses de Abril a Junho são muito complicados, sendo normal que as temperaturas durante o dia alcancem os 45 graus, a que se seguem depois 2 meses onde as chuvas provocadas pelas monções podem provocar o caos nos processos logísticos e complicar bastante a vida das empresas. No resto do ano, de Setembro a Março, o clima tende a ser mais ameno.
- **Assistência médica:** em especial fora das grandes cidades este é um importante factor a ter em conta, pois apesar de hoje em dia a Índia possuir já uma razoável rede de hospitais e clínicas, os quais são inclusive utilizados por estrangeiros que nos seus países não podem suportar os elevados custos que determinados actos médicos implicam, tal rede não abrange de igual modo todas as regiões do país.

No entanto, e por mais que estejamos preparados para os aspectos anteriormente listados, nada é mais complicado para um Ocidental do que lidar com alguns dos aspectos sócio-culturais da Índia.

## **O Choque Cultural e as Relações Interpessoais**

Neste domínio, a delicada e complexa questão das castas pode apanhar desprevenido o gestor ou empresário mais experiente, pois a mesma tem muitas vezes um impacto nas relações interpessoais dentro das empresas e na própria política de Recursos Humanos para o qual poucas pessoas no Ocidente estão preparadas. Um dos pontos onde esta questão pode causar mais dificuldades, é no estabelecimento de sistemas de promoção e de reconhecimento baseados no mérito dentro das empresas.

Por outro lado, há que entender o importante papel que os rituais, tradições e crenças religiosas têm em todos os aspectos do dia-a-dia dos indianos, incluindo na vida das empresas. Tais aspectos podem mesmo causar enormes dificuldades em agregar pessoas de religiões diferentes numa mesma empresa ou projecto. Outro dos aspectos a ter em conta é o impacto que o complexo e extenso calendário de festivais e celebrações religiosas pode causar nos calendários laborais das empresas, nos processos logísticos e no próprio planeamento da produção, no caso de empresas industriais.

Outro aspecto-chave no desenvolvimento de negócios na Índia é das relações interpessoais entre Ocidentais e Indianos (e mesmo entre estes, no caso de empresas Ocidentais que possuam muitos quadros locais, como é o caso da Petrotec). É de facto muito importante que o empresário, gestor ou quadro técnico destacados para a Índia entendam que os problemas de comunicação irão dominar o seu dia-a-dia e desenvolvam ferramentas de “despiste” dos inúmeros mal-entendidos que se verificam ao longo de um dia de trabalho.

Uma questão muito presente nas empresas indianas, é a de que o estatuto de chefia, bem como a antiguidade em determinado posto, são sobrevalorizados, totalmente respeitados e raramente desafiados. Isto faz com que muitas vezes se gerem processos de frustração em quadros com valor e que tais processos podem acabar facilmente em perda de colaboradores de elevado potencial.

A manutenção da auto-estima e a motivação dos colaboradores, sendo importante em qualquer empresa do Mundo, é o ainda mais na Índia. É por isso necessário muito cuidado com as críticas mal formuladas, as presenças extemporâneas e inoportunas, que normalmente são consideradas agressivas, mal-educadas e desrespeitosas.

Por último, é necessário que os empresários e gestores entendam que os processos de tomada de decisões são muitas vezes lentos e o culminar de longos processos de amadurecimento e que os Indianos são

óptimos negociadores, sendo que a noção do tempo é não raras vezes diferente para Ocidentais e Indianos e que normalmente este joga a favor dos segundos...

Uma vez entendidas e dominadas estas questões-chave, pode-se dizer que o empresário ou gestor está agora preparado para começar a aproveitar o oceano de oportunidades de negócio que a Índia representa.

### **Oportunidades para as Empresas**

Nos últimos anos, as empresas têm vindo a explorar as oportunidades da Índia essencialmente em três vertentes:

- Como mercado de consumo em expansão;
- Como fonte de RH qualificados;
- Como fonte de produção, a custos mais reduzidos.

De facto, espera-se que o nível de consumo do mercado indiano cresça 3 a 4 vezes nos próximos 10 anos, induzido por uma população jovem com rendimento familiar em franca expansão e ávida por adquirir bens e serviços que actualmente predominam nas sociedades do Ocidente. No entanto, é muito importante que as empresas entendam que a Índia não é um mercado de apenas um tipo de consumidor e que são necessários estudos exaustivos de mercado para que as oportunidades se transformem de facto em bons negócios.

No domínio dos Recursos Humanos, a grande vantagem da Índia reside na abundância de mão-de-obra, recursos qualificados e de grande qualidade técnica e uso generalizado da língua inglesa.

Em termos de política industrial, existe um grande enfoque por parte do governo indiano neste sector, sendo objectivo do mesmo que o sector industrial que hoje contribui 11% para o PIB, passe a contribuir 25% em 2025. Nos últimos anos, os custos laborais baixos e a crescente produtividade tornaram a Índia num grande centro de produção, e muitas empresas multinacionais possuem já hoje em dia na Índia a sua base industrial.

### **Dificuldades para as Empresas**

Para além de todas as dificuldades acima mencionadas, existe um aspecto que o Governo Indiano, apesar dos esforços, não tem conseguido resolver

e que está relacionado com a complexidade do sistema fiscal e da Administração Pública em geral. Tal complexidade pode induzir algumas vezes fenómenos de pequena corrupção habituais nas economias emergentes.

Também a complexa teia de impostos inter-estaduais pode dificultar a vida das empresas, apesar de existirem empresas de consultoria fiscal e de contabilidade em bom número e com serviços de qualidade.

A Administração Pública indiana está por norma pouco racionalizada e os processos de licenciamento e obtenção de autorizações e certificações muito burocratizados, existindo uma elevada dispersão de competências entre diferentes serviços e muitas “zonas cinzentas” de decisão. Não nos surpreendamos por isso se for necessário, por vezes, começar um determinado processo de novo num departamento da Administração Pública distinto daquele onde já o havíamos iniciado anteriormente. A legislação muitas vezes antiga e desajustada é outro dos factores de dificuldade.

As empresas que decidam investir na Índia devem assim possuir a necessária robustez financeira e ter presente que entre o momento da decisão do investimento e a concretização dos objectivos planeados pode decorrer bastante tempo.

No meio de todas as dificuldades, é de salientar que existem no entanto regras muito claras em relação ao funcionamento das empresas, sendo o sistema legal societário da Índia bastante transparente e objectivo. Um dos pontos em que a Índia difere da maioria dos países Ocidentais é a necessidade de todas as decisões importantes para as empresas, mesmo as mais pequenas, terem que estar plasmadas em actas das reuniões dos Conselhos de Administração e das Assembleias Gerais, assumindo a figura dos “Company Secretaries” um papel muito importante neste domínio.

### **“Joint-Ventures” e Parcerias**

Para uma empresa poder obviar às dificuldades anteriormente mencionadas, pelo menos numa fase inicial, e diminuir os riscos do investimento, uma das formas mais recomendadas para se começar uma actividade empresarial na Índia é o estabelecimento de “Joint-Ventures” ou parcerias com empresas locais.

Neste domínio, são de salientar os seguintes factores críticos de sucesso:

- Equilíbrio nos órgãos directivos, pois é essencial que a empresa estrangeira não fique numa posição demasiado “minoritária” face à empresa local;

- Presença na gestão corrente, em especial ao nível do controlo financeiro, na correcta proporção com o capital investido e participação accionista;
- Acautelar os aspectos jurídicos em caso de litígio (arbitragem internacional), bem como os aspectos do “know-how” tecnológico e dos processos de inovação;
- Uma especial atenção aos aspectos de controle de qualidade, devendo os mesmos se possível ficarem sob controlo da empresa estrangeira.

No que respeita à identificação de um sócio/parceiro local adequado, a nossa escolha deve contemplar não apenas variáveis como a capacidade de gestão, a experiência do mercado ou a capacidade financeira, mas também, e sobretudo, a reputação e idoneidade, a experiência de trabalho com empresas internacionais, a rede de contactos (institucionais, administrativos e políticos), a visão do futuro dos empresários locais, o contexto familiar e a própria personalidade dos mesmos. A escolha de um parceiro/sócio nunca deverá ser feita sobre pressão do tempo!

## **Conclusões**

A experiência do Grupo Petrotec na Índia e a minha em particular dizem-nos hoje em dia que apesar de todas as dificuldades que apresentamos anteriormente valeu a pena sem a mínima dúvida investir neste mercado e que os benefícios ultrapassaram largamente os riscos e as dificuldades. Aconselhamos assim fortemente as empresas portuguesas a apostarem no país mas de todos os factores críticos que fomos referindo ao longo deste texto, gostaríamos de deixar aqui os principais:

- Conhecimento do país e a cultura;
- Definição clara dos objectivos;
- Estudo exaustivo das potenciais parcerias e do local onde nos vamos estabelecer;
- Paciência, persistência e resiliência;
- Mente aberta e capacidade de adaptação.



## Índice Analítico

- Abastecimento de uma nau, 37  
Abóboras da Guiné, 38  
ABREU, Pedro Cancela de, 100  
Açafrão, 39  
Achares, 39  
Açúcar, 9, 39, 43  
AFONSO II, rei, 135  
*África*, 69, 89, 134: costa de, 52  
Agasalhados, 48, 62, 63  
Agricultores, 111  
Água a bordo, 38  
AGUALUSA, José, 133  
Águia bicéfala, 78, 79, 95ss, 99  
AGUIAR BRANCO, Pedro, colecção, 79  
Air India, 163  
Alardo, 47, 48, 55, 59  
Albaneses na Índia, 25  
ALBUQUERQUE, Afonso de, 23, 137  
ALBUQUERQUE, D. Pedro António de  
Noronha, conde de Vila Verde, 47; v. tb.  
Conde de Vila Verde  
Alcaparras, 42  
*Alcochete*, 18  
Alemães, 23  
*Alentejo*, 42  
Alfices, 42, 43  
*Algarve*, 42  
Alhos, 39  
ALI ADIL KHÂN, sultão de Bijapur, 26  
Alimentos a bordo, 37, 38, 40  
Aliseos, ventos, 13  
Alma de Coimbra, 144  
*Almançanilha*, 42  
ALMEIDA, Ana Cristina, 117, 122  
ALMEIDA, Isabel, 88-100  
ALMEIDA, Maria Manuela Martins Vieira de,  
129  
Alpendre, 111, 113  
ALTAVILA, Lia, 142  
Alvenaria, 115  
AMARO, Luísa, 140  
Ameixas, 42  
Amêndoas, 39  
*América*, 18  
AMORIM, Maria Adelina, 100  
Amotinação de soldados, 59  
Angelim, madeira de, 77, 78, 84, 87  
*Angola*, 133, 135  
*Angoxe*, ilhas de, 50, 61  
*Anjuane*, ilha de, 58  
ANTUNES, José, mestre entalhador, 86  
*Arábia*, 14; costa da, 58, 60  
ARASARTNAM, S., 81  
Arcebispo de Goa, D. Frei João Vicente da  
Fonseca, 21  
Armadas da Índia, 23  
Armas: a bordo, 59; apresto das, 48; con-  
serto de, 55  
Armênios, 24, 25  
Arquitectura: civil indo-portuguesa, 105ss;  
doméstica indo-portuguesa, 110;  
doméstica, 105-107; popular, 111; reli-  
giosa, 106; senhorial, 111  
Arroz, 37, 38; basmati, 159  
Artes Plásticas, 144  
Artilharia, 48  
Ascensão, festa da, 45  
*Ascensão*, ilha de, 49, 57

- Ásia*, 12, 13, 87, 135  
*Assolna*, 112  
*Atlântico*, 12, 35  
 Azeite, 9, 39, 94  
 Azeitonas, 43; de Elvas, 42  
*Baçaim*, 8, 27; baluartes de, 8; conventos, 8; igrejas de: Nossa Senhora da Vida, 8; do Sagrado Nome de Jesus, 8;  
*Babia*, 49, 53, 57, 72  
*Baía de Santo Agostinho*, 57, 58  
 Bairro português de Mazagão, 9  
 BALBI, Gasparo, 26  
 Balcão. 113ss  
 BALDEUS, Philippus, 108  
 Baleatos, 71  
 Baleias, 70  
 Baluartes de Baçaim, 8  
 Bananas, 17, 18  
 Banianes, 25  
 Barbeiros, 62  
 Barrete, 78  
 BARRETO, Luís Filipe, 98, 100  
 BARROS, João de, 14  
 BARROS, Miguel, 144  
 BARZEU ou BARZE, Gaspar, jesuíta flamengo, 27  
*Bassorá*, 26, 28  
*Belém*, 35  
*Bengala*: costa de, 99; golfo de, 29, 78, 81, 84, 87  
 BERNARDES, Padre Manuel, 94, 95  
*Betalbatim*, 112  
*Bijapur*, sultão de, Ali Adil Khân, 26  
 Biombos, 82  
*Birmânia*, 84  
 Biscoito, 37, 38, 43; acondicionamento do, 39  
 Bispo de Malaca, D. António da Sagrada Família, 69  
 BLANC, Vincent Le, 29  
 Blasfêmias, 54, 58; a bordo, 47  
*Boa Esperança*, cabo da, 28, 36, 48-50, 54, 57, 58, 60, 67, 72  
*Bombaim*, 9, 137  
 BOXER, C. R., 50  
 Brâmanes, 105, 107, 110, 114, 115  
 BRÁS, Padre Cristóvão, 70  
*Brasil*, 22, 53, 60, 91, 95, 107, 109, 118, 133-135; costa do, 57; frota do, 73; invernia no, 36  
 BRITO, D. Maria de, 86  
*Bruges*, 28  
 Budismo, 12  
 Cabeça de elefante, 7  
*Cabo da Boa Esperança*, 28, 36, 43, 48-51, 53, 54, 57, 58; festa da passagem do, 45  
*Cabo de Santo Agostinho*, 35  
*Cabo Verde*, 135  
 CABRAL MONCADA, 82  
 CABRAL, Pedro Álvares, 13, 15  
 Caçador português, 78  
 Cadeia da Cidade de Goa, 64  
 Cadeira, 18, 19  
 Caixa escritório: 77ss; origem, 81; significado da, 98ss  
 Caixeiros, rua dos, 83  
 Cal de ostra, 109  
*Calangute*, 131  
*Calbeta*, S. Jorge, 139  
*Calicute*, 9, 11, 13, 16, 19  
 Calmarias, 35, 44, 51, 69  
 CÂMARA, Gonçalves da, 53; v. tb. António Luis Gonçalves da Câmara Coutinho  
*Cambaia*, 81; golfo de, 119  
 CAMINHA, Pero Vaz de, 16  
 CAMÕES Luís de, 8, 78, 87, 88, 90, 95  
*Canadá*, 22  
*Cananor*, 23, 59, 141  
*Canárias*, 50, 66  
 Canções de Goa e Damão, 117  
 CANTO, António Pires do, 37  
 Capela de Nossa Senhora do Monte, 143  
 Capela hindu, 109  
 Capitão de Malaca, Simão de Melo, 84  
 Capitéis, 109  
 Capoeiras a bordo, 38  
 Caravelão, 36  
 CARDOSO, Flávio, 143  
 CARDOSO, Hugo, 90, 100  
 Carepas, 112  
 CARITA, Hélder, 108, 109  
 Carneiros, 41

- Carnes, 37, 38; frescas, 41  
Carreira da Índia, 35ss  
*Cartuxa*, frades da, Évora, 80  
CARVALHO, Eduardo Kol de, 137, 139  
CARVALHO, Pedro Moura, 80-82  
Casa: da Índia, 62, 63; do Alemão, 112; dos Bragança Pereira, 112; dos Godinhos Vaz, 112; dos Monteiros, 112; europeia, 111; portuguesa, 111; senhorial indo-portuguesa, 107  
Casaco de mangas, 78  
*Cascais*, 41  
Castanhas, 42  
*Castela*, 85; embarcações de, 64  
Castelhanos, 13, 23  
CASTELNUOVO, Enrico, 99  
CASTRO, D. Diogo de, 85  
CASTRO, D. Fernando de, 85  
CASTRO, D. Lourenço Pires de, 85  
Católicos em Goa, 124  
Cebolas, 38, 43  
Celeste Império, 11  
Centro: de Estudos de Povos e Culturas, 129; de Língua do Instituto Camões, Goa, 142; Centro Nacional de Cultura, 7, 129; CEPCEP (Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa), 7  
Cerimónias da Semana Santa, 45  
*Ceuta*, 88, 89, 90, 95  
Cevada, 43  
CHAÍNHO, António, 143, 144  
Chapéus, 19  
Chardós, 105, 107, 110, 114, 115  
*Chaul*, 8, 81; forte de, 8, 9  
*Chicalim*, 141, 152  
Chicória, 42  
*China*, 84, 85  
Chineses, 135  
CHIRANDE, Padre João Baptista, 70  
Chouriços, 40  
*Cochim*, 24, 26, 59, 83, 84, 108; queda de, 22  
Coco, 17, 18  
COELHO, Padre Alexandre, 70  
Coelhos, 40, 41  
Coentros, 39  
COLAÇO, Fernando Jorge, 139  
COLAÇOS, solar dos, 7  
Colchões, 18  
Colecção: Condes de Basto, 85; Mário Roque, 82, 83, 87, 99  
Colégio: de Rachol, 29; de Santo Antão, Lisboa, 92; de São Paulo, 28  
COLOMBO, Cristóvão, 13  
Colonização britânica na Índia, 156  
Comboios, 60  
Comerciante português, figura de, 87, 88  
Comerciantes, 111  
Comércio ultramarino, 87  
*Comorim*, cabo, 84  
Companhia de Jesus, 92, 94  
Comunidades damanenses, 120  
Concanim, 28  
Concurso da Canção Portuguesa, 142  
CONDE de: Castelo Melhor, D. Rodrigo de Vasconcelos e Sousa, 86; de Linhares, 84; de Redondo, D. Fernando de Sousa Coutinho Castel-Branco e Menezes, 86; de Vila Verde, D. Pedro António de Noronha Albuquerque, 47, 50-54; v. tb. ALBUQUERQUE, D. Pedro António de Noronha  
Condes de Basto, coleção, 85  
Conduta cristã, 99  
Confissões, 53, 54, 70  
Conflitos a bordo, 37  
Confrarias a bordo, 46  
Conselho Ultramarino, 53, 55, 59, 72; Presidente do, 63  
Conserva, 55, 56  
Consulado de Portugal em Goa, 142  
Contadores, 82  
Contra-Reforma, 96  
Convento: da Arrábida, 144; de Santa Mónica, 152  
Coral, 19  
CORBINELLI, Francesco, 25  
*Coromandel*, 25, 81; costa do, 81, 84, 90  
Corpo de Deus, festa do, 45  
CORREIA, Álvaro Pinto, 129  
CORREIA, Sebastião, 69

- CORREIA, Tomé de Sousa, governador de Moçambique, 51
- CORSALI, Andrea, 24, 25
- COSTA, Adelino Rodrigues da, 139
- COSTA, António Sabido da, cônsul de Portugal, 7
- COSTA, Gonçalo da, desembargador. 69
- COSTA, João Paulo Oliveira e, 11ss
- COSTA, Manuel Aleixo, 148
- COTTA, Franz, 143
- Coulão*, 24
- COUPLET, Phelippe, 70
- COUTINHO, António Luís Gonçalves da Câmara, vice-rei do Estado da Índia, 47, 52, 73, 74
- COUTINHO, D. Gonçalo, 89
- COUTRE, Jacques de, 84
- COVILHÃ, Pero da, 12, 13
- Cranganor*, 11, 24
- CRESPO, Hugo, 84, 100
- Crimes, 58
- Cristãos, 12, 13; cristãos-novos em Goa, 29; de S. Tomé, 24
- Cristianismo, 11
- CRITA, Hélder, 105ss
- CROIX, Étienne de la, jesuíta, 29
- Crónica de D. Manuel I*, 68
- CRSPO, Hugo, 84
- CRUZ, Liberto, 139
- Cuama*, rios de, 68
- Cultura: indiana, 132; indo-portuguesa, 8, 134
- Cursos de português, 131
- CURTO, Diogo Ramada, 99
- CURVELO, Alexandra, 80, 86, 88, 100
- Damanenses católicos, 123
- Damanidade, 120
- Damão*, 7, 8, 119, 121-123, 126, 137; canções de, 117; Escola Paroquial Nossa Senhora das Angústias, 141; folclore de, 120; língua inglesa em, 120; língua portuguesa em, 120; música de, 118
- Datas da história da Índia, 170, 171
- Deckni, 119, 124
- DELLON, Charles., 108
- Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da FLL, 131
- Descobrimientos, 12
- Despensa do capitão-mor, 39, 40
- Desvio de mantimentos, 48
- Dhalo, 124
- Diabo do mar, 71
- DIAS, João António, 73
- DIAS, João Carvalho, 82
- DIAS, Pedro, 80, 83
- Diáspora: damanense, 122; de Goa, 124
- DINIZ, António, 142
- DINIZ, José, 142
- Direcção de Educação de Goa, 141
- Distracções a bordo, 46
- Distribuição dos alimentos a bordo, 37
- Diu*, 7, 119, 137
- Divindades hindus, 15, 16
- Doces. 17; a bordo, 40, 51, 67
- Doibo*, ilha de, 58
- Dona Paula*, 141
- DOUDY, Padre, 70
- DUARTE, Cláudia, fadista, 143
- Duo Saiote, 144
- DUQUE de Bragança, D. Teodósio, 80
- DURER, Albrecht, 14
- East India Capany*, 156
- Economia indiana, 155ss
- Edifício urbano em Goa, 109
- Egipto*, 12
- EKVAT, Grupo, 143
- Elefante, cabeça de, 7
- Embarcações de Castela, 64
- EMPOLI, Giovanni da, 24
- Empresas. v. Grupo empresarial
- Enfermos, 62
- Equador*, 35; festa da passagem do, 45
- Escalas da carreira da Índia, 36
- Escorbuto, 52
- Especiarias, 12, 13, 39
- Espécie, 40
- Espírito Santo, 94
- Espírito Santo, festas do, 45
- Esquadras, 62
- Estuque, 109
- Europa*, 12, 13, 81

- Europeus, 12  
Exercícios dos soldados, 55  
Expedição de Vasco da Gama, 13  
Fachada, 111, 112  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 131  
Famílias hindus, 100  
Farinha, 37, 38  
Farol, 56  
Febres, 52  
Feijões, 38, 43  
Feitiçaria, 47, 58  
Feitores, 37  
FELGUEIRAS, José Jordão, 83  
FERNANDES, Isabel, 88  
FERRÃO, Bernardo, 80  
Ferro, 134  
Festa: da Ascensão, 45; de Santo António, 45; de São João, 45; de São Pedro, 45; do Corpo de Deus, 45; do Espírito Santo, 45  
Festival de Música do Monte, 143  
FIDALGO, Gregório Pereira, 65  
FIGUEIREDO, Maria de Lourdes, casa de, 7  
*Filipinas*, 13  
FITCH, Ralph, 23, 28, 29  
Flamenga, nau, 50  
*Flandres*, 40, 85  
*Florença*, 26  
FLORES, Jorge, 99  
FLORI, Irmão Cristóvão, S J, 69  
Florões, 109  
Fogo, 64; no farol, 67  
Fogões de bordo, 37, 49  
Folar, 93  
Folclore de Damão, 120  
FONSECA, D. Frei João Vicente da, arcebispo de Goa 21  
FORFAZ, Jorge, 148  
Foros, 55  
Frades da Cartuxa de Évora, 80  
Francesa, nau, 51  
FRANCO, Anísio, 98  
FRANCO, Padre António, 93  
FREDERICI, Cesare, 26  
Frota do Brasil, 73  
Fruta fresca, 42  
Frutos secos, 42  
FUGDDI, 124  
FILIPE II, rei, 80  
Fundação: Calouste Gulbenkian, 137; Cidade de Lisboa, 129, 130, Cidade de Lisboa, 132; Oriente, 130, 138, 140  
GACHARD, M., 80  
Galeria de Arte, Goa, 145  
Galinhas, 38, 51  
GAMA, Vasco da, 11, 12, 15, 16, 19, 35, 36, 155; expedição de, 13  
GANDHY, Rajiv, 158  
GANESH, 9; festival do, 7  
GARCIA, Carlos, 93  
GARCIA, S. Gonçalo, 8  
Gente das naus, 47, 48;  
Gente de guerra, 47; organização da, 48  
Gente de mar, 47, 55  
Gibão, 78  
GINZBURG, Carlo, 99  
Goa Dourada, 107  
*Goa*, 7, 9, 22, 23, 26, 28, 49, 51, 55, 59, 68-71, 73, 81, 90, 107, 126, 134, 197; canções de, 117; católicos em, 124; conquista de, 25, 137; cristãos-novos, 29; descrição da cidade, 30, 71; diáspora de, 124; edifício urbano, 109; ensino do português em, 132; Estado de, 123, 124; história de, 167; hospital real, 29; música de, 118; música portuguesa em, 124; turismo em, 135; Velha Cidade, 51; viajantes, 108  
Goan Association of Teachers of Portuguese, 142  
GODINHO, Rui Landeiro, 53  
GODINHO, Sérgio, 140  
*Golfo de Bengala*, 29, 78, 87  
GOMES, Ana Cristina Costa, 100  
GOMES, Carlos Alberto da Encarnação, 50  
GOMES, Paulo Varela, 139  
GRACIAS, Fátima da Silva, 146  
Gregos, 14; na Índia, 25  
Grupo de Metais de Lisboa, 142  
Grupo empresarial português na Índia, 173  
Grupo *Petrotec*, 173, 174ss  
*Guangdong*, 84

- GUERREIRO, António Coelho, 73  
*Guiné*, 15; costa da, 56  
 GUTIÉRREZ, António Garcia, 117, 119  
*Guzerate*, 25, 80, 119  
 HAKLUYT, Richard, 29  
 HAMILTON, Alexander, viajante, 108  
 HENRIQUE D., Infante, 12  
 HERBERT, Thomas, 30  
 Heresias, 58  
 Hindu, templo, 15  
 Hinduísmo, 12  
 Hindus, 83, 110; famílias, 105  
*Hindustão*, 80.82; península do, 100  
 Hipopótamo, 18  
 História da Índia, datas da, 170, 171  
 História de Goa, 167  
 Holandeses, 13  
 Hortaliças, 42  
 Hospital Real de Goa, 29  
 Hospitais de S. João de Deus, 8  
 Humildade, 99  
 IBN-BATUTA, 14  
 Idade Média, Baixa, 12  
 Identidade goesa, 124, 133  
 Identidade indo-portuguesa, 7  
 Império Celeste, 11  
 Império Persa, 11  
*Índia*, 7, 13, 16, 19, 36, 51, 55-57, 85, 118, 131, 134; armadas da, 23; datas da história da, 170, 171; oportunidades para empresas na 183; turismo na, 135; viver, trabalhar e investir na, 180  
 Indianos, 25  
 Índico, 12, 13; monção do, 35  
*Indochina*, 11  
 Indo-Portuguese Friendship Society, 130  
 Indústria na Índia: automóvel, 165; eletrónica, 165; manufactureira, 161-163; têxtil, 165  
 Ingleses, 13  
 Instituto Camões, 130  
 Intocáveis, 114  
*Itália*, 85  
 Italianos, 23, 25; na Índia, 25  
*Japão*, 8, 14, 19, 84  
 Japoneses, 85  
 Jesuítas, 37; na Ásia, 27  
*Jingdezben*, 84  
 JOÃO II, D., 12  
 JOÃO, Domingos, capitão de nau, 53, 72-74  
 Jogos a bordo, 46  
 JORDÃO, Adriano, 140, 143  
 Juramentos, 54; falsos a bordo, 47, 58  
 Jurisdição do capitão-mor da viagem à Índia, 46, 49, 58, 64  
*Karnataka*, 124  
 Konkani, 124  
 LABORINHO, Ana Paula, 136  
 Laca chinesa, 82  
 Ladainha, 45  
 Lambéis, 19  
 Lampião, 62  
*Lansibar*, ilha de, 58  
 Laranjas, 42  
 Laterite, 109  
 LAVAL, François Pyrard de, 23, 29, 36, 37, 81  
 LAVRE, André Lopes de, 65  
 Lazer a bordo, 37  
 LEÃO, Rodrigo, 144  
 Legumes de bordo, 37, 43  
 LEITÃO, Humberto, 57  
 Lentilhas, 38, 43  
 Letria, 38  
 Liberdades da gente das naus, 48, 55, 63, 64  
 Limpeza da nau, 62  
 LINDE, Francisco Pereira de, mercador flamengo, 87  
 Língua portuguesa em Goa, 120, 129  
 LINHARES, Conde de, 84  
 LINSCHOTEN, John Huyghen Van, 21, 28, 29, 81, 114  
*Lisboa*, 9, 14, 53, 54, 59, 73; porto de, 55  
 Livros: defesos, 58; dos santos, 58  
 LOBATO, Manuel, 21ss  
 LOBO, Padre Álvaro, 91  
 LOBO, Padre Jerónimo, 43  
 LOIOLA, Inácio de, 27  
 LOPES, Irmão João, SJ, 69  
 LOPES, José Oliveira, barítono, 142  
 Louvado do Menino Jesus, 119  
 LTBLANE, Padre Marcelo, 70  
 Lusofonia, 117

- LUTHERO, Martim, 27  
*Madagáscar*, v. São Lourenço, ilha  
Madeira de angelim, 77, 78, 87  
Madeiras, 12  
Madrepérola, 80  
MAECHT, Mark van, 28  
*Maharashtra*, 119, 123  
*Majorda*, 112  
*Malabar*, 11, 17, 24  
*Malaca*, 27, 90; capitão de, Simão de Melo, 84  
MALHEIRO, Afonso, 139  
Mandó, 114, 115, 119, 121, 124  
*Manila*, 27  
Manteiga, 39, 41  
Mantimentos: estragados, 44; abertura de, 63; desvios dos, 48, 63  
MANUEL I, D., 12, 14, 15  
Mapa-mundi, 12  
*Mapussá* ou *Mapuça*, 131, 132, 141  
Mar: Árábico, 119; da China, 13; Vermelho, 11  
Maratas, 9, 28  
MARCHAND, Ana, 140  
Marfim, de Moçambique, 68  
*Margão*, 7, 130, 141  
Marinharia, 155  
Marinheiros, 51  
Marmelada, 43  
MARREIROS, Luis, 151  
MARREIROS, Pedro, 143  
MARTINS, Guilherme d'Oliveira, 7  
MARTINS, Lourdes, 144  
MARTINS, Rui, 143  
MASCARENHAS, D. Pedro de, 43  
MASCARENHAS, Margareth, 147  
MASCARENHAS, Sérgio, 100, 139  
Matalotagem, 38  
MATOS, Artur Teodoro de, 35ss, 100  
MATOSO, Manuel Vieira, capitão-mor, 50, 65  
Matrícula de Goa, 47, 55  
*Mazagão*, 9; bairro português de, 9  
MECO, José, 100  
MEDEIROS, Gonçalo de, 93  
MEDEIROS, Padre Gonçalo de, 91, 92  
MÉDICIS, Giuliano, 25  
*Mediterrâneo*, 11, 155  
Mel, 19  
*Meliapor*, S. Tomé de, 25, 81  
*Melinde*, 18  
MELO, Simão de, capitão de Malaca, 84  
MENDES, Carlos, 143  
MENDES, Rui, 100  
MENDIRATTA, Sidh, 99, 100  
MENESES, Carlos, 143  
MENESES, Filipa, 143  
MENEZES, D. Fernando de Sousa Coutinho Castel-Branco e, conde de Redondo, 86  
Mercador flamengo, Francisco Pereira de Linde, 87; português, 100  
Mesquita de Safa, 8  
MESQUITA, Gonçalo de 93  
Mestre entalhador, José Antunes, 86  
Mezinhas, 62  
Milho, 37  
Ministério da Educação de Portugal, 131  
*Miramar*, 141  
MIRANDA, Lúcio, arquitecto, 138, 151  
MIRANDA, Mário João Carlos do Rosário de Brito, 139  
MIRANDA, Mário, 139  
Missionários, 23  
*Moçambique*, ilha de, 33, 35, 36, 49, 50-52, 57, 58, 60, 61, 68, 70, 135; descrição de, 68; invernar na ilha de, 69  
MOCQUET, Jean, 23, 30  
Mogóis, 85  
Molícies, 58  
MONCADA, Miguel Cabral de, 82, 100  
Monção: do Índico, 35; pequena, 51; ventos de, 12  
MONJARDINO, Carlos, 139  
MONTEIRO, Eugénio Viassa, 155  
MORAIS, Maria João, 140  
MOREIRA, Rafael, 83  
Mortes na viagem à Índia, 51, 70, 71  
*Mossale*, ilha de, 58  
Mostarda, 39  
MOTA, Aleixo da, 49  
*Moura*, 41  
Muçulmanos, 12, 13

- Museu: de Singapura, 79, 82; Nacional de Arte Antiga, 79; Nacional Soares dos Reis, 79
- Música: damanense, 120, 126; goesa, 124, 126; portuguesa em Goa, 124
- Músicos do Tejo, 144
- Nabos, 42
- Nagapattinam*, 81
- NARINO, António, 99
- Nau: almiranta, 66, 68; flamenga, 50, 66; francesa, 51, 67; Lusitânia, 54; Nossa Senhora da Ajuda Lusitânia, 50; Nossa Senhora da Conceição, 50, 54; São Francisco, 54; São Pedro Gonçalves, 53, 72-74; população de uma, 37
- Navegação, 56; em conserva, 60
- Navelim*, 141
- NEHRU, Jawaharlal, 124, 157
- NEWBURY ou NEWBERIE, John, 23, 28, 29
- NORA, Pierre, 126
- NORONHA, D. Pedro António de, conde de Vila Verde, 73, 74
- NORONHA, Orlando, 143
- NORONHA, Percival, 7
- Nova Deli*, 137
- NOVARA, Bernardino, 82
- Novas Conquistas*, 8
- Novena de Santo António, 46
- NÚÑEZ, Hernán, 90
- Nuvem*, 141
- Obediência, 99
- Observatório da Língua Portuguesa, 134
- Oceano Pacífico*, 13
- OLIVEIRA, Fernão de, 37
- OLIVEIRA, Rui, 126
- Omã*, mar de, 84
- Ordem de Mérito, 7
- Orfeão da Universidade do Porto, 140
- Organização a bordo da gente de guerra, 62
- Oriente*, 89
- Oriente, 91
- Ormuz*, 26, 28
- Orquestra Metropolitana de Lisboa, 142
- ORTA, Garcia de, 8
- OSÓRIO, Irmão Bernardo, 70
- Ouro, de Moçambique, 68
- OVÍDEO, *Metamorfofos* de, 82
- Ovos, 38, 41, 42
- Pacífico, Oceano*, 13
- Paço: de S. Miguel ou dos Condes de Basto em Évora, 85; dos Condes de Basto em Lisboa, junto a Castelo Picão, 85
- Pacto colonial, 22
- Paisagem urbana, 105ss
- Países africanos, 117
- Palácio: dos Arcebispos, 113; Palácio-Fortaleza, 113
- Palma*, ilha de, 50, 66
- Pangim ou Panjim*, 108, 130, 132, 138, 141
- Pão de levedura, 93
- PAREDES, Carlos, 140
- PARIS, Tito, 143
- Páscoa, 94
- Páscoa, domingo de, 93
- Passagem do: cabo da Boa Esperança, 45; Equador, festa da, 45
- Passas, 39
- Patrão*, baixos do, 58, 60
- Pau-preto de Moçambique, 68
- Pedras preciosas, 12
- Pegu*, 84
- Peixe a bordo, 37, 38, 41, 71
- PENALVA, Luísa, 98
- Pentecostes, 94
- Perdizes, 40
- PEREIRA, Mário, 173
- PEREIRA, Padre João, 92
- PEREIRA, Virgínia, 143
- Perfumes, 12
- Perrexil, 42
- PERRY, Cris, 143
- PETRARCA, *Triunfos* de, 82
- Piloto, 64, 72
- Pimenta, 26
- PINTO, Álvaro Sequeira, coleção, 79
- PINTO, Fernão Mendes, 8, 14
- PINTO, Maria Helena Mendes, 80
- População: católica em Goa, 124; de Damão, 119; de uma nau, 37
- PORTO, Ana Maria, 152
- Portugal*, 120, 131, 134

- Português de Damão, 120, 121  
*Porvorim*, 141  
Pousadas da juventude, 131  
Praça de armas, 62  
Prática religiosa a bordo, 37  
Presuntos, 40  
Produção alimentar na Índia, 159  
*Protec* na Índia, 176ss  
Provedor das armadas nos Açores, 36, 37  
*Província do Norte*, 22  
*Províncias Unidas*, Estado das, 59  
*Pulicat*, 81  
Queijos, 37, 41; alentejanos, 41; flamengos, 41  
Quinteto Lusitânia, 143  
Quotidiano: de uma viagem à Índia, 37; doméstico, 114  
Ração d'el rei, 37, 62  
*Rachol*, 141; colégio de, 29  
RADULET, Carmen, 21  
RAIKAR, Ramnath Pai, 130  
RAMÚSIO, 23  
Ranchos, 62  
RANGEL-RIBEIRO, Victor, 147  
RÃO KYAO, 140  
RAO, Narashima, 158  
RAU, Virgínia, 25  
Refeições a bordo, 39  
Refresco, 43  
Regimentos da carreira da Índia, 47  
REI, Roberto Vilovy, ou Vilivim, secretário de Estado, 50, 64  
*Reino Unido*, damanenenses no, 122  
REIS, Hugo, 143  
Relação de Goa, 58  
Religiosidade a bordo, 44  
RESENDE, Pedro Barreto de, 83  
Restaurante “Nostalgia”, 8  
Revolução geográfica, 13  
*Ribandar*, 7; Nossa Senhora de, 51, 67  
Ribeira das naus, 35  
RIBEIRO, Maria Queiroz, 82  
Rinoceronte, 14  
*Rio de Janeiro*, 49, 50, 57  
RODRIGES, Marcos, 28  
RODRIGUES, Amália, 138, 140  
RODRIGUES, Marco, fadista, 144  
RODRIGUES, Padre Simão, 92  
RODRIGUES, Pedro, 143  
RODRIGUES, Vicente, 49  
ROQUE, Mário, coleção, 79, 80, 82-84, 87, 100  
ROSÁRIO, Frei António do, franciscano, 94  
Rosary College, Navelim, 142  
Rota: da carreira da Índia, 49, 53; da seda, 11; do cabo da Boa Esperança à Índia, 59; por dentro da ilha de S. Lourenço, 60, 61  
Roteiro de navegação, 60  
ROVELLASCO, Giovanni Battista, 26  
Rua: da Seda, 83; dos Caixeiros, 83; dos Sapateiros, 83  
*Rússia*, 29  
*Ryukyu*, ilhas, 84  
SÁ, Garcia de, capitania de, 8  
SAGRADA FAMÍLIA, D. António da, 69  
*Salcete, Salsete*, 6  
SALDANHA, António, capitão-mor, 38, 41  
Salgaocar College of Law, Pangim, 141  
*Saligão*, 141  
Salsa, 39  
Salve dos marinheiros, 45  
Samorim de Calicute, 8, 15  
SAN TOMÁS, Frei Juan de, 93  
SANDE, António Paes de, 65  
*Santa Cruz*, 141  
*Santo Agostinbo*, cabo de, 36; baía de, 57, 58  
SANTO ANTÓNIO: festa de, 45; novena de, 46  
Santos, livros dos, 58  
SANTOS, Manuel André dos, mestre da nau, 74  
SÃO JOÃO, festa de, 45  
*São Lourenço*, ilha de, 49, 50, 53, 57, 58, 60, 61, 72  
SÃO PEDRO, festa de, 45  
SÃO TOMÉ, apóstolo, 11  
*Sapateiros*, rua dos, 83  
SAQUE, Elsa, 142  
SARDO, Susana, 117, 118, 125, 126  
SASSETI, Filippo, 26

- Satiagraha*, 156  
 Saúde na Índia, 160, 161  
 SAVANT, Sandhya, 151  
 Seda, rota da, 11  
 Seda, rua da, 83  
*Segreiros de Lisboa*, 143, 144  
 Semana Santa, cerimónias da, 45  
 Seminários Internacionais de História Indo-  
 -Portuguesa, 146  
*Sena*, rios de, 68  
 SENOS, Nuno, 79, 100  
 SERRA, Fernando Reis Alves, 139  
 SERRÃO, Vítor, 77ss, 85  
 SEVERIM, Gaspar de Faria, 86  
 SHIRSAT, Sónia, 142, 143  
*Sião*, 84  
 SIENE, Frei Vicenzo Maria de Santa Cata-  
 rine, viajante, 108  
 SILVA, Carlos, 143  
 SILVA, Eurico Santana da, 7  
 SILVA, Manuel Filipe da, 65  
 SILVA, Nuno Vassalo e, 100  
 SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e, 88, 100  
 SILVEIRA, Gonçalo da, 93  
 SILVEIRA, Luís, 83  
 SIMÃO, Júlio, engenheiro militar, 83  
*Sinde*, 81  
*Singapura*, museu de, 79, 82  
 SINGH, Manmohan, 158  
 Sodomia, 47, 58  
*Sofala*, rios de, 68  
 Solar dos Colaços, 7  
 Soldados, 55; exercícios dos, 55  
 SOUSA, D. António de, desembargador, 69  
 SOUSA, D. Rodrigo de Vasconcelos e,  
 conde de Castelo Melhor, 86  
 SOUSA, Tristão Guedes de, 65  
 SOUZA, Francis de, 145  
 SOUZA, Teotónio R. de, 100  
 St. Xavier's College, Mapuça, 141, 142  
 STEPHENS ou STEVENS, Thomas, jesuíta  
 médico, 27, 28  
 STEVENS, Thomas, jesuíta, 29  
 STORIE, James, 28  
 STOZZI, Piero di Andrea, 25  
 SUBRAHMANYAM, Sanjay, 25  
 SUCTANCAR, arquitecto, 138  
 Suíços, 23  
 Sultão do Bijapur, Ali Adil Khân, 26  
*Surrate*, 81  
 SWARNALATHA, P., 81  
*Tailândia*, 84  
 Tâmaras, 39  
 Tamarindo, 39  
 TÁVORA, Margarida Noronha e, 8  
 Teca, 78  
 Tecidos, 12  
 TEIXEIRA, Manuel, jesuíta, 27  
 TELES, Padre Baltazar, 91-94  
 Telhados em tesoura, 109, 114  
 Tempestades, 52, 53  
 Templos hindus, 8; de Shantadurga, 8; de  
 Shri Manghesh, 8  
 TEODÓSIO, D, duque de Bragança, 80  
*Terceira*, ilha, 36  
*Terreiro do Paço*, 35  
 THOMAZ, Luís Filipe, 100  
*Timor-Leste*, 117, 133, 138  
 Tipografias, europeias, 14  
 TORDO, Fernando, 140, 142  
 Tormenta, 51, 67, 69, 70  
 Torna-viagem, 36  
 TOUR, Padre Nicolau de, 70  
 Transporte aéreo na Índia, 165  
*Trichur*, 141  
 TRINDADE, António Xavier, pintor, 145, 146  
*Trindade*, ilha da, 49, 57  
 TRINDADE, Jaelson Bitran, 92-95, 98, 100  
*Tristão da Cunha*, ilhas de, 57  
 Tuna: da Faculdade de Medicina da Univer-  
 sidade do Porto, 142, 143; Goesa, 143  
 Turismo na Índia, 135, 164  
 TURNER, Victor, 123  
 Universidades chinesas, 135  
 Utensílios de cozinha, 39  
*Utorda*, 112  
*Vaipin*, 152  
 VALIGNANO, Alesandro, jesuíta, 46  
*Vasary* hindu, 109, 111  
*Vasco da Gama*, 132, 141; cidade de, 131  
*Vastu shastra*, 109  
*Velha Cidade*, Goa, 8, 51

- VELHO, Álvaro, 15-17, 19  
Ventos de monção, 12  
*Vera Cruz*, Terras de, 16  
*Verna*, 141  
VESPÚCIO, Américo, 13  
Viagem: de Vasco da Gama, 12, 13; de Lisboa ao Reino, 71  
Viajantes, 21ss; do Norte da Europa, 27; estrangeiros em Goa, 108; europeus na Índia, 21; flamengos, 27; franceses, 27; holandeses, 22; ingleses, 22, 27; italianos, 24ss; muçulmanos, 14; portugueses, 14
- VIEGAS, Sávia, 147  
VIEIRA, Nuno, 142  
VIEIRA, Padre Francisco, 39  
*Vila Velha de Ródão*, 139  
VILA VERDE, Conde de, 45, 54, 65-67, 71  
Vinagre, 39, 62  
Vinho a bordo, 37, 38, 62  
WANCHOO, Bharat Vir, 145  
Xavier Centre Historical Research, 140  
XAVIER, São Francisco, 51, 70



# Índice

Nota de Abertura . . . . .	7
<i>Guilherme d'Oliveira Martins</i>	
A primeira imagem da Índia . . . . .	11
<i>João Paulo Oliveira e Costa</i>	
O Estado da Índia e as comunidades de origem portuguesa nos relatos de alguns viajantes europeus dos séculos XVI e XVII . . . . .	21
<i>Manuel Lobato</i>	
Aspectos do quotidiano de uma viagem de Portugal à Índia, em seiscentos. A viagem do conde de Vila Verde (1692-1693). . . . .	35
<i>Artur Teodoro de Matos</i>	
Transmigrações artísticas: uma notável caixa-escritório indo-sino-portuguesa de inspiração camoniana. . . . .	77
<i>Vitor Serrão</i>	
Paisagem urbana e a arquitectura civil indo-portuguesa . . . . .	105
<i>Hélder Carita</i>	
Como guardar a lusofonia em canções. Os casos de Goa e de Damão . . . . .	117
<i>Susana Sardo e Ana Cristina Almeida</i>	
A língua portuguesa enquanto factor identitário em Goa . . . . .	129
<i>Maria Manuela Martins Vieira de Almeida</i>	
Na pegada dos Pioneiros, duas décadas de Acção Cultural . . . . .	137
<i>Eduardo Kol de Carvalho</i>	
O relançamento da economia indiana. Iniciativa e Saber . . . . .	155
<i>Eugenio Viassa Monteiro</i>	
Investir e trabalhar na Índia: Desafios, Oportunidades e Dificuldades. A visão de um grupo empresarial português . . . . .	173
<i>Mário Pereira</i>	
Índice Analítico . . . . .	187

